"Para quem, como eu, começa a se interessar pela antropologia brasileira, olhando para ela de longe, há uma primeira constatação que se impõe: trata-se de uma história de sucesso. [...]

Ora, a antropologia brasileira de nossos dias, pela qualidade da obra teórica e empírica acumulada, pela alta qualificação do seu pessoal científico, pela consolidação de suas instituições associativas e de docência, está em condições únicas para intervir ativamente no sentido de contribuir para essa tal quinta tradição, a qual, reivindicando-se dos frutos da modernidade científica, não se sente identificada com qualquer dos projetos imperiais que, historicamente, moveram o desenvolvimento científico."

João de Pina Cabral

CAPES

ABA
Associação Brasileira de Antropologia

contra CAPA

ISBN 85-86011-81-9

Wilson Trajano Filho
Gustavo Lins Ribeiro [ORG.]

O Campo da Antropologia no Brasil

contra CAPA

Wilson Trajano Filho
Gustavo Lins Ribeiro
ORGANIZADORES

O Campo da Antropologia no Brasil

Este livro é fruto de uma extensa e cuidadosa pesquisa produzida pela Associação Brasileira de Antropologia acerca dos modos como a antropologia é ensinada e praticada no Brasil, assim como de seus projetos e tendências, via de regra consolidados na inserção profissional dos antropólogos.

Os dados pesquisados foram recolhidos e consolidados em âmbito nacional, e em seguida analisados por dez autores convidados, de acordo com os seguintes temas: a reprodução do conhecimento antropológico, a dinâmica do campo e as tendências da pesquisa, formação e ensino, o papel do financiamento e da avaliação, antropologia no Nordeste e na Amazônia, a trajetória dos egressos da pós-graduação, novas inserções no mercado de trabalho e internacionalização da antropologia brasileira. Estabelecidas as contribuições, todas foram lidas e comentadas pelo décimo primeiro convidado, só que desta vez um antropólogo não brasileiro, cuja contribuição ajuda a relativizar a fronteira e os limites do campo delimitado pela pesquisa.

Com sua história recente essencialmente vinculada a instituições públicas de ensino superior, sobretudo de pós-graduação, a antropologia, talvez ajudada pelo fato de não ser uma profissão regulamentada no

O campo da antropologia no Brasil

Wilson Trajano Filho
Gustavo Lins Ribeiro
ORGANIZADORES

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
contra CAPA

Copyright © dos autores, 2004

Capa, projeto gráfico e preparação
Contra Capa

O campo da antropologia no Brasil. Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.). Contra Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

272 p.; 16 x 23 cm

ISBN: 85-86011-81-9

Inclui bibliografia.

Apoio

CAPES

2004
Todos os direitos desta edição reservados à
Contra Capa Livraria Ltda.
<atendimento@contracapa.com.br>
Rua de Santana, 198 – Loja | Centro
22230-261 | Rio de Janeiro – RJ
Tel Fax (55 21) 2512.3402 | 2511.4764

Sumário

O campo da antropologia no Brasil 7
Gustavo Lins Ribeiro
Antonio Carlos de Souza Lima

Introdução 13
Wilson Trajano Filho
Carlos Benedito Martins

Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia 39
Miriam Pillar Grossi

Antropólogos para quê?
o campo de atuação profissional na virada do milênio 69
Claudia Fonseca

O papel do financiamento e da avaliação
na constituição do campo disciplinar 93
Giralda Seyferth

Antropologia no Brasil: tendências e debates 117
Paula Montero

Formação e ensino 143
Guita Grin Debert

O campo da antropologia e suas margens: a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no Nordeste 163
Antonio Motta
Maria do Carmo Brandão

Amazônia e antropologia: gradações de um *enredamento* secular 187
Jane Felipe Beltrão

A reprodução da antropologia no Brasil 213
Ruben George Oliven

Internacionalização da disciplina 227
Peter Fry

Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe 249
João de Pina Cabral

Sobre os autores 267

GUSTAVO LINS RIBEIRO
ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA[1]

O campo da antropologia no Brasil

I

Este livro é fruto de um grande esforço de pesquisa, cujo objetivo foi realizar um levantamento, o mais extenso até hoje, das características da antropologia tal como ela é praticada no Brasil. Ao dar a máxima importância a esse projeto, a gestão 2002-2004 da Associação Brasileira de Antropologia agiu em sintonia com o papel que essa instituição, desde seus primórdios, tem consistentemente desempenhado na estruturação e no aperfeiçoamento da antropologia em nosso país.

Ao planejar a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu de 8 a 14 de novembro de 1953, no Museu Nacional, e cujos cinqüenta anos foram comemorados recentemente com um seminário e a edição de um livro de fotos (Corrêa 2003), o grupo que contribuiria de forma vital para a fundação da ABA escolheu como temas, entre alguns poucos "centros de interesse para as comunicações", os "problemas de ensino da antropologia" e as "possibilidades de pesquisa e de exercício da atividade técnico-profissional (instituições oficiais e particulares)". A alta prioridade concedida a esses tópicos se refletiu na publicação dos trabalhos debatidos na reunião de 1953 no segundo e terceiro volumes da *Revista de Antropologia*. O primeiro é o artigo "Problemas de ensino da antropologia", de Egon Schaden (1954). O segundo, de Mário Wagner Vieira da Cunha, intitula-se "Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil" (1955).

Essas iniciativas indicam o longo interesse que os antropólogos têm tanto em (re)pensar sua formação acadêmica quanto em conhecer as características do

[1] Presidente e vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia para o biênio 2002-2004.

seu mercado de trabalho. Nas últimas cinco décadas, tal interesse se renovou por meio de debates – os últimos, promovidos pela ABA em 2001 e em novembro de 2002 – e se enriqueceu com diversos trabalhos sobre a história de uma disciplina que, a partir da reforma que cria a moderna pós-graduação no Brasil em 1968, dá vários saltos quantitativos e qualitativos, e se vincula radicalmente ao desenvolvimento do ensino pós-graduado. Nesse período, cresceu o papel normatizador do CNPq e da CAPES, as agências que, no plano federal, regulam as atividades de pesquisa e pós-graduação no Brasil. É particularmente relevante, por exemplo, a influência estruturadora dos relatórios da CAPES.

A antropologia brasileira, cada vez maior, mais consolidada e institucionalizada, ressentia-se de uma radiografia de âmbito nacional que lhe oferecesse uma imagem para pensar alguns de seus aspectos, de seus problemas e de suas tendências. A gestão de João Pacheco de Oliveira e Mariza Peirano (1994-1996) elegeu a preocupação com o ensino da nossa disciplina como uma das chaves fortes de sua atuação. Mais recentemente, a gestão de Ruben Oliven e Guita Debert (2000-2002) realizou um conjunto de atividades que refletiram sobre diferentes aspectos de nossa formação. As iniciativas de ambas as gestões se basearam em seminários e na reflexão de profissionais experientes, que coletaram informações acerca dos programas de pós-graduação e geraram duas publicações de nossa associação (Oliveira 1995; Godoi, Debert e Pontes 2002). Tornou-se assim cada vez mais clara a necessidade de conhecer a realidade que envolve nossa pós-graduação, no que diz respeito aos seus mecanismos formativos internos e às suas relações com mercados de trabalho diferenciados no país. Essa preocupação passou a ser vocalizada internamente no Fórum de Coordenadores das Pós-Graduações em Antropologia, que congrega 12 programas e que, em suas reuniões, começou a perceber a urgência de realizar um levantamento sobre o que ocorre na formação pós-graduada e na inserção dos antropólogos nos mercados de trabalho no Brasil.

A gestão 2002-2004 da ABA encampou essa preocupação e se engajou no estabelecimento de um processo que resultasse em uma pesquisa, que, por sua vez, possibilitasse uma radiografia acadêmica e profissional da prática da antropologia brasileira. Para tanto, era preciso contar com os recursos financeiros adequados. A novidade e a importância da iniciativa – uma sociedade científica que propunha pensar o seu campo específico – casaram-se com a compreensão da Fundação CAPES, que abraçou a idéia. Dois presidentes da CAPES tiveram papel fundamental nesse caminho. O professor Abílio Baeta Neves prontamente compreendeu e apoiou a proposta. Sem sua intervenção inicial, não teríamos chegado onde estamos. O professor Carlos Roberto Jamil Cury manteve o interesse e o apoio da CAPES no andamento da pesquisa. Ambos merecem o nosso caloroso e enfático agradecimento.

Ao assumirmos que o projeto de pesquisa era prioritário para nossa gestão, imediatamente contatamos dois dos mais experientes profissionais no estudo da pós-graduação brasileira, nacionalmente reconhecidos pela qualidade e seriedade de seus trabalhos: os professores Carlos Benedito Martins e Jacques Velloso, da Universidade de Brasília (UnB), lideranças do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior (NESUB) da mesma universidade. Eles traçaram os rumos da pesquisa e a acompanharam desde seus primeiros momentos, em agosto de 2002. Sem eles a pesquisa não teria sido viável. Papel igualmente central, de grande catalisador de todo o trabalho, teve Wilson Trajano Filho, do Departamento de Antropologia, da UnB, que coordenou com dedicação, competência e elegância toda a pesquisa. A antropologia brasileira deve a Trajano o fato de a pesquisa e este livro existirem. Por intermédio de Beatriz Porfírio Graeff, queremos agradecer também a todos os jovens pesquisadores que, em maior ou menor grau, participaram desse esforço em todo o país. Não é possível concluir estes rápidos mas sinceros agradecimentos sem mencionar o trabalho sempre preciso e discreto de Júlia Proença, secretária administrativa da ABA, em Brasília.

Os colegas que fazem parte deste volume merecem mais que agradecimentos. De fato, como notará o leitor, são eles que dão ao livro sabor para além das tabelas e gráficos, instrumentos necessários para falar de universos amplos com as características daqueles que foram tratados pela pesquisa, mas que certamente não esgotam o que pode ser dito sobre o campo da antropologia. O convite aos colegas, portanto, deveu-se à necessidade de exercer o olhar e a interpretação antropológicos sobre as informações obtidas. Afinal, também era nosso objetivo exercer uma mirada auto-reflexiva que não se esgotasse em perspectivas ensaísticas.

Para dar um passo a mais no exercício de um reflexivismo pautado pelo universo da pesquisa, convidamos um antropólogo não brasileiro para ler os capítulos preparados para este livro. Assim, contamos com a participação decisiva do professor João de Pina Cabral, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, para quem a antropologia brasileira não é propriamente uma desconhecida, e cuja experiência e liderança internacionais, inclusive como presidente da Associação Européia de Antropólogos Sociais, permitem uma perspectiva das mais abrangentes.

É preciso dizer, em consideração à variedade de informações obtidas, que o presente volume não esgota as muitas possibilidades de leitura proporcionadas pelos resultados da pesquisa. Para que outros pesquisadores interessados no estado-da-arte da antropologia brasileira possam lançar mão do rico material obtido, este foi posto à disposição no portal da ABA (www.abant.org.br). Estamos certos de que o material aqui reunido servirá de inspiração para que muitos outros se debrucem sobre o resultado quantitativo da pesquisa e produzam outras interessantes interpretações sobre o campo da antropologia no Brasil.

II

Aprendemos muito sobre nossa prática com esta pesquisa. Não adiantaremos o que o leitor encontrará nos capítulos que se seguem, mas algumas questões podem ser destacadas. É unânime a constatação de que a antropologia é um campo consolidado e vibrante no Brasil. Entretanto, com seu desenvolvimento totalmente vinculado a instituições públicas, basicamente às universidades, a moderna antropologia brasileira uniu umbilicalmente seu destino ao das instituições públicas de ensino superior. Ainda existe bastante espaço para o seu crescimento no sistema federal, porém é necessário que as elites políticas e administrativas que ocupam o Estado promovam uma ampliação do sistema. De fato, especialmente no Nordeste, no Centro-Oeste e sobretudo na Amazônia, há muito para fazer nesse sentido. É certo que, enquanto prevalecer o sufocamento do sistema de ensino público superior da última década – e, infelizmente, o horizonte em 2004 não parece nada alentador –, a antropologia não encontrará espaço para prosperar internamente a esse amplo universo. Os dados recolhidos indicam uma clara tendência entre os jovens pós-graduados de buscar trabalho em instituições de ensino superior privadas.

Com a atual predominância quantitativa de faculdades privadas, tudo indica estarmos no limiar de um novo momento no sistema de ensino superior no Brasil. A consolidação e reprodução da antropologia brasileira, para atingir os patamares de excelência de que hoje goza, uniu indissociavelmente, por intermédio dos programas de pós-graduação, ensino e pesquisa. Sabemos, contudo, que no ensino superior privado os docentes de antropologia ocupam seu tempo com aulas de graduação em outros cursos e tendem a se distanciar progressivamente da prática da pesquisa. A não ser que vejamos a proliferação nas universidades privadas de cursos de graduação em ciências sociais e sobretudo de pós-graduações em antropologia, a prática de uma parcela cada vez maior de mestres e doutores se restringirá, com as conseqüências correlatas, à docência.

Além disso, foi importante verificar concretamente que nossa antropologia se caracteriza por uma forte relação com a Europa, em especial com a França, com os Estados Unidos e com a América Latina. No último caso, destaca-se o relacionamento com a Argentina. A antropologia brasileira demonstra, com trocas cada vez mais complexas com os países do Mercosul, sua vocação latino-americana, algo que, certamente, só se aprofundará no futuro. A internacionalização da antropologia brasileira é um fato que deve se aprofundar também no sentido da geração de conhecimento próprio sobre realidades socioculturais, políticas e econômicas de outros países, à medida que mais e mais pesquisadores realizarem seus trabalhos de campo fora do Brasil.

A consciência da importância, em um mundo globalizado, de práticas e iniciativas internacionais também levou, sob a liderança da ABA, à promoção de

um encontro único na história da antropologia mundial. Em 10 e 11 de junho de 2004, imediatamente antes da 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, reuniram-se, em Recife, quatorze presidentes de associações nacionais (África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Índia, Japão, Rússia) e internacionais (Européia, Latino-Americana, Pan-Africana e União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas). Além de romper o isolamento existente e propiciar o estabelecimento de redes, esperemos que o encontro redunde em uma cooperação internacional capaz de criar uma antropologia mundial mais ciente de sua própria heteroglossia.

III

O campo da antropologia no Brasil é um momento de reflexão ampla e substantiva de nosso fazer. Aponta para êxitos, dificuldades, tendências e caminhos que podem ser trilhados. Contamos agora com uma série de informações nunca reunidas que servirão para que os colegas engajados acadêmica, política e administrativamente nas lutas pela melhoria da antropologia brasileira possam fornir seus argumentos com maior solidez e precisão. Será igualmente útil para todos aqueles que desejarem conhecer de maneira mais detalhada a antropologia no Brasil. Esperamos que possa, ainda, gerar a necessidade de novas pesquisas, sobretudo históricas e antropológicas. Seria interessante, por exemplo, que algum pesquisador dedicasse sua atenção e esforço em uma tese de doutoramento sobre a trajetória e o papel da própria Associação Brasileira de Antropologia na consolidação da antropologia em nosso país. Na verdade, estamos convencidos de que essa experiência inaugura uma prática que pode ser seguida por outras sociedades científicas. É impossível terminar e não dizer que temos muito orgulho de apresentar este excelente volume, que já nasce destinado a um lugar histórico.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Mariza
(2003) *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinqüenta anos*. Brasília / Campinas: Associação Brasileira de Antropologia / Unicamp.

GODOI, Emília Pietrafesa de, DEBERT, Guita Grin & PONTES, Heloisa André
(2002) *Antropologia na pós-graduação*. Porto Alegre / Campinas: Associação Brasileira de Antropologia e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.)
(1995) *O ensino da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA.

SCHADEN, Egon
(1954) "Problemas de ensino da antropologia", *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 1, p. 1-10.

VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner
(1955) "Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil", *Revista de Antropologia*, vol. 3, n. 2, p. 105-14.

WILSON TRAJANO FILHO

CARLOS BENEDITO MARTINS

Introdução[1]

Em dezembro de 2002, ganhei de Gustavo Lins Ribeiro, que assumira a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) alguns meses antes, uma cópia do projeto "Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em antropologia". Esse projeto tinha sido elaborado pela direção da ABA, que naquele momento negociava com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o seu financiamento. Recebi o texto com o mesmo estado d'alma com que tenho recebido ao longo dos anos manuscritos de meus colegas mais próximos no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB): com curiosidade e com a disposição de ler e colaborar com críticas e comentários. E assim o fiz, sem perceber que, na entrega do manuscrito, havia um convite implícito para participar mais de perto da empreitada.

O projeto apresentado era simples e direto. Pretendia fazer uma radiografia da antropologia brasileira partindo de dois focos básicos: a) a análise das condições de formação dos antropólogos e da pesquisa desenvolvida no âmbito dos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil; e b) o estudo das inserções profissionais dos egressos da pós-graduação. O primeiro componente cobriria um período de seis anos, de 1996 a 2001, começando no ano da implantação de uma nova metodologia de avaliação pela CAPES. O segundo focalizaria um período ligeiramente maior, de 1992 a 2001. As informações analisadas

[1] Este texto resulta da participação de seus dois autores no projeto de pesquisa elaborado pela direção da ABA. Sua forma foi discutida e pensada conjuntamente, mas suas partes foram elaboradas individualmente. Esse processo de composição levou eventualmente a uma duplicidade estilística, que cabe esclarecer em ao menos um ponto. As várias passagens em que se usa a primeira pessoa foram escritas pelo primeiro autor. Como ficará explícito, e pela óbvia razão de o autoagradecimento não ser usual entre os cientistas sociais, a seção final foi escrita pelo autor que coordenou o projeto, embora seu conteúdo seja compartilhado pelo segundo autor.

no âmbito do primeiro componente do projeto viriam dos bancos de dados das principais agências governamentais de apoio à pesquisa e dos próprios programas de pós-graduação. Para mim, já acostumado com o preenchimento dos relatórios anuais que os programas enviam para a CAPES, a grande novidade era o segundo componente, que pressupunha uma busca direta de informações com centenas de antropólogos, mestres e doutores, que haviam saído das universidades brasileiras entre 1992 e 2001.

O projeto também era ambicioso e inovador. Pretendia desenhar os contornos do campo disciplinar em âmbito nacional com uma cobertura temporal de dez anos. De certa maneira, tinha como referência inicial os trabalhos sobre a pós-graduação no Brasil coordenados por Jacques Velloso (2002, 2003), em que se fez um mapa da formação e do trabalho de mestres e doutores em várias áreas. Mas procurava ir além desse esforço em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, enfocava também as atividades de formação e de pesquisa no interior dos programas de pós-graduação, a produção intelectual dos antropólogos vinculados a esses programas e o papel da formação, da pesquisa e da produção científica na reprodução do campo disciplinar. Em segundo, trabalharíamos com base em uma massa de dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico dos mestres e doutores egressos dos programas, sobre a composição do corpo de professores dos dez programas, sua produção intelectual e as atividades de formação e de pesquisa. Sua grande novidade era a intenção de complementar e filtrar os dados quantitativos com uma interpretação antropológica, ao articular a análise dos grandes agregados com elementos de cunho etnográfico, como os estudos de casos que reforçam ou se opõem às médias e tendências observadas nos dados quantitativos, casos exemplares, vieses marcantes e tensões que não se manifestam clara e explicitamente nas informações constantes em tabelas e gráficos. A imagem da antropologia que construímos como nativos do campo disciplinar se funda primordialmente em nossa vivência e observação da vida cotidiana nas instituições em que trabalhamos. A análise antropológica trata intensivamente dos casos particulares, mas nossa prática de trabalhar com o micro tende a gerar o sentimento difuso de um certo desdém com relação às grandes agregações quantitativas. Dadas estas características, pareceu-me interessante propor um exercício em que a abordagem quantitativa de dados de natureza macro fosse contraposta e complementada com um enfoque qualitativo de ordem micro. Com isso, esperava que o eventual choque entre essas duas formas de aproximação do mundo produzisse um entendimento mais denso de nosso fazer, ou seja, um entendimento que permitisse a um só tempo capturar os sentidos subjetivos subjacentes aos dados descarnados e romper com o caráter imediato da descrição do que está ao alcance da observação, produzindo mediações que levem ao desenho mais geral do estado e da dinâmica da antropologia brasileira.

Trabalhando há mais de uma década com as sociedades crioulas que surgiram do encontro entre europeus e africanos na costa ocidental da África, com interesses secundários nas temáticas do colonialismo e da cultura popular, todo meu conhecimento de cunho sistemático de nosso campo disciplinar provinha dos dois anos de calvário como coordenador do programa de pós-graduação em Antropologia da UnB. Mesmo assim, li com curiosidade e interesse o projeto, fiz algumas sugestões, indaguei em busca de mais detalhes sobre o que a direção da ABA esperava desse esforço e, como não é incomum, aceitei a tarefa de coordenar a empreitada quando percebi, de súbito, que nela já estava envolvido até o pescoço e que poderia de algum modo contribuir para dar ao projeto o seu cunho antropológico.

A antropologia e a pós-graduação no Brasil

Existem atualmente 11 programas de mestrado em antropologia, dos quais o da Universidade Católica de Goiás é profissionalizante. São oito os programas de doutorado. Ao longo deste livro, o leitor se deparará com informações desencontradas sobre o número de programas existentes. Isso se deve ao fato de que há diferença entre a quantidade atual e a do período coberto pela pesquisa, de 1996 a 2001. Neste ano, o mestrado profissionalizante da Universidade Católica de Goiás havia acabado de receber sua primeira turma, de modo que não tínhamos como incorporar seus egressos na análise, nem tratar da formação e da pesquisa nele existentes. O doutorado da Universidade Federal Fluminense foi implantado somente em 2002 e o da UNICAMP, aprovado em 2003, estando atualmente em fase de estruturação. Assim, os dados do projeto se referem somente aos dez programas de mestrado e seis de doutorado que funcionavam plenamente em 2001, em cujos quadros ensinavam 121 docentes.

O quadro atual do campo disciplinar sugere uma inserção peculiar da disciplina na pós-graduação brasileira, que contava em 2001 com cerca de cem mil alunos matriculados. A ordem de grandeza desses números revela a existência de um sistema nacional de pós-graduação de grande escala, mas, curiosamente, trata-se de um sistema com uma história relativamente curta.

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil construiu um sistema de pós-graduação que constitui a parte mais exitosa de seu sistema de ensino, considerado de forma unânime como o maior e melhor da América Latina. Esse fato não deixa de ser surpreendente quando se tem em conta o caráter tardio do surgimento do ensino superior no país e, particularmente, da instituição universitária em seu contexto.[2]

[2] Para informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento da pós-graduação nacional, ver Martins (2002).

Tabela 1 | Ano de início dos programas de pós-graduação

Instituição	Nível / Ano de início	
	Mestrado	Doutorado
UFF	1994	2002 **
UFPA	1994	
UFPE	1977	2001
UFPR *	1991	
UFRGS	1979	1991
UFRJ	1968	1977
UFSC	1985	1999
UnB	1972	1981
UNICAMP	1971	"em implantação" **
UCGO	2001 **	
USP	1972	1972

Fonte: Relatório CAPES.

* O PPGAS da UFPR foi implementado em 1991 e interrompido em 1992 devido à aposentadoria de vários professores. Em 1999 o PPGAS foi credenciado pela CAPES e retomou suas atividades.

**Programas não considerados para efeito da pesquisa.

Uma constelação de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos contribuiu para a formação da pós-graduação no país. Sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo que contou com a participação do Estado, de organismos representativos da comunidade científica e do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com esse nível de ensino. De certa forma, a emergência da pós-graduação é o resultado de uma longa e tortuosa luta desencadeada por esses atores desde a década de 1920, visando à superação de um padrão de organização do ensino superior no país, que se constituíra por meio de escolas isoladas, voltadas basicamente para a formação de profissionais liberais e dissociadas da atividade de pesquisa.

Nesse sentido, deve-se destacar, ainda que brevemente, a criação da Academia Brasileira de Ciências, em 1922, e da Associação Brasileira de Educação, em 1924, bem como o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", assinado por 26 educadores e escritores interessados em questões educacionais, e que recomendavam a criação de universidades capazes de integrar as atividades de ensino e pesquisa.

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, expressou o crescimento da atividade científica no país e exerceria, a partir de então, uma importante função na organização dos interesses do campo científico. Nos anos 1950 e 1960, a SBPC discutiu de forma recorrente, seja através de sua revista *Ciência e Cultura*, seja em seus encontros anuais, a necessidade de realização de mudanças no ensino superior, transformando-se em um ator estratégico na luta pela reforma universitária.

Em 1951, ocorreria a criação de dois organismos que constituiriam um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no país: o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento que buscava a modernização do ensino superior, do qual participaram ativamente docentes, pesquisadores e estudantes. Esse movimento, em grande medida, traduzia as aspirações de cientistas e de jovens pesquisadores que haviam recebido formação e treinamento no exterior, e desejavam fazer da universidade um *locus* de produção e disseminação do conhecimento científico, integrando-a com a formação profissional.

Com o golpe militar de 1964, a política educacional desenvolvida durante o período autoritário, principalmente em seus primeiros anos, procurou desmobilizar o movimento pela reforma universitária, desmantelar o movimento estudantil, bem como controlar coercitivamente as atividades de docentes. Ao lado de um conjunto de medidas repressivas, os responsáveis pela política educacional buscaram também vincular o sistema educacional ao desenvolvimento econômico, que passava a ser comandado por uma lógica de crescente internacionalização econômica, iniciada em décadas anteriores.

Com esse intuito, o regime pós-64 implantou um sistema de fomento e procurou adequá-lo ao financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia, tal como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ao fornecer auxílio através do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), criado em 1964, e posteriormente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), administrando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969. Ao ensino superior seria atribuído um papel estratégico no sistema

de ciência e tecnologia e no processo de formação de recursos humanos altamente qualificados. Em grande medida, a instalação da pós-graduação, que aconteceria logo em seguida, foi feita através desse sistema de financiamento.

A implantação dos cursos de mestrado e de doutorado foi, em larga medida, moldada pela conceituação de pós-graduação expressa pelo Parecer 977/65, elaborado por Newton Sucupira, então membro do Conselho Federal de Educação (CFE), e pelas normas de organização e credenciamento estabelecidas pelo Parecer 77/96 desse Conselho. Nos primeiros cinco anos de vigência do Parecer 77/69, foram analisados 202 pleitos de credenciamento de cursos, dos quais 101 foram postos sob diligência pelo CFE, a maioria deles proveniente de instituições com pós-graduação previamente existente e que não se enquadravam nas novas normas estabelecidas pelo CFE.

Em 1968, outro documento oficial retoma e reafirma várias passagens do Parecer 977/65: o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, cujo grupo de trabalho contava com Newton Sucupira, relator deste Parecer. O documento elaborado assinala que, apesar de certos progressos, a estrutura da universidade brasileira, constituída por um conglomerado de faculdades isoladas e profissionalizantes, era anacrônica e inadequada para atender às necessidades e aos desafios apresentados pelo progresso da ciência e pelas transformações que ocorriam na conjuntura socioeconômica do país. Em relação aos cursos de pós-graduação, salienta que, na universidade moderna, esse nível de estudo constitui a instância em que se desenvolve a pesquisa científica e ocorre a formação dos quadros do magistério. Nesse sentido, sua implantação era condição básica para transformar a universidade brasileira em um centro criador de ciências, de cultura e de novas técnicas.

As propostas do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foram formalizadas na Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68), que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Apesar de a Reforma Universitária de 1968 ter sido construída em um contexto de autoritarismo político e conduzida por uma postura nitidamente refratária a uma participação de atores e instituições diretamente interessados em sua elaboração e implementação, tais como universidades, institutos de pesquisa e representantes da comunidade científica, deve-se assinalar que determinadas medidas nela propostas modernizaram alguns aspectos do ensino superior do país.

Na verdade, ela institucionalizou, por meio de mecanismos centralizadores, antigas reivindicações que vinham sendo perseguidas por parte da comunidade acadêmica e pelo movimento estudantil, anseios esboçados inicialmente no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", de 1932, e que vinham sendo continuamente (re)atualizados por diferentes atores que buscavam a renovação do ensino superior no país. Deve-se assinalar, por exemplo, que o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária de 1968 propôs a extinção das cátedras e sua

substituição pelos departamentos, assim como a institucionalização da carreira docente, ao estabelecer os princípios da indissolubilidade entre ensino e pesquisa, bem como a criação da dedicação exclusiva como um de seus componentes fundamentais.

Se é verdade que os Pareceres 977/65 e 77/69 e a Lei 5.540/68 tiveram importância na definição conceitual e na moldura legal da pós-graduação, os três Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGS) foram um elemento crucial na construção do sistema, ao imprimir uma direção para sua consolidação e institucionalização. Por intermédio deles, realizaram-se amplos diagnósticos sobre a situação da pós-graduação e formulou-se um conjunto de metas e ações que, em grande parte, foram cumpridas. Entre outros resultados, as ações implementadas pelos PNPGS possibilitaram a estruturação de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que contribuiria de forma decisiva para a capacitação de docentes e pesquisadores que atuam no ensino superior no país, assim como a organização de uma política de auxílio financeiro aos programas de pós-graduação. No bojo das recomendações dos PNPGS, ocorreu também a implantação de um sólido sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, que tem garantido o crescimento do sistema dentro de um padrão de qualidade[3].

Em 2001, a pós-graduação brasileira contava com cerca de cem mil alunos matriculados em mais de 2.300 cursos (1453 de mestrado acadêmico e 821 de doutorado), nos quais lecionavam cerca de 25 mil docentes. Nesse mesmo ano, titularam-se 26 mil mestres e doutores. As agências federais de fomento à pesquisa e pós-graduação forneceram aos programas cerca de 33 mil bolsas de estudo. Havia, e ainda há, um acentuado desequilíbrio na distribuição dos cursos pelas várias regiões brasileiras. A região Sudeste concentra cerca de 60% dos programas de mestrado e 71% dos de doutorado. Ao contrário do que ocorre nos cursos de graduação, em que há um predomínio quantitativo de cursos da área das ciências sociais aplicadas, na pós-graduação há um relativo equilíbrio entre as diversas áreas do saber. Em 2000, as ciências humanas contavam com 205 cursos de mestrado e 104 de doutorado.

Esse quadro geral indica que os dez mestrados em antropologia que existiam em 2001 representavam 5% dos mestrados em ciências humanas, tendo o doutorado participação semelhante. Em termos de alunos titulados, a disciplina contribuiu com cerca de 0,6% dos titulados de 2001. Seus 121 docentes representavam perto de 0,5% do total de docentes na pós-graduação. Em contrapartida, quando se olha para a elite dos programas de pós-graduação, nota-se que a antropologia contribui com 4% dos programas com nota máxima.

[3] O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação vigorou entre 1974 e 1979, o segundo compreendeu o período de 1982 a 1985, e o terceiro o de 1986 a 1989.

Do projeto à pesquisa

O projeto previa que os dados coletados e organizados pela coordenação deveriam ser disponibilizados para um grupo de antropólogos de diversas instituições brasileiras, os quais escreveriam os capítulos de um livro sobre o estado da antropologia brasileira. Montou-se uma equipe que trabalharia diretamente com a coordenação formada por dois consultores, com longa experiência nesse tipo de investigação, e dois assistentes de pesquisa, que atuariam na organização das informações coletadas.

A primeira tarefa enfrentada foi desdobrar os objetivos gerais expostos de forma condensada no projeto em questões para pesquisa. Com referência ao primeiro componente – formação e pesquisa nos programas de pós-graduação –, decidiu-se que o projeto daria um entendimento estrito à idéia de pós-graduação em antropologia. Os esforços para coleta de informações ficariam concentrados nos dez programas de mestrado e nos seis de doutorado em antropologia existentes, e que em 2001 tinham titulado algum estudante ou que já estavam plenamente implementados. Seria deixada de lado a coleta de dados dos programas "mistos", como o doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, e os cursos de pós-graduação do IFCS/UFRJ, da PUC-SP, da UERJ e outros similares[4]. Essa não foi uma decisão fácil. Deixar de lado a contribuição desses programas para a antropologia brasileira certamente empobrece o quadro desenhado neste livro, porém o tipo de informações que a coordenação pretendia coletar e organizar representava um obstáculo operacional à inclusão dessas instituições. Os relatórios anuais que os programas enviam à CAPES, por exemplo, não permitem distinguir a produção dos docentes antropólogos dos demais docentes nessas pós-graduações "mistas", não indicam quais são as linhas e projetos de pesquisa lideradas ou majoritariamente compostas por antropólogos e nada informam sobre a distribuição de bolsas e dos recursos para financiamento à pesquisa entre os antropólogos, sociólogos e cientistas políticos (docentes e discentes) que estão nesses programas. Além disso, o segundo componente do projeto – as inserções profissionais dos egressos – previa um contato com mestres e doutores saídos dos programas de pós-graduação em antropologia, e não se conseguiu vislumbrar uma forma operativa de distinguir os egressos da antropologia dos das outras áreas, em especial os egressos que haviam concluído o curso havia mais de dez anos.

Tendo em conta que o produto final do projeto seria uma coletânea sobre a situação da antropologia no país, o próximo passo foi escolher os temas a serem tratados. Presidiu a escolha um princípio de unidade formal que garantisse uma

[4] Ver o texto de Antônio Motta e Maria do Carmo Brandão sobre os programas "mistos" no Nordeste.

visão totalizante do campo, suas tensões e sua dinâmica, e um questionamento antropológico fundado na complementaridade entre uma abordagem quantitativa e um enfoque qualitativo. Foram selecionados os seguintes temas, assim distribuídos entre os autores: a internacionalização da disciplina, a cargo de Peter Fry; formação e ensino em antropologia, Guita Grin Debert; a reprodução da antropologia no Brasil, Ruben George Oliven; novas inserções no mercado de trabalho, Claudia Fonseca; a dinâmica da pesquisa: tendências, Paula Montero; a trajetória dos egressos dos programas de pós-graduação, Miriam Pillar Grossi; o papel do financiamento e da avaliação na consolidação do campo disciplinar, Giralda Seyferth; a antropologia na Amazônia, Jane Felipe Beltrão; e a antropologia no Nordeste, Antônio Motta e Maria do Carmo Brandão.

Desde o início, imaginava-se que o livro, produto final desse projeto, corria dois riscos potenciais. O primeiro era o perigo do autoelogio, que poderia transformar a publicação em uma espécie de panegírico a tecer loas a nós mesmos. O segundo, inverso a este, era o de as análises tomarem o rumo de uma "avaliação do B", em contraposição à avaliação institucional a que os programas são submetidos, um "chorar pitangas" a exibir uma fragilidade hipotética e injusta em face das duras realidades do mundo. Os termos de referência enviados aos autores convidados procurava fornecer as linhas gerais balizadoras de suas análises e, de algum modo, proteger o projeto desses riscos, evitando, tanto quanto possível, encaminhar as questões rumo à louvação ou à autoflagelação. Como uma medida extra de cuidado, pareceu-nos importante um olhar de fora. Convidou-se um colega d'além-mar para participar da empreitada coletiva patrocinada pela ABA. João de Pina Cabral, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, amavelmente aceitou o desafio de comentar os trabalhos feitos pelos autores convidados e seu texto representa um olhar exterior ou, na melhor tradição antropológica, um olhar sobre os nossos ombros, um olhar sobre o nosso olhar sobre nós mesmos.

Os termos de referência

Segue, em forma resumida, os termos de referência elaborados pela coordenação do projeto para cada tema, assim como o tipo de informação que imaginávamos poder coletar e repassar para os autores convidados. Como na política, e este trabalho certamente representa uma espécie de política do campo intelectual, as promessas feitas nem sempre foram cumpridas. Muitas informações prometidas não foram coletadas, organizadas e enviadas aos autores convidados. As razões para esse descompasso foram variadas. Entre elas, a dificuldade operacional de coletar e organizar as informações com os recursos de tempo e pessoal disponíveis, e a constatação de que algumas, com o andamento do pro-

jeto, eram dispensáveis. De todo modo, os resumos oferecem ao leitor uma medida para que avalie o caminho percorrido por nós.

A internacionalização da antropologia brasileira

A produção antropológica brasileira se caracteriza por uma elevada dominância dos temas nacionais. Até recentemente, poucos eram os antropólogos brasileiros que pesquisavam fora de nossas fronteiras. Esse quadro está se alterando desde os anos 1980. Quem são os pesquisadores que fazem pesquisa no exterior, quais são suas motivações, onde realizam suas investigações e qual é o impacto delas?

A existência desse grupo de pesquisadores é, certamente, indicativa da internacionalização da antropologia brasileira. A ele se agrega um outro: o crescente número de estudantes estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros, que, ao pesquisarem em seus países de origem, contribuem para o alargamento do campo em que as vozes da antropologia brasileira são ouvidas. De onde vêm, por que escolhem o Brasil e quais as particularidades da formação em terras brasileiras?

Curiosamente, o movimento de alargamento da área de atuação dos antropólogos brasileiros é simultâneo ao movimento inverso das antropologias ditas centrais, que, em um acesso de introspeção, voltam-se para situações e eventos em casa (a *anthropology at home*). A reflexão sobre esses movimentos contrários é um passo que merece ser dado.

A idéia de internacionalização da antropologia brasileira passa pela questão do alcance de nossa produção antropológica. Para quem escrevemos, com quem dialogamos, em que língua o fazemos, quais os canais que veiculam nossa produção e que impacto ela tem fora do país? Essas são questões que devem ser enfrentadas para uma compreensão mais aprofundada do tema.

Uma variada gama de informações seria fornecida ao autor convidado: dados sobre os estudantes brasileiros que fazem ou fizeram seus doutorados no exterior, sobre a presença de professores visitantes e pesquisadores estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros, sobre os estrangeiros que aqui vêm fazer seus mestrados e doutorados, sobre convênios e intercâmbios com programas do exterior e sobre a participação de pesquisadores brasileiros em congressos e encontros acadêmicos, comitês editoriais, associações científicas e organismos internacionais. Além destas, acreditávamos poder fornecer uma lista da produção intelectual dos antropólogos brasileiros sob a forma de livros, capítulos de livros e artigos publicados no exterior.

Formação e ensino

No sistema universitário brasileiro, não há nenhum curso de graduação, com ingresso próprio no vestibular, que ofereça o título de antropólogo. A formação de antropólogos é feita somente na pós-graduação. A questão central a guiar a reflexão sobre esse tema tem a ver com a diversidade existente no campo disciplinar focalizando o processo de formação nos programas de pós-graduação em antropologia. Os vários programas têm cara própria, uma auto-imagem que os distingue dos outros e que é por eles distinguida? Quais são os atributos definidores de suas identidades?

Propomos que essas questões fossem abordadas por vários ângulos. Em primeiro lugar, pelo exame dos vários currículos: o que é considerado conteúdo essencial e obrigatório, o que é complementar e optativo, e quais as possibilidades de diálogo com outras áreas do saber.

Em uma disciplina em que a produção do saber se funda em um método de natureza basicamente artesanal, a relação intensa entre estudante e orientador é um elo básico para a formação do antropólogo e para a constituição da identidade profissional: o pertencimento a uma linhagem intelectual. Os vários programas dão papel diferenciado à relação tutorial. Em alguns, essa relação é definida no próprio processo de seleção; em outros, mais tardiamente. Quais são as implicações de tudo isso para a formação dos estudantes e para as identidades dos programas?

O terceiro ângulo se refere ao papel da pesquisa no processo de formação. Em alguns programas, a pesquisa de campo original não é considerada um elemento essencial no mestrado, em outros ela ainda o é. No doutorado, prevalece a idéia de que a pesquisa original é uma necessidade, porém a forma de concebê-la é relativamente variada.

A formação do antropólogo não se faz sobre uma folha em branco. Os estudantes de pós-graduação são oriundos de cursos de graduação variados. Como os vários programas lidam com essa variabilidade no processo de formação, da seleção à organização curricular e ao papel da orientação?

Foi previsto que o autor convidado receberia as seguintes informações: os currículos dos vários programas, com as listas de disciplinas obrigatórias e optativas, listas das disciplinas optativas oferecidas nos seis anos anteriores, programas das disciplinas, interfaces disciplinares com outras áreas do saber, linhas de pesquisa desenvolvidas nos programas e origem disciplinar (graduação e/ou mestrado) dos estudantes de pós-graduação que se titularam no país como mestres e doutores em antropologia nos dez anos anteriores.

A reprodução da antropologia

A intenção era compreender a dinâmica da disciplina ao longo do tempo e as estratégias de reprodução dos programas de pós-graduação. Para isso, seria preciso olhar para a composição do corpo docente dos vários programas, a fim de captar a dinâmica das redes intelectuais que ligam os vários professores no interior de um mesmo programa e as redes que ligam os vários programas entre si. Isso sugere uma reflexão sobre a estrutura de prestígio dos programas, a dominância de certas tradições (pela via da origem acadêmica ou fonte de inspiração teórica) e as estratégias adotadas para a sua consolidação ou transformação. A história dos últimos concursos para docentes e do fluxo de professores visitantes e pesquisadores associados pode esclarecer algo sobre como as tradições antropológicas se multiplicam nos cursos mais novos, como a estrutura de prestígio é alterada ou consolidada e qual tem sido o papel da endogenia nas estratégias de reprodução dos programas.

Por fim, sugeriu-se que o processo de reprodução dos programas fosse examinado também pela via de uma reflexão sobre as instituições e os eventos de legitimação das tradições. Prêmios e honrarias acadêmicas, comendas e a participação de docentes pesquisadores em comitês assessores de agências estatais fornecem uma interessante pista sobre os processos que constituem a estrutura de prestígio na comunidade e sobre as várias estratégias de reprodução do campo disciplinar.

Pensávamos municiar o autor convidado com dados sobre a composição do corpo docente dos dez programas de pós-graduação, a atuação dos professores visitantes, pesquisadores associados, aposentados e bolsistas recém-doutor, e a história dos últimos concursos para docente.

Novas inserções no mercado de trabalho

O ponto de partida dessa temática foi a constatação de que, na antropologia, parece se perpetuar uma curiosa estratégia de profissionalização, que, quando comparada a outras profissões, caracteriza-se pela desaprovação tácita da aplicação prática do saber gerado nas universidades. Sugerimos o exercício de uma reflexão crítica sobre a hierarquia que privilegia os docentes-pesquisadores, os "verdadeiros antropólogos", e que obscurece as várias outras possibilidades de inserção profissional dos antropólogos no mercado de trabalho brasileiro.

Isso implica responder a perguntas como estas: o quão novas são as novas inserções, pois parece necessário mostrar que as novas inserções são de fato várias, heterogêneas e que não se opõem, em bloco, a uma "antropologia pura", praticada nos programas de pós-graduação? Como é a prática profissional dos

antropólogos brasileiros fora da docência nos programas de pós-graduação em antropologia ou mesmo fora dos cursos de graduação em ciências sociais? Como e em que número os antropólogos atuam em outros programas de pós-graduação e em outros cursos de graduação? Quais as diferenças que perpassam a atuação dos antropólogos no sistema universitário público e no sistema privado? Fora da prática docente, qual é o campo de atuação profissional aberto aos antropólogos nas agências do estado, nas ONGs, nos movimentos sociais, nas agências internacionais de cooperação e fomento ao desenvolvimento e no mundo das empresas? Como os antropólogos que atuam fora da docência universitária mantêm alguma forma de diálogo intelectual com os "antropólogos puros"? Participação em projetos de pesquisa, em eventos científicos, publicação de artigos e livros?

A dinâmica do campo e as tendências da pesquisa

Como compreender a dinâmica da disciplina ao longo dos anos? Em 1979, o CNPq registrava a existência de 215 linhas de pesquisa em antropologia. No censo de 2002, foram listadas 475 linhas de pesquisa com área predominante em antropologia, distribuídas por 142 grupos de pesquisa. O que se pesquisa hoje na antropologia brasileira em comparação ao que se fazia em 1979? Essa foi a questão que guiou a temática em pauta. Os assuntos de interesse na antropologia variam ao longo do tempo; novos temas emergem como resultado de tendências internacionais da disciplina, de demandas da sociedade, do Estado e da própria dinâmica interna ao campo disciplinar. Nota-se ainda que um número substancial de linhas e projetos de pesquisa catalogados nos diretórios do CNPq tem como participantes antropólogos sem vínculos institucionais com os programas de pós-graduação em antropologia. É igualmente importante considerar a participação dos egressos dos programas de pós-graduação em projetos ou linhas de pesquisa, procurando correlacionar a área de atuação profissional (docência em pós-graduação, docência em graduação, outras atividades), o tipo de atuação e as linhas de pesquisa envolvidas. Um último tema ligado à dinâmica do campo disciplinar é o do financiamento de pesquisas. Quais os tipos de financiamento que os vários grupos de pesquisa têm obtido? De quais agências? Há alguma correlação entre as formas de financiamento e a emergência de novos temas ou linhas de pesquisa?

A trajetória dos egressos

Conhecemos muito pouco os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. Quem são eles e o que fazem? É possível discernir tipos de traje-

tória que levem a uma idéia de carreira profissional? Na ausência de cursos de graduação em antropologia, é importante conhecer as origens disciplinares daqueles que terminaram a pós-graduação na disciplina e as motivações que os levaram à antropologia. O perfil social dos mestres e doutores em antropologia também está para ser desenhado: sexo, perfil etário no momento da entrada e da saída da pós-graduação, escolaridade dos pais, tempo de transição entre a graduação e o mestrado, entre o mestrado e o doutorado, e atividades profissionais antes e depois do período de formação pós-graduada. Um terceiro foco de interesse tem a ver com os processos de tomada de decisão que conduzem à escolha deste ou daquele programa. Quais os fatores que pesam no momento dessa escolha: local de moradia, ter feito graduação na mesma instituição, contatos diretos com os orientadores, intermediação de antigos professores, informações de colegas? O olhar para as trajetórias requer que a atenção seja dirigida para a dinâmica do mercado de trabalho e a análise do trânsito entre as várias formas de inserção profissional dos egressos e as correlações existentes entre as atividades profissionais após a conclusão do curso, as atividades profissionais anteriores ao ingresso na pós-graduação e as temáticas trabalhadas nas teses e dissertações.

O papel do financiamento e da avaliação

No que diz respeito ao financiamento, parece ser consenso que as bolsas de formação em vários níveis têm exercido papel fundamental no recrutamento de pessoas para a pós-graduação, tornando possível a dedicação exclusiva dos bolsistas às atividades de formação. Sabe-se que parte substancial das bolsas de formação é oferecida por duas agências nacionais e uma agência estadual de fomento à pesquisa. Sabe-se, contudo, muito pouco sobre o papel de outras formas de bolsa e sobre as agências que as oferecem: bolsas de pesquisa de vários tipos vinculadas a projetos de pesquisa. Também não é claro o impacto dos vários tipos de bolsa de formação e de pesquisa na dinâmica do campo: o efeito das bolsas no tempo de titulação e no tempo de transição entre a graduação e o mestrado, e entre o mestrado e o doutorado, a correlação entre a oferta de bolsas e o crescimento do número de matrículas na pós-graduação, o papel das bolsas na criação de novos programas de pós-graduação e de doutorados em programas que só tinham o mestrado. É igualmente importante o papel da avaliação na dinâmica da antropologia. É necessário, por exemplo, que se reflita sobre o impacto das várias formas de avaliação institucional (CAPES, FORD e sua classificação de programas de referência, CNPq e as bolsas de produtividade) e sobre o financiamento à formação e pesquisa. Parece-nos essencial refletir sobre o que é avaliado e qual seu impacto na distribuição de recursos escassos.

Antropologia no Nordeste

Em 1979, havia na antropologia brasileira 41 linhas de pesquisa dedicadas aos estudos de campesinato. As sociedades camponesas eram a segunda temática preferida pelos antropólogos, perdendo apenas para o estudo das sociedades indígenas. Camponeses do Brasil inteiro eram estudados por antropólogos, mas havia clara predominância dos camponeses nordestinos e, curiosamente, o número de pesquisadores do tema de instituições nordestinas era ainda pequeno. De lá para cá, muita coisa mudou. Permanece, porém, o fato de que os estudos antropológicos feitos sobre e no Nordeste brasileiro têm enorme peso na história da antropologia no Brasil.

Das interpretações do Brasil feitas por Gilberto Freyre nos anos 1930 e 1940 aos estudos de Thales de Azevedo, a antropologia brasileira tem encontrado no Nordeste uma região que inspira clássicos. Esse termo de referência propôs uma reflexão sobre a produção antropológica feita no Nordeste. A sugestão foi que se levasse em conta tanto a pesquisa sobre a região quanto a pesquisa feita por pesquisadores da região. Qual o estado atual da investigação antropológica feita no Nordeste? Além do programa de pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, em que outras instituições há pesquisa antropológica regular? Quais são as temáticas preferidas? Quais estão perdendo o interesse?

A coordenação do projeto se preparou para municiar os autores convidados com as seguintes informações: quadro dos grupos, linhas e projetos de pesquisa baseados em instituições de pesquisa e ensino da região Nordeste, produção intelectual no âmbito desses grupos e lista das dissertações defendidas no único programa de pós-graduação da região.

Antropologia na Amazônia

Em 1979, o CNPq computava 34 linhas de pesquisa dedicadas às sociedades indígenas e 19 às relações interétnicas envolvendo populações indígenas. Somadas, as duas temáticas representavam metonimicamente a antropologia brasileira, já que a etnologia indígena era a temática privilegiada. Com exceção do Piauí e do Distrito Federal, todos os estados brasileiros abrigam grupos indígenas em seus territórios, porém a grande maioria desses grupos e parte substancial da população indígena vivem nos estados da região Norte do Brasil. Belém é a sede do centenário Museu Paraense Emílio Goeldi e do programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, e nessas duas instituições têm sido realizadas importantes investigações sobre as sociedades amazônicas. Qual é o leque de temáticas que prevalecem nessas instituições? Como as investigações nelas desenvolvidas alimentam a pesquisa antropológica feita em instituições lo-

calizadas em outros estados do norte do Brasil? Quem são os mestres egressos da única pós-graduação em antropologia da região Norte, para onde se dirigem depois de formados e em que tipos de pesquisa estão envolvidos?

A autora convidada para escrever sobre esse tema seria municiada pela coordenação do projeto com os seguintes dados: quadro dos grupos, linhas e projetos de pesquisa baseados em instituições da região Norte; produção intelectual no âmbito desses grupos e lista das dissertações defendidas no PPGAS da Universidade Federal do Pará.

A coleta de dados

Elaborados os termos de referência e convidados os autores, passou-se à coleta de material. Os coordenadores de pós-graduação dos dez programas em questão foram informados sobre o projeto e deles foi solicitada uma vasta gama de informações no início de 2003. Com maior ou menor presteza, recebemos todas as informações solicitadas. Em agosto, a coordenação tinha esses dados organizados em listas, tabelas e quadros sinópticos.

Foram contatados também técnicos da CAPES e do CNPq que lidam com avaliação e financiamento. As informações obtidas nesses contatos mostraram valor desigual. Informações que considerávamos essenciais não foram obtidas de modo adequado em razão de problemas dos bancos de dados das agências. Informações concernentes a bolsas no exterior e financiamento à participação em eventos fora do Brasil foram as mais complicadas de serem obtidas nos moldes que desejávamos. Por exemplo, uma das agências de fomento, ao ser solicitada a fornecer uma lista dos auxílios concedidos para participação em congressos no exterior, com especificação do país e do nome do evento, enviou à coordenação do projeto simplesmente uma planilha com o montante de recursos gastos anualmente nessa rubrica.

Foram também processadas as informações disponíveis por meio digital na CAPES, no CNPq e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Na CAPES, passamos em revista fina os relatórios enviados pelos dez programas no período 1996-2001. Tais relatórios se revelaram uma fonte rica de dados, embora muitas das informações ali contidas não sejam compatíveis com dados de outras fontes. O exemplo mais gritante se refere à comparação entre as informações referentes às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação constantes nesses relatórios e no diretório de grupos do CNPq. As informações das duas fontes são dificilmente comparáveis[5]. Aparentemente, ao preencher os relatórios anuais da CAPES, os programas entendem de maneira diferente os

[5] Ver o texto de Paula Montero.

diferentes itens de avaliação, tornando a comparação entre eles um exercício, muitas vezes irritante, de imaginação e inferências arriscadas.

No CNPq, analisamos o diretório de grupos da área de antropologia. Obtivemos, com isso, um quadro interessante da distribuição da pesquisa antropológica no país, em termos tanto regionais quanto institucionais.

No IBICT, tentamos produzir uma lista das teses em antropologia defendidas no exterior, em especial aquelas baseadas em pesquisas de campo realizadas fora do Brasil. O resultado foi frustrante, tendo sido oferecida ao autor convidado uma lista bastante incompleta das teses de doutorado no exterior feitas por bolsistas brasileiros que realizaram suas pesquisas além fronteiras. O banco de teses e dissertações desse órgão está muito incompleto e não oferece acesso por área do conhecimento, apenas por palavra-chave. Assim, não foi possível fazer um levantamento abrangente das teses e dissertações em antropologia defendidas no exterior por brasileiros bolsistas das agências de fomento à pesquisa.

A novidade de maior impacto do projeto reside no contato direto com mestres e doutores egressos dos programas de pós-graduação no período de 1992 a 2001. Pela primeira vez, tivemos oportunidade de desenhar um quadro realista sobre quem somos. No período em questão, os dez programas outorgaram 688 títulos de mestre e 199 títulos de doutor em antropologia.

Estava previsto no projeto que os egressos seriam solicitados a responder a um questionário que procuraria desvendar seu perfil profissional, social e acadêmico. A equipe de consultores, que já trabalhara em pesquisa semelhante, havia elaborado um questionário com esse fim, que nos serviu de ponto de partida, ao fornecer os parâmetros iniciais de sua dimensão, do tempo de aplicação e das maneiras de formular o conteúdo das questões. Tendo como base as questões postas nos termos de referência, desenhou-se um novo questionário, testado com antropólogos cuja titulação se deu em antes ou depois do período proposto. Com esta avaliação, foram feitas modificações no instrumento de coleta de dados.

Após ter identificado, com a colaboração dos coordenadores de pós-graduação e de assistentes de pesquisa por eles indicados, os egressos do período, contratou-se uma firma para a aplicar o questionário por telefone, o que ocorreu nos meses de agosto e setembro. O número de egressos contatados foi plenamente satisfatório, apesar de ter havido certo desequilíbrio no índice de contatos segundo os programas em que eles se titularam. Isso se deveu, entre outras coisas, à qualidade dos dados constantes nas fichas de identificação preenchidas pelos assistentes de pesquisa indicados pelos coordenadores dos programas e à mobilidade espacial dos pós-graduados. O maior índice de contato (84%) se deu com os egressos da Universidade Federal do Pará (UFPA), e o menor (35%) com os egressos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foram contatados cerca de 58% dos mestres e 70% dos doutores, o que constitui uma amostra muito representativa do universo.

Tabela 2 | Doutores em antropologia: universo e questionários aplicados, por universidade de titulação

Universidade de titulação	Universo de doutores [1]	Doutores localizados [2]	Falecidos [3]	Universo real (estimativa)* [4]	Questionários aplicados [5]	% [6]=[5]/[4]
UnB	34	23	-	34	23	67,6%
UFRGS	10	10	-	10	9	90,0%
UFRJ	72	57	2	69	52	74,8%
USP	83	54	-	83	54	65,1%
Total	199	144	2	196	138	70,2%

* Obtém-se a estimativa do universo real deduzindo-se, do universo original (col. 1), a proporção dos falecidos identificados durante a aplicação dos questionários.

Após receber o banco de dados com as respostas dos questionários, a equipe do projeto o submeteu a uma série de testes para eliminar incongruências de preenchimento e, a seguir, passou a fazer uma série de cruzamentos entre as diversas variáveis do instrumento, seguindo as direções indicadas e as hipóteses implícitas nos termos de referência. Originalmente, os dados oriundos do questionário seriam encaminhados apenas para os autores encarregados dos temas sobre as novas inserções no mercado de trabalho, a trajetória dos egressos e o papel do financiamento e da avaliação. Verificou-se, no entanto, que esses dados poderiam interessar a outros autores convidados, de modo que muitos deles receberam tabelas com dados oriundos do questionário.

Tabela 3 | Mestres em antropologia: universo e questionários aplicados, por universidade de titulação

Universidade de titulação	Universo de mestres [1]	Mestres localizados [2]	Ex-mestres, já doutores [3]	Falecidos [4]	Ex-mestres e falecidos [5]=[3]+[4]	Universo real (estimativa)* [6]	Questionários aplicados [7]	% [8]=[7]/*[6]
UFPA	25	21	1		1	24	20	84,0%
UnB	60	45	13		13	43	32	75,0%
UNICAMP	99	57	12	1	13	76	44	57,6%
UFPR	13	10	3		3	9	7	76,9%
UFSC	92	32	2		2	86	30	34,8%
UFF	35	22	1		1	33	21	62,9%
UFRGS	69	40	8	2	10	52	30	58,0%
UFPE	91	62	10		10	76	52	68,1%
UFRJ	117	66	20		20	82	46	56,4%
USP	87	49	8	2	10	69	39	56,3%
Total	688	404	78	5	83	551	321	58,3%

* Obtém-se a estimativa do universo real deduzindo-se, do universo original (col. 1), a proporção dos ex-mestres e falecidos identificados durante a aplicação dos questionários.

Comentários e sugestões

Os contornos da antropologia brasileira delineados nos trabalhos que compõem este livro sugerem que nossa disciplina é uma área consolidada e muito dinâmica. Como bem sabemos, todo dinamismo é temporal. As coisas mudam com o passar do tempo e o que subjaz à mudança, permanecendo o mesmo, é algo que estudamos sob a rubrica da identidade, tema escorregadio e que parece estar permanentemente em voga na antropologia. A temática da identidade percorre este livro em vários níveis e sobre ela dedico um dedo do pensamento.

Em sua contribuição neste volume, Ruben Oliven refletiu sobre o fato de que a antropologia não é uma profissão regulamentada no Brasil, cuja cultura política adora regulamentar tudo em que pode pôr as mãos. Guita Debert ressaltou que não existe, em nenhuma universidade brasileira, um curso de graduação em antropologia que poderia inculcar nos jovens graduandos um *ethos*, uma prática e um conjunto de valores e símbolos próprios aos antropólogos[6]. O que temos de mais próximo de uma graduação em antropologia são os cursos de ciências sociais, um grande guarda-chuva disciplinar que congrega, de maneira distinta, sociologia, ciência política e antropologia, e que, em um passado não muito remoto, incluía a economia. Mesmo assim, quase a metade dos mestres e doutores egressos dos programas de antropologia no período em que pesquisamos fizeram sua graduação em cursos que não são de ciências sociais[7]. Formaram-se, portanto, segundo um outro *ethos*, orientados por outros valores.

A inexistência de uma graduação em antropologia e o fato de a profissão não ser regulamentada contribuem para a constituição de uma identidade profissional peculiar. Tudo leva a crer que a identidade do antropólogo é construída com base em elementos que não têm necessariamente a natureza referencial, lexicográfica e autoritária das disposições legais. Isso significa que os processos de identificação na antropologia, mais que em outras disciplinas em que a lei estabelece quem é e quem não é parte do grupo, são mais fluidos, eventualmente contraditórios e não exclusivos, permitindo ou facilitando múltiplas identificações, assim como o trânsito entre elas.

As contribuições de Jane Felipe Beltrão e de Antônio Motta e Maria do Carmo Brandão, respectivamente sobre a antropologia na Amazônia e no Nordeste, sugerem a existência de múltiplas identificações. Nessas regiões, a pesquisa antropológica também é feita além dos estreitos muros dos dois programas de pós-graduação em antropologia, por docentes de programas de ciências

[6] Esse quadro deve mudar muito brevemente. A UnB está prestes a desdobrar seu curso de Ciências Sociais em dois bacharelados com entradas separadas no vestibular: antropologia e sociologia.

[7] Ver as contribuições de Guita Debert e Miriam Grossi.

sociais e de sociologia. Deve-se ressaltar aqui que essas atividades de pesquisa são percebidas como investigação antropológica. O texto de Paula Montero reforça esse ponto de vista, ao mostrar que a formação de profissionais em antropologia está concentrada em instituições do Centro-Sul do Brasil, apesar da "tendência à desconcentração institucional". A pesquisa antropológica tem "grande dispersão regional e institucional", sendo feita cada vez mais fora dos programas de pós-graduação em antropologia. Não fica claro nesses trabalhos, contudo, como pesquisadores que há anos estão vinculados a programas de sociologia e de ciências sociais mantêm a identidade de antropólogo. Sugiro que é razoável pensar que, nesse caso, as identificações são fortemente dependentes dos contextos em que são acionadas. Em algumas ocasiões, como os encontros regionais da ABANNE ou em momentos de disputa por distinção e prestígio no interior dos programas, pode ser mais gramatical acionar a identidade de antropólogo. Em outras, como os ritos de celebração internos às instituições, as disputas com outros programas de uma mesma instituição por vagas para docentes e recursos para pesquisa, a identidade híbrida de cientista social, ou mesmo a de sociólogo, pode ser mais instrumental. Este é, na verdade, um tema a ser investigado com mais profundidade, pois os desdobramentos daí advindos podem se revelar muito interessantes[8]. Em meu entender, a questão da(s) identidade(s) deve ser abordada por duas perspectivas complementares: a que leva em conta a natureza da formação e a da construção das redes de relações.

Os textos de Ruben Oliven, Guita Debert, Giralda Seyferth e Claudia Fonseca trazem uma série de elementos para pensar a natureza da formação do antropólogo. Uma conclusão compartilhada por muitos é a de que os programas são muito parecidos, especialmente no que se refere aos aspectos formais de sua organização e a suas propostas curriculares[9]. Sugiro que a compreensão dessa homogeneidade de superfície deve levar em conta elementos imponderáveis, cuja natureza é basicamente histórica, e dois fatores estruturais inter-relacionados: a) uma hierarquia da distinção construída internamente ao campo disciplinar que posiciona os dez programas em uma estrutura de prestígio; e b) o sistema de avaliação das agências de fomento, em especial a avaliação da CAPES, que gera, do exterior, padrões ideais[10]. Assim, a interação entre esses dois

[8] Os casos do Nordeste e da Amazônia não são exclusivos, mas antes extremos. Como mencionado no início desta introdução, uma das decisões mais difíceis que tive de tomar como coordenador do projeto foi a exclusão dos "programas mistos" na coleta de dados. Parte significativa deles está no Centro-Sul do país.

[9] Isso já havia sido apontado por Schwarcz (2002).

[10] Uma análise crítica, mas muito ponderada do papel da avaliação para a conformação da antropologia brasileira, encontra-se na contribuição de Giralda Seyferth.

fatores tem delineado as feições gerais da organização formal dos programas. Aqui e ali podem pipocar críticas e rebeldias relacionadas às especificações oriundas do exterior, impulsos para transformar o sistema de avaliação e a estrutura de prestígio, que são também dinâmicos, mas é clara a tendência à homogeneização no plano da organização formal e das propostas curriculares, como se houvesse um modelo a ser espelhado, a gosto ou contragosto.

Não pretendo sugerir que a dinâmica da formação dos profissionais é reativa e, por isso, conservadora. Na realidade, parece-me que essa homogeneidade é de superfície e opera basicamente no plano formal. Uma etnografia da formação revelaria, creio, que há, por trás da homogeneidade, diversidade, que os programas têm sua cara, se não individualmente, ao menos sob a forma de grupos de perfis. As informações sobre a endogenia (primária ou secundária) examinada por Ruben Oliven na análise das instituições de formação doutoral dos docentes dos vários programas sugerem a existência de perfis individuais ou de grupo. O que os dados agregados não mostram – só uma perspectiva etnográfica o faria – é algo que os nativos mais perceptivos sabem de forma sintética, prática e aproximativa: os programas têm sua cara e não é preciso muita informação para saber onde se formou um mestre ou doutor em antropologia. Freqüentemente são suficientes um tema, uma referência bibliográfica e um ou outro item do jargão... *et voilà*!

Como os programas constroem seu perfil e o reproduzem ao longo do tempo é um tema tocado em várias contribuições deste volume. Interessa-me aqui refletir sobre o processo por meio do qual eles fornecem aos mestres e doutores deles saídos os elementos para a elaboração de uma identificação profissional associada às suas caras, se há uma homogeneidade de superfície que a todos iguala. Sugiro que isso tem a ver com o que acontece durante o processo de formação, e que não se resume aos currículos dos cursos. Mais que ensinar antropologia, os programas formam antropólogos, e a formação é algo que não se resume a técnicas de ensino nem a conteúdos fixos ministrados em salas de aula. A formação implica um verdadeiro diálogo intelectual em que trocas de natureza total são realizadas. Nesse diálogo formativo, são compartilhadas tanto lealdades, reciprocidades, idéias, valores e experiências pessoais quanto os conteúdos da teoria e do método antropológico. Daí a importância da relação tutorial que existe em graus variados em todos os programas, em especial sob a forma da relação orientando-orientador. Daí também o sucesso da metáfora dos grupos unilineares de descendência para se compreender a formação e a identidade profissional dos antropólogos: a idéia de linhagens intelectuais. De certo modo, muito da dinâmica do campo pode ser analisada por intermédio dos grupos corporados de parentesco, com suas fissões, segmentações, incorporações e ficções.

As identificações que emergem desse processo formativo não são lexicográficas ou referenciais, nem estabelecidas por leis que regulam a inserção profissional,

e por isso mesmo são mais intensas e flexíveis, passíveis de manipulações por meio da construção de ficções sobre o pertencimento. Talvez seja para essa vivência única que se inicia com o ingresso na pós-graduação e prossegue por toda a vida profissional do egresso, que devemos olhar para capturar os elementos mais importantes da constituição da identidade do antropólogo e as principais fases de sua carreira profissional. A velha e boa antropologia do ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos (Fortes) e a sociologia das profissões da Escola de Chicago (Hughes, Becker e outros) parecem ainda ter muita coisa a informar.

Apesar de acreditar nesse quadro provisório do processo formativo, acho tudo isso muito metafísico. É um pano de fundo, mas não ajuda muito na compreensão das minúcias do processo pelo qual os antropólogos criam lealdades e reciprocidades com relação a indivíduos, grupos e instituições, como se sentem como membros desta ou daquela linhagem e como tais grupos se reproduzem no tempo por meio de complexos alinhamentos. Parece-me que a pista para chegar a esse entendimento pleno nos foi dada na contribuição de Peter Fry para este volume. Ao analisar a inserção internacional da antropologia brasileira (ou da comunidade nacional de antropólogos), Peter Fry olha a um só tempo para a sociabilidade profissional dos antropólogos, para sua economia (revelada na produção intelectual) e para suas representações (expressas no conteúdo dos textos produzidos). Sua conclusão é que não é a antropologia brasileira "que se internacionaliza ou não, são os docentes, alunos e pesquisadores que, *como indivíduos*, inserem-se em redes mais ou menos extensas e com uma variedade de conteúdos". Olhar para as redes empíricas das relações sociais no interior do campo disciplinar parece-me um bom conselho para lidar com a questão da identidade profissional.

Quem estudou com quem, quem publicou com quem, quem citou quem, quem contratou quem, quem integra o grupo de pesquisa de quem, quem convida quem e quem briga com quem? Esta é uma frase estilisticamente infeliz, mas expressa um interessante conjunto de perguntas antropológicas. Responder empiricamente a essas questões levaria, creio, a um entendimento mais minucioso da reprodução dos programas, da dinâmica da pesquisa antropológica, do processo de formação e da relação entre a antropologia e as agências de fomento, governamentais ou não. Acredito, porém, que há um campo de investigação em que a análise das redes de relações sociais pode ser especialmente produtiva: as novas inserções no mercado de trabalho, tema trabalhado neste volume com grande felicidade por Claudia Fonseca. Essas "novas" inserções certamente não são novas, mas parecem estar em uma curva ascendente. Revelam-se nas posições ocupadas por antropólogos nas ONGs, nos institutos de pesquisa, em agências governamentais, em sindicatos (todas elas em número ainda acanhado) e nas instituições privadas de ensino superior (campo que experimenta um

crescimento ímpar), em departamentos e institutos muitas vezes distantes da antropologia e das ciências sociais. A crescente heterogeneidade das inserções profissionais afeta profundamente a identidade profissional dos antropólogos. Essas novas inserções têm imenso potencial para ampliar as redes de relações sociais em que os antropólogos estão inseridos, alterar a dinâmica do campo disciplinar, realinhar alianças intelectuais e institucionais, transformar o processo de formação com novas demandas e modificar os sentimentos de pertencimento a um grupo profissional, com implicações inclusive no funcionamento da ABA e em sua forma de recrutamento de associados.

Acumulamos nas últimas décadas um grande número de estudos sobre o nosso fazer. Creio que este livro representa o primeiro esforço para mapear o campo disciplinar de forma abrangente, integrada e empírica, complementando o uso de dados quantitativos relacionados aos grandes agregados com o enfoque qualitativo dos estudos de caso. O dinamismo da antropologia brasileira, contudo, é constituído por processos de maturação lenta. A fim de mapear tendências que se consolidam em um período de tempo maior que o coberto por esta pesquisa, deixo uma sugestão para uma diretoria vindoura da ABA, talvez a direção que assumirá seu mandato em meados de 2012: retomar esta pesquisa, cobrindo os egressos da pós-graduação brasileira no período de 2002 a 2011.

Agradecimentos

Deu um trabalho enorme coordenar a tribo dos antropólogos, mas foi uma experiência extremamente gratificante e feliz. Graças a ela, adquiri uma perspectiva de nosso fazer bem mais ampla que aquela que possuía como antropólogo africanista, uma espécie relativamente exótica do zôo antropológico no Brasil. Alterei muito profundamente minha própria inserção no campo disciplinar. Aprendi a lidar de modo metódico – e a gostar de fazer isso – com certos tipos de informação que não são as mais populares em nosso sofisticado mundo intelectual. E, mais importante, tive nesse aprendizado a companhia encorajadora, cooperativa e motivada de um grande número de pessoas, cuja participação foi fundamental para que chegássemos ao fim da jornada com uma radiografia de nosso campo disciplinar.

Sem a iniciativa da direção da Associação Brasileira de Antropologia, o projeto que culminou com a produção deste livro não teria existido. Gustavo Lins Ribeiro e Antonio Carlos de Souza Lima, respectivamente presidente e vice-presidente da ABA, foram interlocutores vivos e dinâmicos, e deram à coordenação do projeto todo o apoio de que ela necessitou durante o processo. A CAPES bem compreendeu a importância do projeto e o apoiou com financiamento e com a colaboração de seus técnicos durante a fase de coleta de dados.

Jacques Velloso e Carlos Benedito Martins atuaram como consultores do projeto. Trouxeram para a coordenação toda a competência adquirida em seus trabalhos anteriores na avaliação da pós-graduação brasileira, realizados no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília (NESUB), e o fizeram com extrema generosidade, abertura de espírito, movidos por uma instigante curiosidade intelectual. A participação de ambos foi fundamental para desdobrar as questões gerais expostas no projeto em ações concretas de investigação. Também foi inestimável sua contribuição para a adequação das questões postas nos termos de referência às estratégias de coleta de dados, para a montagem do questionário aplicado aos egressos, para a interpretação inicial das informações coletadas e para a organização do banco de dados disponibilizado aos autores convidados. O NESUB ofereceu ainda o apoio de sua infra-estrutura.

Beatriz Porfírio Graeff e Luiz Alexandre Rodrigues da Paixão foram os assistentes da coordenação e trabalharam com dedicação ímpar e motivação invejável. O cuidado com que construíram o banco de dados que a ABA pôs em sua página na internet poderá ser mais bem avaliado nos próximos anos.

Os coordenadores de pós-graduação dos dez programas de antropologia deram apoio e inestimável ajuda ao projeto. Responderam às nossas demandas por informações, sempre volumosas, em um período em que estavam assoberbados de trabalho com o preenchimento de seus relatórios anuais. Gostaria de agradecer especialmente às professoras Jane Felipe Beltrão, da UFPA, e Sandra Stoll, da UFPR, por terem preenchido pessoalmente o formulário de identificação dos egressos de seus programas. Elas o fizeram com tal cuidado, que foi com os egressos desses programas que conseguimos o maior percentual de aplicação dos questionários.

Tânia Lúcia Ferreira da Silva, Marcelo Reges Pereira, Ana Maria Costa Albuquerque e Melo, Ivanete Ramos, Maria das Graças Reis Gonçalves, Allan Rodrigo Arantes Monteiro e Rosemeri Feijó trabalharam no preenchimento das fichas de identificação dos egressos em seus programas. Foi graças ao trabalho deles que conseguimos contatar número tão expressivo de mestres e doutores dispersos por todo o Brasil.

Por fim, desejo agradecer aos autores deste livro. A participação nesta empreitada, a boa vontade com que aceitaram, sem maiores reclamações, uma massa descarnada de dados, sob a forma de tabelas e gráficos que precisavam contextualizar e dar sentido com base nos termos de referência a eles propostos, assim como a disposição com que enfrentaram a tarefa, premidos pela agenda sempre apertada que a coordenação sinalizava, levam-me a concluir que valeu a pena.

Referências bibliográficas

MARTINS, Carlos Benedito
(2002) "A formação do sistema nacional de pós-graduação". Em: SOARES, Maria Susana Soares (org.). *Educação superior no Brasil.* Brasília: UNESCO/CAPES.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.)
(2002) "Ensino de pós-graduação: algumas primeiras noitas comparativas". Mimeo.

VELLOSO, Jacques (org.)
(2002) *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país,* vol. 1. Brasília: UNESCO/CAPES.
(2003) *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país,* vol. 2. Brasília: UNESCO/CAPES.

MIRIAM PILLAR GROSSI

Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia[1]

Introdução

A década de 1990, período analisado na pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), caracterizou-se por uma significativa expansão de antropólogos formados nos cursos de pós-graduação no Brasil. Expansão devida, de um lado, ao aumento da oferta de cursos de pós-graduação no país e à implantação de um maior controle formal desses cursos pelo sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), levando à aceleração do tempo médio de titulação (TMT); de outro, ao aumento da demanda por antropólogos titulados no mercado formal de trabalho[2].

Se a formação em nível de mestrado já está amplamente disseminada desde a segunda metade da década de 1970, a possibilidade de formação doutoral no país até o início dos anos 1990 estava restrita aos cursos oferecidos pelos programas de pós-graduação sediados em São Paulo (USP), no Rio de Janeiro (Museu Nacional), em Brasília (UnB) e em Porto Alegre (UFRGS). Na última década, houve aumento significativo dos cursos de pós-graduação em antropologia, tendo a formação doutoral incluído Florianópolis (UFSC) e Recife (UFPE)[3],

[1] Analiso, neste texto, alguns resultados da pesquisa sobre os egressos da pós-graduação no Brasil realizada pela Associação Brasileira de Antropologia. Uma versão preliminar foi apresentada no fórum sobre antropologia no Brasil, durante a XXVII Reunião Anual da ANPOCS, em Caxambu, de 22 a 25 de outubro de 2003. Agradeço particularmente a Wilson Trajano Filho pelos inúmeros diálogos, em diferentes circunstâncias, que travamos nos últimos anos sobre este tema, assim como aos comentários e criticas que me foram feitas por inúmeros colegas durante a primeira apresentação do trabalho.

[2] Não me deterei na análise dessa faceta da pesquisa, desenvolvida na primeira versão deste texto e apresentada durante a ANPOCS, pois foi realizada neste livro por Claudia Fonseca.

[3] Os doutorandos egressos desses dois cursos não fazem parte da pesquisa, pois ninguém havia se titulado até 2001. Além desses cursos, já está em funcionamento o curso de doutorado da Universidade Federal Fluminense, implantado em 2002.

e a de mestrado, Belém (UFPA), Curitiba (UFPR) e Goiânia (UCG), que criou em 2001 o primeiro mestrado profissional de Gestão do Patrimônio Cultural da área. Esse aumento significativo de cursos de pós-graduação tem permitido a ampliação do recrutamento de candidatos à pós-graduação em antropologia em outras regiões do país, alargando o leque de possibilidades de formação em antropologia no Brasil[4], que hoje totaliza oito cursos de doutorado[5] e dez de mestrado acadêmico.

Além desse aumento expressivo de cursos de pós-graduação oferecidos no país, a gradativa implantação de novos paradigmas de avaliação e financiamento da pós-graduação durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) fez com que o fluxo de alunos de pós-graduação crescesse significativamente. Os parâmetros de financiamento, caracterizados por um novo modelo de pós-graduação que considera o mestrado não mais como um diploma terminal e único na formação dos pesquisadores, levaram a uma drástica redução do tempo médio de titulação na área de antropologia: no inicio da década, era feito em quatro ou cinco anos e, atualmente, em dois ou três anos. Essa importante transformação no mestrado e o incremento de professores habilitados para orientação na pós-graduação aumentaram o fluxo de alunos nos programas e o conseqüente número de alunos titulados, como se pode observar na tabela 1.

No início da década (biênio 1992-93), foram defendidas 24 teses e 128 dissertações, ao passo que, no último biênio em análise (2001-02), o total praticamente dobra: 64 teses e 223 dissertações defendidas. Para melhor ilustrar o aumento real do número de trabalhos de conclusão defendidos no período, vejamos, na tabela 2, o número médio de trabalhos defendidos por ano na última década.

[4] Nas décadas de 1970 e 1980, havia um número significativo de antropólogos em formação doutoral no exterior, considerada então uma das prioridades da área. Na década de 1990, as bolsas no exterior diminuíram e passaram a ser dadas apenas para áreas pouco expressivas no Brasil e/ou para o desenvolvimento de projetos de pesquisa no exterior. Cabe salientar que parte dos candidatos à bolsa de doutorado no exterior nesse período era oriundo de cursos de mestrado em antropologia que não ofereciam formação de doutorado, situação bastante diferente em 2000. Infelizmente CAPES e CNPq não dispõem de dados de fácil acesso sobre os egressos de cursos de pós-graduação no exterior, o que torna difícil uma análise mais global da situação de todos os egressos dos diferentes sistemas de pós-graduação formados em antropologia e que hoje atuam nessa área. No fim deste artigo, voltaremos a analisar a situação desses doutores com os dados esparsos de que dispomos.

[5] Incluindo nesse número o recém-criado Doutorado em Antropologia, da UNICAMP, que abrirá sua primeira turma em 2005.

Tabela 1 | Número de titulados nos Programas de Pós-graduação em Antropologia

Período	"Biênio 92/93"	"Biênio 94/95"	"Biênio 96/97"	Triênio 98/99/ 2000	"Biênio 01/02*"	Total
Teses defendidas	24	26	39	91	64	244
Dissertações defendidas	128	120	166	283	223	920
Total de trabalhos de conclusão no período	152	146	205	374	284	1.164

Fonte: Avaliação CAPES – Dados do documento de área (2003) em www.capes.gov.br

* A avaliação deste período se fará de acorco com o triênio 2001/2002/2003, mas ainda não dispomos dos dados de 2003.

Tabela 2 | Média de titulados nos Programas de Pós-graduação em Antropologia

Período	"Biênio 92/93"	"Biênio 94/95"	"Biênio 96/97"	Triênio 98/99/ 2000	"Biênio 01/02*"
Média de teses defendidas por ano	12	13	19,5	30,3	32
Média de dissertações defendidas por ano	64	60	83	94,3	111,5
Média de trabalhos de conclusão no período	76	73	102,5	124,6	143,5

* A avaliação deste período se fará de acorco com o triênio 2001/2002/2003, mas ainda não dispomos dos dados de 2003.

A tabela mostra que o número de doutores titulados em 2002 é quase três vezes maior que em 1992, enquanto o número de mestres titulados no período praticamente duplica, passando de uma média de 64 dissertações defendidas no primeiro biênio (1992-93) para uma média de 111,5 no ultimo biênio (2001-02).

A pesquisa da ABA

Os dados de que dispomos falam, portanto, de diferentes conjuntos de alunos, uma vez que apenas sete programas (MN, UnB, USP, UNICAMP, UFRGS, UFSC e UFPE) tiveram mestres egressos ao longo de todo o período analisado (1992-2001). Dois deles iniciaram suas atividades em 1994 (UFPA e UFF) e um em 1999 (UFPR), e por isso constituíram um universo bem menor para a análise. Da mesma forma, a pesquisa só estudou os doutores egressos de quatro programas (MN, UnB, USP e UFRGS), pois três dos atuais doutorados, criados em 1999 (UFSC), 2001 (UFPE) e 2002 (UFF), ainda não tinham egressos no período de abrangência da pesquisa.

Há dois universos de egressos reconhecidos como antropólogos tanto pela ABA (na condição de sócios) quanto pelas instituições em que atuam que não foram contemplados por essa pesquisa: os doutores formados no exterior e os egressos de cursos de pós-graduação em ciências humanas, como o doutorado da UNICAMP em Ciências Sociais ou Sociologia, nos quais há, via de regra, antropólogos que atuam como docentes e orientadores. Esses programas também têm formado um número significativo de mestres e doutores com atuação na área de antropologia[6].

Para seguir em nossa análise, vejamos agora a tabela 3, que mostra o número de egressos de mestrado e doutorado por curso durante o período da pesquisa. Os dados da tabela mostram que a USP (83 doutores) e o Museu Nacional (72 doutores) foram os programas que mais titularam doutores, enquanto o Museu Nacional (117 mestres), a UNICAMP (99 mestres), a UFSC (92 mestres) e a UFPE (91 mestres) lideram a titulação de mestres.

Passemos agora à análise dos dados sobre egressos obtidos na pesquisa realizada pela ABA.

[6] Infelizmente, não pude fazer acrescentar aos dados produzidos pela pesquisa da ABA os egressos com formação em antropologia nos cursos de ciências sociais e de sociologia, pois o importante trabalho de Carlos Benedito Martins e outros (2002) sobre os egressos desses cursos não traz dados que permitam separar os antropólogos do conjunto de egressos.

Tabela 3 | Total de egressos de mestrado e doutorado em cada programa no período de 1992 a 2001

Instituição	Mestres	Doutores
UFPA	25	-
UnB	60	34
UNICAMP	99	-
UFPR	13	-
UFSC	92	-
UFF	35	-
UFRGS	69	10
UFPE	91	-
UFRJ/Museu Nacional	117	72
USP	87	83
Total	688	199

Quem são nossos egressos?

Em linhas gerais, os dados da pesquisa mostram que os egressos dos programas de pós- graduação em antropologia são, em sua maioria, mulheres e têm em média 33,7 anos ao terminar o mestrado, e 40,9 anos ao terminar o doutorado. A maior parte deles atua em Instituições de Ensino Superior (IES): os mestres majoritariamente em instituições particulares e os doutores em instituições públicas. Parte significativa dos egressos realiza pesquisas, muitas vezes sem financiamento, e participa regularmente das principais reuniões científicas da área: Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Reunião anual da ANPOCS, Reunião dos Antropólogos das Regiões Norte/Nordeste (ABANNE) e Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), encontros que desempenham papel fundamental na construção das principais redes acadêmicas no interior do campo antropológico brasileiro e são importantes espa-

ços de reconhecimento e inclusão dos egressos em redes acadêmicas no campo antropológico.

Analisaremos a seguir diferentes tabelas fornecidas por essa pesquisa, a fim de ilustrar melhor o perfil delineado.

Sexo e gênero

Tabela 4 | Mestres e doutores em antropologia: instituição de titulação segundo o sexo (%)

	Instituição de titulação										
	UFPA	UFPE	UFF	UFRJ	UNICAMP	USP	UFPR	UFSC	UFRGS	UnB	Total
MESTRES											
Masculino	40,0	12,8	26,7	37,8	18,8	25,7	33,3	28,6	43,3	24,1	27,9
Feminino	60,0	87,2	73,3	62,2	81,3	74,3	66,7	71,4	56,7	75,9	72,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DOUTORES											
Masculino				42,0		36,0			55,6	43,5	40,9
Feminino				58,0		64,0			44,4	56,5	59,1
Total				100,0		100,0			100,0	100,0	100,0

A tabela 4 mostra que os antropólogos oriundos dos PPGAS nos últimos dez anos são em sua grande maioria mulheres: 72,1% dos mestres e 59,1% dos doutores. Observa-se que a feminilização da profissão é muito maior no mestrado, etapa cada vez mais considerada intermediária na profissionalização. No doutorado, há um número maior de homens titulados (40,9%). Chama a atenção os dados do PPGAS da UFRGS, único programa a titular mais doutores (55,6%) que doutoras (44,4%), dado que talvez se deva ao fato de ser o último programa criado e ao número reduzido de egressos do doutorado, apenas dez. A feminilização da profissão de antropólogo tem sido observada também em outros países, contrariando um movimento inicial de institucionalização da profissão reconhecida por suas características masculinas[7]. Não se pode, contudo, inferir que um número maior de mulheres doutoras em antropologia signifique sua maior participação no campo antropológico de maior prestígio, pois a análise dos dados dos últimos concursos públicos para professor adjunto em universidades federais e dos concursos PRODOC-CAPES mostra que, apesar da existência de um maior número de mulheres tituladas, há maior recrutamento de jovens doutores do sexo masculino na maior parte das instituições de elevado reconhecimento profissional na área[8]. Da mesma forma, pode-se observar, na análise dos dados referentes aos docentes dos programas de pós-graduação da área, que há um aparente equilíbrio do recorte sexo/gênero na composição desses cursos, com 50% de professores de cada sexo no conjunto de docentes do Brasil[9].

[7] Infelizmente, não dispomos de dados qualitativos sobre as motivações segundo o gênero dos egressos, o que poderia ajudar a compreender esse movimento de feminilização, que pode refletir tanto o aumento de escolarização das mulheres quanto transformações importantes na imagem e nas práticas profissionais no quadro da antropologia brasileira. Dados de pesquisa que venho realizando há alguns anos sobre o surgimento e a institucionalização da antropologia como disciplina acadêmica na França mostram que, se havia, em seu início nos anos 1930, forte presença de mulheres na disciplina (próxima de 30%), ocorreu um movimento de exclusão das mulheres no período do pós-Guerras, momento em que também a antropologia encontra importante reconhecimento no campo científico mais geral (Grossi e Rial 2002).

[8] Quatro das cinco bolsas PRODOC-CAPES concedidas para recém-doutores da área de antropologia em 2003 foram ocupadas por homens (UFRGS, UFSC, UFPR, UnB). Os dois recentes concursos realizados para professor adjunto na área de antropologia mostram equilíbrio (talvez inconsciente, por parte das bancas) entre homens e mulheres: na USP, em 2003, foram admitidos um homem e duas mulheres; na UFPR, em 2004, dois homens e uma mulher, que serão proximamente integrados ao corpo docente dos cursos. Evidentemente, esses dados merecem uma análise qualitativa mais cuidadosa, para que se possa aprofundar a reflexão sobre maior ou menor feminilização da disciplina no Brasil.

[9] Dado obtido nos documentos de avaliação trienal da CAPES (www.capes.gov.br).

Idade

Tabela 5 | Mestres em antropologia: idade no fim do curso, segundo a instituição de titulação (%)

Idade no final do curso	Instituição do programa										
	UFPA	UFPE	UFF	UFRJ	UNICAMP	USP	UFPR	UFSC	UFRGS	UnB	Total
Até 30 anos	25,0	25,0	33,3	58 ,7	52,3	38,5	28,6	26,7	36,7	50,0	39,6
De 31 a 35 anos	40,0	23,1	33,3	26,1	34,1	25,6	28,6	36,7	40,0	21,9	29,9
De 36 a 40 anos	10,0	17,3	9,5	4,3	9,1	17,9	14,3	20,0	13,3	15,6	13,1
De 41a 45 anos	15,0	21,2	4,8	4,3	-	15,4	14,3	13,3	6,7	6,3	10,0
46 anos e mais	10,0	13,5	19,0	6,5	4,5	2,6	14,3	3,3	3,3	6.3	7,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A tabela acima mostra que a média nacional de titulação é maior na faixa de menos de trinta anos, 39,6% do total. Esse número de jovens mestres é a faixa de maior representatividade no Museu Nacional (58,7%) na UNICAMP (52,3%) e na UnB (50%). Já na UFRGS, na UFPA e na UFSC, a idade de titulação majoritária passa para a faixa de 31 a 35 anos. Apesar das novas tendências observadas na política de formação de mestres, observa-se que as faixas de maior idade de titulação ainda têm freqüência significativa: 13,1% do total de titulados na faixa de 36 a 40 anos, 10% na faixa de 41 a 45 anos e 7,5% na faixa de 46 anos ou mais, perfazendo 30,6% dos mestres titulados com mais de 36 anos.

A tabela 6 traz um dado importante para inferir o tempo decorrido entre a conclusão da graduação e a titulação de mestre. Esse tempo inclui não apenas a duração do mestrado, como também o tempo de espera entre o fim da graduação e o inicio do mestrado.

A tempo médio nacional entre esses dois momentos é de oito anos, para alunos que concluem a graduação com 25,3 anos e o mestrado com 33,7 anos, em média. É importante destacar que esse tempo é maior na UFPE (12 anos), na UFPA e na UFPR (dez anos), e na UFF e na UFSC (nove anos), enquanto na UFRJ, na UNICAMP e na USP não ultrapassam sete anos. Esses dados sugerem perfis diferenciados de mestrandos nas várias universidades, sendo em

Tabela 6 | Mestres em antropologia: média e mediana das idades, ao concluir a graduação e o curso de mestrado

Instituição do programa	Estatísticas	Idade ao concluir a graduação	Idade ao concluir o mestrado
UFPA	Média	26,6	35,9
	Mediana	25,0	34,5
UFPE	Média	25,4	37,1
	Mediana	24,5	36,0
UFF	Média	26,1	35,2
	Mediana	25,0	32,0
UFRJ	Média	24,3	31,5
	Mediana	23,0	29,0
UNICAMP	Média	24,7	31,8
	Mediana	24,0	30,0
USP	Média	26,1	33,7
	Mediana	25,0	33,0
UFPR	Média	24,6	34,9
	Mediana	23,0	31,0
UFSC	Média	25,3	34,0
	Mediana	23,5	32,5
UFRGS	Média	25,4	32,8
	Mediana	24,0	32,0
UnB	Média	25,3	32,0
	Mediana	24,0	30,0
Total	Média	25,3	33,7
	Mediana	24,0	32,0

parte delas composto por jovens recém-formados e em outras por pessoas já ingressadas no mercado de trabalho[10].

[10] A análise dessa tabela exige uma análise qualitativa sobre o que leva os candidatos a esperar mais ou menos tempo para o ingresso no mestrado: se é um projeto que se forma mais tarde na carreira ou se já é um projeto existente na graduação e o aluno "ainda não se sente preparado" para a seleção. Para um maior aprofundamento dessa análise, seria necessário estudar também os dados relativos aos alunos aceitos e reprovados nos processos seletivos dos diferentes programas.

Tabela 7 | Doutores em antropologia: idade no fim do curso, segundo a intituição de titulação

Idade no final do curso	Instituição do programa				
	UFRJ	USP	UFRGS	UnB	Total
Até 30	3,8	1,9	-	4,3	2,9
De 31 a 35	19,2	16,7	33,3	17,4	18,8
De 36 a 40	32,7	20,4	55,6	34,8	29,7
De 41 a 45	32,7	33,3	11,1	8,7	27,5
46 e mais	11,5	27,8	-	34,8	21,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Na tabela 7, encontramos a idade dos doutores em antropologia no fim do curso, ou seja, no momento em que se titularam. Observamos que a principal faixa etária de titulação é a que vai de 36 a 40 anos (29,7%), seguida de perto pelas faixas superiores, de 41 a 45 anos (27,5%), e de 46 ou mais (21%). A proporção de jovens titulados com menos de 35 anos é de apenas 21,7%, sendo que a maior parte deles titula-se entre 31 e 35 anos (18,8%). Apenas uma parcela muito pequena de doutores se forma com menos de trinta anos (2,9%). Vale destacar que a maioria dessa pequena parcela de titulados com menos de trinta anos está nas duas instituições de excelência da área, a UnB (4,3%) e o UFRJ/Museu Nacional (3,8%), ambas pioneiras na implantação de uma política de "passagem direta" do mestrado para o doutorado[11].

[11] A política dita de "passagem direta" do mestrado para o doutorado ainda não tem um modelo claramente definido na área de antropologia, seguindo hoje diferentes formas. Tanto na UnB quanto no Museu Nacional é exigida a defesa de uma dissertação de mestrado para o pleito à inscrição no doutorado, sem a obrigatoriedade de passar por seu processo convencional de seleção.

Tabela 8 | Doutores em antropologia: média e mediana das idades, ao concluir a graduação, o curso de mestrado e o de doutorado

Instituição do programa	Estatísticas	Idade ao concluir a graduação	Idade ao concluir o mestrado	Idade ao concluir o doutorado
UFRJ	Média	23,7	31,1	40,1
	Mediana	23,0	30,0	40,0
USP	Média	24,3	31,9	42,3
	Mediana	24,0	31,0	43,0
UFRGS	Média	24,9	30,1	36,2
	Mediana	24,0	30,0	36,0
UnB	Média	25,0	31,4	41,2
	Mediana	24,0	30,0	40,0
Total	Média	24,2	31,4	40,9
	Mediana	24,0	30,0	40,0

A tabela 8 mostra as médias de idade dos doutores em antropologia nos três principais momentos de sua formação: fim da graduação, fim do mestrado e fim do doutorado. Para os egressos do curso de doutorado, a idade média de titulação na graduação é de 24,2 anos, no mestrado, 31,4 anos, e no doutorado, 40,9 anos. Esses dados mostram que os alunos que seguem os estudos de doutorado após o mestrado são os que se formam no mestrado com dois anos a menos que aqueles que apenas fizeram mestrado, dado analisado em tabela anterior. A UFRGS tem a média mais baixa de idade de titulação no doutorado: 36 anos[12]. Essa tabela também mostra que poucos alunos fazem a formação direta entre graduação e mestrado, e entre mestrado e doutorado, pois a média de tempo entre uma titulação e outra é de 7,2 anos, na passagem da graduação para o mestrado, e de 9,5 anos, na passagem do mestrado para o doutorado.

Os dados das duas últimas tabelas mostram que a formação doutoral na área de antropologia é longa e feita em um vasto período de tempo, com vários intervalos entre a graduação (feita em média aos 24 anos), o mestrado (em média aos 31 anos) e o doutorado (em média aos 41 anos)[13]. Mais que o tempo despendido

[12] Como assinalamos, os dados relativos aos egressos do doutorado da UFRGS devem ser relativizados, pois trata-se de um universo muito pequeno para maiores generalizações.

[13] Esse dado mostra que é necessária uma revisão do critério de idade máxima de quarenta anos para a implementação de alguns programas de absorção de recém-doutores como PRODOC-CAPES ou PROFIX-CNPq. A maioria dos recém-titulados em nossa área tem idade superior à definida por esses programas.

no curso, são os intervalos entre os três níveis de formação que prolongam a idade de formação em antropologia[14].

Escolaridade dos pais

Tabela 9 | Mestres em antropologia: escolaridade da mãe, segundo a instituição de titulação (%)

Escolaridade da mãe	Instituição do programa										Total
	UFPA	UFPE	UFF	UFRJ	UNICAMP	USP	UFPR	UFSC	UFRGS	UnB	
1°grau	52,6	51,0	21,1	7,7	37,8	38,2	42,9	61,5	37,9	23,1	36,9
2° grau	31,6	29,4	42,1	38,5	29,7	20,6	14,3	19,2	34,5	38,5	30,7
Superior	15,8	19,6	36,8	53,8	32,4	41,2	42,9	19,2	27,6	38,5	32,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 10 | Mestres em antropologia: escolaridade do pai, segundo a instituição de titulação (%)

Escolaridade do pai	Instituição do programa										Total
	UFPA	UFPE	UFF	UFRJ	UNICAMP	USP	UFPR	UFSC	UFRGS	UnB	
1°grau	47,4	54,9	10,5	12,8	35,1	38,2	42,9	53,8	48,3	19,2	36,9
2° grau	31,6	19,6	52,6	20,5	24,3	14,7	14,3	15,4	27,6	34,6	24,4
Superior	21,1	25,5	36,8	66,7	40,5	47,1	42,9	30,8	24,1	46,2	38,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

[14] Esses dados se ligam às inúmeras reflexões sobre o tempo de formação em antropologia, questão que tem sido polarizada nos últimos encontros da ABA em torno do tema "tempo médio de titulação (TMT)", imposto pelas agências de financiamento em relação à distribuição de recursos e bolsas. Parece haver consenso na área de que é necessário um tempo de preparação entre o mestrado e o doutorado, o que contraria o projeto de "doutorado direto" ou de "passagem direta" entre o mestrado e o doutorado das agências financiadoras da pós-graduação.

As tabelas 9 e 10 revelam que a pós-graduação em antropologia, em particular o mestrado, é um raro espaço de democratização da formação superior no Brasil, pois apenas 38,2% dos pais e 32,4% das mães dos mestres têm curso superior[15]. O percentual de pais com apenas o 1° grau (37,1%) é bem maior que o de pais com 2° grau (24,7%), ao passo que o percentual de mães que têm apenas o 1° grau é de 36,9% e o 2° grau, 30,7%.

Esses dados não são os mesmos em todos os programas. Na UFRJ, por exemplo, a instituição em que os pais dos alunos têm maior capital cultural, observa-se que a maioria dos egressos do mestrado são de famílias com educação superior em que os pais representam 66,7% e as mães 53,8% do total. Esses índices são radicalmente diferentes em instituições como a UFSC, em que 53,8% dos pais e 61,5% das mães dos egressos do mestrado têm apenas o 1° grau.

Tabela 11 | Doutores em antropologia: escolaridade da mãe, segundo a instituição de titulação (%)

Escolaridade da mãe	Instituição do programa				Total
	UFRJ	USP	UFRGS	UnB	
1°grau	32,7	39,2	50,0	36,4	36,8
2° grau	42,3	31,4	25,0	22,7	33,8
Superior	25,0	29,4	25,0	40,9	29,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 12 | Doutores em antropologia: escolaridade do pai, segundo a instituição de titulação (%)

Escolaridade do pai	Instituição do programa				Total
	UFRJ	USP	UFRGS	UnB	
1° grau	26,9	31,4	25,0	31,8	29,3
2° grau	25,0	15,7	25,0	13,6	19,5
Superior	48,1	52,9	50,0	54,5	51,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

[15] Estes dados mostram o quanto as bolsas concedidas pelas agências de financiamento foram importantes na formação desta geração de pós-graduandos, uma vez que explicitam ascensão social

Observando as tabelas 11 e 12, nota-se que o doutorado é feito prioritariamente por alunos cujos pais têm capital cultural familiar mais alto. A maioria dos doutores em antropologia são oriundos de famílias em que os pais têm instrução universitária (51,1%) e as mães formação escolar bastante inferior: apenas 29,3% têm formação superior. A tabela 12 também mostra que o número de mães com curso superior na UnB (40,9%) é superior ao da UFRGS, em que predomina a faixa de mães que possuem apenas o 1° grau (50%).

A formação de pós-graduação e o mercado de trabalho

Tabela 13 | Mestres em antropologia: situação de trabalho e atividade remunerada atual (%)

	Situação do Trabalho atual	Total
Situação de trabalho atual	Procura trabalho	3,1
	Aposentado	
	Outra situação	21,3
	Plena atividade	70,7
	Parcialmente/totalmente afastado	4,9
Total	Total	100,0
	Atividade remunerada atual	
Atividade remunerada atual	Emp. setor público	50,7
	Emp. setor privado	31,8
	Emp. Organismo internacional	0,5
	Autônomo/consultor	12,0
	Proprietário	2,3
	ONG/entidades	2,8
Total	Total	100,0

significativa, sobretudo se cruzados com as informações sobre as motivações para fazer o doutorado, em que o incentivo da bolsa de estudo é apontado como um dos fatores mais importantes para a tentativa de ingressar no doutorado (25,4% dos entrevistados).

Não há dúvida de que a formação pós-graduada tem papel fundamental na entrada no mercado de trabalho. Ela, contudo, acontece de forma significativamente diferente para mestres e doutores. Nem todos os egressos/mestres estão inseridos no mercado de trabalho no momento da pesquisa: apenas 70,7% dizem estar em plena atividade. Muitos (21,3%) assinalam o item "outra situação", mas apenas 3,1% afirmam estar procurando trabalho. Mais da metade dos que estão em atividade (56,7%) atuam em Instituições de Ensino Superior, e 18% estão na administração pública.

Tabela 14 | Doutores em antropologia: situação de trabalho e atividade remunerada atual (%)

	Situação do Trabalho atual	Total
Situação de trabalho atual	Procura trabalho	1,5
	Aposentado	2,3
	Outra situação	3,8
	Plena atividade	91,0
	Parcialmente/totalmente afastado	1,5
Total	Total	100,0
	Atividade remunerada atual	
Atividade remunerada atual	Emp. setor público	74,8
	Emp. setor privado	20,3
	Emp. organismo internacional	0,8
	Autônomo/consultor	3,3
	ONG/entidades	0,8
	Total	100,0

A grande maioria dos doutores está em plena atividade (91,0%). Apenas 1,5% está procurando emprego e 2,3% estão aposentados. Entre os doutores empregados, 74,8 % estão no setor público. O setor privado aparece em segundo lugar, com 20,3% dos doutores. Apenas 3,3% atuam como consultores autônomos. A presença de doutores em ONGs é inexpressiva (0,8%), em contraste com a atração que esse setor começa a exercer sobre os egressos mestres, como veremos adiante.

Tabela 15 | Mestres em Antropologia: tipo de trabalho atual (%)

Tipo de trabalho atual	Total
Admin. públ.	18,0
Empresa	3,2
IES	56,7
Outra inst. ens.	4,1
Inst. Pesquisa	3,2
Inst. assess./ONG	5,5
Organ. pol., sind.,etc.	0,5
Organ. internacional	0,9
Outra	7,8
Total	100,0

Tabela 16 | Mestres e doutores em antropologia: média e mediana da renda atual, segundo o ano de conclusão do curso

Ano de conclusão do curso	Média		Mediana	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
1992	3.350	5.143	3.000	5.000
1993	3.542	5.167	3.500	5.000
1994	3.208	4.071	3.000	3.000
1995	3.000	4.333	3.000	4.000
1996	2.961	4.429	3.000	5.000
1997	3.110	4.462	3.000	4.000
1998	2.963	3.964	3.000	4.000
1999	2.647	4.181	2.000	3.500
2000	2.222	3.733	2.000	3.000
2001	2.155	3.781	2.000	3.500
Total	2.705	4.193	2.000	4.000

A tabela 15 revela que o leque de opções de trabalho dos egressos mestres é bem mais diversificado que o dos doutores. A docência é também a principal ocupação dos egressos do mestrado, 56,7% em instituições de ensino superior e 4,1% em outras instituições de Ensino, seguida pela atuação na administração pública (18%). Entre as outras atividades registradas, destaca-se a presença em ONGs (5,5%), institutos de pesquisa (3,2%) e empresas (3,2%), organismos internacionais (0,9%) e organizações sindicais e políticas (0,5%).

A renda dos egressos

Os dados da Tabela 16 mostram que o salário médio de um mestre em antropologia formado nos últimos dez anos é de R$ 2.705,00, ao passo que o de um doutor é de R$ 4.193,00[16]. O tempo de titulação tem papel preponderante no rendimento médio tanto de mestrandos quanto de doutorandos. A diferença salarial entre os recém-titulados e os titulados há mais de dez anos é de 30% do rendimento. O salário médio de recém-mestres é de R$ 2.155,00, enquanto o de mestres com mais de dez anos de titulação, R$ 3.350,00 reais. O salário médio de recém-doutores é de R$ 3.781,00, e o de doutores com mais de dez anos de titulação, R$ 5.143,00. Pode-se observar que mestres com mais de dez anos de titulação têm rendimento semelhante ao dos recém-doutores. Isso mostra que quanto mais tempo o mestre está no mercado de trabalho, mais difícil é sua volta à pós-graduação, uma vez que sua renda é similar à de um doutor que ingressa no mercado de trabalho e o valor da bolsa de doutorado é bastante

Tabela 17 | Mestres e doutores em antropologia: média e mediana da renda atual, segundo a dependência administrativa da IES em que trabalha

Dependência administrativa da IES	Média		Mediana	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
Pública	2.406	4.033	2.000	4.000
Particular	2.286	4.868	2.000	5.000
Total	2.349	4.189	2.000	4.000

[16] Dados recolhidos em 2003 e que certamente já não são os mesmos no momento da publicação deste livro, particularmente no setor privado.

inferior a seus rendimentos como professor[17]. O tabela 17 mostra a diferença salarial entre instituições públicas e particulares.

Os salários os doutores que atuam em instituições particulares (R$ 4.868,0) são nitidamente superiores aos dos que estão em instituições públicas (R$ 4.033,00), no entanto os salários dos mestres nas instituições públicas são levemente maiores (R$ 2.405,00) que os dos que estão nas particulares (R$ 2.286,00). Esses dados indicam, com clareza, a atual desvalorização do trabalho docente qualificado nas instituições publicas, assim como apontam para as dificuldades que estas, em particular os Programas de Pós-Graduação em Antropologia nelas sediados, terão nos próximos anos para repor seus quadros docentes com novos doutores, haja vista as instituições particulares serem economicamente mais atrativas para os doutores.

Tabela 18 | Mestres e doutores em antropologia: média e mediana da renda atual, segundo a atuação na academia

Atuação na academia	Média		Mediana	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
Atua na academia	2.250	4.167	2.000	4.000
Não atua na academia	3.085	4.359	3.000	4.000
Total	2.705	4.193	2.000	4.000

A tabela 18 mostra que o salário dos egressos que têm apenas mestrado e atuam na academia é nitidamente inferior (R$ 2.250,00) ao salário dos que não atuam na academia (R$ 3.085,00). Para os doutores, essa diferença não é tão significativa, pois quem atua em instituições de ensino recebe em média R$ 4.167,00, enquanto quem está fora da academia recebe em média R$ 4.359,00. O salário é nitidamente mais alto para aqueles que atuam em organismos internacionais (R$ 7.500,00 para doutores e R$ 3.500,00 para mestres), porém representam uma parcela pequena do universo estudado.

Os dados relativos aos salários dos egressos da pós-graduação em antropologia são similares aos dados obtidos em estudos da CAPES (Velloso 2002a e b)

[17] Em março de 2004, o valor das bolsas de doutorado estava em torno de R$ 1.250,00 e de mestrado, em torno de R$ 900,00, os quais incluem o reajuste dado pelas agências de financiamento no início do mesmo ano.

sobre egressos de outros cursos de pós-graduação que atuam em universidades públicas. Quando se trata de outros tipos de emprego, contudo, os dados contrastam com os de egressos de outros cursos que não atuam na academia[18].

A filiação institucional

A filiação institucional dos egressos dos programas de pós-graduação em antropologia é um dos dados mais revelantes da pesquisa encomendada pela ABA, pois mostra que parte significativa dos antropólogos não está vinculada a departamentos ou programas de pós-graduação em antropologia, atuando principlamente em outros cursos de graduação e pós-graduação, como mostra a tabela 19.

Tabela 19 | Mestres em antropologia: departamento onde atua como professor, segundo a dependência administrativa (%)

Departamento onde é professor	Dependência administrativa			
	Pública		Particular	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Antropologia	13	21,3	1	1,8
Ciências Sociais	17	27,9	9	16,4
Sociologia	2	3,3	1	1,8
Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia	0	–	1	1,8
Antropologia e Ciências Sociais	1	1,6	1	1,8
Outro	28	45,9	42	76,4
Total	61	100,0	55	100,0

[18] Encontramos nos dois volumes sobre os egressos da pós-graduação organizados por Jacques Velloso dados relativos à remuneração dos egressos dos cursos de administração, agronomia, bioquímica, direito, clinica médica, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, física, geociências, odontologia, psicologia, química e sociologia. Apesar de realizada alguns anos antes da pesquisa da ABA, as remunerações registradas são nitidamente superiores em todos os casos de atuação profissional de mestres e doutores que estão fora das instituições de ensino superior públicas. De forma geral, os dados desta pesquisa revelam salários proporcionalmente maiores para mestres atuando fora do campo acadêmico, o que indica tratar-se de titulação com bastante valor no mercado de trabalho.

Tabela 20 | Mestres em antropologia: outros departamentos onde atua como professor, segundo a dependência administrativa (%)

Outros Departamentos	Dependência administrativa			
	Pública		Particular	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Relações internacionais			3	7,1
Economia			1	2,4
Administração	1	3,6	3	7,1
História	3	10,7	3	7,1
Instituto de humanidade	1	3,6	1	2,4
Fisioterapia	1	3,6		
Comunicação social	1	3,6	2	4,8
Ciência humanas			2	4,8
Psicologia			7	16,7
Filosofia	1	3,6	1	2,4
Letras	2	7,1		
Educação	1	3,6		
Serviço social			1	2,4
Turismo			1	2,4
Fonoaudiologia	1	3,6		
Educação física	1	3,6		
Ciências domésticas	1	3,6		
Designer	1	3,6		
Nesc	1	3,6		
Histologia	1	3,6		
Centro educacional	1	3,6		
Medicina	1	3,6		
Ciência contábeis			1	2,4
Música	1	3,6		
Direito	1	3,6	3	7,1
Engenharia			1	2,4
Saúde coletiva	1	3,6		
Política e trabalho social	1	3,6	1	2,4
Gestão ambiental			1	2,4
Estudos sociais			1	2,4
Arquitetura e urbanismo	1	3,6		
Curso de farmácia	1	3,6		
Letras e ciências humanas	1	3,6	1	2,4
Administração e Comunicação			1	2,4
Administração/ publicidade/ propaganda			1	2,4
Administração e Turismo	1	3,6		
Filosofia e ciências humanas			1	2,4
Vários setores	1	3,6		
Pedagogia			2	4,8
Não tem departamento			1	2,4
Marketing			1	2,4
Teologia			1	2,4
Total	28	100,0	42	100,0

Constatamos que a maioria dos mestres atua em "outros" departamentos: 45,9% para aqueles que atuam em instituições de ensino superior públicas e 76,4% para aqueles que atuam em particulares. A presença de mestres em departamentos de antropologia ou departamentos próximos da disciplina, como ciências sociais, sociologia e outras combinações no interior das ciências sociais, é bem maior para aqueles que atuam em instituições públicas: 21,3% lotados em departamentos de antropologia e 32,8% nos demais departamentos afins.

A tabela 20 é de grande riqueza para análise da amplitude de atuações e influências que a antropologia tem em outras áreas do conhecimento universitário. Além de algumas áreas em que há uma concentração maior de professores como história (10,7% nas públicas e 7,1% nas particulares), psicologia (16,7% nas particulares), letras (7,1% nas públicas), administração (7,1% nas particulares), direito (7,1% nas particulares), pedagogia (4,8% nas particulares), observa-se a presença de antropólogos em mais de quarenta departamentos de diferentes áreas de conhecimento, embora a maior parte deles conte com a presença de apenas um antropólogo. Esse panorama revela que o mestrado em antropologia abre um vasto campo de ação aos antropólogos, que podem atuar em inúmeras frentes. Nem sempre, contudo, como relatam alguns desses egressos, a atuação diz respeito exclusivamente ao ensino de antropologia, uma vez que vários ministram diversas disciplinas, nas quais em geral são incorporados tópicos e leituras antropológicas[19].

Os doutores que atuam em instituições públicas estão majoritariamente vinculados a departamentos de antropologia (47,6%), ciências sociais (13,1%) e sociologia (7,1%), mas um grupo bastante expressivo (28,6%) atua em outros departamentos[20], percentual que sobe significativamente para 63,2%, quando são analisados os doutores que atuam em instituições particulares. Comparando a atuação dos egressos de mestrado e de doutorado no que diz respeito ao vínculo departamental, não há dúvida de que uma maior formação acadêmica aumenta as possibilidades de docência no próprio campo antropológico.

A presença de antropólogos em tantos departamentos aponta para uma das principais características da atuação profissional da maioria dos mestres, e parte dos doutores: o diálogo interdisciplinar com áreas que não se restringem às ciências humanas, como letras e artes (música, teatro), saúde (medicina social,

[19] Esses dados vieram de depoimentos de egressos do mestrado presentes no Encontro de Ensino de Antropologia (ver Tassinari e Rial, no prelo).

[20] Não inserimos neste texto a tabela que lista os "outros" departamentos em que atuam os doutores, pois inclui um número menor (36) de departamentos que os listados na Tabela 21. Acrescentem-se aos departamentos já listados os de comunicação social, ciências humanas, relações internacionais e os museus de arqueologia/antropologia.

Tabela 21 | Doutores em antropologia: departamento onde atua como professor, segundo a dependência administrativa (%)

Departamento onde é professor	Dependência administrativa			
	Pública		Particular	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Antropologia	40	47,6	2	10,5
Ciências Sociais	11	13,1	4	21,1
Sociologia	6	7,1	1	5,3
Antropologia e Sociologia	1	1,2	–	–
Ciências Sociais e Filosofia	1	1,2	–	–
Antropologia e Serviço Social	1	1,2	–	–
Outro	24	28,6	12	63,2
Total	84	100,0	19	100,0

saúde pública, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia), ciências sociais aplicadas (administração, comunicação social, serviço social, arquitetura, planejamento territorial, economia doméstica, relações internacionais, turismo, design, propaganda), ciências da terra (agronomia, desenvolvimento agrícola, ecologia) e mesmo ramos da engenharia.

Segundo o depoimento dos egressos, o ensino de antropologia em outros cursos é um dos grandes dilemas da prática profissional. Como conciliar o desejo de atuar como antropólogo ao lado de futuros antropólogos, ou seja, nos cursos de ciências sociais, com a demanda das instituições de ensino de antropologia em outros cursos? Para muitos, esta demanda é um desafio de "abrir a cabeça" de alunos de outros cursos com os conceitos da antropologia, desafio este que é não vivido sem conflitos por parte significativa desses antropólogos, que via de regra ingressam no mercado de trabalho após o término do mestrado.

Os dados sobre o vasto campo de trabalho em que atuam os egressos da pós-graduação em antropologia obrigam a uma reflexão mais aprofundada sobre a formação dada nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, os quais via de regra têm como objetivo formar profissionais que atuarão na própria área. Infelizmente, não foi possível aferir, na pesquisa da ABA, as críticas que os egressos fazem à formação recebida nos Programas de Pós-graduação da área.

A atuação na pós-graduação

Tabela 22 | Doutores em antropologia: instituição de titulação e tipo de atuação como professor (%)

Instituição de titulação	Tipo de atuação como professor			
	Graduação	Pós-graduação	Graduação e Pós-graduação	Total
UFRJ	5,0	10,0	85,0	100,0
USP	14,0	2,3	83,7	100,0
UFRGS	14,3	–	85,7	100,0
UnB	30,8	–	69,2	100,0
Total	12,6	4,9	82,5	100,0

Como a formação doutoral em nossa área tem relação direta com a formação de recursos humanos qualificados para a pós-graduação, chama a atenção os dados presentes na tabela 22, pois revelam que nem todos os doutores atuam na pós-graduação. Mais de 80% dos egressos dos quatro programas de doutorado (UFRJ, USP, UFRGS e UnB) atuam na pós-graduação. Os egressos da UnB são os menos engajados na pós-graduação: 30,8% atuam apenas na graduação. Também esses dados revelam a urgência de uma reflexão mais detalhada sobre o destino e o tipo de inserção institucional dos doutores egressos dos programas de antropologia[21].

A atuação no campo da pesquisa

Os dados apresentados pela pesquisa mostram que a formação de pós-graduação é fundamental para as atividades de pesquisa realizadas pela maior parte dos egressos, particularmente doutores, tal como ilustram as tabelas 23 e 24.

[21] A criação de novos cursos de pós-graduação em antropologia se torna difícil em muitas universidades em razão da exigência de um número mínimo de sete doutores formados na área, dificilmente encontrado em departamentos de ciências sociais em que predominam professores de sociologia, alguns inclusive ministrando disciplinas de antropologia, como denunciado por vários egressos de antropologia.

Tabela 23 | Doutores em antropologia: participação em projetos de pesquisa

Participação em pesquisa	Freqüência	%
Não participou	15	10,9
Projeto individual	30	21,7
Proj. coordenado por colega	19	13,8
Proj. s/ coordenação definida	3	2,2
Participou + de 1 tipo projeto	10	7,2
Coordenou projeto(s).	28	20,3
Coordenou + outra(s) participação	33	23,9
Total	138	100,0

Tabela 24 | Doutores em antropologia: financiamento para projetos de pesquisa

	Freqüência	%
Não teve financiamento	44	31,9
Teve financiamento	94	68,1
Total	138	100,0

A grande maioria dos doutores (89,1%) afirma realizar pesquisa, tanto individualmente (21,7%) quanto em grupo (67,4%). Apesar do forte engajamento com atividades de pesquisa, apenas 68,1% receberam financiamento para suas pesquisas atuais, o que sugere a necessidade de maior investimento e apoio por parte das agências de financiamento para recém-doutores, os quais muitas vezes não têm chances de concorrer com colegas titulados há mais tempo, como exemplificam as bolsas de produtividade do CNPq.

A falta de financiamento para pesquisa, contudo, não impede, como se pode ver nos dados sobre participação e apresentação em eventos científicos, que os egressos mantenham grande inserção na comunidade científica após a finalização de seus cursos de pós-graduação (tabelas 25 e 26).

Tabela 25 | Mestres em antropologia: participação em encontros científicos (%)*

Tipo de participação	%
Não participou	33,0
Anual da ANPOCS	21,8
Nacional da ABA	37,4
Regional da ABA	25,9
Internac. em Antrop./C. Sociais/área correlata	18,1
Outros eventos	29,3

* Os totais somam mais de 100% pois as alternativas da resposta não eram mutuamente exclusivas.

Tabela 26 | Doutores em antropologia: participação em encontros científicos (%)*

Tipo de participação	%
Não participou	16,7
Anual da ANPOCS	42,8
Nacional da ABA	60,1
Regional da ABA	34,8
Internac. em Antrop./C. Sociais/área correlata	33,3
Outros eventos	42,0

* Os totais somam mais de 100% pois as alternativas da resposta não eram mutuamente exclusivas.

A participação em eventos científicos de relevância para a área nos últimos três anos é bastante significativa tanto para mestres quanto para doutores. As reuniões bienais da ABA são o evento mais freqüentado pelos mestres (37,4%) e pelos doutores (60,1%). Em seguida, está a participação nas reuniões regionais da ABA[22],

[22] Sendo a reunião bienal da ABANNE, que reúne antropólogos das regiões Norte e Nordeste, certamente a mais assinalada.

também bienais: 25,9% dos mestres e 34,8% dos doutores. A reunião anual da ANPOCS é outro evento importante: 21,8% dos mestres e 42,8% dos doutores. Por fim, eventos internacionais foram freqüentados por 33,3% dos doutores e 18,1% dos mestres[23].

Tabela 27 | Mestres em antropologia: apresentação de trabalhos em encontros científicos (%)*

Tipo de participação	%
Não apresentou	46,1
Anual da ANPOCS	10,0
Nacional da ABA	26,2
Regional da ABA	19,2
Internacional em Antropopologia/ Ciências Sociais/área correlata	15,6
Outros eventos	22,4

* Os totais somam mais de 100% pois as alternativas da resposta não eram mutuamente exclusivas.

Tabela 28 | Doutores em antropologia: apresentação de trabalhos em encontros científicos (%)*

Tipo de participação	%
Não apresentou	21,7
Anual da ANPOCS	31,9
Nacional da ABA	55,1
Regional da ABA	31,9
Internacional em Antropologia/ Ciências Sociais/área correlata	32,6
Outros eventos	39,9

* Os totais somam mais de 100% pois as alternativas da resposta não eram mutuamente exclusivas.

[23] A Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), que acontece a cada dois anos, deve ter tido peso importante na resposta deste item.

Nem toda participação, todavia, corresponde à apresentação de trabalhos. Os dados relativos a esse ponto mostram que 46% dos mestres e 21,7% dos doutores não apresentaram trabalhos em nenhum evento (tabelas 27 e 28).

A reunião da ABA é o evento em que são apresentados mais trabalhos, 55,1% dos doutores e 26,2% dos mestres, seguida pelas reuniões regionais, particularmente a da ABANNE, com 19,2% dos mestres e 31,9% dos doutores, e pelas reuniões internacionais (RAM), com 15,6% dos mestres e 32,6% dos doutores[24]. A apresentação na ANPOCS é um pouco menor, mas ainda assim expressiva: 31,9% dos doutores e 10% dos mestres.

Esses percentuais atestam a grande vitalidade intelectual dos egressos dos cursos de pós-graduação, algo que é praticamente invisível nos relatórios anuais dos programas de pós-graduação da área. Cabe lembrar que a apresentação de trabalhos nesses eventos cumpre papel fundamental de legitimação da maturidade acadêmica dos egressos dos cursos de pós-graduação, assim como funciona como importante ritual de integração dos novos mestres e doutores em grupos de trabalho e redes temáticas, os quais são relevantes na articulação e no reconhecimento intelectual dos pares.

Os egressos do sistema de pós-graduação realizada no exterior

Antes de concluir, vejamos rapidamente alguns dados complementares sobre os egressos de cursos de doutorado no exterior. Esse grupo também compõe o universo estudado mas não foi objeto explícito da pesquisa realizada pela ABA. Trata-se de uma parcela significativa dos atuais docentes dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia no país, como se pode observar nos relatórios anuais apresentados pelos PPGAS[25].

[24] O estímulo para a apresentação de trabalhos nos eventos científicos da área é decisivo na constituição da "cultura de apresentação em congressos da área". Apenas como exemplo, na recente V RAM, realizada em novembro e dezembro 2003 em Florianópolis, de um universo de seiscentos trabalhos inscritos para apresentação, 25% eram apresentados por alunos de pós-graduação (mestrandos e doutorandos).

[25] Dado disponível nas avaliações anuais dos programas de pós-graduação feitos pela Comissão de Área da CAPES, e que variam entre os programas. Esse grupo representa, segundo dados da CAPES, cerca de 25% dos docentes que atuam hoje no país, mas há diferenças significativas em relação à proporção de doutorados no exterior entre os 11 programas da área.

Tabela 29 | Bolsas de doutorado pleno no exterior – Agência CAPES

Ano	Bolsas Concedidas
1998	4
1999	5
2000	5
2001	4
2002	0
2003	5
2004	3

A política de implantação da pós-graduação no Brasil formulada nos planos nacionais de pós-graduação desde a segunda metade da década de 1970 destinou significativa dotação orçamentária à formação doutoral no exterior[26]. Essa política começou a ser reformulada pelas agências nacionais de financiamento da pós-graduação no decorrer da década de 1990[27] por meio de consultas às áreas para a definição das linhas prioritárias de financiamento. Apesar da área de antropologia preconizar, desde a segunda metade da década de 1990, o fim da formação doutoral no exterior em prol da realização do doutoramento no país, em articulação com estágios sanduíches, houve ao longo da última década um número significativo de jovens que pleitearam e ganharam bolsas de doutorado no exterior[28]. Não foi possível obter dados precisos nas agências CAPES e CNPq sobre os doutores egressos da formação em antropologia no exterior. Observando o retorno de doutorandos que se titularam no exterior e a as bolsas

[26] Ver os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), quatro documentos do MEC publicados em 1975, 1982, 1988 e 1996, nos quais estão expressas as políticas nacionais formuladas pela CAPES e aprovadas pelo Congresso Nacional, à exceção do último, que nunca se configurou oficialmente como o quarto plano nacional de pós-graduação, mas que, segundo vários analistas do sistema de pós-graduação, foi efetivamente implementado. No momento, uma comissão composta por membros da CAPES e do CNPq formula as diretrizes de um novo Plano Nacional de Pós-graduação. O relatório final das atividades dessa comissão pode ser consultado na página da CAPES: www.capes.gov.br.

[27] Para uma reflexão mais aprofundada sobre os efeitos dessa política de reformulação dos investimentos na formação doutoral no exterior, ver Velloso (2002b).

[28] Os dados relativos à composição do corpo docente dos programas de pós-graduação de antropologia mostram que os doutorados em instituições estrangeiras representam cerca de 30% do total. Parte desses professores, contudo, obteve a titulação há mais de dez anos, não entrando, portanto, no quadro de egressos analisados nesta pesquisa.

concedidas por essas duas agências nos últimos sete anos, inferimos que, no período estudado pela ABA, de 1992 a 2001, houve entre cinqüenta a oitenta novos doutores egressos de cursos no exterior[29]. A tabela 29 registra as bolsas de doutorado concedidas pela CAPES nos últimos cinco anos, e mostra que elas se mantiveram estáveis, em torno de três a cinco bolsas por ano[30].

Sintetizando os dados sobre os egressos

No período analisado, observamos imenso crescimento do número de antropólogos egressos de cursos de pós-graduação em antropologia. Dos 1.164 ex-alunos egressos de mestrados e doutorados no país, titularam-se 920 mestres e 244 doutores, dos quais grande parte fez o mestrado em antropologia. Os dados confirmam o imenso crescimento da ABA na última década, cujo regulamento permite como sócios apenas profissionais que tenham a formação mínima de mestrado. Além disso, ratificam que ainda há um vasto campo de trabalho para pessoas formadas na área.

Chama a atenção a ascensão social de parte significativa dos egressos em antropologia, cuja grande maioria provém de famílias com pequeno capital cultural: mais de 50% dos pais e mães destes não possuem formação universitária.

Significativa parte dos mestres estão empregados, com média salarial de R$ 2.000,00. Boa parte deles atua em instituições de ensino superior, em sua grande maioria no setor privado, mas já consolida-se um movimento de novos mestres atuando no terceiro setor, em ONGs e em outras organizações.

No que diz respeito aos doutores, a quase totalidade deles atua em instituições de ensino superior, estando a imensa maioria vinculada a universidades públicas, nas quais os salários são nitidamente inferiores aos dos empregados em instituições de ensino particulares e instituições internacionais. Aparentemente, são dois os principais destinos dos egressos do doutorado: a reposição

[29] Comparando este número de doutorados no exterior com os dados apresentados no início do texto sobre o número de titulados por programa, observamos ser um número similar aos da USP e do Museu Nacional, programas que lideram o número de doutores titulados no período. Essa constatação indica que o investimento das agências financiadoras teve papel fundamental na formação de doutores durante um período em que a oferta de vagas no país ainda não atendia plenamente à demanda qualificada pelos programas de mestrado da área.

[30] Se considerarmos que o CNPq tem atribuído um número similar de bolsas à área de antropologia nesse mesmo período, segundo comunicação apresentada pelo representante de área, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, durante a XVIII Reunião da ABA em Gramado, inferiremos que o número de doutorandos brasileiros no exterior é o dobro do que informam os dados do quadro sobre concessões da CAPES.

dos quadros nos programas de pós-graduação em antropologia já existentes e a integração em cursos de pós-graduação de outras áreas.

Apesar do grande aumento do número de doutores em antropologia, não houve crescimento similar de novos cursos de pós-graduação da área. No período examinado pela pesquisa, surgiram apenas quatro novos cursos de pós-graduação em antropologia: UFPA, UFF, UFPR e UCG. Esses cursos já contam com parte do corpo docente titulado em período anterior ao da pesquisa, dado que confirma a enorme dispersão dos egressos analisados nesta pesquisa e que atuam majoritariamente fora de departamentos e cursos de pós-graduação em antropologia. Ainda assim, constata-se forte mobilização dos egressos nos principais eventos acadêmicos da área, confirmando o expressivo engajamento dos egressos na constituição de redes temáticas no interior do campo antropológico.

Referências bibliográficas

DEBERT, Guita, GODOY, Emilia Pietrafesta & PONTES, Heloisa
(2002) *Ensino de antropologia na pós-graduação*. Campinas: Unicamp.

GROSSI, Miriam & RIAL, Carmen
(2002) *Mauss segundo suas alunas*. Florianópolis: NAVI. Vídeo (47 minutos).

MARTINS, Carlos Benedito e outros
(2002) "Mestres e doutores em sociologia". Em: VELLOSO, Jacques (org). *A pós-graduação no Brasil: formas e trabalho de mestres e doutores no Brasil*, vol. 1 (administração, agronomia, bioquímica, clinica médica, engenharia civil, engenharia elétrica, física, química e sociologia). Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, p. 343-72.

SEYFERTH, Giralda
(2001) "Antropologia/Arqueologia", *INFOCAPES*, vol. 9. n. 2/3 [Pós-graduação: enfrentando novos desafios. Documentos e resultados do Seminário realizado pela CAPES], p. 163-6.

TASSINARI, Antonella e RIAL, Carmen S. (org.)
(no prelo) *O ensino de antropologia no Brasil*. Florianópolis: PPGAS/UFSC.

VELLOSO, Jacques (org.)
(2002a) *A pós-graduação no Brasil: formas e trabalho de mestres e doutores no Brasil*, vol. 1 (administração, agronomia, bioquímica, clinica médica, engenharia civil, engenharia elétrica, física, química e sociologia). Ob. cit.
(2002b) *Formação no país ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência. Um estudo na bioquímica, engenharia elétrica, física e química no país*. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
(2003) *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país, vol. 2* (direito, economia, engenharia mecânica, geociências, odontologia e psicologia). Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CLAUDIA FONSECA

Antropólogos para quê?

O campo de atuação profissional na virada do milênio

Na última década do século XX, houve uma expansão sem precedentes do sistema de ensino superior brasileiro. O número de alunos nos cursos de graduação ultrapassou o dobro, chegando em 2002 a quase 3,5 milhões. Os cursos de pós-graduação, por sua vez, passaram a produzir mais que três vezes o número de titulados por ano. Em 2002, diplomaram 6.893 doutores, contra 1.780 em 1992; e 23.359 mestres, contra 7.380 em 1992 (Martins 2003). Os departamentos e PPGs de antropologia seguiram nesse mesmo rumo, se bem que em um ritmo menor.

Com o aumento impressionante de antropólogos formados recentemente e a atuação desses profissionais nos mais variados espaços dentro e fora da academia, a iniciativa da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de pesquisar o estado atual da arte – ensino e prática de antropologia, com ênfase nas novas inserções no mercado de trabalho – é sumamente bem-vinda. Se queremos que a antropologia continue a crescer e fazer sentido no contexto contemporâneo, temos de unir forças para pensar a atual conjuntura e planejar o futuro deste campo.

Para analisar o quadro atual de oportunidades profissionais abertas a antropólogos, lançaremos mão, na primeira e principal parte deste capítulo, da pesquisa realizada pela ABA em 2003 entre 321 mestres e 138 doutores que se diplomaram entre 1992 e 2001 nos programas brasileiros de pós-graduação em antropologia. Como veremos, esse levantamento revela que há emprego. Ao todo, apenas 3,6% dos doutores pesquisados não trabalharam depois de receber seu diploma. O número sobe para 10,6% no caso dos mestres. Atualmente, 91% dos doutores e 70,7% dos mestres estão em plena atividade profissional. Em outras palavras, as chances de emprego, relativamente boas com o título de mestre, aumentam com o doutorado.

Veremos também que, de forma pouco surpreendente, o levantamento mostra que, nos PPGs, preparam-se sobretudo professores de antropologia. Boa parte dos estudantes de antropologia já está na área acadêmica antes de ingressar no curso, porém o número daqueles que saem e vão para empregos acadêmicos é

muito grande. Entram no curso de pós-graduação alguns funcionários públicos e, em número muito menor, pessoas envolvidas em ONGs, empresas ou com o ensino de segundo grau, contudo a grande maioria dos diplomados no mestrado e sobretudo no doutorado sai para empregos em instituições de ensino superior. Há, vale dizer, um evidente afunilamento em direção ao campo acadêmico.

Os dados do levantamento da ABA, entretanto, mostram que, mesmo se a maioria dos diplomados em antropologia seguem atuando como professores do ensino superior, proporção surpreendente deles está lidando no dia-a-dia com estudantes que não são da área de ciências sociais e não contemplam um futuro acadêmico. Mais da metade dos professores mestres em antropologia e um terço dos professores doutores não atuam na área de antropologia, sequer na área de ciências sociais: dão aulas em cursos de educação, psicologia, comunicação, serviço social e nas mais diversas áreas de saúde. Seu papel nesses cursos não é formar uma nova geração de pesquisadores em antropologia, mas sim traduzir o conhecimento antropológico de forma que contribua para a formação de profissionais que procuram se tornar competentes em seus respectivos ramos. Para responder às indagações muitas vezes céticas de seus estudantes, esses professores de antropologia são obrigados a refletir sobre a relevância de seu saber nos espaços extra-acadêmicos.

Ainda na primeira parte deste capítulo, examinaremos as evidências de uma grande procura pelo saber antropológico em ambientes tanto extra-disciplinares quanto extra-acadêmicos. Por exemplo, vários mestres e doutores empregados na administração pública e em ONGs atuam como consultores ou administradores em áreas de tradicional interesse dos antropólogos: sociedade indígenas, saúde, meio ambiente e patrimônio histórico. Extrapolando o mercado de emprego propriamente dito, consideraremos o enorme leque de consultorias realizadas por antropólogos na universidade. Além disso, numerosos profissionais de outras áreas procuram programas de pós-graduação (estrito e lato senso) em antropologia para enriquecer sua prática profissional, configurando-se como mais um elo entre a universidade e setores extra-acadêmicos.

Em face da demanda crescente pelo aporte antropológico em diversos âmbitos, faremos na segunda parte deste capítulo uma breve consideração das competências exigidas do antropólogo, assim como de possíveis estratégias que proporcionem uma formação condizente com as demandas do mundo contemporâneo. Para tanto, recorreremos a depoimentos de diversos antropólogos, tanto consagrados quanto recém-formados, sobre suas respectivas experiências profissionais.

Finalmente, após ter passado em revista as variadas atividades profissionais dos antropólogos hoje, voltaremos a enfatizar a necessidade de o antropólogo, depois de formado, garantir a atualização constante de sua identidade distintiva. No âmbito dessa discussão, torna-se evidente a liderança a ser desempenhada pela ABA e pelos programas de pós-graduação.

O destino dos mestres e doutores em antropologia

Uma vocação eminentemente acadêmica

Na primeira metade dos anos 1980, quando ainda boa parte dos doutores se titulava no exterior, um emprego na universidade pública era o destino da grande maioria dos pós-graduados no país (70% dos mestres, 75% dos doutores), independentemente do ramo em que atuavam. Nos anos 1990, esse quadro se diversificou, quando mestres de áreas como direito, medicina, engenharia, geociências, administração e economia passaram a ter majoritariamente empregos não-acadêmicos. Físicos e sociólogos, no entanto, encabeçam a lista de mestres destinados a empregos no ensino superior (Velloso 2003a). Sem dúvida, a antropologia se alinha a estas áreas como disciplina que, no início do século XXI, permanece eminentemente acadêmica.

O levantamento da ABA deixa poucas dúvidas quanto às aspirações acadêmicas da maioria dos estudantes que entram nos programas, quer venham da área acadêmica ou não. Dos sete possíveis fatores que os teriam motivado a entrar em curso de pós-graduação, tanto mestres quanto doutores afirmam em primeiro lugar: "seguir carreira de pesquisador" (D: 94,9%, M: 85,7%). "Obter melhor trabalho em termos acadêmicos" (D: 75,4%, M: 82,6%) e "seguir/aprimorar carreira docente" (D: 77,5%, M: 75,4%) são as opções seguintes. Vale a pena notar que *pesquisa* e *docência* ganham importância quando o estudante passa de mestre para doutor. Em geral, os itens "corrigir deficiências da graduação" e "obter melhor nível de renda" receberam pouca ênfase, enquanto "ampliar oportunidades de trabalho" recebeu destaque moderado tanto por mestres quanto doutores.

Tais atitudes não são particularmente surpreendentes, se considerarmos que mais de 30% dos estudantes incluídos na pesquisa da ABA já tinham atuado como professores de ensino superior antes de fazer a seleção para o mestrado. Somando a esse percentual os 4,6% que trabalhavam em institutos de pesquisa ou cumpriam outras funções que não a de professor em instituições de ensino superior, descobrimos que 39,9% dos estudantes que ingressaram no mestrado vieram das áreas de ensino e pesquisa. Em segundo lugar, 31% vieram de empregos na administração pública. Os demais ingressos provieram de instituições de assessoria e ONGs (7,5 %), ensino de primeiro ou segundo grau (5,8%), empresas (5,8%) e organizações políticas ou sindicais (2,6%)[1].

[1] Conforme Velloso (2003b), os 9,8% que se classificam na categoria "outra" estão possivelmente em fase de preparação para a seleção de pós-graduação.

Tabela 1 | Mestres nos cursos de PPG em antropologia: situação de trabalho quando se inscreveram no curso e situação atual de trabalho (%)

	Trabalho na inscrição (%)				Trabalho atual (%)
Administração pública	30,1	⇨		⇨	18,0
Ensino Superior + Instituto de Pesquisa	39,9	⇨	MESTRADO	⇨	60,0
Outras ocupações	30,0	⇨		⇨	22,0
Especificação do campo "outras ocupações"					
ONG	7,5	⇨		⇨	5,5
Outra instituição de ensino	5,8	⇨		⇨	4,1
Empresa	5,8	⇨	MESTRADO	⇨	3,2
Organização sindical	1,2	⇨		⇨	0,5
Organização internacional	-	⇨		⇨	0,9
Outro	9,8	⇨		⇨	7,8

Existem, entretanto, variações regionais[2] quanto à proveniência dos estudantes de mestrado. Os professores de ensino superior compõem a categoria que mais ingressou em seis dos nove mestrados: UFPA, UFPR, UnB, UFRGS, UFSC e UFPE. Todos os diplomados pesquisados da UFPa eram professores de ensino superior antes de entrar no mestrado, ao passo que a UFRJ recebeu poucos professores oriundos de uma instituição de ensino superior (4,8%) ou de outra instituição de ensino (4,8%). Os programas da USP, da UFPR e da UFF tiveram um alto índice de estudantes oriundos da administração pública (50%, 50% e 41,7% respectivamente). Com a exceção da UFPa, todos os programas receberam um número expressivo (no mínimo 23,7%) de alunos com esse perfil. Cabe mencionar que a UFF recebeu bom número de alunos que eram funcionários de seus quadros. A UFRJ registrou uma proporção relativamente alta de alunos oriundos de empresas (23,8%) e institutos de pesquisa (14,3%). A UNICAMP teve a maior concentração de alunos vindos de "outras instituições de ensino" (23,8%) e ONGs (14,3%), enquanto apenas dois cursos, UFPe e UnB, registraram um ou outro estudante com experiência em organizações políticas ou sindicais.

[2] Devemos lembrar que, enquanto existem programas de doutorado em andamento há cerca de trinta anos (UFRJ e USP), há programas de mestrado (UFPa e UFF) que ainda não fizeram dez anos. Essa e outras diferenças têm repercussão no que diz respeito ao número total de titulados em cada instituição, assim como na dinâmica regional de recrutamento de estudantes e absorção de egressos no mercado de trabalho.

O perfil dos estudantes de doutorado é regionalmente mais uniforme que o dos alunos do mestrado. Em todos os programas, os alunos vêm majoritariamente de instituições de ensino superior. Sessenta e oito por cento entraram com experiência de professor nas instituições de ensino superior e 10,7% vieram de institutos de pesquisa. São poucos os funcionários da administração pública (12,6%) e menos ainda os de outras áreas extra-acadêmicas: 2,9% de ONGs ou institutos de assessoria, 1,9% de empresas, 1,9% de outras instituições de ensino, 1% de organização internacional e 1% na rubrica "Outro". No curso de doutorado, apenas a UFRJ registra as opções ONG e organização internacional. Nesta instituição, cabe destacar ainda uma proporção importante (21,4%) de estudantes que chegam ao doutorado oriundos de institutos de pesquisa.

Tabela 2 | Doutores nos cursos de PPG em antropologia: situação de trabalho quando se inscreveram no curso e situação atual de trabalho (%)

	Trabalho na inscrição (%)				Trabalho atual (%)
Administração pública	12,6	⇒		⇒	6,5
Ensino Superior + Instituto de Pesquisa	78,7	⇒	DOUTORADO	⇒	87,0
Outras ocupações	8,7	⇒		⇒	6,5
Especificação do campo "outras ocupações"					
ONG	2,9	⇒		⇒	0,8
Outra instituição de ensino	1,9	⇒		⇒	-
Empresa	1,9	⇒	DOUTORADO	⇒	3,3
Organização sindical	-	⇒		⇒	-
Organização internacional	1,0	⇒		⇒	0,8
Outro	1,0	⇒		⇒	1,6

Em resumo, há uma clara tendência à carreira acadêmica. No curso de mestrado, quase 40% dos ingressos vêm de instituições de ensino superior ou de institutos de pesquisa; 60% dos egressos vão trabalhar nesse ramo. No curso de doutorado, quase 79% dos que entram provêm da área de pesquisa e ensino, na qual se empregam 87% dos egressos.

Que academia?

Embora a antropologia permaneça, portanto, uma profissão fundamentalmente acadêmica, o perfil do próprio campo acadêmico mudou radicalmente nos últimos dez anos. Enquanto ocorreu certa expansão nas universidades públicas mais antigas, houve um crescimento vertiginoso de instituições privadas de ensino superior. Hoje, quatro das cinco maiores universidades do país, em termos do número de matrículas, são privadas. Em 2002, dos 3.479.900 alunos da graduação no país, quase 70% estavam matriculados em cursos particulares (Sampaio 2003: 154).

Na esteira desse processo, acompanhado pela descentralização regional e pela interiorização do ensino superior, não é nada surpreendente constatar no levantamento da ABA que a proporção de titulados que encontram emprego em instituições públicas está em declínio. Embora as universidades federais ainda absorvam boa parte dos professores doutores (tabela 3)[3], o número dos que se encaminham para instituições particulares praticamente dobrou no fim dos anos 1990, aumentando de 13,6% no período de 1996 a 1998 para 25% no período de 1999 a 2001. Desde meados dos anos 1990, mestres acham emprego nas instituições particulares com mais facilidade que nas públicas[4].

Cada vez mais, portanto, titulados em antropologia encontram empregos em instituições particulares de ensino, fato que tem conseqüências claras para o tipo de aluno que encontrarão em sala de aula. Apenas 12,1% dos mestres são

Tabela 3 | Diplomados (1992 e 2001) que dão aula em uma instituição de ensino superior, conforme tipo de instituição (%)

Dependência administrativa onde lecionam	Doutores (%)	Mestres (%)
Federal	64,1	45,7
Particular	16,5	39,7
Estadual	15,5	11,2
Comunitária ou municipal	3,8	3,4

[3] Esse fato explica parcialmente por que, com o doutorado, sobe a proporção de egressos empregados no setor público: de 50,7% (mestres) para 74,8% (doutores).

[4] Essa tendência foi levemente freada depois da LDB (1996), quando instituições particulares passaram a privilegiar o recrutamento de doutores.

lotados em algum departamento de antropologia; 39,7% dão aula em departamentos de ciências sociais. A maioria leciona principalmente em outras áreas: psicologia, direito, comunicação, educação, medicina, planejamento territorial, desenvolvimento agrícola, economia doméstica, serviço social, turismo, ciências contábeis, *marketing*, e mesmo relações internacionais, história, letras, religião, música, artes e filosofia[5]. As chances de fazer parte de um departamento de antropologia aumentam com a titulação e com a entrada em instituições públicas[6]. Ao todo, 40,8% dos doutores são lotados em um departamento de antropologia, e 65% trabalham, no mínimo, em algum departamento das ciências sociais.

Tabela 4 | Em que departamento lecionam os professores diplomados em antropologia? (instituições públicas e particulares)

	%	Departamento
Mestres	40,0	Antropologia, Sociologia e/ou Ciências Sociais
	60,0	Outro departamento
Doutores	65,0	Antropologia, Sociologia e/ou Ciências Sociais
	35,0	Outro departamento

Com o título de doutor, o percentual de professores de instituições públicas que trabalham em "outros departamentos" baixa de 45,9% para 24,9%; na rede particular, de 76,4% para 63,2%.

Podemos prever que, continuando a expansão do sistema de ensino[7], particularmente no setor privado, os mestres e doutores em antropologia terão como

[5] Em relação aos docentes mestres, em especial do setor particular, observamos uma concentração nas áreas técnicas. No outro extremo, os doutores na rede pública são concentrados, se não na antropologia, nas áreas humanas.

[6] Previsivelmente, a proporção de professores com atuação na pós-graduação também aumenta muito – de 25,9% para 87,4% – com o título de doutor.

[7] Nunes e Carvalho (2003: 430-2) frisam que, no Brasil de 2002, menos de 10% da população entre 18 e 24 anos estavam matriculados em uma instituição de ensino superior. Essa proporção é de três a quatro vezes maior em países como Canadá, EUA e França.

principal tarefa o ensino de antropologia para alunos dos mais diversos cursos de graduação. Sem o benefício de um departamento de antropologia na sua instituição e com pouco espaço para realizar pesquisas, devem se dedicar à formulação de um programa didático que transmita a reflexão antropológica para futuros advogados, dentistas, administradores, psicólogos, médicos etc. Muitos desses professores trabalham em relativo isolamento e, entre estes, os jovens se queixam de que estão perdendo o norte de sua formação profissional. Aceitam qualquer oportunidade de se juntar com colegas para discutir os problemas que têm em comum. De acordo com o levantamento da ABA, três quartos desses mestres continuam a freqüentar reuniões científicas, da ABA antes das demais, e a maioria deles apresenta trabalhos. Até agora, contudo, as discussões mais interessantes sobre o ensino de antropologia têm se voltado para a formação de futuros antropólogos[8]. Em outras palavras, sem dúvida é chegada a hora de cultivar fóruns, consolidar redes e discutir mais sobre o ensino de antropologia para não antropólogos, problematizando assim a hierarquia de prestígio que deixa eternamente esse tipo de ensino em segundo plano.

Empregos extra-acadêmicos

Dados encaixados em categorias amplas como "administração pública", "empresa" e "ONG" não ajudam muito a avaliar a natureza precisa das ocupações extra-acadêmicas dos egressos. Para aprofundar a análise, é preciso recorrer ao item no questionário da ABA em que o entrevistado era instigado a realizar uma "autoclassificação" de sua atividade. Ao olhar para os indivíduos com empregos extra-acadêmicos que arriscaram uma "autoclassificação – 94 mestres e vinte doutores[9] –, adquirimos uma noção mais clara acerca dos tipos de atividade que essas pessoas exercem.

Entre os mestres, como era de se esperar, encontramos variedade maior de ocupações, muitas sem qualquer ligação aparente com a antropologia: tradutor, editor, artista plástico, professor de inglês, escriturário, pesquisador da dança, secretário, gerente de qualidade total, entre outras. Entretanto, depois da surpresa pela variedade de ocupações, emerge, com o exame mais cuidadoso dos dados, a impressão de que, especialmente quando atuam na administração pública, vários egressos, mesmo no setor extra-acadêmico, lidam com temas, por tradição, de interesse antropológico.

[8] Ver, por exemplo, os vários artigos sobre esse tema no fascículo editado pela ABA *O ensino da antropologia no Brasil: temas para discussão* (1995) ou no *Anuário Antropológico 96*.

[9] Existem informações completas sobre autoclassificação, renda e instituição de origem para 194 mestres e 116 doutores. Destes, 94 mestres e vinte doutores – universo de análise das subseções "Empregos extra-acadêmicos" e "Renda dentro e fora da academia" deste artigo – caíam em categorias que não o ensino em instituições superiores.

Além do ensino universitário, o emprego na administração pública continua a representar uma garantia mínima de estabilidade financeira, o que talvez explique a boa proporção de mestres nesse setor[10]. Dos 47 empregados da administração pública, quatro entre os autoclassificados (incluindo dois coordenadores da FUNAI) atuam como especialistas em assuntos indígenas. Três dos egressos (incluindo um coordenador geral do Ministério de Cultura) trabalham diretamente com políticas de patrimônio histórico e museologia; dois trabalham com meio ambiente e um é diretor de planejamento turístico. Quatro informam ser, em sua atividade principal, pesquisadores ou peritos *em antropologia*, e doze se descrevem como consultores, pesquisadores ou assessores, sem especificações. Cinco atuam na área de saúde (médico, veterinário, psiquiatra, coordenador de saúde mental), cinco são assessores políticos no legislativo ou executivo e um é ouvidor de segurança pública[11]. Ao todo, impressiona a quantidade de cargos de chefia e coordenação, assim como a participação ou influência em altos escalões do governo. Ademais, na maioria dos casos, não é difícil imaginar a relação das atividades desempenhadas com a preparação que mestres e doutores em antropologia receberam em seus respectivos cursos de pós-graduação. Na tabela 5 encontra-se a lista pormenorizada da autoclassificação dos servidores públicos.

Depois da administração pública, o setor que mais emprega egressos dos programas de pós-graduação em antropologia é o de ONGs e instituições de assessoria. Entre os doze mestres e um doutor presentes nessa categoria, há um único mestre que especifica sua área de atuação: políticas indígenas e ambientais. Os demais falam em coordenação de projetos, pesquisa e assessoria, sem fornecer mais detalhes. Dos onze autoclassificados que trabalham em empresas (sete mestres e quatro doutores), cinco atuam na área de consultoria ou pesquisa, dos quais apenas um se autodenomina "antropólogo"; os demais dessa categoria trabalham como editores (dois indivíduos), gerente de qualidade total, analista de desenvolvimento humano, médico ou no comércio. Médicos e psicoterapeutas compõem quase um terço das ocupações na lista heteróclita de "outros" (17 mestres e dois doutores), ao lado de um advogado, um roteirista de cinema, um artista plástico, um professor de inglês, um coordenador de laboratório e diversos consultores. Por fim, além dos que trabalham como professores no ensino médio e fundamental (oito indivíduos, todos mestres) ou em institutos de pesquisa (sete mestres, quatro doutores), constam ainda quatro pessoas que traba-

[10] Seria ingênuo imaginar que a "preferência" por um tipo de emprego ou outro seja conseqüência exclusivamente da opção dos diplomados. Os dados sem dúvida também refletem a realidade de um mercado de trabalho que se expandiu pouco nos últimos anos.

[11] Quatro dos cinco assessores são egressos da UnB, localizada na capital do país.

Tabela 5 | Egressos (mestres e doutores) trabalhando na administração pública: área de atuação principal conforme autoclassificação

Área de atuação	Freqüência
Saúde (coordenador ou técnico)	5
Governo (assessor/técnico do setor legislativo ou executivo)	5
Assuntos indígenas (consultor/coordenador)	4
Antropólogo (pesquisador/perito)	4
Patrimônio Histórico e/ou Museus (consultor/coordenador)	3
Meio Ambiente (Consultor/coordenador)	2
Judiciário (assessor)	2
Professor	2
Turismo (diretor de planejamento)	1
Segurança pública (ouvidor)	1
Assistente social	1
Pesquisador, consultor, assessor, coordenador de laboratório (sem maior especificação)	12
Outros(escriturário, editor, diplomata, secretário adjunto, pesquisadora de dança)	5
Total	47

lham como consultores, coordenadores ou analistas de projetos em organizações internacionais (dois mestres, um doutor) e organizações políticas ou sindicais (um mestre).

Considerando os tipos de atividade extra-acadêmica desempenhada pelos diplomados em antropologia, não surpreende que a grande maioria de egressos (81,5% dos mestres e 91,7% dos doutores) considere que seu curso de pós-graduação contribuiu *muito* para a atividade profissional que têm no momento. A satisfação dos egressos que estão na área acadêmica está levemente acima dos que se encontram em áreas que não a acadêmica.

Tabela 6 | Mestres e doutores que consideram que o curso contribuiu muito para a atividade profissional, segundo a atuação na academia (%)

	Mestrado	Doutorado
Com atuação na academia	89,2	95,3
Sem atuação na academia	74,7	81,3

Renda dentro e fora da academia

Em termos salariais, a carreira acadêmica não é particularmente atraente para mestres, que, em média, ganham mais em praticamente todas as outras categorias de trabalho (administração pública, empresas, ONG etc.)[12] É previsível que, especialmente nas universidades, doutores com mais tempo de titulação estejam no topo da hierarquia salarial. Em relação ao que se ganha com o mestrado, o doutorado faz diferença maior para mulheres (aumenta a renda em 39%, contra 32% para os homens), acadêmicos (sobe a renda em 59%, contra um ganho 10% maior na administração pública) e egressos com atuação nas instituições de ensino superior particulares (em que o salário aumenta 78%, contra 49% na rede pública). Mestres ganham *levemente* mais na rede pública, ao passo que doutores recebem, em média, 20% mais na rede particular.

Ao introduzir o fator "gênero" na análise de dados, emergem alguns pontos interessantes. Mulheres ganham mais na academia que fora dela, enquanto homens ganham mais não estando na academia. De fato, mulheres têm grande motivação financeira para fazer o doutorado e seguir adiante com uma carreira acadêmica, especialmente nas instituições de ensino superior particulares. Já com o mestrado, têm uma renda média maior que a de seus colegas homens, tanto na rede particular quanto na rede pública. Com doutorado, a renda média dos homens ultrapassa levemente a das mulheres na rede pública, mas elas continuam a ganhar mais nas instituições de ensino superior particulares.

Fora da academia, a história é outra. As mulheres com mestrado ou doutorado ganham apenas 82% do que ganham seus colegas homens. A discriminação é tanta que a média de renda de mulheres com doutorado é menor que a dos homens com apenas o mestrado. Os dados, no entanto, sugerem que nem sempre é o salário que define a trajetória dos egressos. Entre os doutores, mulheres se aventuram mais fora da academia: 17,1% das mulheres *versus* 6,4% dos

[12] Ao que tudo indica, diversos mestres trabalham como professores substitutos registrando rendas de cerca de R$ 750,00 por mês.

homens. Sendo mais numerosas, as tituladas compõem um universo de trabalhadores extra-acadêmicos mais de três vezes maior que o dos homens. Em outras palavras, as mulheres, apesar de ganharem nitidamente menos, tendem a trabalhar fora da academia mais que os homens.

Vale considerar ainda brevemente a escala salarial em cada uma das categorias extra-acadêmicas[13].

Tabela 7 | Mestres e doutores em antropologia: média e mediana da renda, segundo o tipo de trabalho atual

Tipo de trabalho atual	Média		Mediana	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
Admin. públ.	3.421	4.188	3.000	3.500
Empresa	3.464	3.250	4.000	3.500
IES	2.341	4.189	2.000	4.000
Outra inst. ens.	2.222		2.000	
Inst. pesq.	1.857	3.625	750	2.500
Inst. assess./ONG	2.795	750	2.000	750
Organ. pol., sind.,etc.	2.000		2.000	
Organ. internacional	3.500	7.500	3.500	7.500
Outra	3.912	7.500	3.000	7.500
Total	2.705	4.193	2.000	4.000

UFRGS e UnB lideram a lista de egressos empregados na administração pública, em que as rendas medianas variam entre R$ 750,00 (para os mestres, sendo R$ 3.000,00 o mínimo para os doutores) e R$ 7.500,00[14] (para doutores). Nessa

[13] Especialmente quando a análise entra em detalhes regionais, os dados sobre renda merecem ressalvas. A análise quantitativa corre o risco de criar distorções quando há um universo pequeno em que muitas categorias tem apenas um indivíduo.

[14] No questionário da ABA, não havia limite para o intervalo superior de renda, no qual se lia "[renda] acima de R$ 5.500 reais", ficando o "ponto médio" dessa faixa em R$ 7.500,00.

categoria, egressos da UnB (mestres e doutores) e da UNICAMP (mestres) têm renda mediana mais alta (R$ 4.000,00); os da UFPe, da UFF e da UFPR declaram rendas menores (mediana de R$ 2.000,00), sendo que os das demais instituições estão na faixa de R$ 3.000,00.

O pequeno número de casos recenseados nas diversas outras categorias impede muitas generalizações. Nem todas as instituições registraram egressos trabalhando no setor de organizações não governamentais, em que os salários variam entre R$ 750,00 (tanto mestres quanto uma doutora prestando consultoria em ONGs) e R$ 7.500,00 (para um consultor em uma organização internacional). A renda mediana para essa categoria, no entanto, mantém-se na faixa de R$ 2.000,00. A UFRJ e a USP têm o maior número de egressos atuando nesse campo, sendo inclusive as únicas instituições que registraram egressos em organização internacional ou sindical[15]. Entre os consultores em institutos de pesquisa, ONGs e organizações internacionais, os únicos que alcançam o patamar salarial máximo (R$ 7.500,00) são egressos da UFRJ. Por fim, ao olhar para as categorias "empresas" e "outros", vemos que, tal como nas demais categorias, especialistas da área de saúde (em particular, psicanalistas e psicólogos) tendem a ganhar bem (R$ 7.500,00), enquanto o nível salarial de outras ocupações (comércio, artes plásticas) reflete a atual precariedade do mercado de emprego.

Demandas pelo saber antropológico

Apesar de existirem relativamente poucos empregos específicos para antropólogos além do ensino universitário, há na grande quantidade de consultorias realizadas por intermédio da universidade clara indicação de uma demanda nada desprezível pelo saber antropológico. Além disso, como veremos adiante, muitos profissionais de outras áreas procuram formação antropológica em cursos de pós-graduação para qualificar seu desempenho em diferentes áreas de intervenção. O resultado é um frutífero vaivém entre universidade e sociedade civil.

Os antropólogos "acadêmicos" acabam se envolvendo de forma praticamente rotineira nas mais diversas atividades de planejamento e intervenção, com financiamento internacional (UNESCO, WWF, PNUD, OEA, BID) e nacional, público (Ministérios de Saúde, Segurança Pública, Reforma Agrária, Educação e Cultura, FUNAI, IPHA, IBAMA, DNER) e privado ou do "terceiro setor" (CTI, Fundação Roberto Marinho, COPEL, GERASUL)[16]. Uma primeira área de atuação bem consolidada envolve pesquisas de campo entre populações tra-

[15] O fato de essas universidades se localizarem nas duas maiores cidades do país sem dúvida explica um mercado de trabalho com certa diversificação.

[16] Essa lista de financiadores, nada exaustiva, baseia-se no item "produção técnica" dos relatórios CAPES.

dicionais (indígenas, camponesas, quilombolas) para a realização de: a) laudos antropológicos para a demarcação de terras; b) estudos socioambientais sobre o impacto potencial de obras (estrada, usina hidrelétrica); c) avaliações quanto a políticas de preservação do patrimônio histórico e estudos de cultura material e imaterial (arquitetura, música, culinária etc.) de determinados povos e a organização de exposições museológicas.

Duas outras áreas, instigadas pela demanda dos poderes públicos em parceria com inúmeras ONGs, têm exigido cada vez mais assessoria antropológica: a) programas de saúde (alcoolismo, AIDS, nutrição, saúde reprodutiva, saneamento básico etc.) cuja população-alvo vai de grupos indígenas a comunidades enquadradas no Programa de Saúde Familiar (PSF); e b) programas de segurança pública e, em particular, formação de quadros militares e policiamento comunitário.

Além dessas grandes áreas, professores universitários atuam nos mais diversos projetos, de assentamentos rurais a escolas comunitárias. Realizam pesquisas sobre valores e organização social de determinados agrupamentos, mas também são regularmente chamados a editar material didático e, em particular, a organizar cursos para a formação de quadros. Devem, assim, traduzir os resultados de suas análises para uma linguagem que possa ser assimilada por não antropólogos que procuram sofisticar sua prática profissional.

O sucesso dessas consultorias sem dúvida é parcialmente responsável pela crescente familiarização do público com os usos potenciais da antropologia e a conseqüente procura, da parte de funcionários públicos e agentes de intervenção, por uma formação aprofundada em algum curso universitário de antropologia. Assim, explica-se o perfil heterogêneo de candidatos à seleção de mestrado, muitos dos quais sem a mínima intenção de abandonar sua área de atuação original. Estes declaram estar procurando na antropologia uma maneira de instrumentalizar seus objetivos como educadores, psicólogos, comunicadores etc. Porém, em geral, não é com esse discurso que candidatos conseguem uma vaga em cursos de pós-graduação *stricto senso*, os quais tendem a favorecer estudantes com perfil acadêmico.

O que acontece com as centenas de candidatos frustrados que, todo ano, não passam nos diferentes processo de seleção? Como não perder, com eles, a oportunidade de ver a antropologia penetrar nesses diversos campos? É justamente para atender a esse tipo de demanda que, em certos programas de pós-graduação, cursos bem-sucedidos de extensão evoluíram, nos últimos anos, para cursos de especialização. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, por exemplo, realiza há mais de quatro anos, em convênio com FUNASA, uma Especialização em Saúde Indígena para profissionais de saúde na região do rio Negro, Amazônia. Recentemente, iniciou-se em Recife uma Especialização em Antropologia da Saúde voltada para agentes do PSF. Desde 2002, professores

do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), em parceria com universidades federais do Norte do país (UFAM, UFRR), deslocam-se para regiões interioranas, a fim de habilitar profissionais em um Curso de Especialização em Gestão em Etnodesenvolvimento. Na UFF, antropólogos têm lugar de destaque na Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. E, desde 2001, o Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás (UCG) recebe profissionais vindos das áreas de história, arquitetura, turismo, ciências sociais, administração e *marketing*, que aproveitam a formação antropológica para se tornarem "gestores de patrimônio cultural".

A expansão do campo de antropologia em direção aos cursos de PPG *lato senso* tem sido lenta e cautelosa, justamente para garantir a qualidade da formação oferecida, sempre em estreita coordenação com o setor acadêmico. Em face da crescente demanda por cursos de pós-graduação em antropologia, permanece a questão de saber se está na hora ou não de investir energia renovada na reflexão sobre os limites e possibilidades do indivíduo com carreira em ziguezague, em que a antropologia é concebida como apoio complementar para um outro campo de atuação profissional.

Uma breve consideração das competências exigidas pelo trabalho extra-acadêmico

De *Oxford don* a micro-empresário?

A crescente demanda por antropologia em espaços extra-acadêmicos leva a perguntas quanto à formação de futuros antropólogos em cursos de graduação e pós-graduação. Quais as competências que devem cultivar para responder a essa demanda? A resposta a essa pergunta não está nada clara.

Sugiro que existe um elemento inerente ao próprio procedimento metodológico do antropólogo que dificulta o entendimento com seus empregadores potenciais. Trata-se do princípio enunciado por Malinowski, um de nossos pais fundadores, segundo o qual, para captar a visão do nativo, o pesquisador deve rejeitar idéias preconcebidas e trabalhar com hipóteses abertas, suscetíveis de serem substituídas por hipóteses inteiramente novas, conforme a experiência de campo. Nessas circunstâncias, como cumprir promessas ou garantir a relevância da pesquisa para objetivos traçados de antemão pelo administrador? A análise cultural, com sua insistência na particularidade do universo simbólico em questão e exigência de uma enorme versatilidade, afasta o antropólogo das receitas técnicas, familiares ao administrador. A próxima etapa desse processo, a de voltar a lente de análise para as categorias do próprio pesquisador, desconstruindo os termos originais do "problema" sob estudo, é, em um primeiro con-

tato, quase impossível de engolir para a maioria dos planejadores. Imagine tentar explicar o "método gago" (Geertz 1983)[17] da pesquisa etnográfica para um administrador público! Diante de tal quadro, não é surpreendente que o empregador sinta dificuldade em entender exatamente em que o empreendimento antropológico pode contribuir para sua organização.

O antropólogo traz para qualquer tarefa profissional os hábitos que adquiriu durante sua formação universitária: um determinado ritmo de trabalho (calculado geralmente em anos), uma determinada linguagem (cheia de regressões, rodapés e referências bibliográficas) e uma maneira particular de formular seu objeto de análise. Trata-se de um estilo que nem sempre corresponde às demandas de administradores extra-acadêmicos, os quais em geral esperam, em um prazo de alguns meses, respostas simples a perguntas que formularam de antemão, e isso em uma linguagem clara, sem nuanças nem considerações alheias.

Talvez seja por causa desses hábitos acadêmicos que, não obstante muito alarido sobre o papel do antropólogo, "parteiro do imperialismo" (Gough 1968), há fartas evidências de que, ao menos até os anos 1950, não existiu fora do mundo acadêmico muita demanda por seu trabalho. É verdade que, durante os anos 1930 e 1940, Malinowski, na esperança de conseguir verbas para financiar a formação de estudantes e pesquisas, insistia na grande relevância da antropologia para a administração das colônias britânicas. Porém, na opinião de pelo menos um dos grandes historiadores da disciplina, Adam Kuper (1973), o trabalho dos antropólogos se mostrou pouco útil para funcionários do governo indireto (*indirect rule*). Em apoio a sua tese, Kuper cita um administrador da época:

> [ao mesmo tempo em que] "protestavam que só eles tinham talento para entender [os nativos...], [antropólogos] produziam relatórios de tal tamanho que ninguém tinha tempo para lê-los e, em todo caso, até se tornarem disponíveis, [os relatórios] eram freqüentemente irrelevantes para os negócios cotidianos do governo (: 133).

Evans-Pritchard conta que, apesar de seus quinze anos de trabalho intensivo no Sudão, nunca foi consultado sobre qualquer problema pelos administradores coloniais locais. Seu predecessor, Seligman, contratado pelo governo sudanês para realizar pesquisas, teve um pouco mais sorte: foi escutado uma vez, mas sua sugestão não foi acatada (: 128).

[17] Conforme esse método, não se sabe "exatamente onde começar ou, tendo começado, aonde ir. O argumento se torna oblíquo e a linguagem também, pois quanto mais bem ordenado e reto um caminho, mais ele parece [ao antropólogo] duvidoso" (Geertz 1983: 6).

Da mesma forma que antropólogos cinqüenta anos atrás esperavam participar de projetos de desenvolvimento, eles hoje aspiram a tornar seu saber relevante para ações que promovam cidadania, justiça e qualidade de vida. Mas os que acabam encontrando lugar nesse tipo de empreendimento são obrigados a lançar mão de competências que ultrapassam em muito o que aprenderam em sala de aula. Barbara Soares, ao comentar sua experiência na equipe da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Rio de Janeiro, ilustra de forma dramática esse tipo de situação:

> Se minha formação como cientista social me ajudava a perceber, de um ângulo privilegiado, os fatos, as dinâmicas, as relações e as concepções dos diversos atores com quem dialogávamos, ela comprometia, por outro lado, a convicção necessária à tomada de decisões, inoculando dúvida e distanciamento crítico quando era imperioso fazer escolhas e adotar posições inequívocas. Durante anos, eu fora treinada para a tarefa de captar contradições entre idéias, detectar tensões entre conceitos e analisar conflitos entre entidades abstratas. [...] Nas funções executivas, me vi no papel de administrar conflitos reais, de dar respostas práticas ao sofrimento encarnado em pessoas concretas e de usar instrumentalmente as noções e conceitos com o objetivo claro de transformar comportamentos. Nessas circunstâncias, não havia espaço para elucubrações analíticas e sutilezas teóricas (2002: 35-6)

De forma eloqüente, Soares indica as limitações do *ethos* acadêmico "fora de lugar". Existem, contudo, muitos casos em que a perspectiva antropológica é compatível com, e até enriquece, procedimentos executivos e administrativos. Para ilustrar tal situação, aproveitamos o depoimento de Patrice Schuch (2002), diplomada mestre em 1998 e, portanto, no universo do levantamento da ABA. Sua experiência como socióloga concursada da FEBEM (RS) evoca frustrações, desafios e até algumas soluções que o profissional neófito pode encontrar no trabalho extra-acadêmico.

Lotada em um órgão chamado Núcleo de Documentação e Pesquisa, o entusiasmo inicial de Schuch definhou rapidamente ao descobrir suas principais responsabilidades. Estas consistiam em a) arquivar os documentos pessoais dos internos "em grandes arquivos velhos e malcheirosos dentro de uma sala quente, escura e sem ventilação que se localizava ao final da sala, que por sua vez ficava no final do corredor, exatamente no fim do prédio da sede da instituição"; e b) elaborar intermináveis tabelas estatísticas sobre origem, idade, ato infracional etc. dos internos, tabelas estas "que ninguém conseguia dizer para que serviam" (: 82). Apesar das constantes mudanças políticas – quatro novos presidentes em três anos –, Schuch e outra colega antropóloga também funcionária da FEBEM tomaram a iniciativa de criar um novo espaço na instituição em que a pesquisa pudesse fazer sentido.

[...] pouco a pouco fomos trazendo o método de trabalho da antropologia para dentro da Febem, [...] olhando a instituição a partir do "ponto de vista do nativo". Tínhamos um objetivo que era absolutamente antropológico e que fazia muito sentido naquele contexto: relativizar as fixas fronteiras sociais internas e externas à Febem. [...]

Assim, começamos a provocar uma série de ações em que valorizávamos o conhecimento adquirido dos funcionários e um de nossos primeiros projetos foi pesquisar e publicar, num informativo interno à FEBEM, histórias de vida e de trabalho de alguns dos profissionais mais antigos na instituição. Também começamos a provocar a diluição de certas hierarquias estabelecidas, entre as quais: POA e interior, unidades e sede, monitores e técnicos, adolescentes e funcionários etc., através do simples convite à participação conjunta em eventos. Paralelamente a essas atividades, valorizamos o nosso próprio espaço de trabalho e realizamos um grande "ritual" de passagem: fizemos um mutirão de limpeza, restauração e transformação de nossa sala de trabalho; pedimos e ganhamos donativos de armários e móveis. Nós mesmos, durante uma semana, consertamos e pintamos os móveis de bege claro, ganhamos novas cortinas da FEBEM e uma limpeza no sinteco do piso, além da pintura interna das paredes. Restauramos a sala, restauramos a nossa própria atividade profissional (: 84).

A lista de suas muitas atividades continua: Schuch e sua colega organizaram um Fórum de Pesquisadores locais que trabalhavam sobre infância e juventude, fizeram projetos em parceria com a PUC e a UFRGS, levaram tudo isso para seminários e colóquios voltados para a formação de funcionários da FEBEM, lançaram um projeto para resgatar a memória da instituição, passaram a editar um boletim interno, promoveram jornadas para receber alunos de segundo grau que queriam visitar o local e... andaram atrás de financiamento no setor privado para apoiar seus projetos.

Em suma, trouxeram a antropologia para dentro da instituição, mas só o fizeram com iniciativa e talentos organizacionais que extrapolavam em muito o saber antropológico. O relato de Schuch faz eco aos de muitos outros jovens que se integraram no campo extra-acadêmico. Trata-se de uma interlocução multidisciplinar em que cabe ao antropólogo fazer a ponte, concebendo e comunicando na prática a relevância de seu saber para a instituição em que atua.

É sem dúvida para responder a inquietações do tipo que Soares e Schuch manifestaram que a antropóloga norte-americana Margery Wolf, ao escrever sobre o futuro da disciplina, aponta para um novo estilo de recrutamento e formação de estudantes em antropologia. Ela fala, em particular, das competências exigidas nos trabalhos extra-acadêmicos:

> Se quisermos encorajar o tipo de estudante que vai dar certo nessas novas condições, não somente devemos trabalhar melhor o ensino da ética antropológica para nossos estudantes de pós-graduação (e para nós mesmos), como devemos modificar nossos estereótipos da personalidade antropológica. Aquele individualista intrépido que nada temia, enfrentava cobras, furacões, avalanches de gelo e líderes comunitários hostis para conseguir seus dados deve agora ser substituído pelo diplomata cooperativo, paciente e atencioso, capaz de negociar habilmente com agentes "estrangeiros", comunicar informações, e lidar com expectativas bem diversas quanto à definição das questões importantes (2002: 7).

Não devemos esquecer as especificidades do contexto norte-americano. Nos EUA, a grande popularidade da antropologia aplicada se deve a fatores particulares não somente do mercado de trabalho, mas também do sistema educacional[18]. Ao que tudo indica, contudo, há também no Brasil uma demanda expressiva pelo trabalho de antropólogos, e a expansão do campo dependerá, em grande medida, da maneira como estudantes são preparados para enfrentar esse desafio. A formação clássica de *Oxford don* (intelectual universitário) deve ser, de alguma forma, completada com uma educação mais ampla para que os diplomados encontrem um lugar na sociedade do futuro.

A formação para desafios extra-acadêmicos: a importância do curriculum oculto

É evidente que há limites ao que pode ser feito em um curso acadêmico de poucos anos. Ninguém pode contestar a centralidade da formação acadêmica do antropólogo. As leituras que o estudante realiza, as pesquisas e monografias que produz, devem via de regra ser voltadas para as discussões teóricas e metodológicas da própria disciplina. Uma sólida base disciplinar é o *sine qua non* de um bom antropólogo, seja qual for seu futuro emprego. Poucas pessoas, no entanto, negariam a utilidade de engajar o estudante em atividades que o preparem para negociar empregos extra-acadêmicos. A questão é como fazer isso. Devemos ensinar técnicas de persuasão política e gestão de microempresas? Obviamente não. A única solução realista é ensinar nossos alunos através da prática de uma antropologia "extra-muros" – antropologia "in the making".

Afinal, em muitos cursos de Antropologia existem espaços raramente comentados que proporcionam experiências fundamentais para a formação do profissional, uma espécie de *curriculum* oculto. Refiro-me às atividades extracurriculares, concentradas em grande medida nos núcleos de pesquisa em que os alunos se envolvem em projetos multidisciplinares voltados para um objetivo prático ou uma intervenção.

[18] Especialmente nas ciências humanas, o diploma universitário é visto como sinal de cultura geral e não de uma especialidade profissional. Assim, espera-se que pessoas com formação em antropologia se empreguem nos mais diversos campos: educação, administração, planejamento etc.

Como professora da UFRGS, tenho observado meia dúzia de núcleos que congregam, em um determinado campo de interesses, estudantes de graduação e pós-graduação, diversos professores e visitantes em reuniões e debates quinzenais. É, em geral, por intermédio desses Núcleos que se recrutam jovens para dar conferências, mostrar vídeos ou organizar grupos de discussão em benefício de educadores, assistentes sociais ou enfermeiros, esperando alguma luz da antropologia. É também nesses espaços coletivos e nos projetos de extensão que antropólogos em formação aprendem a dialogar com pessoas de outras disciplinas. Trocam idéias com estudantes de educação para planejar uma escola *kaingang*; lidam com biólogos e agrônomos para formular um projeto de desenvolvimento sustentável em um assentamento dos MST; ou cotejam jornalistas, arquitetos e artistas plásticos para montar uma exposição fotográfica sobre a cidade.

É quase uma obviedade dizer que faz bem integrar estudantes em equipes multidisciplinares de pesquisa. É preciso, contudo, ir além dessa obviedade para sublinhar que a pesquisa em diferentes instituições, associações e ONGs da sociedade civil forma não somente os alunos, mas também os agentes que atuam nas instituições pesquisadas, uma vez que abre para estes novas perspectivas quanto à relevância do trabalho antropológico. Passam a ver a antropologia não simplesmente como aporte técnico que facilita a implementação de suas diretivas, mas também como instrumento crítico e reflexivo que possibilita sofisticar suas próprias orientações.

Para ilustrar esse processo, trago um último depoimento, mais uma vez de uma jovem mestre, diplomada em 2001, sobre seus dois anos de experiência em uma ONG feminista voltada para o acesso à justiça. Bonetti (no prelo) teve de aprender a preparar seminários, dar conferências para diversos tipos de platéia, produzir material didático e colaborar na administração geral da organização. Acabou, enfim, participando das muitas atividades "braçais" necessárias para "carregar o piano" de uma associação dessa natureza, sem contudo jamais abrir mão de suas constantes inquietações antropológicas. Em uma confraternização de fim de ano, foi surpreendida com um prêmio jocoso recebido de seus colegas, o *Prêmio Grilo Falante 2001*, a partir do qual teceu uma auto-reflexão.

> [...]é interessante pensar sobre o significado deste prêmio e a sua relação com o fazer antropológico. Lembrando o conto infantil, a personagem do grilinho é uma espécie de "consciência portátil" do boneco Pinóquio, aquele que o chama a razão. Mas é, sobretudo, aquele que questiona, que pondera, que problematiza. Representa, de certa forma, um incômodo. Transpondo a metáfora do Grilo Falante para o meu cotidiano na ONG, longe de me associar com a idéia de consciência portátil da entidade, já que não tenho respostas, me encaixo mais no segundo conjunto de características.
>
> Eu incomodo. Incomodo introduzindo uma interrogação, mas uma interrogação que é bem-vinda [...] porque é produtiva, porque 'põe para pensar'. O que não significa dizer que as minhas colegas não sejam críticas e reflexivas; elas o são e muito! Mas falo aqui de um determinado tipo de interrogação; uma interrogação específica que se ancora, sobretudo, na acuidade da escuta e do olhar que a antropologia confere (Bonetti, no prelo)

Cabe acrescentar que Bonetti teve o primeiro contato com essa ONG quando, no primeiro ano da graduação, entrou na entidade para realizar um exercício de Antropologia I. Pouco tempo depois, a ONG comissionou o núcleo de pesquisa do qual Bonetti participava para efetivar uma avaliação de suas atividades. Uma vez formada, com diploma de mestrado, ela foi incorporada como antropóloga profissional da associação. Sua experiência sugere que o exercício de pesquisa realizado por estudantes em agências estatais e ONGs não somente ajuda esses estudantes a entender o que a antropologia faz, como também permite que as instituições se familiarizem com o trabalho antropológico.

Com a imposição de prazos cada vez mais curtos para a defesa de uma tese ou dissertação, existe uma tendência de enxugar do currículo tudo que não seja absolutamente necessário. O perigo dessa tendência é diminuir o leque de atividades extra-curriculares, como se fossem supérfluas. Sugerimos que o envolvimento em núcleos de pesquisa, projetos coletivos de pesquisa e atividades de extensão é parte integrante da formação de nossos alunos. São essas atividades, antes de tudo, que os ajudarão a fazer a ponte entre sua reflexão teórica-metodológica e a aplicação desses conhecimentos no contexto extra-acadêmico. Sem dúvida, está na hora de aprimorar mecanismos institucionais para valorizar essas atividades e, assim, garantir sua manutenção.

Mantendo o norte, voltando aos eixos

Até agora, advogamos pela abertura do antropólogo para atividades engajadas e aplicadas, suscetíveis de responder às demandas de planejadores e agentes de intervenção, ou seja, possíveis empregadores. Para não incorrer em atitudes ingênuas, cabe "voltar aos eixos" e acionar a visão crítica típica de nosso *métier*. Para tanto, vem a calhar a reflexão de Sarat e Silbey (1988) sobre o sucesso dos cientistas sociais norte-americanos – em particular, os que estudam temas políticos e jurídicos – que passaram nos últimos anos a ser cada vez mais aproveitados em equipes de planejamento e administração. Procurando avaliar como essa expansão do mercado de trabalho influenciou a evolução do campo acadêmico, os autores sugerem que a aproximação de pesquisadores a instâncias politicamente influentes se torna uma faca de dois gumes. Se, de um lado, há certo encanto nessa aproximação (quem não quer ser amigo do rei?), do outro, ela traz riscos. Administradores e políticos não falam, em geral, a língua da ambigüidade; não sabem o que fazer com críticas. Querem soluções, resultados "propositivos", em uma linguagem que soa muito semelhante à das ciências

positivistas que tanto trabalhamos na academia para superar. Assim, na avaliação de Sarat e Silbey, o consumo crescente das ciências sociais por planejadores de políticas públicas tende a provocar um redirecionamento da agenda de pesquisa, a qual passa a privilegiar a ordem à contestação, relegando a um segundo plano a relação problemática entre ciência, conhecimento e poder.

Quer concordemos com essa análise ou não, ela provoca certa dúvida em relação a um entusiasmo exagerado com as "ciências aplicadas", dúvida essa que suscita, mais uma vez, o papel central de nossa associação profissional, a ABA, e sua coordenação de esforços para uma auto-vigilância ética, política e epistemológica da disciplina. Diante da tensão, inevitável e salutar, entre a antropologia "descompromissada" da academia e as demandas pragmáticas, aplicadas ou engajadas, que a grande maioria de seus clientes lhe traz, o antropólogo precisa, mais que nunca, de espaços para repensar sua atuação. Tanto para o crescente número de professores do ensino superior que não atuam em um departamento de ciências sociais quanto para diplomados com atuação extra-acadêmica, torna-se crucial uma política organizacional que promova uma identidade profissional, mesmo longe, ou anos depois, do curso de pós-graduação.

Além disso, é preciso reforçar os espaços de reflexão crítica que já existem na academia, nos quais são analisados os aspectos éticos e políticos da prática de antropologia. Cabe, aqui, mencionar uma área que se destaca por sua combinação exemplar de reflexão acadêmica e engajamento político, a dos laudos antropológicos entre populações indígenas e afro-brasileiras. Os grupos de trabalho envolvidos em laudos não somente avançaram muito na análise ética e teórica de seu trabalho, como também, ao aproveitar espaços fornecidos pela ABA, souberam se organizar em bloco político e se contrapor a visões simplificadoras do judiciário. Encontramos aí a ilustração, por excelência, dos benefícios de um bom casamento entre a reflexão teórica e as aplicações extra-acadêmicas do saber antropológico. É uma refutação das teses pessimistas de Sarat e Silbey, a prova de que esse tipo de engajamento não necessariamente traz uma diminuição da sofisticação analítica. Ao contrário, fornece a esperança de que, com a ajuda de pesquisas como essa realizada pela ABA, será possível forjar políticas que garantam o avanço da ciência antropológica ao mesmo tempo que facilitem a inserção do antropólogo em futuros mercados de trabalho.

Referências bibliográficas

BONETTI, Alinne
(no prelo) "A antropóloga, a ONG e o grilo falante", *Revista Humanas*. Porto Alegre: IFCH – UFRGS.

GEERTZ, Clifford
(1983) *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books.

GOUGH, Kathleen
(1968) "Anthropology: child of imperialism", *Monthly Review*, 19 (11): 12-27.

KUPER, Adam
(1973) *Anthropologists and anthropology: the British school, 1922-1972*. New York: Pica Press.

MARTINS, Carlos Benedito
(2003) "Pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro". Em: MORHY, Lauro (org.). *Universidade em questão*, vol. 1. Brasília: EdUnB.

NUNES, Edson & CARVALHO, Márcia Marques
(2003) "Universidade brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos". Em: MORHY, Lauro (org.). *Universidade em questão*, vol. 1. Ob. cit.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'ana
(2003) "Expansão do sistema de ensino superior". Em: MORHY, Lauro (org.). *Universidade em questão*, vol. 1. Ob. cit.

SARAT, Austin & SILBEY, Susan
(1988) "The pull of the policy audience", *Law and Policy*, 10(2-3): 97-166.

SCHUCH, Patrice.
(2002) "O estrangeiro em "campo": atritos e deslocamentos no trabalho antropológico, *Antropolítica* 12/13: 73-92.

SOARES, Barbara M.
(2002) "No executivo: limites e perspectivas". Em: CORRÊA, Mariza (org). *Gênero e cidadania*. Campinas: Unicamp / PAGU.

VELLOSO, Jaques
(2003a) "Trabalho e formação em pesquisa". Em: MORHY, Lauro (org.). *Universidade em questão*, vol. 1. Ob. cit.
(2003b) *Pós-graduação em antropologia: entrevistados e variáveis*. Brasília: NESUB/UnB.

WOLF, Margery
(2002) "Future of antropology: an etnographer's perspective", *Anthropology News* 43(6): 7.

GIRALDA SEYFERTH

O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar

O presente trabalho trata da influência do financiamento e do sistema de avaliação na constituição da antropologia social como uma disciplina na pós-graduação. São temas correlatos, pois os resultados da avaliação têm repercussão nas formas de financiamento, sobretudo na atribuição das bolsas e recursos vinculados. Os dados quantitativos aqui apresentados para corroborar alguns argumentos (ver tabelas) procedem da pesquisa da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), coordenada por Wilson Trajano Filho e envolvendo mestres e doutores em antropologia social titulados no país entre 1992 e 2001, cujas fontes são o questionário aplicado a uma amostragem significativa dos egressos dos programas e os Relatórios CAPES. Deve-se observar, porém, que essa pesquisa não incluiu os egressos dos programas mistos avaliados na área de sociologia, alguns com expressiva titulação de antropólogos. Apesar da heterogeneidade do conjunto de dados e das dificuldades de apropriação de algumas quantificações, as tabelas incluídas no texto permitem identificar os tipos de bolsa recebidas e suas respectivas agências de fomento, e perceber os possíveis efeitos dessas bolsas nos prazos de titulação e nos tempos de transição entre a graduação e o mestrado, e entre o mestrado e o doutorado. Além disso, apresentam dados comparativos entre alunos bolsistas e não bolsistas e sua área de atuação, e dimensionam o financiamento para os projetos de tese e dissertações.

Os critérios universalistas de avaliação dos cursos de pós-graduação privilegiados pela CAPES têm sido objeto de ampla discussão, refletida nos documentos de área produzidos pelo comitês desde a implantação do atual modelo em 1998. A expressão "cultura da avaliação" sintetiza um criticismo que indica muitos problemas de adequação a regras que intervêm diretamente na produção acadêmica, com pouca margem para aferir sua qualidade.

A antropologia é uma área consolidada, com produção bastante expressiva e projeção no exterior, fato que explica, em parte, o descontentamento com os critérios de avaliação. De fato, os resultados da própria avaliação apontam para

o bom nível dos dez cursos de pós-graduação em antropologia social[1], todos localizados em universidades públicas, conforme a tabela 1.

Tabela 1 | Ano de início dos programas

Instituição	Nível	início
UFF	mestrado	1994
UFPA	mestrado	1994
UFPE	mestrado	1977
	doutorado	2001
UFPR	mestrado*	1991
UFRGS	mestrado	1979
	doutorado	1991
UFRJ	mestrado	1968
	doutorado	1977
UFSC	mestrado	1985
	doutorado	1999
UnB	mestrado	1972
	doutorado	1981
UNICAMP	mestrado	1971
USP	mestrado	1972**
	doutorado	

Relatórios CAPES

* O PPGAS da UFPR foi implementado em 1991 e interrompido em 1992 devido à aposentadoria de vários professores. Em 1999 o PPGAS foi credenciado pela CAPES e retomou suas atividades;

** A data refere-se ao enquadramento dos cursos na legislação federal. Na realidade, a USP foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil a criar um doutorado em antropologia.

[1] Sete programas possuem cursos de mestrado e doutorado (USP, UFRJ, UnB, UFRGS, UFSC, UFPE e UFF) e três possuem curso de mestrado (UNICAMP, UFPR e UFPA). A área de antropologia na CAPES inclui ainda um programa de mestrado e doutorado em arqueologia (USP) e um programa de mestrado profissionalizante na área de gestão de patrimônio cultural (Universidade Católica de Goiás), totalizando 12 cursos de pós-graduação.

Na última avaliação trienal, realizada em 2001, a metade dos programas obteve a nota 5 (correspondente ao conceito A no formato anterior), dois obtiveram a nota 7 e apenas os três que iniciaram suas atividades na década de 1990 tiveram nota inferior a 5, apresentando contudo indicadores sugestivos de crescimento e consolidação. Os programas da UFPE e da UFF, autorizados pela CAPES, criaram seus cursos de doutorado em 2001 e 2002, respectivamente, e o processo de avaliação foi crucial para a obtenção do credenciamento. Tendo em vista o número de programas, a área de antropologia é uma das menores nas ciências humanas, mesmo se incluída a arqueologia, mas o alto percentual de notas iguais ou superiores a 5 deixou a média de conceitos significativamente alta em relação a outras áreas, fato já assinalado por Claudia Fonseca no texto em que comenta o processo de avaliação de 1998[2].

Apesar de todos os questionamentos suscitados pelo modelo de avaliação da CAPES, o qual deixou muito pouco espaço para a intervenção da comunidade acadêmica na elaboração das fichas de avaliação dos programas, os dados acima são indicativos de uma área dinâmica e produtiva, mesmo em um perfil que reflete, principalmente, o referencial quantitativo. Pode-se dizer que esse modelo contém um preceito de hierarquização baseado na predominância de dados quantitativos, os quais supostamente representam qualidade. Não acredito que existam dúvidas quando à legitimidade da avaliação do desempenho dos programas. As críticas mais contundentes se dirigem à homogeneização dos critérios para todas as áreas do conhecimento, sem respeito às suas especificidades. Há pouquíssima flexibilidade para alterações dos quesitos e pesos na ficha de avaliação. Mesmo quando certos critérios são considerados problemáticos – por exemplo, em nossa área, o chamado "tempo médio de titulação" (TMT), com repercussão direta sobre a distribuição das bolsas de mestrado e doutorado –, é irrelevante introduzir modificações que se choquem com os determinantes de cada quesito. O formato universalista, portanto, dificulta a adequação do modelo às peculiaridades de cada área, e as reclamações não se restringem às ciências humanas.

Tudo isso remete a uma questão simples: até que ponto a quantificação mostra, de fato, o desempenho dos cursos, ou melhor, como avaliar a qualidade da produção por meio de relatórios que precisam priorizar estatísticas em que a mesma aparece de forma indireta? Os programas de nível 6 e 7, por exemplo, precisam ter desempenho diferenciado quanto à produção científica (com percentuais relativamente altos de inserção internacional) e titulação de douto-

[2] Consta nesse texto que, em 1998, houve, em um primeiro momento, questionamento dos conceitos atribuídos pela comissão, e que depois a CAPES teria reconhecido o alto nível da área (Fonseca 1998: 2).

res. Pode-se aferir a produção através do *qualis*, que hierarquiza qualitativamente as revistas de circulação nacional e internacional e cujos níveis e critérios são de responsabilidade do meio acadêmico. Mas o que dizer sobre os percentuais de publicações em veículos "internacionais" (leia-se revistas publicadas no exterior) fixados pelo conselho técnico-científico da CAPES para a avaliação de 2001, respectivamente 15% para atribuição da nota 6 e 25% para atribuição da nota 7. Nesse caso, as dificuldades são claras: os veículos privilegiados são revistas e não outras formas de publicação comuns na grande área das ciências humanas. Livros e capítulos de livros são, para muitos colegas de outras áreas, veículos sem *referee* e, supostamente, não submetidos a uma avaliação de seus pares. A regra universal afirma a hegemonia e legitimidade dos "periódicos", isto é, revistas indexadas, hierarquizadas por conceitos e preferencialmente "internacionais". Claro que nosso *qualis* considera internacionais algumas revistas publicadas no país, mas essa não é a regra geral. A qualidade dos veículos deve ser um indicador privilegiado, mas é problemático priorizar um deles sem respeitar as especificidades de cada área. Existem boas revistas brasileiras, interdisciplinares e de antropologia, dentro de padrões de excelência, e a produção contida em livros e coletâneas é igualmente significativa. Em contrapartida, se a visibilidade internacional é desejável e deve ser incentivada, pode-se dizer que seu peso relativo é diferenciado para cada área, e não deve ser atrelada à produção publicada e circunscrita por percentuais mais adequados às chamadas "ciências duras".

Essa forma de distinguir a produção intelectual se fundamenta na idéia de que a qualidade está associada aos veículos de grande circulação e divulgação que submetem os trabalhos a uma apreciação meritória. O princípio é correto mas não infalível: aplicado aos periódicos de modo desigual, raramente consegue atingir outros tipos de publicação. No entanto a exigência do mérito aferida através do *qualis* perde-se no emaranhado da quantificação. Se não é esse o caso, por que instituir percentuais fixos para as publicações no exterior, se existem áreas em que esse indicador não é tão relevante para o avanço do conhecimento?

Na última década, houve aumento significativo de revistas de antropologia, em parte induzido pelo sistema de avaliação da CAPES, que prioriza a quantidade da produção, e pelos comitês de área que deram alguma relevância à edição de periódicos pelos programas. Desde meados da década de 1990, surgiram as revistas *Mana* (MN-UFRJ), *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), *Revista Antropológicas* (UFPE), *Antropológica* (UFF), *Ilha* (UFSC) e *Campos* (UFPR), que se juntaram às duas já existentes, a *Revista de Antropologia* (USP) e o *Anuário Antropológico* (UnB). Assim, oito dos dez programas de antropologia social mantêm hoje uma revista. Apesar dos custos de edição e das dificuldades de obter apoio das agências financiadoras, a periodicidade das revistas tem sido mantida, em grande parte devido ao trabalho dos editores e comissões editoriais e à boa vontade dos pareceristas. O aumento da circulação de trabalhos acadêmicos por meio desses periódicos é um efeito positivo da avaliação, embora a demanda por novos veículos de divulgação esteja igualmente relacionada ao aumento do número de pesquisadores qualificados em atividade nos meios universitários, nas ONGs e nos institutos de pesquisa. Não houve, propriamente, uma proliferação de revistas na área de antropologia, porém, dadas as muitas interfaces e proximidades temáticas com outras disciplinas abarcadas pelas ciências humanas e sociais, os antropólogos publicam seus trabalhos em um universo ampliado e interdisciplinar. Ocorreu um aumento consistente de periódicos em circulação com repercussões na captação de textos de bom nível, em uma situação que pode induzir muitos pesquisadores a produzir trabalhos em quantidade, em detrimento da reflexão e do debate, algo possível em uma "cultura da avaliação" parcialmente formulada e aceita pela comunidade acadêmica com reflexos além da CAPES[3]. De fato, prestígio e alta circulação dos periódicos não são critérios absolutos para outorgar qualidade e originalidade às suas publicações, características presentes também nas revistas menos prestigiadas ou que figuram no *qualis* em posição desvalorizada. O valor intrínseco da produção acadêmica não deve ser medido apenas por sua forma de veiculação, pois isso faz com que a quantificação, em razão de seu caráter mensurável, prevaleça.

No trabalho já citado, Claudia Fonseca expressou sua preocupação com o que chamou "multiplicação exagerada de periódicos", ao falar das possíveis dificuldades dos editores para acumular textos, acionar pareceristas e manter a periodização, assim como de uma indesejável regionalização dos debates ante a probabilidade de os pesquisadores deixarem de submeter sua produção às revistas nacionais e internacionais para publicar naquelas que estão mais próximas.

A preponderância da quantidade e de meios indiretos de qualificação também é visível na avaliação de outros itens da produção acadêmica. Dissertações e teses têm sua qualidade presumida pela participação de membros externos ao programa nas bancas examinadoras. É uma situação desejável, mas nem sempre possível, em razão dos altos custos das viagens aéreas, com prejuízo para os programas que dependem exclusivamente de taxas repassadas pela CAPES – o que tem relação direta com o número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas a cada um deles – ou que estão longe da concentração dos cursos de antropologia, em sua maioria situados nos estados do Sudeste e Sul. A partici-

[3] A concessão da gratificação de estímulo à docência (GED) aos professores das instituições federais de ensino superior também depende de uma pontuação baseada na quantificação pura e simples da produção individual. Na UFRJ, por exemplo, o mesmo sistema de registro da produção docente para a GED é usado no preenchimento dos relatórios dos programas de pós-graduação enviados à CAPES. Alargou-se, pois, o formato classificatório da avaliação continuada para outros domínios da academia.

pação docente e discente em reuniões científicas segue o mesmo princípio: as comunicações apresentadas em congressos mais abrangentes e significativos para a área, como os Encontros Anuais da ANPOCS e as reuniões vinculadas à Associação Brasileira de Antropologia, têm peso maior, no entanto seminários e reuniões mais restritas ou temáticas são muito importantes na divulgação de resultados de pesquisas e têm mais chances de dar origem à publicação de textos completos na forma de coletâneas.

Grande parte da ficha de avaliação contém quesitos e itens praticamente inquestionáveis, como critérios de qualificação dos cursos, indicadores da conjunção ensino-pesquisa, mas isso não minimiza o sobejo numérico que subestima a produção acadêmica. As críticas não são dirigidas às exigências referentes ao NRD (Núcleo de Referência Docente, o conjunto de professores que têm atuação efetiva nos programas), que supõem um número de docentes qualificados e produtivos em quantidade suficiente para atender às demandas de um curso de pós-graduação; tampouco aos quesitos que avaliam projetos e linhas de pesquisa, estrutura curricular, atividades de orientação (inclusive na graduação), corpo discente etc. Significativamente, as questões mais polêmicas estão justamente nos quesitos que distinguem os chamados "centros de excelência" e visualizam a produção acadêmica e as inserções nacional e internacional[4]. Daí a inconformidade com os preceitos quantitativos – e também temporais – que prevalecem na aferição das teses e dissertações e da produção intelectual. O perfil dos cursos 7, constante do Documento de Área de 2001, estabelece parâmetros de distinção que, além dos preceitos de excelência vinculados à liderança nacional e projeção internacional, exigem número significativo de titulados (mestres e doutores), produção científica consistente e divulgada em publicações de mérito reconhecido e arbitragem de pares, edição de uma revista de circulação internacional, estágio de pós-doutorado, biblioteca de referência nacional e bom tempo médio de titulação.

O último item, tempo médio de titulação (TMT), tem sido objeto de muita discussão entre a área acadêmica e a CAPES, pois houve nos últimos anos grande pressão sobre os programas para que fosse reduzido o tempo de titulação de mestrandos e doutorandos. Trata-se de um item superlativo, valorizado como critério de avaliação e com repercussão direta na concessão de bolsas. Em nossa área e, de modo geral, nas demais que compõem as ciências humanas, o TMT é considerado muito alto para os padrões ideais fixados pelas agências de fomento em 24 meses (mestrado) e 48 meses (doutorado), o mesmo tempo de

[4] Os elementos diferenciais estão no Documento de Área produzido na última avaliação trienal (2001), e configuram as notas 6 e 7.

duração das bolsas. Os programas procuraram adequar as especificidades da área a essa exigência que interfere no acesso a recursos – bolsas e taxas de bancada. Alguns fizeram mudanças principalmente nos cursos de mestrado, redimensionando as dissertações para tornar viável sua realização em poucos meses. Os dados contidos nos relatórios CAPES, referidos ao período 1996-2001, portanto desde a instituição do atual modelo de avaliação, mostram redução substancial, mas ainda longe da média idealizada. Na área como um todo (tabela 2), a média de meses para a titulação de alunos bolsistas no mestrado diminuiu de 50,8 meses em 1996 para 33,5 meses em 2001; entre os alunos não bolsistas, passou de 47,8 meses para 33,2 meses em 2001. No doutorado, a média de alunos bolsistas mudou de 72,9 meses em 1996 para 59 meses em 2001; os não bolsistas apresentaram uma redução menor: 67,4 meses em 1996 para 65 meses em 2001.

Tabela 2 | Tempo de titulação de mestres e doutores em todos os programas, por ano (1996 – 2001)

		1996	1997	1998	1999	2000	2001	Média no período
MESTRES	Média de meses para titulação	50,8	41,2	46,2	37,0	36,1	33,5	40,8
	Média de meses para titulação de não-bolsistas	47,8	39,4	67,0	44,1	39,8	33,2	45,2
DOUTORES	Média de meses para titulação	72,9	65,1	65,4	67,3	64,4	59,0	65,7
	Média de meses para titulação de não-bolsistas	67,4	97,5	68,7	64,7	70,0	65,0	72,2

O dado mais importante não é, propriamente, a desejável redução, e sim o fato de ela estar muito próxima do tempo considerado "muito bom" pelas comissões de avaliação: trinta meses para o mestrado e sessenta meses para o doutorado. A redução tem relação direta com o sistema de avaliação e com a forma de distribuição das cotas de bolsas, fixadas conforme as notas e tendo em vista sobretudo o tempo médio de titulação de cada programa[5]; além disso, nos

[5] Os critérios adotados para concessão de bolsas em 2001, conforme o ofício-circ./DPR/CDS/CAPES Nº1, permitiram, por exemplo, bolsas adicionais apenas para os cursos de mestrado com tempo médio de titulação igual ou inferior a trinta meses, e para os cursos de doutorado com tempo igual ou inferior a 48 meses.

meios acadêmicos, houve certo consenso sobre prazos, cujo limite é de cinco anos para o doutorado e três anos para o mestrado.

Indicadores obtidos por meio de questionários aplicados a mestres e doutores egressos dos PPGAS entre 1992 e 2001 apontam para um perfil mais próximo à realidade dos programas – que, em geral, prevêem, nos regulamentos, prorrogações além dos 24 e 48 meses – do que dos tempos ideais fixados pelas agências de fomento. Mesmo em um universo estatístico por amostragem[6], é possível dimensionar objetivamente o problema da duração dos cursos naquele período. No doutorado, 24% dos alunos que responderam ao questionário terminaram o curso em quatro anos. A maioria (30%) defendeu a tese em cinco anos, 16% defenderam em seis anos e um número de pessoas significativamente alto para os padrões atuais (19%) precisou de sete anos ou mais para concluir o curso. Se levarmos em conta os 11% de doutores que concluíram o curso em três anos ou menos, cerca de um terço dessa produção de teses está de acordo com os padrões exigidos pela CAPES. No mestrado, temos algo semelhante: apenas 2% das defesas de dissertação ocorreram em um ano, 35% foram defendidas em dois anos, 27% em três, 18% em quatro e 18% em cinco anos ou mais. Juntando a esses dados os indicadores médios de duração dos cursos, percebe-se uma diminuição gradativa do tempo de titulação, com oscilações, e a melhor média em 1999 e 2001, próxima de cinco anos. O maior tempo médio do doutorado, entre oito e nove anos, foi atingido em 1993.

Os dois conjuntos estatísticos sobre o tempo de titulação apontam para a dificuldade da área em atingir os índices exigidos pelas agências de fomento. Cerca de um terço dos titulados está dentro dos padrões estipulados nos critérios de avaliação, um dado expressivo que respalda o criticismo acadêmico referido aos efeitos dessa forma de quantificação na qualidade do produto final, ou seja, as teses e dissertações. A expectativa da CAPES é que a titulação seja obtida no tempo de duração das bolsas. De modo geral, os programas tiveram algum sucesso na adaptação às novas normas desde 1996, mas não conseguiram chegar ao patamar desejável nos termos da avaliação.

Há dois problemas distintos em relação a esse indicador problemático: o fato de ser aferido por média e os efeitos da redução do tempo de permanência no curso sobre o trabalho de pesquisa dos alunos. A noção de "tempo médio" pode resultar em uma visão distorcida dos resultados, pois, em um universo pequeno, um ou outro caso discrepante tem efeitos negativos que não traduzem a

[6] O questionário não foi respondido por todos os egressos. De acordo com informações sobre a metodologia da pesquisa dadas por Jacques Velloso (NESUB/UnB), entre 1992 e 2001 titularam-se no país aproximadamente setecentos mestres e duzentos doutores em antropologia. Cerca de 60% dos mestres e 70% dos doutores foram localizados e entrevistados, amostragem bastante satisfatória para esse tipo de pesquisa.

realidade. O outro ponto está relacionado com as especificidades do trabalho antropológico. O desempenho quantificado afeta bastante as pesquisas dos alunos, particularmente (mas não exclusivamente) o trabalho de campo, cada vez mais exíguo diante da pressão dos prazos e do encolhimento das fontes de financiamento. O tempo da pesquisa pode ser bastante diversificado e, em alguns casos, o trabalho de campo dura muitos meses (por exemplo, estudos com populações indígenas ou camponesas), tornando difícil o cumprimento dos prazos.

O sistema de avaliação, tal como existe hoje, não contempla a diversidade das áreas de conhecimento, fato que interfere principalmente nas atividades de pesquisa, bastante diferentes mesmo no conjunto das ciências humanas. Os programas de antropologia procuraram adequar-se à política de redução do tempo médio de titulação, mas os próprios resultados mostram que há um limite a partir do qual a qualidade de produção de teses e dissertações pode ser comprometida. Não defendo a inexistência de prazos, mas sim sua flexibilização, de modo a não prejudicar o desenvolvimento reflexivo do trabalho acadêmico. Como vimos, essa é uma questão bastante debatida no âmbito de alguns programas por estar diretamente relacionada à distribuição de bolsas e outros recursos cujos cortes podem prejudicar bastante o funcionamento dos cursos. Em outras palavras, avaliação e financiamento andam juntos e têm papel importante na ampliação do campo disciplinar; daí o posicionamento cauteloso relacionado à "naturalização" dos indicadores quantitativos.

No mestrado, por exemplo, houve redução significativa no tempo de titulação porque alguns programas realizaram mudanças curriculares, parcialmente traduzidas em novas concepções de dissertação, já que o período disponível para atividades de pesquisa não permite grandes investimentos no trabalho de campo. Ao mesmo tempo, as avaliações de desempenho são muito importantes, e a implementação do sistema contou com alguma colaboração dos meios acadêmicos. O endurecimento de certos critérios, porém, traduzidos por quantificações absolutas, especialmente quando relacionados à produção dos programas (teses, dissertações, publicações de professores e alunos), destaca a necessidade de repensar o modelo homogêneo vigente[7], apontando, inclusive, para seus resultados positivos.

A redução do tempo de titulação, privilegiado no modelo de avaliação, teve como um de seus resultados o aumento do número de mestres e doutores no

[7] O PPGAS/Museu Nacional divulgou um documento sobre o TMT, no qual propôs uma ampla discussão sobre os critérios técnicos-científicos de avaliação. Segundo o documento, a ênfase na quantificação deixou pouco espaço para discutir os efeitos da redução do TMT sobre a qualidade das teses e dissertações. Embora possa ter coibido eventuais exageros, a redução compromete o rigor científico e asfixia a inovação na nossa área.

mercado de trabalho. Seria leviano construir essa equação única de causa-efeito, pois existe demanda expressiva pela formação pós-graduada em antropologia de estudantes de ciências sociais ou de áreas com que mantém diálogo interdisciplinar: história, psicologia, comunicação, crítica literária etc. A formação em tempo menor, no entanto, certamente se refletiu no número de titulados, dadas as dificuldades de manter dedicação plena à elaboração de teses e dissertações sem os recursos das bolsas concedidas por 24 meses para os alunos de mestrado e 48 meses para os alunos de doutorado.

Tabela 3 | Evolução da pós-graduação em antropologia no país

		1996	1997	1998	1999	2000	2001
Número de Cursos	M	9	9	9	10	10	10
	D	4	4	4	5	5	6
Alunos Novos	M	65	98	90	102	111	90
	D	17	33	25	45	50	59
Alunos no Início do Ano Base	M	271	265	274	284	280	265
	D	139	139	149	149	163	181
Alunos Titulados	M	82	67	70	86	107	92
	D	14	25	31	21	23	27
Docentes do NRD6		–	–	108	113	113	121

A tabela 3 dimensiona o corpo discente e docente e o número de titulados dos programas entre 1996 e 2001. A oscilação numérica relativamente pequena indica certa estabilidade e um aumento pouco consistente de titulados. O único salto expressivo ocorreu no doutorado: foram 14 titulados em 1996 e 27 em 2001, com pico de 31 doutores em 1998. O número de mestres aumentou de 82 em 1996 para 92 em 2001, com pico de 107 em 2000. Existem evidências de que o peso do tempo médio de titulação como critério de avaliação teve algum efeito, pois houve concentração maior de titulações no último triênio avaliado: 1998-2000. Pode-se, contudo, fazer outra leitura desses dados, confrontando-os com o número de cursos, de alunos novos e de docentes do NRD6, o núcleo de docentes que dedicam mais de 30% do seu tempo às atividades de pós-graduação. Dois novos cursos de doutorado (SC e PE) iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1999 e 2001; em 1999, também voltou a funcionar o mestrado da UFPR, curso que interrompera suas atividades em 1992 em razão da aposentadoria de vários professores. Recém-iniciados, esses cursos não tiveram repercussão nas estatísticas de titulação. Sua criação, contudo, sinaliza um aumento na demanda pela formação em antropologia social. O dado mais significativo, porém, é o aumento do número de novos alunos, particularmente nos cursos de doutorado, e a discreta oscilação numérica dos docentes do NRD6, considerada a criação de três novos cursos. A tradução desses números é óbvia: houve um crescimento expressivo da área nos últimos anos, estamos formando mais gente em menos tempo, mas o número quase estável de docentes significa que os bons resultados foram obtidos por sobrecarga de trabalho.

No período entre 1996 e 2001, foram defendidas 504 dissertações e 141 teses de doutorado. É uma produção expressiva tendo em vista o diminuto aumento do NRD6, um efeito da política de restrição aos concursos públicos para preenchimento de cargos docentes nas universidades federais. As conseqüências só não foram piores porque muitos professores aposentados, altamente qualificados, continuam em atividade na pós-graduação, principalmente na orientação e na pesquisa. A sobrecarga de trabalho dos docentes compreende ainda a participação na graduação, incluída como um item de avaliação adequado ao binômio ensino e pesquisa. A carga docente e de orientação, crucial nas universidades federais para reivindicar a gratificação de estímulo à docência (GED), outra "criatura" da "cultura da avaliação", deixa cada vez menos tempo para desenvolver projetos e refletir sobre a pesquisa. Trata-se, evidentemente, de um paradoxo, pois a atividade de pesquisa é justamente aquela que produz os resultados, inclusive quantitativos, priorizados na atribuição da excelência refletida pelas notas mais altas.

O caráter impositivo do dístico "mais resultados em tempo mínimo" produziu reduções e resolveu algumas distorções (prazos acima de cinco anos, por exemplo, são aceitáveis apenas como exceção), porém os indicadores estão mais próximos dos parâmetros definidos pela área e ao mesmo tempo sujeitos a questionamento na instância da CAPES que distribuiu recursos (cotas e auxílio PROAP). Ora, se o desempenho da área é muito bom, tem dois programas com nota máxima em um universo de seis cursos de doutorado e dez de mestrado, o número de titulados é compatível com a dimensão do corpo discente, então por que comprometer o rigor científico, a inovação conceitual e os parâmetros metodológicos da disciplina (especialmente o trabalho de campo que demanda tempo e relacionamentos sociais de grande complexidade) para atender à formação prescrita pelo despotismo temporal predominante na avaliação do de-

sempenho? Deve ser levado em conta que cada pesquisa é diferente, tem seu próprio tempo, um fato que interfere na feitura do trabalho final e, conseqüentemente, afeta médias e medianas que, em um universo estatístico diminuto como o da antropologia social, contém mais distorções que acertos[8].

Os problemas do modelo de avaliação, porém, não devem servir para, simplesmente, desqualificá-lo. Contemplar as diferenças entre as áreas e atenuar o formato universalista são reivindicações factíveis e não comprometem o rigor acadêmico. O bom desempenho deve prevalecer, como de fato ocorreu no âmbito da CAPES desde que surgiram no país os primeiros programas de pós-graduação. Como agência de fomento, ao lado do CNPq, a CAPES sempre teve papel destacado no financiamento da pós-graduação, o que justifica a avaliação de desempenho, com regras às vezes muito rígidas, mas com a participação da comunidade científica. O financiamento, especialmente por meio da concessão de bolsas, exerceu papel fundamental no recrutamento de gente para a pós-graduação, ao permitir maior dedicação às atividades de formação.

Os perfis dos cursos de pós-graduação e a natureza da pesquisa antropológica demandam a dedicação exclusiva dos alunos, uma situação ideal que depende, fundamentalmente, da oferta de bolsas. Apesar do surgimento de novos cursos, não houve durante a última década crescimento do número das bolsas de mestrados que compõem a amostragem. Na realidade, ao discreto aumento de cotas de bolsas concedidas pela CAPES correspondeu uma diminuição das mesmas por parte do CNPq. Apesar disso, parcela significativa de mestrandos que compõem a amostragem – cerca de 85% – foi contemplada com bolsas. O percentual é ainda maior no caso dos doutorandos – quase 100%. As duas agências federais de fomento foram responsáveis pela maioria das concessões, havendo participação discreta das agências estaduais, principalmente da FAPESP[9]. Alguns programas acolheram alunos estrangeiros (principalmente para cursar o doutorado), beneficiários das bolsas PEC/PG, por intermédio da CAPES ou CNPq com interveniência do Ministério das Relações Exteriores.

Os percentuais citados revelam um número pequeno de não-bolsistas, principalmente no doutorado, tornando pouco elucidativa qualquer comparação

[8] Não é inteiramente gratuito que, nos dicionários, os termos médio/mediano sejam também sinônimos de medíocre.

[9] Os dados da pesquisa quantitativa mostram que a CAPES (com o maior número de cotas de bolsas de mestrado e doutorado) e o CNPq são as agências responsáveis pela maioria das concessões. As agências estaduais e outras instituições são responsáveis por menos de 10% das bolsas nos dois níveis.

sobre os tempos de titulação. Os dados constantes da tabela 2 indicam um aumento da média geral do tempo de titulação de não-bolsistas de 4,4 meses para o mestrado e 6,5 meses para o doutorado entre 1996 e 2001. Mas as médias oscilam e, em alguns anos, são menores que as dos bolsistas. Há também dois momentos discrepantes em que o indicador dispara: em 1997, chegou a 97,5 meses para o doutorado e, em 1998, 67 meses para o mestrado. Como afirmado, em um universo estatístico extremamente reduzido, um único caso pode ser responsável pelas disparidades, e as diferenças médias detectadas não parecem muito significativas, pois, afinal, todos os alunos de pós-graduação precisam cumprir os prazos de titulação consignados nos regulamentos dos cursos, os mesmos para quem tem ou não bolsa.

Enfim, as bolsas são um atrativo importante no aliciamento de candidatos para a pós-graduação e uma garantia a mais para a ocorrência de uma boa formação, apesar de seus valores defasados, que remontam a 1996. Os bons percentuais de alunos bolsistas, porém, não configuram uma situação confortável em face da demanda pela formação pós-graduada em antropologia social. É mais provável que os programas estejam adequando a entrada de novos alunos à política de congelamento do volume de bolsas no último decênio, marcado também pela dificuldade de renovação e ampliação do corpo docente nas universidades federais. Não devemos, contudo, subestimar o impacto das bolsas na dinâmica do campo disciplinar. Elas são essenciais para assegurar o trabalho de pesquisa, apesar dos valores baixos e das cotas insuficientes em face da demanda qualificada, assim como têm efeito sobre os tempos de titulação, mesmo considerando que as médias da área ultrapassam o período de 48 meses para o doutorado e 24 meses para o mestrado. O crescimento das matrículas na pós-graduação foi muito discreto, conforme os indicadores da tabela 3 sobre alunos novos e alunos matriculados no ano base, o que sugere uma relação simbiótica com uma oferta estabilizada de cotas de bolsas. A oferta de bolsas contribuiu para reduzir não só a duração dos cursos, como também o tempo decorrido entre o término da graduação e o ingresso na pós-graduação. A tradução estatística desses dados está nas tabelas 4 e 5, que indicam médias e medianas do mestrado e doutorado segundo o tipo de bolsa. Nos indicadores, não há discrepância significativa entre bolsistas de diferentes agências de fomento. O único dado importante diz respeito ao aumento da média/mediana de duração do curso no caso dos mestrandos bolsistas do CNPq, fato provavelmente relacionado à pressão mais direta exercida pela CAPES sobre os programas. Com relação ao intervalo entre a graduação e o início do mestrado, observa-se que é bem menor no caso dos alunos que participaram de projetos de pesquisa como assistentes ou auxiliares, o que sinaliza efeitos positivos das bolsas de iniciação científica.

Tabela 4 | Mestres em antropologia: média e mediana do tempo entre a graduação e o início do curso e a duração, segundo o tipo de bolsa obtido (%)

	%	Departamento
Mestres	40,0	Antropologia, Sociologia e/ou Ciências Sociais
	60,0	Outro departamento
Doutores	65,0	Antropologia, Sociologia e/ou Ciências Sociais
	35,0	Outro departamento

Tabela 5 | Doutores em antropologia: média e mediana do tempo entre a graduação e o início do curso e a duração, segundo o tipo de bolsa obtido

Tipo de Bolsa	Tempo entre a graduação e o início do curso		Duração do curso (anos)	
	Média	Mediana	Média	Mediana
CAPES	11,2	10,0	5,1	5,0
CNPq	11,0	10,0	5,6	5,0
FAPESP	6,3	6,5	5,3	5,5
Outro tipo de bolsa	10,3	11,0	5,3	5,0

Outro indicador interessante resulta do cruzamento do tipo de bolsa com a atuação na academia: com pequenas variações entre as agências de fomento, verifica-se que aproximadamente metade dos mestres tinha inserção no meio acadêmico; quanto aos doutores, o percentual de inserção é maior entre os que tiveram bolsas da CAPES e da FAPESP (90,4% e 100%, respectivamente), diminuindo um pouco no caso do CNPq (79,4%) e caindo para a metade entre

aqueles que receberam bolsas de outras fontes (tabelas 6 e 7). De forma análoga (discriminação dos indicadores segundo o tipo de bolsa), os dados sobre a situação de trabalho na época da inscrição para o curso revelam que parcela expressiva dos mestres não possuía, propriamente, uma ocupação (tabela 8), condição refletida nas categorias "desempregado" e "inativo"[10]. A situação é diferente no caso do doutorado: a maioria dos bolsistas tinha alguma vinculação ocupacional

Tabela 6 | Mestres em antropologia: tipo de bolsa no mestrado, segundo o tipo de trabalho atual – academia e não academia (%)

Tipo de bolsa	Atuação na academia		Total *
	Sim	Não	
CAPES	58,4	41,6	100,0
CNPq	64,2	35,8	100,0
FAPESP	60,0	40,0	100,0
Outra agência/IES/outra fonte	–	100,0	100,0
Assistente/auxiliar em projeto de pesquisa	100,0	–	100,0
Outro Tipo de Bolsa	83,3	16,7	100,0

Tabela 7 | Doutores em antropologia: tipo de bolsa no mestrado, segundo o tipo de trabalho atual – academia e não academia (%)

Tipo de bolsa	Atuação na academia		Total *
	Sim	Não	
CAPES	90,4	9,6	100,0
CNPq	79,4	20,6	100,0
FAPESP	100,0	–	100,0
Outro Tipo de Bolsa	50,0	50,0	100,0

[10] A categoria "inativo" engloba aqueles que não procuravam emprego ou não estavam em plena atividade. No caso dos doutores, inclui também os aposentados.

Tabela 8 | Mestres em antropologia: tipo de bolsa no mestrado, segundo situação de trabalho na época da inscrição para o curso (%) *

Tipo de bolsa	Situação de trabalho na época da inscrição					
	Academia	Adm./serviços públicos	Inst. assess./ONG	Outros tipos de trabalho	Desempre-gado	Inativo
CAPES	71,4	63,9	83,3	75,8	73,7	54,8
CNPq	22,4	41,7	25,0	33,3	26,3	46,0
FAPESP	2,0	5,6	–	9,1	5,3	8,7
Outra agência/IES/outra fonte	–	2,8	–	–	–	0,8
Assistente/auxiliar em projeto de pesquisa	–	–	–	–	5,3	0,8
Outro Tipo de Bolsa	8,2	–	–	3,0	5,3	1,6
Total **	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui desempregados e inativos.

** Os totais não somam 100% pois as categorias não são mutuamente exclusivas: os titulados podem ter sido beneficiados com bolsas de mais de uma fonte durante o curso.

Tabela 9 | Doutores em antropologia: tipo de bolsa no doutorado, segundo situação de trabalho na época da inscrição para o curso (%)

Tipo de bolsa	Situação de trabalho na época da inscrição				
	Academia	Adm./serviços Públicos	Outros tipos de trabalho	Desempregado	Inativo
CAPES	62,5	53,8	44,4	100,0	50,0
CNPq	46,3	76,9	77,8	33,3	56,3
FAPESP	3,8	–	–	–	3,1
Outro Tipo de Bolsa	1,3	7,7	–	–	3,1
Total **	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui desempregados e inativos.

** Os totais não somam 100% pois as categorias não são mutuamente exclusivas: os titulados podem ter sido beneficiados com bolsas de mais de uma fonte durante o curso.

com a área acadêmica antes de iniciar o curso (tabela 9). Utilizando outra variável (situação de trabalho atual), observa-se que, entre os mestres, ainda existe um percentual alto de "inativos", embora os que foram bolsistas da CAPES e CNPq tenham inserção significativa na área acadêmica e na administração pública (tabela 10). Os doutores figuram, majoritariamente, na atividade acadêmica, sendo baixos os percentuais de "desempregados" e "inativos" (tabela 11).

Tabela 10 | Mestres em antropologia: tipo de bolsa no mestrado, segundo situação de trabalho atual (%)*

Tipo de bolsa	Situação de trabalho atual						
	Academia	Adm./serv. públicos	Inst. assess./ONG	Outros tipos trabalho	Desempre-gado	inativo	Total **
CAPES	37,5	10,2	5,1	11,4	4,0	31,8	64,0
CNPq	41,7	8,7	3,9	10,7	1,9	33,0	37,5
FAPESP	16,7	–	5,6	5,6	5,6	66,7	6,5
Outra agência/IES/outra fonte	–	50,0	50,0	–	–	–	0,7
Assistente/auxiliar em projeto de pesquisa	100,0	–	–	–	–	–	0,7
Outro Tipo de Bolsa	62,5	–	–	12,5	–	25,0	2,9

* Inclui desempregados e inativos.

** As categorias não são mutuamente exclusivas.

Tabela 11 | Doutores em antropologia: tipo de bolsa no doutorado, segundo situação de trabalho atual (%)*

Tipo de bolsa	Situação de trabalho atual					Total **
	Academia	Adm./serviços públicos	Outros tipos de trabalho	Desempre-gado	Inativo	
CAPES	82,5	5,0	3,8	1,3	7,5	58,4
CNPq	68,5	9,6	8,2	1,4	12,3	53,3
FAPESP	100,0	–	–	–	–	2,9
Outro Tipo de Bolsa	33,3	33,3	–	–	33,3	2,2

* Inclui desempregados e inativos.

** As categorias não são mutuamente exclusivas.

A leitura das tabelas apresenta alguma dificuldade porque as categorias não são mutuamente exclusivas, o que interfere nas totalizações, que ultrapassam 100%. De fato, os bolsistas podem ter sido beneficiados com bolsas de mais de uma fonte durante o curso: as concessões são por um ano e as renovações nem sempre feitas pela mesma agência de fomento. Apesar disso, a quantificação é bastante útil para dimensionar a inserção no mercado de trabalho antes e depois da realização do curso.

Os dados confirmam, em primeiro lugar, que as bolsas são imprescindíveis nos dois níveis da pós-graduação. Elas são particularmente cruciais no mestrado,

pois parcela significativa dos alunos não tem inserção profissional ou meios para se manter durante o curso. Os índices de "inativos", portanto, podem refletir a opção dos recém-egressos da graduação pela pós-graduação. Os indicadores da inserção profissional dos doutores na época da inscrição para o curso são mais previsíveis e mostram que a formação pós-graduada nesse nível atrai, principalmente, pessoas que já estão na academia. As bolsas, todavia, são igualmente importantes porque asseguram a dedicação exclusiva ao curso e permitem o licenciamento, quando não há possibilidade de dispensa do trabalho. As diferenças relacionadas ao tipo de bolsa são interessantes do ponto de vista da quantificação, mas os dados que realmente importam são aqueles que delineiam a inserção profissional atual. Há um contingente relativamente alto de mestres e um percentual pequeno de doutores fora do mercado de trabalho.

Tal cenário sugere uma questão axiomática: a pós-graduação estaria formando um excedente de antropólogos para um mercado de trabalho com pouca demanda para esse tipo de profissional? A resposta é negativa, apesar dos "outros", "inativos" e "desempregados" que aparecem nos dados estatísticos. Uma parte dos mestres certamente se encontra nos cursos de doutorado, explicação mais óbvia para sua ausência no mercado de trabalho. Além disso, ocorreram pouquíssimos concursos nas universidades públicas nos últimos dez anos, existindo uma demanda reprimida pela renovação dos quadros docentes, inclusive na pós-graduação. As próprias agências de fomento reconhecem essa situação e vêm implementando novos tipos de bolsa que permitem o aproveitamento dos recém-doutores, como a bolsa PRODOC instituída pela CAPES em 2002 e que prevê a atuação do bolsista na pós-graduação.

A concessão desta bolsa, todavia, difere de outros tipos que beneficiam recém-doutores, pois exige um processo seletivo semelhante a um concurso público, ainda que levado a cabo pelo curso de pós-graduação que solicita a cota. É uma iniciativa louvável, desde que associada a demandas eventuais de pessoal qualificado, porém paliativa para encobrir a crise de pessoal vivida pelas universidades públicas. Tal forma de aproveitamento, na verdade, deixa profissionais qualificados em situação liminar, pois, na condição de bolsistas, continuam, de fato, fora do mercado de trabalho. Bolsa não assegura vínculo empregatício e os benefícios dele decorrentes, embora seus valores estejam próximos aos salários correspondentes na carreira docente. No último decênio, houve crescimento das universidades particulares, abrindo-se amplo mercado para o exercício da docência. Sabe-se que o setor particular, salvo algumas exceções, ainda não dá importância ao binômio ensino-pesquisa, mas é preciso ter em conta que, em volume de alunos, ultrapassou, e muito, o setor público. Por fim, o exercício da profissão de antropólogo não se restringe à academia, havendo outras possibilidades de trabalho não necessariamente ligadas à pesquisa básica e ao ensino. Por isso, é preciso relativizar os dados numéricos: eles podem

Tabela 12 | Mestres em antropologia: financiamento para projetos de pesquisa

	Freqüência	%
Não teve financiamento	154	48,0
Teve financiamento	167	52,0
Total	321	100,0

Tabela 13 | Doutores em antropologia: financiamento para projetos de pesquisa

	Freqüência	%
Não teve financiamento	44	31,9
Teve financiamento	94	68,1
Total	138	100,0

apenas refletir um momento pouco propício à imediata absorção de mestres e doutores em um mercado de trabalho que apresenta mais indícios de ampliação que de retração.

O último ponto necessariamente visualizado por esses dados estatísticos é o financiamento à pesquisa, que tem repercussão indireta na avaliação. As informações colhidas junto a 459 egressos dos programas (321 mestres e 138 doutores) mostram uma situação pouco satisfatória. Entre os mestres, 48% não tiveram financiamento para desenvolver seus projetos de pesquisa. O percentual é menor entre os doutores: 31,9% (tabelas 12 e 13). Levando em conta a atuação na academia, percebe-se uma distinção no acesso às fontes de financiamento, principalmente entre os doutores. Há pequenas variações em relação aos órgãos de financiamento (federais, estaduais, ONGs, agências internacionais etc.) tanto no mestrado quanto no doutorado, mas os dados indicam um percentual maior de recursos à pesquisa para aqueles que atuam na área acadêmica. Entre os mestres, 63,8% dos que estão vinculados à área acadêmica obtiveram financiamento. Este percentual é menor (40,2%) entre os que não atuam. Para os

doutores, os índices são, respectivamente, 74,8% e 43,8% (tabelas 16 e 17). Vemos também que os órgãos de fomento federais e estaduais são responsáveis, de formas diferentes, pela maior parte dos financiamentos (tabelas 14, 15, 18 e 19); agências internacionais contribuem com cerca de 20%, e outras fontes de financiamento têm participação irrelevante.

Tabela 14 | Mestres em antropologia: fontes de financiamento para os projetos de pesquisa, segundo a atuação na academia (%)

Órgão de financiamento	Atua na academia	Não atua na academia
Federal	51,8	31,4
Estadual	25,3	48,6
Municipal	7,2	2,9
Agência internacional	12	28,6
Empresa privada	19,3	8,6
ONG, sindicato, partido político	1,2	8,6
Alguma outra fonte	4,8	–
Total *	100	100

* O total não soma 100% porque as categorias não são mutuamente exclusivas

Tabela 15 | Doutores em antropologia: fontes de financiamento para os projetos de pesquisa, segundo a atuação na academia (%)

Órgão de financiamento	Atua na academia	Não atua na academia
Federal	65	42,9
Estadual	41,3	–
Municipal	3,8	–
Agência internacional	17,5	57,1
Empresa privada	8,8	14,3
ONG, sindicato, partido político	1,3	–
Alguma outra fonte	–	14,3
Total	100	100

* O total não soma 100% porque as categorias não são mutuamente exclusivas

Tabela 16 | Mestres em antropologia: atuação na academia, segundo o financiamento de projetos de pesquisa (%)

Atuação na academia	Financiamento de projetos de pesquisa		Total
	Não teve financiamento	Teve financiamento	
Sim	36,2	63,8	100,0
Não	59,8	40,2	100,0
Total	45,6	54,4	100,0

Tabela 17 | Doutores em antropologia: atuação na academia, segundo o financiamento de projetos de pesquisa (%)

Atuação na academia	Financiamento de projetos de pesquisa		Total
	Não teve financiamento	Teve financiamento	
Sim	25,2	74,8	100,0
Não	56,3	43,8	100,0
Total	29,3	70,7	100,0

Tabela 18 | Mestres em antropologia: tipos de financiamento para os projetos de pesquisa (%)

Órgão de financiamento	%
Federal	47,3
Estadual	32,3
Municipal	4,2
Agência internacional	19,8
Empresa privada	12,6
ONG, sindicato, partido político	3,6
Alguma outra fonte	3,0
Total *	100,0

* O total não soma 100% porque as categorias não são mutuamente exclusivas

Tabela 19 | Doutores em antropologia: tipos de financiamento para os projetos de pesquisa (%)*

Órgão de financiamento	%
Federal	62,8
Estadual	38,3
Municipal	3,2
Agência internacional	20,2
Empresa privada	8,5
ONG, sindicato, partido político	1,1
Alguma outra fonte	1,1
Total	100,0

* O total não soma 100% porque as categorias não são mutuamente exclusivas

Duas constatações emergem dos indicadores. Em primeiro lugar, parcela significativa de mestres e doutores não obteve recursos além das bolsas para realizar as pesquisas de suas teses e dissertações. Em segundo lugar, nesse universo de escassez, a maior parte dos financiamentos veio de órgãos federais e estaduais, o que demonstra a ampla dependência da pós-graduação em relação às agências públicas de fomento. Os financiamentos aos projetos de teses e dissertações são fundamentais, sobretudo para realização do trabalho de campo, que muitas vezes exige longos períodos de permanência do pesquisador no grupo social em estudo. Há pesquisas particularmente dispendiosas, como as realizadas em áreas indígenas, no meio rural, no exterior ou que requerem equipamentos sofisticados, como é o caso da antropologia visual. Outras podem ser realizadas com poucos (mas necessários) recursos. A falta de financiamento de fato influencia o tempo de titulação, uma vez que representa uma dificuldade a mais na realização das teses e dissertações.

É razoável lembrar, no entanto, que a maior parte dos mestrandos e, principalmente, dos doutorandos foi aquinhoada com bolsas. Elas não entram na categoria "financiamento para pesquisa" ou, ao menos, não são interpretadas dessa forma pela maioria dos beneficiados. Além disso, estão com seus valores congelados há quase uma década, embora dêem suporte ao trabalho de pesquisa, que compõe uma parte substantiva do tempo de titulação. A questão mais premente, porém, é o fato de que nenhuma bolsa cobre satisfatoriamente os dispêndios requeridos por uma boa pesquisa, principalmente no decorrer do trabalho de campo, advindo daí a necessidade de outras formas de financiamento.

Em resumo, a antropologia é uma área relativamente pequena se considerado o conjunto das ciências humanas no contexto da CAPES, mas bem consolidada e sem grandes distorções como as existentes em outras áreas. Duas notas 7, em um conjunto de apenas sete programas com cursos de doutorado, três dos quais iniciaram suas atividades nos últimos quatro anos, evidenciam a situação excepcional da nossa área. De modo geral, as avaliações vêm mostrando a alta produtividade, assim como a boa inserção nacional e internacional da maioria dos programas.

Ocorreu uma adaptação dos programas a quase todos os critérios de avaliação, sendo o quesito "tempo médio de titulação" a exceção mais óbvia. Houve redução substancial desse tempo nos últimos três anos, porém ele permaneceu aquém do padrão ideal fixado pela CAPES, contrariando as determinações universalistas impostas pela "cultura da avaliação", que também interferiu nas publicações, pois "quantidade" é mais facilmente obtida por meio de artigos e comunicações em congressos.

Objeto de muitas críticas, o modelo universalista tem problemas e precisa ser rediscutido. Deve-se reconhecer, todavia, que o sistema de avaliação da CAPES tem características de diagnóstico que permitem aprimorar a pós-graduação, detectar pontos críticos no desempenho dos programas e encaminhar sugestões de consolidação e recuperação. Tem, portanto, resultados bastante positivos. Seu problema mais sério é o efeito de homogeneização: os cursos acabam seguindo um mesmo padrão, uma vez que o modelo não estimula a diferença e menos ainda as especificidades. O ponto crítico reside no controle burocrático que privilegiou a mensuração com fins classificatórios. Em nossa área, nenhum dos programas apresenta distorções significativas no que diz respeito à qualidade da formação e, nesse sentido, a avaliação deixou em evidência exatamente os cursos mais antigos e com doutorados bem consolidados.

Os dados estatísticos contidos nas tabelas aqui reproduzidas, por sua vez, mostram a dependência de nossa área em relação às duas principais agências federais de fomento: bolsas e financiamento de pesquisas dos mestrandos e doutorandos são, em grande parte, concedidos pela CAPES e CNPq, e apenas secundariamente por algumas agências estaduais e outras fontes. É possível que a carência de recursos para a pesquisa seja um dos fatores que deixam o tempo médio de titulação muito alto para os padrões da avaliação. Ademais, essa carência é particularmente forte no mestrado, uma etapa da formação pós-graduada cada vez mais comprimida e, no entanto, crucial para o aluno chegar mais bem preparado ao doutorado.

Como um todo, a área de antropologia recebeu uma quantidade de bolsas bastante razoável, mesmo no mestrado, fato relacionado aos bons indicadores da avaliação. Ainda assim, a pressão pela diminuição do tempo médio de titulação pode trazer problemas mesmo para os programas aquinhoados com notas mais

altas. Enfim, em um cenário de recursos escassos e de dificuldades para realização das pesquisas, os dados obtidos com os egressos dos programas mostram a relevância do apoio, principalmente do setor público, à pós-graduação. Ainda que insuficiente, ele contribuiu para o desenvolvimento do campo disciplinar.

Referência bibliográfica

FONSECA, Cláudia
(1998) "Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista do nativo". Trabalho apresentado durante o XXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

PAULA MONTERO

Antropologia no Brasil: tendências e debates

O balanço proposto sugere uma reflexão sobre os dilemas, tensões e linhas de força que operam para constituir os contornos e a atual substância da antropologia brasileira. É uma tentativa bastante ambiciosa que, evidentemente, não pode ser levada adiante por um pesquisador solitário. Portanto, saúdo essa iniciativa de buscar uma visão mais completa sobre a dinâmica do campo no Brasil, por meio de uma equipe de autores diferentemente situados do ponto de vista tanto institucional quanto geográfico. Também considero inovadora a tentativa de procurar desenhar um panorama geral da disciplina por meio dos dados acumulados pelas principais agências financiadoras da pesquisa no país.

Não é fácil, no entanto, avaliar com o necessário rigor o que esses dados expressam com relação aos temas que aqui nos interessam. Erros de preenchimento, ausência de informação, diversidade de critérios na definição dos campos de pesquisa etc. são fatos conhecidos, mas exigem de nós extrema prudência no momento de estabelecer relações e extrair conclusões, uma vez que estas, como sabemos, tornam-se freqüentemente balizas das mudanças nas políticas de ensino e pesquisa no país.

O conjunto de dados que nos foi enviado pelo coordenador do projeto é bastante diversificado e heterogêneo. Como não tínhamos uma maneira de aferir e balizar o significado desses números, preferi, em vez de interpretar o conjunto das tabelas como um todo, fazer um recorte específico de análise que respondesse à seguinte questão: quais os principais problemas que organizam o campo da disciplina no país e como eles evoluíram ao longo dos últimos dez anos?

Conectei essa questão inicial com uma indagação subsidiária: o modo de formular os problemas de pesquisa variam em função do tempo de existência do programa ou em função da diversidade regional? Para trabalhar essas questões, organizei os dados sobre as linhas de pesquisa baseando-me em duas grandes operações: a) agrupei as linhas de pesquisa elencadas pelos programas em 15 grandes áreas temáticas, e ordenei-as em subtemas específicos (anexo II); b) cruzei as linhas de pesquisa descritas pelos programas (dados CAPES) com os grupos de pesquisa em atuação cadastrados pelo CNPq (anexo II).

Nessa aproximação, procurei reter a informação da data de início dos trabalhos e a origem institucional do grupo. É verdade que, para responder adequadamente a uma questão dessa natureza, seria preciso um conjunto de dados qualitativos de que não dispomos, ao menos no momento. Assim, desde já, assinalo os limites das conclusões que podem ser alcançadas com esse tipo de tratamento do material:

a) embora tenhamos uma listagem aparentemente bastante completa das linhas de pesquisa em andamento, não há como aferir as publicações delas resultantes; desse modo, seu nível de atividade efetivo e seu impacto relativo não podem ser aquilatados com base nesses dados;

b) essa dificuldade inicial leva a uma distorção na avaliação da importância temática: a densidade de uma temática será avaliada pelo número de linhas de pesquisa elencadas pelos programas, que, sabemos, é mais uma descrição de interesses potenciais que o registro de trabalhos efetivamente em andamento; ainda que esse número seja ponderado pela existência de grupos atuantes registrados no CNPq, o desequilíbrio entre uma listagem e outra é bastante significativo;

c) a classificação temática que empreendi se baseou nos títulos das linhas e grupos de pesquisa, tal como aparecem nas listagens. Ora, alguns temas são formulados de maneira inespecífica e sua classificação, portanto, dependeu de minha compreensão e experiência. Dou como exemplo uma linha como "Urbanização, sociedade e cultura", que optei por situar na rubrica, também vaga, de "Antropologia urbana"; muitos títulos associam diversas palavras-chave, o que autorizaria sua distribuição em diversas rubricas: nesses casos, defini a temática preponderante através do resumo.

d) temas que, por sua formulação, foram agrupados em áreas de interesse comum podem ser, se considerados de acordo com sua filiação teórica, problemas inteiramente distintos. Uma vez que essas listagens não nos permitem o acesso ao tipo de recorte das pesquisas, à natureza de sua abordagem, à sua escolha conceitual e às formas de organizar os problemas teóricos, o agrupamento proposto pode apresentar a fragilidade de confundir tema e problema, dando a conhecer, desse modo, uma forma enganosa da conformação do campo. Para minimizar parcialmente a gravidade dessa distorção, podemos supor que, não sendo a formulação das linhas e títulos de pesquisa inteiramente padronizadas e institucionalmente dirigidas, esta reflete minimamente em sua linguagem e escolha de termos o modo de circunscrever os interesses.

e) o número e o título das *linhas* de pesquisa propostas pelos programas (listagem CAPES) não correspondem, de modo geral, ao número e título dos grupos de pesquisa existentes (listagem CNPq). Essa diferença pode ser atribuída, a meu ver, ao fato de que as linhas estão fundamentalmente orientadas para balizar o ensino na pós-graduação. O cruzamento que realizei entre linhas de pesquisa dos programas e grupos de pesquisa usou como critério de aproximação a filiação institucional; partiu-se, pois, do suposto, não verificável, que os grupos existentes desenvolvem as linhas de pesquisa descritas pelo programa da instituição a que estão filiados. Apesar da evidente discrepância entre uma listagem e outra, esse cruzamento me parece importante para que possamos avaliar a distância entre o modo como o programa concebe a formação de pesquisadores e o tipo de pesquisa que seus quadros efetivamente realizam;

f) alguns grupos de pesquisa se constituem, na verdade, em núcleos institucionalizados. Nesses casos, dados o número e a variedade de projetos que abrigam, torna-se impossível agrupá-los nas áreas temáticas específicas.

Feitas essas observações, vejamos o que se pode concluir dessa primeira tentativa de agrupamento temático, cuja listagem completa está anexa.

Formação e pesquisa

Se tomarmos como parâmetro inicial de nossa análise a avaliação que Eunice Durham empreendeu em 1980 sobre a pesquisa no Brasil no campo da antropologia, algumas observações interessantes emergem a partir da comparação entre os dois períodos.

Do ponto de vista da estruturação institucional do campo, Eunice nota que, na década de 1970, a antropologia conquistava expressivo prestígio acadêmico no âmbito das ciências sociais e experimentava, como todo o ensino superior, fase de grande expansão. Eunice chama a atenção para a consolidação institucional da antropologia no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e sua expansão para Brasília e alguns estados do Sul: Paraná e Santa Catarina. Se considerarmos que a pesquisa no país se realiza em estreita vinculação com a existência de programas de pós-graduação, é muito significativo mapear o seu estado vinte anos depois.

Levando-se em conta os dados relativos ao ano de fundação dos programas de pós-graduação no Brasil, podemos observar que, a partir dos anos 1980, a expansão da pesquisa para os estados do Sul se consolida com a fundação de programas em Santa Catarina (1985/1999), Rio Grande do Sul (1979/1991) e, posteriormente, Paraná (1999). Temos, portanto, que a antropologia brasileira, ao menos do ponto de vista da formação de pesquisadores, ainda é um fenômeno marcadamente concentrado na região Sul do país. Dos dez programas de pós-graduação em antropologia credenciados pela CAPES, sete estão nessa região. Se analisarmos o impacto que esse dado tem na formação de pesquisadores, veremos que aproximadamente 66% das teses e dissertações concluídas a

partir de 1998 foram produzidas nessa região (anexo I). A novidade, quando comparamos com os anos 1970, foi a consolidação da tendência então anunciada de estruturação de dois novos grandes pólos de pesquisa e formação no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O modo como essa concentração regional afeta os desdobramentos disciplinares será tratado adiante. Por ora, gostaríamos de enfatizar que, apesar da concentração dos programas de pós-graduação no Sul, a própria pesquisa ganhou escala nacional. Qualquer balanço atual deve também levar em conta que grupos de pesquisa se espalharam por todo o país, em instituições de todo o tipo: universidades estaduais, faculdades particulares e institutos. Para termos uma idéia dessa expansão, embora existam apenas dez programas de antropologia credenciados, os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq se dispersam por pelo menos 42 diferentes instituições sem pós-graduação, concentrando quase 45% dos grupos de pesquisa em funcionamento (sessenta grupos de um total de 137), e talvez uma porcentagem expressiva dos investimentos (anexo II).

Duas conclusões interessantes podem ser enfatizadas valendo-se desses dados. A primeira delas diz respeito à *formação* de profissionais, que permanece concentrada nas instituições de pós-graduação do Sul, com tendência à desconcentração institucional, mas não regional. A segunda se refere à *pesquisa* propriamente dita. Nesse caso, percebe-se grande dispersão regional e institucional indicando progressiva dissociação entre formação de pesquisadores e produção de conhecimento, assim como independência cada vez maior da produção de pesquisa nas teses e dissertações defendidas nos programas. Esse fato é bastante relevante, uma vez que parece indicar a criação de condições mais profissionais de produção científica, que passa a contar com a disponibilidade de pesquisadores em geral mais qualificados e treinados, mais autônomos com relação aos prazos de formação exigidos pelas agências e mais aptos a buscar recursos que possibilitem empreendimentos de maior fôlego. Além disso, o registro de pelo menos 63 grupos de pesquisa atuantes no país sinaliza que o padrão tradicional de pesquisas pontuais, sem grande envergadura e conduzida por pesquisadores isolados, registrado por Durham em 1980, começa, aparentemente, a ser superado.

Dinâmicas e tendências

A dispersão da pesquisa por diferentes institutos e universidades torna muito mais difícil a avaliação das grandes tendências e da dinâmica do campo. Foi-se o tempo que falar da pesquisa em antropologia era referir-se a dois ou três grandes centros de formação. O quadro agora é muito mais complexo e diversificado, organizando-se em redes de colaboração e troca, cujas linhas tendenciais

estão longe de serem conhecidas. Além disso, a atual dispersão regional e institucional deixa supor uma fragmentação temática e teórica que apenas uma abordagem mais qualitativa seria capaz de avaliar.

No entanto, como a maturação das mudanças no campo da pesquisa é lenta, talvez vinte anos tenham sido insuficientes para mudanças radicais nos grandes paradigmas de estruturação das grandes áreas de interesse da pesquisa. Em artigo de 1985, Roberto Cardoso de Oliveira observa que a antropologia brasileira se caracterizava, desde seus primórdios, por definir-se em função de seus objetos, índios ou brancos, vistos como grupos étnicos minoritários ou segmentos desprivilegiados da sociedade nacional (: 111). Em razão dessa preponderância do *objeto real* sobre objetos teoricamente construídos, surgiram, segundo ele, duas grandes tradições no campo antropológico brasileiro: a etnologia indígena e a antropologia da sociedade nacional.

Se observarmos dessa perspectiva a distribuição das linhas de pesquisa consolidada nos últimos vinte anos, temos a impressão de que essa grande clivagem, embora ainda estruture a forma geral do campo, parece ter perdido sua força teórica propulsora na construção de problemas para a investigação, uma vez que a maior parte das linhas de pesquisa por meio das quais os programas representam a distribuição de seus interesses disciplinares não corresponde a grupos empíricos particulares. Assim, se ainda podemos dizer que o campo antropológico brasileiro se apresenta dividido em duas grandes áreas – etnologia indígena e antropologia da sociedade nacional, com pouquíssimas interfaces entre as duas –, estas áreas se diversificaram internamente de tal modo, que os efeitos teóricos dessa clivagem, no meu entender, modificaram-se. Vejamos se é possível, com os dados de que dispomos, detalhar um pouco mais essa hipótese.

Se nos voltarmos para a análise da reunião dos grupos de pesquisa em grandes áreas temáticas proposta em anexo, poderemos perceber que, em um total de 125 grupos atuantes, as duas áreas que concentram o número mais expressivo de grupos de pesquisa são "etnologia indígena e indigenismo" e "antropologia das formas urbanas", em torno de 21 e 34 grupos, respectivamente. Podemos, pois, concluir que a antropologia brasileira ainda deixa entrever a marca de suas origens dividindo-a em duas grandes ordens de interesses: sociedades indígenas e sociedade nacional. Hoje, no entanto, essa fronteira é mais aparente que real.

A linha de pesquisa "etnologia" é presença obrigatória nos programas de pós-graduação, e os dados indicam expressiva expansão de grupos de pesquisa nessa área nas regiões Norte e Nordeste. Os grupos empíricos ainda são fortes marcadores na definição do campo de investigação: "etnologia indígena" dá nome a diversos grupos e linhas, algumas vezes acompanhado de qualificativos regionais como "na Amazônia", "do Nordeste" etc. A área também se configura desde uma clivagem interna que, parafraseando Manuela Carneiro da Cunha, pode ser formulada em termos da oposição "índios no Brasil x

índios do Brasil"[1]. Assim, teríamos, de um lado, uma ciência etnológica mais internacionalizada, em sintonia com o debate sobre "sociedades morfologicamente semelhantes" (Viveiros de Castro 1999: 136-40); do outro, uma sociologia indígena preocupada com o contato das sociedades indígenas com a sociedade nacional. Segundo Viveiros de Castro, nos anos 1970, inicia-se um período de renovação da etnologia americanista que teve como propósito "caracterizar de modo mais preciso os sistemas sociocosmológicos indígenas". O conjunto de monografias escritas nas duas décadas seguintes teria possibilitado a crítica aos modelos etnológicos importados dos estudos sobre a África e a Oceania. Outra novidade também originada nos anos 1970 e que tem desdobramentos até hoje foi a revisão do conceito de cultura por meio do conceito de etnicidade. A percepção de que, em situações de intenso contato, a cultura original de um grupo étnico "não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função" (Carneiro da Cunha 1987: 99) se tornou uma idéia inspiradora para a renovação dos estudos de contato interétnico que começaram a emergir como linha de pesquisa em etnologia nos anos 1980.

Em contraposição a "etnologia indígena e indigenismo" a área "antropologia da sociedade nacional" é feita de matéria tão heterogênea que não pode mais ser contida ou descrita com essa tipificação generalizadora. Além disso, é difícil falarmos de uma clivagem quando as duas partes representam agrupamentos de tamanhos e preocupações tão desiguais. No que diz respeito à etnologia, sua presença, apesar de seu crescimento relativo ao se institucionalizar em novos centros como Santa Catarina e Pará a partir dos anos 1980, quando comparada ao desenvolvimento geral da "antropologia da sociedade nacional", torna-se nitidamente minoritária: representa quase 17% do total dos grupos existentes. Essa desproporção parece indicar importante diversificação temática e uma tendência crescente da antropologia em abordar temas antes circunscritos às disciplinas afins como a sociologia e a ciência política. Antes de observarmos com mais detalhes essa distribuição, cabe já uma primeira conclusão.

A desproporção entre o número de pesquisadores dedicados à reflexão antropológica das formas ocidentais de sociedade e os dedicados a sociedades não-ocidentais não nos permite mais falar em "clivagem da antropologia brasileira". Pode-se concluir, ao contrário, que a pesquisa nessa área se desenvolveu em direção ao equacionamento dos problemas característicos das sociedades urbanas, tecnológicas e modernas. Assim, ao menos quantitativamente, é esta a antropologia que se faz no Brasil hoje. Tal constatação se torna ainda mais interessante quando comparada com as grandes linhas que caracterizam a formação de pesquisadores nos programas de pós-graduação. A formação obrigatória na maior parte dos programas se funda no ensino do tripé antropologia clássica (talvez de Taylor a Malinowski e Radcliffe-Brown) e antropologia contemporânea (até Lévi-Strauss), parentesco e metodologia de trabalho de campo. Ao menos, é este o diagnóstico que Lilia Schwarcz apresenta sobre o ensino na pós-graduação em 2002. A presença da linha "teoria antropológica" em sete dos 13 programas parece corroborar esse perfil. A ênfase na formação clássica e na necessidade do trabalho de campo parecem constituir, pois, um etos consensual para a área.

É interessante, contudo, perguntarmo-nos como esse etos se manifesta na pesquisa propriamente dita. Quando se tem em vista que a formação do pesquisador está centrada na compreensão "do ponto de vista nativo" nesta peça literária chave que chamamos de "monografia" – estilo de narrativa que supõe o estudo completo e detalhado, sob todos os seus aspectos, do funcionamento de uma entidade humana ou social –, é interessante constatar que os grupos de pesquisa, em sua imensa maioria, não se ocupam de "nativos" tal como a antropologia clássica e contemporânea os concebeu, a não ser metaforicamente, e tampouco produzem monografias. Com efeito, o que parte expressiva da pesquisa antropológica realiza é uma adequação das teorias e conceitos que emergiram da análise etnográfica dessas diferenças para pensar problemas contemporâneos nas sociedades modernas. É claro que não podemos pleitear *royalties* para esse tipo de inovação. Autores como George Balandier, Edgar Morin, Pierre Bourdieu e Max Gluckman já fizeram antropologia assim antes de nós. Com ela, procura-se pensar as instituições ocidentais por meio dos mecanismos já decifrados em sociedades de pequena escala, como a *encenação* como fundante da legitimidade do poder, o *conhecimento comum* como avatar do pensamento selvagem, a *ideologia* como mito etc. Essa tendência se expressa com toda clareza quando voltamos nossa atenção para o tipo de formação que os programas oferecem em suas disciplinas optativas: salta aos olhos a importância nacional de temas como antropologia urbana, do poder, da religião e do simbólico (Schwarcz 2002).

Se isso é verdade, como compreender o desabafo de Eduardo Viveiros de Castro em seu balanço da antropologia brasileira de 1992, ao afirmar que "por aqui só se vê um tanto de celebrações deslumbradas da historicidade, outro tanto de história da antropologia, uma pitada de "sistema mundial", quantidades industriais de interpretativismo, e não se vai muito mais longe" (Viveiros de Castro 1992: 7). Ainda que ele estivesse apenas se referindo aos estudos sobre as sociedades indígenas, compartilho sua iracunda desavença contra a doença do interpretativismo que assola a antropologia (em geral) e contra a ingenuidade (nossa) de chamar a boa e velha história das idéias de antropologia. No entanto o panorama que os dados apresentam sobre o que se faz na antropologia brasileira hoje indica que a problemática do "teatro perverso da representação do

[1] Em seu livro *Antropologia do Brasil* a autora observa que "a Antropologia no Brasil é uma Antropologia do Brasil"

outro" não é, nem foi, um fantasma que mobilize (ou culpabilize) nosso modo de pensar antropologicamente. Como os dados indicam, a etnologia, embora simbolicamente referência disciplinar, representa parte pouco expressiva da pesquisa antropológica aqui realizada; portanto, faz-se sim "campo sem culpa em nossas bibliotecas e na periferia". E não como "falácia" que põe subrepticiamente o mesmo sob a máscara do outro: o que interessa à antropologia brasileira é, desde sempre e cada vez mais amplamente, "nós mesmos". Pode-se fazer um sem-número de interpretações normativas sobre o que esse perfil representa: obsessão com a nação, falta de interlocução com o exterior, defasagem e desinformação na formação dos professores etc. Parece-nos, no entanto, mais produtivo procurar compreender que tipo de temas e problemas essas antropologias procuram enfrentar. Voltemos, pois, a nossa listagem e vejamos o que ela pode esclarecer a respeito de nosso modo de pensar a vida social.

A partir do agrupamento temático que propusemos, três grandes áreas concentram o maior número de grupos de pesquisa em atividade no campo da antropologia da sociedade nacional: antropologia das formas urbanas, com 34 grupos; antropologia da religião, com 18; e família e relações de gênero, com dez. Vejamos se é possível caracterizar a dinâmica particular de cada uma delas.

Os grupos reunidos sob a rubrica "antropologia das formas urbanas" representam a continuidade de um campo da antropologia brasileira consolidado no Brasil pelo menos desde os anos 1970, e que teve como fonte principal de interlocução a Escola de Chicago. Segundo Mariza Peirano, um dos objetivos predominantes dessa área teria sido "desvendar os valores urbanos [...] procurando analisar, na trilha deixada por Simmel, as condições de sociabilidade nas metrópoles" (1999: 242). A produção nessa linha temática se consolidou, expandiu-se e diversificou-se nos anos 1980 e 1990, ao tomar o lugar de uma antropologia das classes populares típica da década de 1970.

Em sua caracterização dos anos 1970, Eunice Durham observa que as pesquisas sobre a sociedade nacional tinham uma "nítida preferência por temas políticos, com a preocupação de estudar os grupos socialmente desprivilegiados, econômica e politicamente oprimidos, assim como os movimentos sociais de protesto dessa população [...] paralelamente, desenvolvem-se alguns trabalhos sobre setores das classes médias urbanas e sobre as grandes festas populares, sagradas ou profanas" (1980: 165). Ora, ao observar a distribuição dos grupos de pesquisa, podemos perceber que algumas grandes tendências que marcaram fortemente os anos 1970 começam a perder sua influência e o caráter nitidamente político de certos trabalhos, cujo recorte privilegiava o problema da desigualdade social e a observação direta de grupos definidos como desprivilegiados. O elenco das linhas de pesquisa indica que ganham centralidade as formas e relações próprias da vida urbana, em suas mais variadas expressões, tais como meio ambiente, arte e comunicação, violência, juventude e consumo.

Os títulos e resumos atribuídos às linhas de pesquisa e aos grupos indicam com bastante nitidez o declínio da formulação de problemas antropológicos em termos de desigualdade social, pobreza e classes, temas ainda muito presentes, parece-me, no repertório da sociologia. Acompanhando essa mesma tendência, pode-se observar que o campesinato, tema clássico da antropologia brasileira, não é mais central. Se essa mudança temática expressa uma transformação correspondente ao enfoque teórico, podemos talvez concluir que a análise antropológica do poder, até então subsidiária aos movimentos políticos das classes percebidas como desfavorecidas, desloca-se para a análise do próprio exercício da política e se volta para o funcionamento do Estado e do direito.

Se essa tendência se consolidar futuramente, teremos a estruturação de uma antropologia política capaz de superar os impasses, já apontados por Eunice Durham, que o uso do referencial marxista trazia para a análise das "peculiaridades sociais e culturais de segmentos específicos da população" (1980: 166), campo privilegiado, segundo a autora, na investigação dos antropólogos. A emergência de grupos de pesquisa interessados nos processos de formação do Estado, na administração dos conflitos, nas formas de construção da intimidade e do indivíduo etc. parece indicar uma tendência de complexificação da análise, que abandona sua tradicional referência a objetos e grupos empíricos definidos, e parte em direção a uma compreensão das relações sociais e dos processos históricos. Se isso é verdade, a análise antropológica se verá obrigada a integrar de outro modo o plano teórico ao plano empírico: não se trata mais de descrever e interpretar visões de mundo e posições sociais de um grupo social particular, mas sim de pensar problemas e processos, cuja base empírica está dispersa em materiais de natureza muito diferente: documentos, entrevistas, análise histórica etc. A consolidar-se essa vertente, a construção do problema ganhará a posição metodológica estratégica que Pierre Bourdieu, há muito, reivindicou para a ciência social, ao criticar o travestimento de problemas sociais em problemas teóricos.

Além da grande área temática que denominamos "antropologia das formas urbanas", a qual comporta temáticas muito diversificadas (meio ambiente, comunicação e tecnologia, formas de sociabilidade etc.), duas outras grandes áreas de investigação, consideradas clássicas em nossa disciplina, merecem nossa atenção em razão de sua consistência interna e da quantidade de grupos de pesquisa que nelas se inserem: "antropologia da religião" e "antropologia da família e relações de gênero". Voltemos, por ora, nossa atenção para a primeira.

A religião como conceito e campo de investigação esteve, como sabemos, na base da constituição da antropologia como disciplina científica. Chama, pois, nossa atenção sua longevidade como problema antropológico e o fato de que, ao atravessar as mudanças de paradigmas teóricos e históricos, permaneça um dos problemas centrais das ciências humanas. Não cabe, no escopo deste balanço,

compreender as razões dessa longevidade da religião como tema e problema da ciência. Sua presença expressiva no campo da antropologia brasileira, no entanto, merece nossa atenção.

Em balanço temático publicado em 1999 por iniciativa da ANPOCS (Montero 1999), chamamos atenção para o fato de que o campo de estudos da religião estava estruturado no Brasil em torno de duas grandes tendências: uma vertente mais sociológica, de inspiração weberiana, preocupada com a relação entre expansão religiosa e modernização da sociedade, e outra antropológica, de inspiração francesa, com ênfase na relação entre o mundo simbólico e a construção de identidades nacionais e/ou étnicas.

A forma geral desse campo de estudos não mudou muito desde então. A religião como fenômeno formador das bases culturais de nossa nacionalidade permanece como um dos elementos motivadores do interesse por esse tema: religiosidade popular, identidade e tradição são as palavras-chave que, de forma geral, definem o modo como esses estudos se apresentam. Pode-se perceber uma clara sinonímia entre os conceitos de religião e cultura. A religião é a "cultura" do povo: expressa seu modo de pensar e viver. É interessante observar que, de modo muito semelhante ao que acontece com os grupos étnicos, há aqui preponderância do objeto real sobre o objeto teoricamente construído. As religiões são tomadas como universos sociológicos e simbólicos tanto coesos quanto sistêmicos que determinam o modo de viver e pensar de certos grupos. A crítica à noção de cultura que vem sendo elaborada pela antropologia desde o fim da década de 1980 ainda não parece ter sido absorvida como problema. A religião é, de modo geral, tratada como uma tradição cultural reprodutora de identidades, subcultura, microcosmo cultural distintivo ou em oposição à sociedade envolvente. Ainda que toda vida social implique a produção de modos de separação e oposição, a antropologia das religiões, ao descrever diferentes credos e comportamentos aparentemente auto-referidos a um sistema de crenças específico, acaba por contribuir para a reificação desses universos percebidos como descontínuos, sem que os permanentes fluxos que os articulam sejam tomados como objeto da reflexão.

Ao lado disso, a própria noção de religião não é problematizada e parece apenas designar fenômenos sociais auto-evidentes. Embora os acontecimentos tradicionalmente circunscritos como religiosos gravitem cada vez mais longe do altar, a idéia de religião como "sistema de crenças" não parece ter sido objeto de uma reflexão mais aprofundada. O lugar social do convencionalmente pensado como religioso tampouco parece ter sido enfrentado: percebem-se algumas tentativas de pensar a religião *em relação* à política, à cidadania e ao Estado, mas não se encara a própria noção de religião como problema teórico. Parafraseando Clifford Geertz, o problema para a antropologia "não é descrever a religião mas encontrá-la" (Geertz 1994: 17). A área parece também se ressentir da falta

de uma análise comparativa e transversal capaz de superar a aparente descontinuidade das crenças, cristalizada quando as religiões são tratadas como universos simbólicos relativamente autônomos.

Caberia ressaltar ainda uma conexão recente entre o estudo das religiões afro-brasileiras e a problemática das relações interculturais tratadas pelas pesquisas em etnologia. Se observarmos as formulações propostas por algumas linhas de pesquisa na década de 1980, poderemos perceber que os conceitos de "identidade" e "relações interétnicas" prevaleciam para nomear o problema das diversidades culturais no espaço da nação. De um lado, festas, tradições e religiões, tratadas na chave da memória e da identidade, multiplicavam as descrições das particularidades culturais como formas de interpretação da nacionalidade; do outro, os trabalhos de etnologia indígena chamavam a atenção para os conflitos que caracterizavam as relações entre índios e brancos. Ora, ao longo da década de 1980, a intensificação dos processos migratórios em escala mundial e a multiplicação de conflitos étnicos provocou, segundo Poutignat (1998: 32), uma confluência em torno do tema da etnicidade que levou a uma convergência teórica entre dois domínios de pesquisa que, até então, viviam na ignorância mútua: a antropologia das sociedades tradicionais e a sociologia urbana.

O conceito de "etnicidade", sistematizado por autores como Fredrik Barth (1969; 2000), impõe-se no campo dos estudos das relações interculturais, provocando uma mudança nas concepções vigentes de etnia e identidade; e, conseqüentemente, de cultura, uma vez que se passa do estudo das características dos grupos para o estudo de suas relações. No fim da década de 1980, já era possível perceber que os campos da etnologia do contato e o das relações raciais começavam a incorporar os termos desse debate. A preocupação com a formulação de identidades étnicas e suas relações com o Estado ou com a nacionalidade cederiam pouco a pouco espaço para a análise do uso político e simbólico das diferenças culturais, permitindo, em muitos casos, a aproximação entre os estudos afro e os estudos indígenas.

Por fim, a quarta grande área temática relativa às relações de gênero já mereceu um excelente balanço, para o qual remeto nosso leitor (Heilborn e Sorj 1999). Retomo, rapidamente, para os objetivos deste texto, o que me parece caracterizar as principais tendências dessa área. De modo geral, pode-se dizer que, desde a década de 1980, esse campo de investigação sofreu transição semelhante à ocorrida em outras áreas: a passagem de uma antropologia preocupada em descrever grupos empíricos para uma antropologia mais voltada para a análise de relações. Em seu comentário crítico a esse balanço, Filomena Gregori ressalta que esse primeiro momento, situado na década de 1970, respondia à necessidade de conhecer a situação concreta das mulheres nas várias esferas da vida social. Vemos, pois, que a institucionalização da pesquisa em ciências humanas nos programas de pós-graduação possibilitou o acúmulo de conhecimento

empírico sobre os modos de vida dos mais diversos grupos sociais, o que, na década posterior, serviria de base para abordagens mais descoladas de seus recortes empíricos específicos. No caso desse campo, observa-se uma gradativa substituição do termo "mulher", categoria empírico/descritiva, pelo termo "gênero". Embora a dimensão heurística desse conceito comece a perder seu caráter consensual na década de 1990, permitiu, no período anterior, um produtivo deslocamento da descrição de variáveis empíricas para a ênfase "nos aspectos relacionais da construção social do feminino e do masculino" (Heilborn e Sorj: 187). É interessante observar ainda que essa área de estudos é comumente percebida como objeto da sociologia. Isto talvez se deva às tradições parsoniana e marxista que marcaram a história de sua institucionalização. No entanto, de modo geral, pode-se dizer que sua interlocução com os estudos antropológicos de outras sociedades fez avançar a reflexão da problemática de gênero em, ao menos, três importantes direções: a) contribuiu para desnaturalizar a relação mecânica entre as dimensões biológica e simbólica do sexo, e reintroduzir a questão de sua assimetria no plano das representações; b) colaborou no desvendamento da existência de uma modalidade específica de violência que diz respeito ao modo como se estruturam as relações entre homens e mulheres no âmbito doméstico; e c) estimulou a investigação sobre a sexualidade, retirando-a do âmbito de uma sociologia "das condutas desviantes". Mais recentemente, surgiram grupos de pesquisa que procuram articular estas dimensões, violência e sexualidade, com uma reflexão no campo da saúde da mulher.

***

Talvez esta tentativa de avaliar as tendências e a dinâmica da antropologia brasileira contemporânea tenha ido muito além do que os dados empíricos me permitiriam inferir. Parece-me, no entanto, que vale a pena refletirmos sobre a pertinência de alguns dos *insights* propostos neste ensaio porque eles esclarecem, a meu ver, tanto as particularidades que caracterizam nosso modo de construir a disciplina quanto suas conexões teóricas com a reflexão internacional.

De modo geral, se for verdadeira a tendência para uma disjunção progressiva entre pesquisa e formação em nível de pós-graduação, parece-me que ela pode ser caracterizada como um terceiro momento importante da ciência social brasileira. É conhecido o fato de que a institucionalização progressiva da vida universitária fez declinar o ensaísmo, em prol da legitimação de novas regras e métodos fundadores da pesquisa acadêmica. Já as recentes consolidação e expansão dos programas de pós-graduação permitiram o acúmulo, ao longo dos últimos trinta anos, de um universo de conhecimento considerável sobre o modo de pensar e viver dos mais diferentes grupos e/ou camadas sociais. No desenrolar desse processo, o universo social foi analisado e descrito em referência aos

modelos interpretativos construídos pelo pensamento e aos problemas desenhados nos grandes centros de pesquisa europeus e americanos. Essa referência paradigmática marcou nossa ciência social, seja com a busca recorrente de nossa especificidade, seja com o problema da distância relativa de nossas realidades com referência aos grandes modelos.

Com a maturidade de nossa ciência social, cada vez mais se torna evidente, nos vários campos temáticos aqui analisados, os modos particulares por meio dos quais a sociedade brasileira equaciona os problemas que afligem as sociedades contemporâneas em geral, tais como as relações de etnia e gênero e as mutações da religiosidade e das culturas urbanas. Pode-se especular que estamos em um momento propício para empreendermos comparações de maior fôlego, capazes de superar o *modus operandi* tradicional recorrente em nossos estudos, o qual que analisa o contexto nacional como momento particular de processos já examinados no plano internacional. Com efeito, parece-me que esse tipo de esforço já começa a surgir seja em um plano mais teórico – por exemplo, nas tentativas ainda experimentais de determinar nosso lugar no campo das variações dos estilos de antropologia, tal como propõe Cardoso de Oliveira (1995) –, seja no plano analítico das "soluções brasileiras" para os dilemas da diversidade que se expressam nas relações de raça, gênero, etnias e religiões. Se analisarmos, em uma espécie de sobrevôo, algumas das revistas de antropologia mais recentes no país como *Mana*, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, e *Horizontes Antropológicos*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, poderemos perceber um nítido esforço de interlocução com problemáticas que extravasam as fronteiras nacionais.

Se tivéssemos mais elementos, seria interessante analisarmos com maior profundidade os nexos e a direção dessas articulações entre as pesquisas nacional e estrangeira. Certamente o significado dessas redes de troca intelectual deve variar muito em função do período em que se estabelecem e dos agentes que põem em jogo. Seria a presença expressiva de autores estrangeiros nesses periódicos mais recentes um indício significativo de um novo tipo de inserção progressiva da antropologia brasileira no cenário internacional?

É difícil responder a essa questão, uma vez que ela depende de inúmeras variáveis, para as quais não dispomos de informação suficiente: oscilações das políticas de estímulo à formação de pesquisadores no exterior, conexões e trajetórias dos grupos de pesquisa, estado do conhecimento de diferentes "realidades nacionais", problemáticas mais ou menos internacionalizadas e/ou consolidadas no país etc. Ainda assim, até onde se pode ver com base nos casos citados, fica mais ou menos clara uma conexão "Cone Sul" no caso de *Horizontes Antropológicos*, com predomínio da Argentina e relações preferenciais com diversas instituições de ensino da França. Temas como relações interétnicas, turismo e diferenças culturais estimulam comparações entre experiências de di-

versos países, tais como Argentina, Canadá, Japão e Macau. No caso da revista *Mana*, essas conexões se realizam sobretudo em torno da etnologia indígena, que tem na Amazônia um vasto campo de pesquisas de interesse internacional. Autores como Joanna Overing, Marshall Sahlins, Peter Gow e Stephen Hugh-Jones têm marcado a interlocução teórica nesse campo com os autores brasileiros.

A internacionalização das ciências humanas é uma questão atual e bastante importante que merece uma reflexão mais detalhada. Alguns autores chamam a atenção para os deslocamentos teóricos da disciplina antropológica provocados pela ascensão de autores de países periféricos – em particular, antigos países coloniais como a Índia e alguns países da África – às cátedras das grandes universidades européias e americanas: a dita "antropologia pós-moderna" resultaria da crítica teórica à herança colonial da antropologia elaborada nos países centrais. Nesse sentido, a tradicional divisão de trabalho intelectual entre centro e periferia, em que o primeiro produz teoria e a segunda a adapta às condições locais, estaria mantida em novos termos. Roberto Cardoso de Oliveira (1994) caracteriza essa antropologia periférica, a que se faz em países que não testemunharam a emergência da disciplina em seu território, em termos de seu compromisso com a construção da nação. Assim, esse tipo de antropologia que se desenvolve de maneira particular na América Latina procura adequar aos dilemas da nacionalidade os paradigmas teóricos desenvolvidos nos países centrais; dessa maneira, esse "estilo antropológico" que, no dizer de Cardoso de Oliveira, caracteriza-se por sua compulsão pela análise da dimensão política das relações entre índios e nacionais, produz apenas um novo léxico para a disciplina, sem afetar sua sintaxe hegemônica (: 24). Se isso é verdade, teríamos apenas a reiteração do padrão de ciências sociais definido por uma divisão de trabalho em que nos diz respeito um papel mais regional e uma função mais descritiva que teórica. Mas seriam esses os termos que, ainda hoje, caracterizam a interlocução internacional da antropologia brasileira?

É difícil responder a essa questão em termos gerais. Talvez esse debate tenha se desenvolvido com particular densidade no campo da etnologia indígena. Em sua avaliação da contribuição do indigenismo para o desenvolvimento do pensamento antropológico brasileiro, Viveiros de Castro critica seus "títulos de brasilidade": segundo ele, a etnologia seria ainda hoje a área preferencial de atuação de pesquisadores estrangeiros, enquanto os brasileiros se voltariam basicamente para a análise das situações de contato interétnico (1999: 157). Mas, o autor se pergunta, o que seria o *brasileiro* dessa etnologia brasileira? Trocando em miúdos, seu traço distintivo seria seu indigenismo, ou seja, seu engajamento político na defesa das populações indígenas. Nesse sentido, a caracterização estilística da etnologia brasileira residiria, na apreciação de Viveiros de Castro, em sua preocupação de enquadrar a "questão indígena" nos termos da consolidação de um estado nacional.

Em contraposição a essa vertente, o autor sugere que os recentes estudos sobre os sistemas sociocosmológicos das sociedades indígenas amazônicas anteciparam questões como corporalidade e relações entre mito, ritual e história que tiveram significativo impacto teórico nos paradigmas da disciplina. Para ele, a verdadeira contribuição teórica que a antropologia nacional pode trazer para a disciplina em geral depende de nossa capacidade de "meter a colher na sopa metropolitana" (: 177).

No que diz respeito ao modo como a interlocução com autores não-brasileiros se expressa na revista *Horizontes Antropológicos,* temas como identidade e etnicidade, inspirados na perspectiva de Fredrik Barth e na temática do transnacionalismo suscitada pelos movimentos migratórios internacionais, estimulam estudos comparativos entre diversas situações geográficas particulares. Trabalhos sobre o modo como brasileiros mantêm sua identidade no Japão, como palestinos o fazem no Brasil ou portugueses no Canadá, por exemplo, foram reunidos em um volume sobre relações interétnicas. Assim, mais que uma interlocução teórica em torno de conceitos e novas questões, a expectativa parece ser a de aproximar estudos pontuais que, vistos em conjunto, poderiam autorizar generalizações mais abrangentes. Todavia, além de algumas referências a autores da "globalização" como James Clifford, não se pode perceber a construção de um campo de investigação comum com tendências paradigmáticas definidas: assim como os brasileiros, os autores estrangeiros, originários das mais diversas instituições universitárias, têm como referência uma literatura marcadamente local. Desse modo, apesar da preocupação comum dos autores em torno dos avatares das identidades culturais em um mundo marcado por constante fluxos de grupos étnicos e pela revalorização das tradições, ainda é muito cedo para que possamos delinear a natureza e o alcance desse tipo de diálogo com a produção internacional.

Em suma, já se percebe um nítido esforço de, baseando-se no conhecimento acumulado em diversas áreas de pesquisa, fazer avançar as fronteiras da disciplina. Apesar das reconhecidas virtudes e da necessidade desse esforço, permanece intocado o problema de nossa interlocução com a produção internacional. A barreira da língua e a pouca circulação das nossas publicações nos fóruns internacionais tornam esses diálogos bastante restritos. Mesmo assim, o acúmulo do conhecimento etnográfico a respeito do universo de vida e valores de diversos grupos sociais e a superação da problemática da nacionalidade criaram as condições necessárias para que um novo patamar de interlocução se estabeleça. Resta saber se o comprometimento ideológico que cada vez mais associa a antropologia ao fortalecimento político das identidades étnicas não representa apenas uma nova volta de uma espiral que recoloca, em outro nível, as relações de afinidade intelectual entre o geral e o centro, o particular e a periferia.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik
(1969) "Grupos étnicos e suas fronteiras". Em: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). Em: *Teorias da etnicidade.* São Paulo: Unesp, 1998.
(2000) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto
(1985) "Tempo e tradição: interpretando a antropologia", *Anuário Antropológico,* vol. 84, n.1, p. 191-203.
(1995) "Antropologia e a crise dos modelos e modelos explicativos", *USP – Estudos avançados.* São Paulo, vol. 9, n.25, p. 228-313.
(1988) "O que é isto que chamamos de Antropologia brasileira?". Em: *Sobre o pensamento antropológico.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
(1994) " O movimento dos conceitos na antropologia", *Revista de Antropologia,* n. 36.
(1999) *Estilos de Antropologia.* Campinas: Unicamp.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela
(1987) *Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade.* São Paulo: Brasileinse.

DURHAM, Eunice
(1980) "Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil". Mimeo.

GEERTZ,Clifford
(1994) *Observando el Islan. El desarollo em Marruecos y Indonésia.* México / Buenos Aires / Barcelona: [Paidos]

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila.
(1999) "Estudos de gênero no Brasil". Em: *O que ler na ciência social brasileira,* n. 2. São Paulo: ANPOCS.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, (org.)
(1998) *Teorias da etnicidade.* Ob. cit.

MONTERO, Paula
(1999) "Religiões e dilemas da sociedade brasileira". Em: *O que ler na ciência social brasileira,* n. 1. São Paulo: ANPOCS.

PEIRANO, Mariza G.
(1999) "Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)". Em: *O que ler na ciência social brasileira,* n. 1. Ob. cit.

SCHWARCZ, Lilia Moritz
(2002) "Ensino de antropologia: diagnósticos, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho". Mimeo.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo
(1992) "Sobre a antropologia hoje: te(i)mas para discussão". Em: *O ensino da Antropologia no Brasil.* São Paulo: ABA/Nobel/Edusp.
(1999) "Etnologia brasileira". Em: *O que ler na ciência social brasileira,* n. 1. Ob. cit.

Anexo I

Distribuição dos grupos de pesquisa do CNPq por instituição (com área predominante em antropologia)

Estado	Instituição com PG	Instituição sem PG				Total sem PG
SP	USP 5 PUCSP 5	UFSCAR 1 UNICASTELO 1	UCDB 1 UNICID 1	CEBRAP 2 UNITAU 1	UNESP 1 PUC 1	9
RJ	UFRJ 6 MN 13 UFF 4 UERJ 4	UNIRIO 1	PUC 1	UENF 1	UFRJ 1	4
DF	UNB 8					0
SC	UFSC 9	UESC 1	FURB 1	UDESC 1	UNOESC 1	4
PR	-	UFRP 1	UEL 1			2
RS	UFRGS 5	PUC 3	URI 1	UFSM 1	ULBRA 1	6
PE	UFPE 8	FUNDAJ 1				1
PB	-	UEPB 1	UFPB 1			2
BA	-	UFBA 5				5
MT	-	UFMS 2				2
MG	-	UFMG 2	UFU 2	UFJF 2		6
MA	-	UFMA 1	UEMA 1			2
RN	-	UFRN 4	UERN 1			5
AM	-	UFAM 2				2
AL	-	UFAL 1				1
PA	UFPA 5	MPEG 3				3
GO	-	UCG 2				2
CE	-	UECE 1				1
RR	-	UFRR 1				1
RO	-	UNIR 1				1
TO	-	UFT 1				1
Total	77					60

Teses e dissertações defendidas por programa: 1998-2001

Programa	Período	Teses e Dissertações	%
UFF	1998-2001	28	6,3
UFPA	1998-2001	23	5,2
UFPE	1998-2001	47	10,6
UFPR	2000-2001	8	1,8
UFRGS	1998-2001	52	11,7
UFRJ	1998-2001	55	12,4
UFSC	1998-2001	55	12,4
UnB	1998-2001	52	11,7
UNICAMP	1998-2001	42	9,5
USP	1998-2001	82	18,5

Anexo II

Linhas de pesquisa dos Programas [#] e Grupos de Pesquisa do CNPq [@]

I) Etnologia indígena

I.a.) Etnologia

Formas da vida social, manifestações simbólicas, relações interétnicas, história e contextos ambientais – USP, 1974
@ Etnologia indígena – PUC/SP, Rinaldo S.V. Arruda
@ Etnologia de gênero e indígena – PUC/Campinas, Agenor Teixeira Pinto Farias
@ Programa Kaiwá-Guarani – UCDB, Antonio Brand, Kátia Vietta
@ Arqueologia e cotidiano indígena, etno-história – UFAL, Scott Allen, Luiz Sávio de Almeida
@ Etnologia indígena na Amazônia – MPEG, Priscila Faulhaber Barbosa
@ Relações interétnicas e desenvolvimento sustentável – MPEG, Roberto de Oliveira Santos Jr.
@ Índios do Nordeste – UFBAM, Rosário Gonçalves de Carvalho, Pedro Agostinho

I.b.) Cosmologia

Cosmologias, contato e política indigenista – UFF, 2000
Cosmologia e organização social na Amazônia – UFRJ, 1968
@ Parentesco e sistemas simbólicos – UFRJ/MN, Viveiros de Castro
@ Religiões indígenas e cristianismo – UNICAMP, Robin Wright

I.c.) Contato

Ocupação do espaço, inovação tecnológica e resistência – UFRGS, 1985
Adaptação na Amazônia Legal às frentes de expansão – UFRJ, 1968
@ Gestão ambiental, saúde, identidade – UFRJ/MN, João Pacheco
# Indigenismo do Estado – UFRJ, 1968
@ Preservação da memória indígena – UFRJ/MN, João Pacheco
# Relações interétnicas – UnB, 1981
@ Indigenismo, etnicidade, educação, etnologia comparada – UnB, S. Baines
@ Etnologia indígena, relações interétnicas – UnB, Alcida Ramos
@ Política indigenista – UFMA, Elizabeth Coelho
@ Indigenismo – UFMA, Adalberto Rizzo de Oliveira

I.d.) Etno-desenvolvimento
Etno-desenvolvimento – UFSC, 1985
@ Projetos de desenvolvimento – UFSC, Silvio Coelho
@ Núcleo de Estudos dos povos indígenas – UFSC, Silvio Coelho
@ Saúde e saberes indígenas, xamanismo – UFSC, J. Langdon, Oscar Calavia

I.e.) Etno-história
Etno-história – USP, 2001
@ NHII – USP, Dominique Galois
@ Etno-história – UNITINS, Odair Giraldin

I.f.) Línguas
Línguas indígenas brasileiras – UFRJ, 1996
Políticas lingüísticas e minorias étnicas, impacto da escrita – UFRJ, 1996

I.g) Parentesco
Parentesco e organização social nas sociedades indígena e moderna – UFPR, 1999
Etnologia indígena – UnB, 1981
Etnologia, história e política – UNICAMP, 1991

II) Antropologia das formas urbanas

II.a.) Meio ambiente
Modernização e apropriação de paisagem – UFF, 1999
@ Expansão metropolitana e meio ambiente – UFF, M. Ant. Mello, Arno Vogel
# Projetos de desenvolvimento e concepções de natureza – UFPR, 1999
# Indústria do carvão e processos culturais – UFRGS, 1994
# Antropologia do desenvolvimento – UnB, 1988
@ Desenvolvimento, identidade e tecnologia – UnB, Gustavo Lins Ribeiro
@ Etnobiologia, manejo terapêutico – UFBA, Ordep Serra, Carlos Albert Soares
@ Turismo e meio ambiente – UFMS, Álvaro Banducci Jr.
# Relações com meio ambiente, troca e mercado – UFPA, 1999
@ Cidade, aldeia e patrimônio – UFPA, Jane Beltrão

II.b.) Desigualdade social
Pobreza e identidades – UFF, 1999
Grupos populares, família e cidadania – UFRGS, 1994
@ Classes, adolescentes, mediadores, migrações e cidadania (N. de antropologia e cidadania) – UFRGS, Daisy Macedo de Barcellos
# Classes trabalhadoras e culturas populares – UFRJ, 1968
@ Esporte, trabalho, classes – UFRJ/MN, J. Sérgio Leite Lopes

@ Produção e efeitos da desigualdade – UFRJ, Yvone Maggie e Bila Sorj

II.c.) Antropologia da comunicação, arte e cultura
Cultura popular, arte e indústria cultural – UFSC, 1985
@ Antropologia do ciberespaço – UFSC, Theophilos Rifiotis
# Cultura popular, arte, religião e literatura – UnB, 1985
# Antropologia das formas expressivas – USP, 1994
@ Formas expressivas, literatura – USP, Fernanda Peixoto
@ Performance – USP, John Dawsey
@ Mídia, corpo, globalização, narrativa – UFPE, Antonio Carlos Motta de Lima
@ Imagens, narrativas e práticas culturais – UERJ, Clarice Peixoto
@ Transformações da intimidade – UERJ, M. Claudia Pereira Coelho
@ Internet – PUC/RS, Airton Luiz Jungblut
@ Teorias da arte e cultura – UDESC, Pedro Martins,
@ Diversidade e educação – UFMS, Ana Lucia Farah Valente
@ Ciência, arte e literatura – UFRN, M. da Conceição de Almeida, Ana Lúcia Aragão
# Metodologia para o estudo do imaginário – UFPE, 1980
@ Arte, cibercultura – UFPE, Danielle Pitta

II.d.) Antropologia do patrimônio
@ Coleções e museus – UFPE, Antonio Carlos Motta de Lima
@ Cultura e simbolismo, museus e coleções – UFRJ, J. Reginaldo Santos Gonçalves
@ Arte e patrimônio – UFMA, Alexandre Fernandes Correa

II.e.) Antropologia do consumo
Etnografias das práticas de consumo – UFF, 2001
@ Antropologia das organizações e do consumo – UFF, Lívia Neves

II.f.) Antropologia do esporte
Construção da corporalidade – UFF, 2001

II.g.) Antropologia urbana
Formas de sociabilidade – UFF, 2001
Memória, identidade e sociabilidade – UFRGS, 1993
Urbanização e cultura – UFRGS, 1987
@ Envelhecimento, medo, estética, sociabilidade (NPsb culturas contemporâneas) – UFRGS, Ruben Oliven.
# Formas de organização social no espaço urbano, movimentos sociais – UFRJ, 1968
@ Carreiras, indivíduo e sociedade – UFRJ/MN, Gilberto Velho
# Totalidades e processos de diferenciação – UFRJ, 1987
@ Construção social da juventude – UFRJ, M. Rosilene Alvim

@ Cultura popular e simbolismo – UFRJ, M. Laura Cavalcanti
# Identidade e cidadania – UnB, 1985
# Identidade social – UNICAMP, 1991
# Grupos, processos culturais e dinâmica do espaço – USP, 1982
@ Dinâmica espacial e sociabilidade – USP, J. G. C. Magnani
@ Cotidiano e cultura urbana – PUC/SP, Márcia Regina da Costa
@ Juventude e educação – UEL, Leila Jeolás, M. Regina Capelo
@ Cultura popular e cabocla – UFAM, Sergio Ivan Gil Braga
@ Sociabilidade, envelhecimento, identidade – UNOESC, Arlete Renk, Adiles Savoldi

II.h.) Antropologia da violência
@ Movimentos sociais, violência e cultura – UFPA, Manoel F. da Cunha
@ Laboratório de estudos da violência – UFSC, Theophilo Rfiotis e Miriam Grossi
@ Violência e saúde pública – UEFS, M. da Luz Silva

III) Antropologia política
Antropologia do Estado: práticas – UFF, 2001
Política como princípio de unificação – UFRJ, 1968
@ Formação do estado, elites e saberes – UFRJ/MN, A. C. Souza Lima
@ Cultura e estados nacionais – UFRJ/MN, F. Neiburg e M. Goldman
# Política como eventos socialmente significativos – UnB, 1996
# Dimensões socioculturais das hierarquias – UnB, 1997
@ Rituais, conflitos, direito – UnB, Peirano e Luiz R. Cardoso de Oliveira
# Cultura e política – UNICAMP, 1988
@ Nações e diáspora – UNICAMP, Bela Bianco
@ Pós-colonialismo, nações e conflito – UNICAMP, Omar R. Thomaz
@ Antropologia cultural das políticas – UENF, Arno Vogel

IV) Antropologia do direito
Segurança pública e cultura jurídica – UFF, 2000
@ Religião e direito – UFF, Roberto Kant
# Antropologia do direito: processos de resolução de disputas e de formação de opinião – UnB, 1989
@ Cidadania e violência, administração de conflitos – UnB, Lia Machado
# Antropologia dos modos de regulação social: dependência de indivíduos às normas – UFRJ, 1996
@ Direito e mudança cultural – UFRJ/MN, Lygia Sigaud
# Antropologia jurídica: direito costumeiro – USP, 1994
@ Violência e cidadania – PUC/RS, Helio Raymundo Santos Silva

V) Antropologia econômica
Economia, trabalho e ecologia – UNICAMP, 1991

VI) Antropologia da empresa
Culturas empresariais – UNICAMP, Guilhermo Ruben
@ Antropologia das organizações – PUC/RS, M. Helena Ales Muller, M. Beatriz B. Duarte

VII) Campesinato
Organização doméstica e patrimônio cultural – UFF, 2000
Economia e subordinação do campesinato – UFRJ, 1968
Estudos camponeses – UFRJ/MN, Moacir Palmeira, Beatriz Heredia
@ Estudos camponeses, etnicidade – UFRJ/MN, Giralda Seyferth
# Cultura cabocla, trabalho, ecologia – UFRJ, Neide Esterci
# Parentesco e valores – UnB, 1986
@ Saber, memória, migração – UnB, Ellen e Klaas Wortman
# Direito costumeiro e direito oficial – USP, 1985
@ O mundo rural – UNICAMP, Emília Pietrafesa de Godoi
@ Reforma agrária e desenvolvimento – UFBA, A. da Silva Câmara, Sylvia Maia
@ Política agrária – UFMA, Maristela de Paula Andrade

VIII) Eetnomusicologia
Produção, transmissão e recepção – UFRGS, 1996
@ Arte e cultura na América Latina (MUSA) – UFSC, Rafael Bastos
@ Antropologia da música afro – UFU, José Carlos Gomes da Silva

IX) Antropologia visual e imagem
Lógica das representações visuais – UFF, 2001
Etnografia do mundo urbano via imagem – UFRGS, 1997
@ Antropologia visual – UFRGS, Cornélia Eckert, Ana Luiza Rocha
@ Antropologia visual – USP, Sylvia Caiubi
@ Antropologia da imagem – UCG, Manuel F. Lima Filho, Luiz Eduardo Jorge
@ Antropologia visual – UFRN, Lisabete Coradini, Ana M. Queiroz Monteiro
@ Coleções e retratos do Brasil – UNIRIO, Regina M. do Rego Monteiro de Abreu

X) Antropologia da saúde
Sistemas de cura (outros) e programas de saúde – UFPE, 2000

@ Dismorfias faciais, representações, sofrimento (saúde, instituições e cultura) – UFPE, M. do Carmo Brandão
# Corpo, gênero e prática de saúde – UFRGS, 1989
@ AIDS, alimentação, representações (Núcleo de pesquisa em antropologia do corpo e da saúde) – UFRGS, Ceres Victora e Daniela Knauth
# Representações do corpo e doença, profissionais de saúde – UnB, 1981
# Antropologia médica: práticas médicas – USP, 1994
@ Antropologia dos saberes psicológicos – UFRJ/MN, Luiz Fernando Dias Duarte
@ Corpo e Saúde – UFMG, Eduardo Vargas
@ Modelos terapêuticos, práticas corporais, estilo de vida – UFSCAR, Marina Denise Cardoso, Luiz H. Toledo
@ Etnobotânica – UFRR, Carlos Alberto Marinho Cirino
@ Corpo, gênero, religião e saúde – UFSM, Zulmira Borges

XI) Antropologia da religião

XI.a) Religiões populares

Religiosidade popular e instituições religiosas: sistemas e práticas do campo religioso – USP, 1981
@ Religião no mundo contemporâneo – USP, Paula Montero
@ Messianismo, religião indígena, pessoa, saúde, políticas públicas (Núcleo de Antropologia das Religiões) – UFSC, M. Amélia S. Dickie
@ Religiões populares – UEMA, Mundicarmo Ferretti
@ Religião e cultura popular – UFMA, Sergio Ferretti
@ Religiosidade – UFPB, Maristela Oliveira de Andrade
@ Cultura popular e religiosidade – UFRN, Luiz Carvalho de Assunção
@ Estudos missioneiros – URI/RS, Noeli Bernardo Hahn, Léo Zeno Konzen

XI.b) Simbolismo e ritual:

Simbolismo ritual e produção de conhecimento – UFF, 1999
@ Transmissão do patrimônio cultural – UFF, Simoni Guedes
# Sistemas de classificação e rituais – UFPR, 1999
# Rito, representações, hierarquia e existência social – UFRJ, 1981
@ Novos movimentos religiosos – UFRJ/MN, Otávio Velho, Emmerson
@ Juventude, religião e política – UFRJ, R. Novaes
# Mito e ritual – UNICAMP, 1991

XI.c) Religião e saúde

Hábitos alimentares – UFPA, 1999
@ Simbolismo, religião e saúde – UFPA, Heraldo Maués

XI.d) Religião e mudança

Estudo das religiões e sua relação com as normas – UFPE, 1977
@ Desenvolvimento, inserção social, transformações sociais (Núcleo de Estudos das Religiões Populares) – UFPE, Roberto Motta, Maria do Carmo Brandão

XI.e) Religião e identidade

Religião e identidade – UFRGS, 1989
@ Política, turismo, identidade, transnacionalização (Núcleo de Estudos da Religião – NER) – Pedro Oro, Carlos A. Steil
@ Estudos sobre o judaísmo – UFPE, Tânia Kaufman
@ Religião, identidade, cidadania – UFMG, Pierre Sanchis
@ Cultura e identidade, festas, tradições – UFRN, Elisete Schwade
@ Memória e identidade – PUC/SP, Josildeth Consorte
@ Religiosidade em meio urbano – UERJ, Patrícia Birman, Cecília Mariz
# Produção simbólica – UNICAMP, 1991
@ Imaginário amazônico – UFAM, Selda Vale da Costa, Ernesto Renan Pinto

XII) Etnicidade

Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade – USP, 1972
Identidade e etnicidade – construção de identidades étnicas e nacionais – UFF, 1999
@ Relações interétnicas, diásporas, direitos étnicos – UFSC, Ilka B. Leite e Antonella Tassinari
# Raça, etnicidade e gênero – UFPA, 1999
# Relações entre dominantes e dominados – UFPE, 1988
@ Etnicidade, afro, índios, judaísmo (núcleo de estudos sobre etnicidade) –UFPE, Renato Athias
# Relações interétnicas – UFPR, 1999
# Relações entre grupos étnicos e raciais – UFRGS, 1997
# Identidade étnica e cidadania – UFRGS, 2001
# Minorias étnicas e a sociedade nacional – UFRJ, 1968
@ Afro, indigenismo, relações interétnicas – UFRJ/MN, Antônio Carlos de Souza Lima, João Pacheco
@ Raça, etnicidade e gênero – UFPA, M. Angélica Maués
@ Fronteira, etnicidade, migração – UnB, Roberto Cardoso de Oliveira
@ Relações raciais, memória, identidade, imaginário – PUC/SP, Teresinha Bernardo
@ Multiculturalismo – UESC, Marlucia Mendes da Rocha

XIII) Antropologia da família e relações de gênero

Unidade doméstica e gênero – UFPE, 1988
@ Família, gênero, sexualidade, saúde – UFPE, R. Parry Scott
# Vivência cotidiana e gênero – UFRGS, 1987
# Domesticidade, sexualidade e representações de gênero – UFSC, 1989
@ Gênero e subjetividade – UFSC, Miriam Grossi
# Processos históricos e cognitivos da definição de identidades de gênero – UnB, 1987
@ Violência, saúde, gênero – UnB, Lia Machado e Lurdes Bandeira
# Parentesco e relações de gênero – UNICAMP, 1991
@ Pagu – UNICAMP, Mariza Corrêa
@ Mulher, gênero e desenvolvimento – UFPA, Lígia Simonian
@ Núcleo de investigação de gênero – UCG, Zilda Fernandes Ribeiro
@ Estudos de Família – UERJ, Clarice Peixoto
@ Gênero, religião e direitos – UECE, Heloisa Riquet Correa, Paulo S. Temoteo
@ Gênero, identidade, educação – UEPB, Idalina Freitas L. Santiago
@ Infância e brinquedo – FURB, M. Rosa Galvão C. Gonçalves

XIV) Teoria antropológica

Formas de produção do conhecimento antropológico – UFF, 2001
Antropologia e história – UFPR, 1999
História da antropologia – UFPR, 1999
História do pensamento antropológico – UFRGS, 1997
Lugar da antropologia na academia e as práticas profissionais – UFRJ, 1968
História social da antropologia – UFRJ, 1996
História social da antropologia no Brasil – UFRJ, 1996
Desenvolvimentos teóricos da disciplina – UnB, 1996
Itinerários intelectuais de autores e linhas de pensamento – UNICAMP, 1991
Análise de obras e modelos teórico-metodológicos – USP, 1993
@ Estudos sobre Gilberto Freyre – FUNDAJ, M. de Fátima de Andrade Quintas e E. Pacheco de Aquino Fonseca

GUITA GRIN DEBERT

Formação e ensino

A formação do antropólogo e o ensino da antropologia têm sido objeto de debates promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ao longo de toda sua história ou, ao menos, ao longo de sua história mais recente. Esses debates são, no entanto, marcados por questões e problemas influenciados pelas conjunturas políticas em que eles se realizam e, por isso, via de regra, polêmicas anteriormente empreendidas somam muito pouco às discussões realizadas dois ou três anos depois. O fato de a ABA completar cinqüenta anos é um convite irrecusável para pensarmos nas mudanças ocorridas na história da disciplina no Brasil. Esse é um tema ainda pouco explorado, apesar de a última década ter sido marcada por teses e dissertações sobre trajetórias de antropólogos e de instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Fazer história é estabelecer marcos, e Mariza Corrêa, em estudo sobre o período de 1960 a 1980, considera que 1968 foi, inegavelmente, um divisor para a conformação disciplinar. Esta não é apenas uma data que adquiriu aura de singularidade para uma geração. Dois incêndios – o do prédio da Faculdade de Filosofia, à rua Maria Antônia nesse ano, e o do Serviço de Proteção aos Índios no ano anterior –, sinalizam o fim de uma época e de um estilo de pesquisar e ensinar, passando a antropologia feita nos museus, no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e nos departamentos a ter um novo abrigo: os programas de pós-graduação, que se instituem como o *locus* da formação do antropólogo (Corrêa 1995).

Oficializados a partir desse ano, os programas de pós-graduação são parte de uma ampla reforma que marca um ponto de inflexão no sistema de ensino superior. O padrão até então orientado para a formação de elites e da burocracia governamental se esgota, sendo redimensionado para um ensino de massa, capaz de absorver um crescente contingente de candidatos.[1]

[1] Essa foi uma década marcada pela expansão do ensino superior também nos EUA e na Europa Ocidental. Peter Scott faz as seguintes considerações sobre essa expansão nos anos 1960 e 1970: "o

Essa democratização do ensino superior deu lugar à preocupação com a sua qualidade. A instalação ou remodelação da pós-graduação e a institucionalização da pesquisa científica, dentro e fora da universidade, foram as principais medidas de intervenção governamental para aprimorar a qualidade do sistema.[2] Na esteira dessas mudanças, foram criados ou reformulados os cursos de pós-graduação em antropologia: em 1968, no Museu Nacional; em 1970, a pós-graduação já existente na USP; em 1971, na UNICAMP; e em 1972, na UnB.

O período que antecede o sistema de pós-graduação merece estudos mais detalhados e tem de levar em conta instituições como o SPI, o Museu do Índio, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional. A formação de mestres e doutores também está presente nesse período. David Maybury-Lewis, por exemplo, fez seu mestrado na Escola de Sociologia Política entre 1955 e 1956, sob a orientação de Herbert Baldus.[3] O ensino da antropologia na USP começa institucionalmente em 1935 com a cadeira Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, extinta em 1962. A cadeira de antropologia foi criada em 1941, sob a direção de Emílio Willems, substituído em 1949 por Egon Schaden, o primeiro doutor em antropologia formado pela USP, em 1945.

Embora a primeira reunião da ABA tenha sido realizada em 1953, Mariza Corrêa mostra que é ilusório considerar o conjunto dos antropólogos então reunidos como uma comunidade:

> A "comunidade" que a ABA representava na altura dos anos [19]60 era constituída por uma rede de antropólogos que, apesar de estarem radicados em instituições a partir das quais se fazia a pesquisa antropológica no país, ainda poderiam ser definidos como "livre-atiradores", já que sua autonomia individual era muito grande e havia um número relativamente pequeno de antropólogos nacionais – que também publicava pouco (1995: 35).

A criação dos departamentos como unidades didático-administrativas nos anos 1970 correspondeu ao fim das cátedras e ao início do novo formato dos programas de pós-graduação. Assim, pensar na criação do sistema de pós-graduação brasileiro significa refletir sobre os impactos diferenciais que os regimes autoritários acabam por ter na vida acadêmica. No Chile e na Argentina, os regimes autoritários foram marcados por um corte substancial dos recursos governamentais para as universidades e por uma política de controle e esvaziamento do sistema universitário. No caso brasileiro, ao contrário, tivemos a implementação de novas políticas acadêmicas que lançaram as bases e foram muito atuantes na elaboração de leis e diretrizes para o ensino superior.[4]

Até o fim dos anos 1980, a grande maioria do corpo docente que ensinava na pós-graduação em antropologia havia feito o doutorado no Brasil, como se pode ver nos quadros dos docentes dos quatro programas mais antigos, apresentados no artigo de Mariza Corrêa (1995). Em 1989, na USP, todo o corpo docente (28 professores), à exceção de Manuela Carneiro da Cunha, que fez o doutorado na UNICAMP, era formado na própria USP. Até o fim dos anos 1980, cerca de um terço dos professores que trabalharam na UNICAMP havia feito a pós-graduação na USP, sete na UNICAMP, três no Museu Nacional e 11 no exterior: cinco nos EUA, cinco na Inglaterra e um na França. No mesmo período, dos 22 professores do Museu Nacional, sete são formados na USP, seis na UFRJ e nove no exterior: cinco nos EUA, três na Inglaterra e um na França. Na UnB, dos vinte professores do período, cinco se formaram na USP, dois na UnB, um no Museu Nacional e 11 no exterior: oito nos EUA, três na Inglaterra e um na França.

Em oposição à época dos "livre-atiradores" do sistema anterior ou ao autodidatismo que caracterizava a formação do antropólogo, o sistema de pós-graduação, nesses aproximadamente trinta anos, conseguiu definir com muita precisão o que é o antropólogo, quais são as etapas na sua carreira e o que deve ser apreendido em cada uma dessas etapas. Todos os professores dos programas estão envolvidos em pesquisas e a seleção do corpo discente é muito semelhante em todos os casos. Como será mostrado a seguir com mais detalhes, todos os

> ensino superior passou a ser visto como uma grande igreja que se estendia para muito além do território da universidade tradicional (...) O atendimento às demandas de um contingente cada vez maior de jovens que concluíam o secundário e de adultos que buscavam acesso à universidade passou a requerer um sistema de ensino superior muito mais diferenciado e flexível. Ambos os processos refletiam, por sua vez, o fortalecimento da consciência democrática e de um mercado de trabalho que se sofisticava rapidamente, especialmente a partir da década de 1960. No plano intelectual, dois processos evoluíram simultaneamente: de um lado, o crescimento e o sucesso da ciência levaram a uma divisão cada vez mais "fina" do trabalho intelectual e, de outro lado, a coerência cultural e ideológica da antiga universidade foi sendo solapada pela diversificação social do seu alunado. De fato, as disciplinas passavam a depender de conhecimentos cada vez mais especializados e de técnicas cada vez mais específicas (para não dizer exclusivas), e as universidades começaram a perder sua identidade, a se parecerem cada vez mais umas com as outras e a serem encaradas como grandes burocracias administradas segundo modernas regras de gerenciamento profissional" (Scott 1990 citado por Sampaio e Klein 1994).

[2] Sobre este tema, ver o artigo de Sampaio e Klein (1994).

[3] Criada em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política contou com a colaboração de vários professores estrangeiros, como Donald Pierson. Radcliff-Brown ministrou cursos na Escola nos anos 1940. Sobre a Escola Livre de Sociologia e Política, ver Kantor, Maciel e Simões (2001). Sobre os estudos de Maybury-Lewis, ver Corrêa, Oliveira e Laraia (2002)

[4] Ver sobre o tema o estudo comparativo de Sampaio e Klein (1994).

programas, antigos e novos, oferecem, além da tradição antropológica consagrada, um leque bem interessante de novas disciplinas sobre as quais o antropólogo tem se debruçado e contribuído de maneira pertinente. Essas características são evidentes no material que está impresso ou disponível na internet. Esse material apresenta não só o que acontece nos programas de cada instituição, mas também, com muita precisão, onde, quando e no que cada antropólogo universidade trabalhou ao longo do ano e quais recursos utilizou. Hoje, a transparência da nossa vida acadêmica é impressionante.[5]

O sistema de pós-graduação

Antes de apresentar o material disponível sobre o ensino da antropologia, vale a pena fazer algumas considerações sobre as particularidades do nosso sistema de pós-graduação, as quais dão uma configuração específica ao ensino e à formação do antropólogo. Esse sistema, apesar das veleidades de nossas políticas, é o maior sistema de pós-graduação acadêmica da América Latina. Enquanto na Argentina o sistema esteve voltado para cursos profissionalizantes, no México, país institucionalmente mais estável e mais afluente por ser exportador de petróleo, privilegiou-se uma política de pós-graduação centrada prioritariamente na concessão de bolsas no exterior. Ainda que tenham sido investidos recursos muito mais altos que no Brasil, não se criou uma infraestrutura de pesquisa. No fim da década de 1980, o México tinha uma comunidade acadêmica pequena, em torno de seis mil pesquisadores, e sobretudo desproporcional em relação ao tamanho de seu corpo docente, cerca de cem mil professores universitários (Sampaio e Klein 1994).

No estudo comparado sobre políticas de ensino superior na América Latina, Helena Sampaio e Lúcia Klein mostram que no Brasil:

> o principal instrumento das políticas de estímulo à pós-graduação e à pesquisa foi o financiamento por contrato, concedido por agências governamentais especializadas através de uma negociação direta com as instituições beneficiadas. Ao contrário do financiamento burocrático, o papel do financiamento por contrato é precisamente o de fortalecer áreas específicas, cujos resultados são possíveis de serem avaliados. A lógica que rege sua distribuição é a de estimular a competitividade entre as instituições, com o objetivo de aprimorar o seu desempenho, o que inevitavelmente gera assimetrias dentro das universidades. A concessão de bolsas individuais, de pós-graduação ou de pesquisa, é também uma modalidade, ainda que bem frouxa, de financiamento por contrato, uma vez que pressupõe o comprometimento com um programa de mestrado ou doutorado e a realização de um projeto de pesquisa individual (1994: 93).

[5] O fato de esse material estar disponível na internet não quer dizer que ele esteja bem organizado. A busca requer muita paciência e a consulta de diferentes bancos de dados.

A diversidade de fontes de apoio à pós-graduação e à pesquisa é outra característica de nosso sistema, que conta com agências governamentais distintas como CAPES, CNPq, FINEP e as FAPs. Essa diferenciação organiza a demanda por financiamento à pesquisa, pois as agências contam com formas de financiamento diversas e criam uma clientela que deve se apresentar de maneira diversificada – estudantes, pesquisador individual, grupo de pesquisas etc. –, aplicando um formato específico ao modo como a pesquisa se organiza no país. Além disso, o financiamento de balcão se combina com políticas de indução e estímulo de pesquisas em áreas e temas considerados prioritários em cada uma dessas agências.

Estamos muito acostumados a criticar a pluralidade e o paralelismo na forma de atuação dos órgãos públicos, contudo as alternativas de financiamento permitiram driblar as dificuldades em termos de escassez de recursos ou mesmo a paralisação de certas agências em determinados momentos, o que garantiu a sobrevivência da pesquisa e dos programas. É preciso, no entanto, reconhecer que se trata de uma demanda atrelada à oferta, a qual se desloca conforme a maior ou menor disponibilidade das agências.

O jogo de negociação e conflitos entre as agências é outro mecanismo de definição das políticas científicas, que, por isso mesmo, não resultam de decisões burocráticas centralizadas. Cada agência mobiliza representantes da comunidade na definição de suas políticas. As comunidades acadêmicas, por sua vez, organizaram-se em associações que contam com canais bem estruturados de representação, mobilização e visibilidade. As associações científicas atuam politicamente e sabem fazer pressão e *lobbies*.

Por fim, merece destaque o fato de que a grande maioria dos estudantes de pós-graduação recebe as bolsas de estudo que as agências concedem aos programas. Nas últimas décadas, essas agências procuraram limitar o prazo para a conclusão da pós-graduação. O fluxo dos alunos é uma das principais condições para o estabelecimento do número de bolsas para cada um dos programas, que periodicamente são avaliados e recebem uma nota da CAPES.

A pós-graduação em antropologia

Em 2001, a ABA realizou um encontro na UNICAMP para discutir a pós-graduação em antropologia, com a presença de representantes de todos os programas. No fim de 2002, no encontro promovido pela ABA, em Florianópolis,

Lilia Moritz Schwarcz retomou os dados apresentados na ocasião, procurando completar as informações com a ajuda dos *sites* dos programas e de conversas telefônicas com seus professores e coordenadores. Para a elaboração deste capítulo, contamos com um material ainda mais detalhado e com informações muito precisas sobre o que acontece nas instituições de pós-graduação.

A proposta da ABA é levar em conta quatro dimensões para pensar o ensino e a formação do antropólogo: os currículos e as atividades a partir das quais são atualizados, a relação tutorial, o papel da pesquisa na formação e a origem dos estudantes de pós-graduação. Olhar para o material disponível sobre cada um dos itens significa ter a impressão de que a pós-graduação em antropologia está organizada de maneira muito vigorosa.

Em todos os programas, os professores contam com uma produção bibliográfica em livros, coletâneas e periódicos nacionais que apresenta resultados originais de projetos de pesquisa por eles desenvolvidos. A maioria dos programas tem seus próprios periódicos que trazem a produção de seu próprio corpo docente e discente, bem como de antropólogos de outras universidades. O corpo discente sempre ingressa por meio de um processo seletivo que envolve trabalhos escritos e entrevistas. Todos os estudantes fazem cursos obrigatórios, têm um leque bastante amplo de disciplinas eletivas e devem realizar um trabalho original de pesquisa, sob a orientação de um professor com o título mínimo de doutor. O trabalho de pesquisa é avaliado em dois momentos por um comitê de doutores: no exame de qualificação e na defesa das teses ou dissertações.

Vale a pena acrescentar mais detalhes de cada uma dessas dimensões. Temos, de fato, dez programas em antropologia social, embora às vezes pensemos em 12, uma vez que o comitê da CAPES inclui os programas de arqueologia e o mestrado profissionalizante da Universidade Católica de Goiás. Destes programas, oito têm doutorado e mestrado.

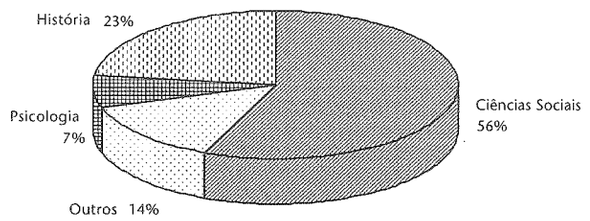
Seria importante, contudo, ampliar esse número, de modo a incluir ao menos outros quatro programas em ciências sociais que têm tido papel muito importante na formação de antropólogos e em todas as atividades da ABA: os programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/IFCS), e o Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, que em 2003 criou o Programa de Doutorado em Antropologia[6]. Seria importante considerar ainda a UNESP e a Universidade Federal de São Carlos, que têm aumentado o número de antropólogos entre seus professores.

[6] Representantes destes programas participaram da reunião que a ABA realizou na UNICAMP. Para um resumo dos debates realizados na ocasião e para saber como esses programas de ciências sociais se estruturam, ver a publicação organizada por Pietrafesa de Godoi, Debert e Pontes (2002).

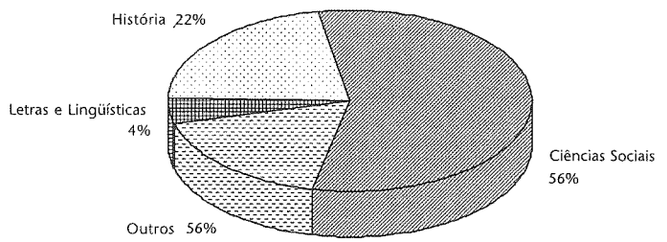
O formato dos programas indica um diferencial na concepção dos currículos e no modo como são apresentados. Em todos eles, há ênfase muito forte no caráter interdisciplinar da formação dos pós-graduandos e no modo pelo qual a antropologia é ensinada. A interdisciplinaridade, contudo, está relacionada sobretudo com as ciências sociais – sociologia e ciência política – e certamente está presente nos programas de antropologia, uma vez que a maioria de seus estudantes de mestrado e doutorado é formada em ciências sociais. No mestrado, 56% dos estudantes são formados em ciências sociais, 14% em história, 7% em psicologia e 23% em outros cursos. No doutorado, 57% vêm das ciências sociais, 17% da história, 25% de letras e 21% de outros cursos. É possível visualizar essa distribuição com estes gráficos elaborados pela ABA.

De todo modo, vale a pena dizer que a expansão dos cursos de pós-graduação em antropologia a partir dos anos 1980 foi relativamente pequena, se compara-

Mestres em antropologia: distribuição dos cursos de graduação



Doutores em antropologia: distribuição dos cursos de graduação



da com a sociologia, que atualmente tem 31 programas de mestrado e vinte de doutorado credenciados pela CAPES.

Em 1977, o mestrado foi criado na UFPE e, em 1979, na UFRGS. Em 1985, foi credenciado o programa da UFSC; em 1994, os programas da UFPA e da UFF e, em 1999, o da UFPR, interrompido em 1992. Os programas de doutorado são mais recentes. A USP iniciou suas atividade em 1972, mas o programa só foi credenciado como sendo de Antropologia Social em 1984. O doutorado do Museu Nacional data de 1977, o da UnB de 1981, o da UFRGS de 1991, os da UFSC e da UFPE de 1999, o da UFF de 2002, e o da UNICAMP de 2003.

Analisar a proposta de cada programa significa identificar a semelhança dos formatos adotados. Alguns programas realçam sua originalidade em relação aos demais, fazendo referência à região em que se encontram ou a uma tradição intelectual. O PPGAS da UFPA acentua o interesse nos problemas amazônicos e o da UFRGS enfatiza o intercâmbio que vem realizando com os centros de pesquisa e ensino do Mercosul. O programa da UFPE, o único do Nordeste, prioriza a produção antropológica nordestina de autores brasileiros, que, desde o fim do século XIX, fez contribuições seminais para a compreensão da realidade brasileira, ao acolher antropólogos de outros países.[7] Isso, entretanto, não impede uma homogeneidade muito forte em relação às propostas de currículos e ao modo como são atualizados.

No mestrado, podemos destacar as seguintes características em comum: a) a entrada nos programas envolve um processo seletivo que ocorre em várias etapas e contém entrevistas, trabalho escrito e provas; b) o curso tem duas fases: uma delas dedicada à realização de cursos, e outra à pesquisa que será objeto de uma dissertação; c) entre essas duas etapas, há na maioria dos casos um exame de qualificação que antecede a defesa da dissertação; d) todos os alunos têm um orientador; e) todos os cursos têm um coordenador; f) a banca de defesa da dissertação é composta por um comitê de professores do programa e de outros programas que tenham o doutorado como titulação mínima.

No que diz respeito à fase de cursos, as disciplinas, em todos os casos, dividem-se em obrigatórias e optativas, e são ministradas semestralmente. As obrigatórias recebem o título de teoria ou história da antropologia e oferecem uma história da teoria antropológica dividida em dois tempos, em que o pensamento de Claude Lévi-Strauss serve de marco divisor dos dois semestres em que a disciplina é ensinada (Schwarcz 2002). Ainda no leque das disciplinas obrigatórias está presente uma disciplina que trata de questões metodológicas e/ou da elaboração de projetos de pesquisa, como se pode ver a seguir, no quadro das disciplinas obrigatórias.

[7] Para a apresentação conjunta dos programas, ver Pietrafesa de Godoi, Debert e Pontes (2002).

Disciplinas Obrigatórias de Mestrado*

	Teoria Antropológica	História da Antropologia	Métodos e Técnicas de Pesquisa	Organização Social e Parentesco	Outras Disciplinas	Elaboração de Projeto
UFPA	História da Antropologia I (Teorias Antropológicas Clássicas) História da Antropologia II (Teorias Antropológicas Modernas)		Métodos e Técnicas na Pesquisa Antropológica	Organização Social		Elaboração do Projeto de Pesquisa
UFPE	História e Teoria Antropológica I História e Teoria Antropológica II Seminário Avançado em História e Teoria Antropológicas		Metodologia e Técnica de Pesquisa Antropológica			
UFPR	Teoria Antropológica I Teoria Antropológica II					Seminário de Pesquisa I
UFRGS	Teoria Antropológica I Teoria Antropológica II		Métodos e Técnicas de Pesquisa Antropológica			
UFRJ	Teoria Antropológica I Teoria Antropológica II					Seminário de Orientação
UFSC	Teoria Antropológica I	História da Antropologia	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia I Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia II			
UnB		História da Antropologia: Autores Clássicos I História da Antropologia: Autores Clássicos II		Organização Social e Parentesco		
UNICAMP	História e Teorias da Antropologia I História e Teorias da Antropologia II			Parentesco e Organização Social	Etnografia e Sociedades Modernas	Elaboração de Projeto de Pesquisa
USP	Teorias Antropológicas Clássicas Teorias Antropológicas Modernas					Seminário de Projeto

Fonte: Dados enviados pelos próprios programas e publicação "Antropologia na Pós-Graduação" – ABA/UNICAMP

* A Universidade Federal Fluminense não enviou os dados solicitados.

No que diz respeito ao número de disciplinas exigidas, essa primeira fase é muito parecida com o que ocorre nos programas de pós-graduação norte-americanos. Há algumas diferenças sobretudo com aqueles que adotam o regime de *quarter*, como o da Universidade de Chicago, que, à primeira vista, parece exigir um número muito grande de cursos: 18 disciplinas, mas que são realizadas nos primeiros anos – três disciplinas por quadrimestre.[8] No doutorado, o número de disciplinas obrigatórias é menor, variando de uma a três disciplinas ou seminários, como se pode ver nos currículos de 2001 dos programas.

Currículo do Doutorado *

	Disciplinas Obrigatórias
UFRGS	Seminário de Doutorado
UFRJ	3 disciplinas do doutorado
UFSC	Teoria Antropológica II
UnB	Seminário Avançado em Teoria I Seminário Avançado em Teoria II
USP	3 disciplinas

Fonte: Dados enviados pelos próprios programas.

* Não incluímos aqui as disciplinas relativas à elaboração de projeto e os estágios docentes.

As considerações de Schwarcz sobre o caráter do mestrado e sua relação com o doutorado expressam de maneira sucinta as semelhanças entre os programas:

> [...] percebe-se, em primeiro lugar, um investimento comum na formação dos alunos a nível de mestrado, orientação compatível com os novos prazos que têm levado a um mestrado de caráter cada vez mais formador e funcionando como uma espécie de introdução ao doutorado. Ou seja, a despeito dos prazos mais curtos, de uma maneira geral não se abriu mão de um maior investimento na capacitação do aluno, evidenciada pela insistência geral nos cursos obrigatórios e eletivos. [...] É nesse contexto que o aluno recebe uma visão ampla da área (a partir de matérias obrigatórias) e também particular, tendo em vista o leque amplo de optativas.

As disciplinas optativas cobrem temas clássicos e emergentes, como antropologia da arte, das organizações empresariais, da sexualidade e etnomusicologia, e têm número muito expressivo: mínimo de 15 optativas na UFPE e máximo de 72 na UFRJ, sem contar os tópicos especiais e as leituras dirigidas. Há também, em todos os casos, um leque que pode ser dividido em optativas temáticas ou eletivas (menos opções de escolha) e optativas *tout court* (mais disciplinas, que podem, em alguns casos, ser realizadas fora do programa).

Apresento a seguir um resumo, feito por Schwarcz (2002), do universo das disciplinas, que arrola aquelas que são indicadas em pelo menos dois programas. Esse quadro leva em conta dois programas de pós-graduação em ciências sociais com forte concentração em antropologia, o da PUC-SP e o da UERJ.

Disciplinas optativas de mestrado

Etnicidade e identidade
PUC/ USP/ UNICAMP/ UFPR/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF

Relações raciais e minorias
USP/ Unb/ URFGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF

Antropologia da saúde
PUC/ USP/UFPR/ UFPE/URFGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA

Antropologia da religião
USP/ UnB/ UERJ/ UFPE/ UFRGS/ UFSC/Museu Nacional/ UNICAMP/ UFPA/ UFF

Indivíduo e sociedade
USP/ Unb/Museu Nacional

Antropologia rural/ sociedades camponesas
USP/ Unb/ UNICAMP/ UFPE/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF

Antropologia urbana ou das sociedades complexas
USP/ Unb/ UFPE/ UFRGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UNICAMP/ UFPA

Ecologia cultural/ Meio ambiente
Unb/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF

Antropologia política ou do poder
Unb/ USP/ UERJ/UFPR/ UFPE/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF/ UFRGS

[8] Agradeço a Esther Hamburguer pelas informações sobre o ensino da antropologia na Universidade de Chicago.

Antropologia visual
USP/ UERJ/ UFSC

Análises simbólicas: mitologia e rituais (ou afim)

USP/ Unb/ UNICAMP/ UERJ/ UFPR/ UFPE/ UFRGS/ UFRGS/ UFSC/ Unb/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF

Etnologia
Todos

Antropologia jurídica
USP/ Unb/ UERJ/ Museu Nacional/ UFF

Antropologia do gênero
Unb/ UNICAMP/ UERJ/ UFSC/ UFPA/ UFF

História da antropologia no Brasil
USP/ UNICAMP/ UFRGS/ UERJ/ Museu Nacional/ UFF

Família e sociedade
UNICAMP/ UFPA

Leituras de monografias clássicas
USP/ UNICAMP/ Museu Nacional

Teorias da cultura
Todos

Organização social e parentesco
Todos

Antropologia e lingüística
USP/ UFPE/ Museu Nacional/ UFPA

Antropologia econômica
UFRGS/ UFPR/ Museu Nacional/ USP/ UFPA/ UFF

Antropologia da performance (teatro)
UFRGS/ USP/ UFSC/ Museu Nacional

Antropologia da música e da dança
USP/ UFRGS/UFSC

Antropologia e história (etno-história)
USP/ Museu Nacional/ UFF

África
USP/ UNICAMP

Tópicos especiais
UNICAMP/ UFPA/ UFPE/ UnB

Com humor, Schwarcz subdividiu o conjunto de disciplinas em quatro categorias: as "absolutamente consagradas", presentes em todos os programas porque são consideradas fundamentais na formação do antropólogo, como os estudos de etnologia e parentesco ou as análises das teorias ou história da antropologia; as "já tradicionais", núcleos importantes em alguns programas, mas que já deixaram de aparecer em outros, como antropologia jurídica, das religiões e da saúde; as "emergentes", que indicam novas temáticas e aparecem em um grande número de programas, em particular temas vinculados à teoria literária ou à arte, como imagem, literatura, *performance* e música; e as disciplinas "em queda livre", as quais estão presentes nos programas, mas raramente são ministradas porque ganharam novos nomes e feições ou saíram de voga, como antropologia rural ou cultura popular.

Além da quantidade de temas que caracterizam as disciplinas, merece muito realce o fato de as disciplinas optativas estarem ligadas às linhas de pesquisa. Isso mostra que, em todos os casos, uma formação mais clássica na disciplina se conjuga com um leque de temas que traduzem pesquisas levadas a cabo na própria instituição. Trata-se, portanto, de ensinar uma antropologia em processo de produção e de alargamento de suas fronteiras temáticas.

O doutorado, por sua vez, tem como eixo a pesquisa, o que deve ser visto com algumas ressalvas em razão do número de doutorandos sem formação em antropologia ser muito grande. Essa ausência de formação específica tem sido suprida pela oferta dos cursos de mestrado para doutorandos, mas o estreitamento dos prazos para a conclusão do doutorado cria sérios limites ao alargamento da formação que deve anteceder as propostas de pesquisa. O doutorado é um curso de caráter tutorial, em que o percurso a ser desenvolvido pelo estudante depende de sua relação com o orientador. O número de cursos exigidos é diminuto e, em geral, estes podem ser concluídos em 18 meses.

Aparentemente, nosso modelo corresponde ao modelo norte-americano de pós-graduação, em que há um pequeno número de cursos obrigatórios, que podem ser concluídos no primeiro ano correspondente ao mestrado. Em Berkeley, por exemplo, são exigidos dois ou três cursos obrigatórios nos dois primeiros semestres. Depois desse período, há a preparação de vários trabalhos que se distribuem em etapas e não em prazos, como os três *Field statements* (dois sobre temas específicos e um sobre a bibliografia da região ou país que será pesquisado), o *Oral qualifying examination* e o *Dissertation prospectus,* a ser apresentado para um comitê composto por três membros.[9] Nos programas brasileiros, após a

[9] É sempre muito arriscado comparar nossa antropologia com a norte-americano, mas certamente é o modelo norte-americana de pós-graduação que tem orientado as mudanças em nossa política. É importante levar em conta que, no contexto norte-americano, os prazos para a conclusão do douto-

Evolução da pós-graduação em antropologia no país

		1996	1997	1998	1999	2000	2001
Número de Cursos	M	9	9	9	10	10	10
	D	4	4	4	5	5	6
Alunos Novos	M	65	98	90	102	111	90
	D	17	33	25	45	50	59
Alunos no Início do Ano Base	M	271	265	274	284	280	265
	D	139	139	149	149	163	181
Alunos Titulados	M	82	67	70	86	107	92
	D	14	25	31	21	23	27
Docentes do NRD6		*	*	108	113	113	121

Fonte: Relatórios CAPES

* Dados não disponíveis.

etapa de cursos, o estudante se volta para a pesquisa escolhida e a direção de seu trabalho fica a cargo do seu orientador. As vantagens e desvantagens da relação tutorial é um tema em debate.

Os dados fornecidos pela ABA mostram que, tomando 2001 como ano base, a razão entre professores doutores (NRD6) e alunos de pós-graduação é de aproximadamente 3:6. Nesse ano, o total de alunos inscritos era de 265 mestrandos e 181 doutorandos. O corpo docente dos programas varia em termos numéricos, e era de 121 docentes (NRD6), como se pode ver na tabela que mostra a evolução dos programas no período de 1996-2001.

rado em antropologia não são rígidos. O antropólogo, na grande maioria das vezes, tende a se especializar em uma outra região ou país, tem de aprender uma outra língua para fazer a pesquisa e deve buscar recursos para deslocamentos que são muito caros. No Brasil, o antropólogo tende a se especializar em temas, mas o reconhecimento da especificidade do trabalho de pesquisa antropológica faz da ampliação dos prazos para a conclusão do mestrado e do doutorado uma reivindicação que tem marcado a posição dos antropólogos nos fóruns de discussão sobre a pós-graduação.

Os números indicam que o processo de formação do antropólogo pode ter um caráter tutorial, mesmo se levarmos em conta que, nos programas em que não há um doutorado em antropologia, os docentes doutores, na maioria das vezes, estão envolvidos na orientação de alunos em ciências sociais. A orientação, contudo, tende a se complicar com a ampliação do número de alunos na pós-graduação.

Todos os programas contam com linhas de pesquisa que variam de três ao máximo de 19, na UFRJ. Todas as linhas têm projetos em desenvolvimento, cujo número varia de um projeto por linha até o máximo de 15 projetos em desenvolvimento, como ocorre com a linha "Etnologia, etnopolítica, projetos de desenvolvimento", na UFSC.

Em 2001, computou-se um total de 408 projetos na área, distribuídos em 102 linhas. Desses projetos, 292 tinham financiamento e envolviam 205 bolsas, como se pode ver nas tabelas a seguir, que apresentam o número de projetos de pesquisa e financiamentos no período de 1996 a 2001. Trata-se, portanto, de uma área que conjuga atividades de ensino e pesquisa, e integram a esta seu corpo discente tanto da pós-graduação quanto da graduação, via de regra por meio de bolsas de iniciação científica.

As linhas e as pesquisas em andamento, assim como o quadro das disciplinas revelam uma área com muita vitalidade e originalidade de temas trabalhados. Muitos programas contam com uma relação estreita com os centros e os núcleos de pesquisa, o que deve potencializar as condições de trabalho e a produtividade na pesquisa. Esses centros e as linhas de pesquisa podem imprimir uma dinâmica distinta à formação dos estudantes, uma vez que, ao pôr pesquisadores em contato, relativizam o caráter tutorial da pesquisa. Corre-se o risco, no entanto, de formar um profissional em temas ultra-especializados.

Projetos de pesquisa e financiamento: evolução dos totais em todos os programas

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Média no período
Projetos de Pesquisa	240	252	290	342	361	408	315
Projetos com financiadores	141	161	216	252	262	292	221
Projetos sem financiadores	99	91	74	90	99	116	95
Financiamento de Bolsas	100	120	178	192	189	205	164

Projetos de pesquisa e financiamento: médias do período 1996-2001, por programa

	UFF	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ	UFSC	UnB	UNICAMP	USP	Média global
Projetos de Pesquisa	38	15	27	24	26	43	29	39	50	44	34
Projetos com financiadores	18	8	20	13	20	41	23	30	33	25	24
Projetos sem financiadores	20	7	7	11	6	2	6	9	17	19	10
Financiamento de Bolsas	15	7	15	7	17	30	18	27	13	21	18

A hiper-especialização do antropólogo tem caráter nefasto para uma disciplina em que a dimensão comparativa é essencial e em que o conhecimento de outras sociedades supõe um conhecimento da própria sociedade em que ele vive que ultrapasse as visões do senso comum sobre o que é poder e como ele se distribui, sobre o que é o mercado, o estado e suas políticas, bem como tantas outras dimensões que caracterizam as sociedades ocidentais contemporâneas.

É importante dizer, no entanto, que nestes 35 anos criou-se uma antropologia radicalmente distinta da que existia antes de 1968. A institucionalização da disciplina nos programas de pós-graduação permitiu a ampliação do seu escopo em proporções que o autodidatismo jamais teria possibilitado. Se tomamos os padrões contemporâneos de avaliação, podemos dizer que tivemos um sucesso evolutivo radical.

Ter esse padrão do que é formação do antropólogo e o ensino da antropologia, esse modelo de como os programas gostariam de ser ou de como as agências de financiamento gostariam que eles fossem, é certamente um fator importante para pensarmos no que consiste a formação do antropólogo e em como ela poderia ser enriquecida e modificada.

De 1996 a 2001, o conjunto dos programas formou um total de 504 mestres e 141 doutores. É próprio da institucionalização incentivar a qualidade e a produtividade do ensino e da pesquisa. O tipo de financiamento que os programas e as pesquisas recebem exigem processos de avaliação, e nosso desafio é criar critérios capazes de levar em conta a qualidade da pesquisa, sobretudo das teses e dissertações que estão sendo produzidas.

Em outras palavras, os recursos que as agências governamentais alocaram na pós-graduação e que permitiram sua expansão têm como contrapartida avaliações quantitativas que tendem a homogeneizar os programas e desconhecer suas particularidades, uma vez que os controles de qualidade do ensino e da produção científica exigem que as instituições copiem o que é feito nas demais. Os trabalhos desenvolvidos em cada unidade devem ser descritos através de elementos que o avaliador possa reconhecer e, Se esses elementos não estiverem presentes, o programa avaliado não existirá para as agências porque não haverá uma linguagem capaz de medir seu desempenho e sua produtividade. Mais que isso, a possibilidade de que as notas atribuídas a cada programa no processo de avaliação venham a ser diretamente proporcionais ao financiamento recebido por cada um deles tende a transformar os critérios utilizados para medir o desempenho das universidades na finalidade de seus programas.[10]

Ninguém duvida de que é preciso avaliar o desempenho das instituições de interesse público. Sabemos que muitas coisas vão mal na universidade e que não podemos ser complacentes com elas. A avaliação, todavia, não pode ganhar vida própria capaz de ferir a essência da vida acadêmica. É parte fundamental de nosso *métier* conviver com visões distintas e conflitivas sobre quais são as finalidades sociais da universidade, assim como aceitar que elas devem atuar simultaneamente em várias arenas. Os critérios criados para medir a produtividade não podem bloquear o debate, os desacordos, a criatividade e a inovação. São esses espaços que, na maioria das vezes, mostram-se capazes de estender ao máximo nossos horizontes intelectuais, morais e imaginativos. Eles precisam, portanto, ser preservados.

Discussão

O quadro do ensino da antropologia e da formação dos antropólogos traz algumas questões listadas a seguir e que merecem ser discutidas de maneira mais detalhada:

a) o financiamento por parte das agências de fomento à pesquisa tem levado a um grande descaso com a infra-estrutura da universidade. Na falta de outros, são esses recursos que garantem as condições mínimas para o ensino universitário, como o acesso dos professores ao computador, ao telefone e mesmo às estantes de livros. Essa situação é certamente uma conseqüência do nosso modelo de pós-graduação, docência e pesquisa, mas se os financiamentos das agências diminuírem, não poderemos contar com o suporte mínimo que se espera da universidade.

b) a pós-graduação em antropologia é feita exclusivamente no ensino público. As universidades católicas têm cursos de ciências sociais ou profissionalizantes, como em Goiás. É preciso, no entanto, começar a refletir sobre o impacto que a expansão

[10] Para uma caracterização da proliferação de procedimentos para a avaliação do desempenho das instituições de ensino superior na Inglaterra, ver Strathern (1999).

do ensino superior provoca no ensino da antropologia. O Censo da Educação Superior mostrou que, nos últimos cinco anos, foram criados quatro novos cursos por dia. Por um lado, essas instituições de ensino superior são o mercado de trabalho dos nossos alunos de pós-graduação, e o que sabemos sobre como o ensino é feito nessas instituições e quais as condições de trabalho do professor de antropologia é ainda muito precário. Por outro, essas instituições têm revelado interesse por cursos de pós-graduação por elas ministrados ou realizados em convênios com instituições do exterior. É preciso, portanto, olhar com mais atenção para o que acontece nessas áreas e em que medida essas iniciativas redefinem o caráter da antropologia, estabelecendo como se pode responder a essa demanda que tende a atingir boa parte de nossos alunos e dos sócios mais jovens da ABA.

c) a questão do doutorado no país e no exterior deve ser examinada com muito cuidado. Como foi dito, nosso modelo é diferente do mexicano, que privilegiou as bolsas no exterior. As bolsas de doutorado e sanduíche no exterior foram preservadas de modo a garantir que a produção acadêmica mantivesse contato estreito com o que é feito fora do país. É preciso avaliar o caráter dessa demanda por bolsas no exterior e pensar em mecanismos para estimulá-la. Esse tema foi debatido na última reunião nacional da ABA, mas é preciso tomar posições mais ativas, de modo a não permanecer a reboque da definição de modelos e procedimentos adotados em outras áreas.

d) o ensino da antropologia na graduação é um tema que já mereceu vários debates, mas ainda é necessário um trabalho mais dirigido aos nossos alunos que estão dando aula de antropologia na graduação em ciências sociais ou de outras disciplinas. Em várias oportunidades, principalmente no encontro da Reunião de Antropologia do Mercosul de 2002, procurou-se pensar na possibilidade de criar um fórum de professores de antropologia como um local privilegiado para esse debate. A ABA deveria abrir esse espaço para dar respaldo a esses professores, que estão muito isolados devido a razões geográficas e à sobrecarga de trabalho exigido pelas faculdades particulares.[11]

e) nossa relação com a pesquisa em ciências sociais e no setor público merece maior reflexão, principalmente no que diz respeito às formas de atuação das sociedades científicas. Um dos exemplos mais interessantes desse tipo de atuação é o convênio que a ANPOCS fez com o SENASP, do Ministério da Justiça. Esse estímulo à criação de editais para pesquisas sociogovernamentais, em que o mérito se torna o critério de seleção dos pesquisadores, é muito promissor tanto para afiar o instrumental antropológico quanto para a definição de políticas públicas.

[11] Com base em uma amostra representativa de mestres e doutores egressos dos programas de pós-graduação entre 1992 e 2001, a ABA verificou que 18,4% dos doutores que têm a docência como atividade principal ensinam em instituições privadas. O mesmo se dá com 47,4% dos mestres. Esses mestres e doutores que lecionam nas instituições privadas estão lotados em 25 departamentos ou unidades acadêmicas diferentes. Dos doutores e mestres das faculdades privadas, respectivamente 63,2% e 76,4% não estão lotados em departamentos de antropologia, sociologia ou ciências sociais. Estão dispersos por outras unidades, sendo os cursos de direito, psicologia, relações internacionais, administração e história os que mais congregam docentes antropólogos

Referências bibliográficas

CORRÊA, Mariza, OLIVEIRA, Roberto Cardoso & LARAIA, Roque
(2002) "Entrevista com David Maybury-Lewis", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 50: 5 -14.

CORRÊA, Mariza
(1995) "A antropologia no Brasil (1960-1980)". Em: Miceli, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: FAPESP/IDESP/ Editora Sumaré.

KANTOR, Iris, MACIEL, Deborah A. & SIMÕES, Júlio Assis
(2001) *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. São Paulo: Escuta.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília, DEBERT, Guita Grin & PONTES, Heloísa
(2002) *Antropologia na pós-graduação*. Campinas: ABA / UNICAMP, IFCH.

SAMPAIO, Helena e KLEIN, Lúcia
(1994) "Políticas de ensino superior na América Latina: uma análise comparativa", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 9: 85-109.

SCHWARCZ, Lilia Moritz
(2002) "Ensino de pós graduação: algumas primeiras notas comparativas". Mimeo.

SCOTT, Peter
(1990) *Postmodernism and neoliberalism: challenges to the modern tradition in higher education and science*. Londres: The Times Higher Education Supplement.

STRATHERN, Marilyn
(1999) "A avaliação no sistema universitário britânico", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53: 15-32.

ANTONIO MOTTA

MARIA DO CARMO BRANDÃO

O campo da antropologia e suas margens:
a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no Nordeste

Como observou George W. Stocking Jr. (1984), a antropologia, diferentemente de outras disciplinas, constituiu-se por meio da fusão de tradições e de inovações "disparatadas" de pesquisas e de idéias. Ao que tudo indica, essa "descontinuidade crônica", segundo expressão consagrada por Louis Dumont (1983), marca significativamente algumas das diferentes dinâmicas que a disciplina chegou a conhecer ao longo dos anos.

Visto dessa perspectiva, o substrato do campo da antropologia é em geral bastante diversificado e, desse modo, também capaz de produzir suas próprias particularidades, como tem se configurado em diferentes contextos nacionais. Entre outros fatores, isso se explica não só por orientações, especializações e estilos nacionais, como também por filiações intelectuais, campos de pesquisa, processos de institucionalização e atuações profissionais igualmente distintos. Tal situação, como já observaram alguns antropólogos, tem caracterizado positivamente o campo da antropologia no Brasil, especialmente no que tange à sua pluralidade[1] e, como atestam algumas evidências contempladas nesta pesquisa, vem se refletindo, de modo muito particular, na produção e na reprodução do conhecimento antropológico realizado em alguns programas de pós-graduação de universidades federais no Nordeste.

Legatária de uma tradição fortemente enraizada na prática da pesquisa empírica, a antropologia nessa região tem igualmente, além de sua ampla diversi-

[1] Ver Peirano, Mariza G. S. (1981, 1992).

dade de interesses temáticos, distinguido-se pela disseminação de sua produção em diferentes espaços institucionais. Provavelmente, por não ter podido experimentar a expansão e consolidação institucional, por meio da criação de programas de pós-graduação em antropologia (PPGA), como ocorreu no fim da década de 1970 em algumas universidades do Centro-Sul do país, o ensino e a pesquisa antropológica no Nordeste se encontram, em grande parte, abrigados em programas de pós-graduação em ciências sociais e, em alguns casos, nos de sociologia. É oportuno lembrar que, até hoje, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é a única universidade nordestina que possui mestrado e doutorado em antropologia.

Essa realidade, ao que tudo indica, tem dificultado sensivelmente a visibilidade dessa produção em âmbito nacional, pois, estando vinculados aos chamados programas mistos ou interdisciplinares, quando não aos programas de sociologia, seus resultados não costumam engrossar os indicadores dos famosos Relatórios de Coleta CAPES. Alguns grupos de pesquisa, por sua vez, não estão cadastrados nos bancos de dados do CNPq e da CAPES como referências na área de antropologia. Trata-se, por conseguinte, de uma produção que, embora fecunda, não raras vezes tem permanecido muito pouco visível, freqüentemente situada em fronteiras, de "margem" ou "intersticiais", contempladas senão circunstancialmente quando seus resultados deságuam em seminários ou simpósios locais, em reuniões regionais ou nacionais, como se dá nas reuniões de antropologia do Norte e Nordeste ou mesmo nas reuniões brasileiras de antropologia. Talvez por isso, no caso dessa região e em outros contextos similares, não seja o melhor caminho pensar o estado atual de sua produção de pesquisa, em função apenas da existência do conhecido "grupo dos 11" programas de pós-graduação em antropologia (PPGA) do país. Se reiterado tal argumento, a pesquisa antropológica no Nordeste se resumiria, nesse momento, ao quadro de um único PPGA, o da UFPE. Em outras palavras, a lógica de tomar a parte pelo conjunto inviabiliza pensar efetivamente na existência de uma produção significativa de pesquisa e de conhecimentos, em termos não só numéricos como também qualitativos, o que de fato vem se confirmando em algumas universidades dessa região.

Por isso, importa desde já assinalar que o foco privilegiado não é o único programa de antropologia *strictu sensu* dessa região, cujos limites fronteiriços se encontram definidos e que, sob o argumento da regularidade e visibilidade de sua produção, tem freqüentemente servido de referência, juntamente com outros homólogos, para diferentes tipos de avaliação da pesquisa antropológica no país. Desse modo, é pressuposto que a pesquisa nessa região, ao menos como se tem configurado até o presente, é essencialmente difusa, quando não fragmentada, e se encontra representada em quadros de diferentes programas que se destacam pela seguinte ordem de aparição da antropologia na cena regional:

Instituição	Nível	Início
UFPE	Mestrado em Antropologia	1977
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Doutorado	2001
UFRN	Mestrado em Antropologia	1979-1981
	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Mestrado	1982
	Doutorado	2002
UFBA	Mestrado em Ciências Sociais/Mestrado	1976
	Mestrado em Sociologia	1990
	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Mestrado/Doutorado	2000
UFC	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Mestrado	1975
	Doutorado	1993
UFPB	Mestrado em Sociologia Rural/Campina Grande	1977
	Mestrado em Ciências Sociais/João Pessoa	1978
	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Mestrado	1996
	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Mestrado/Doutorado	1999
UFMA	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Mestrado	2003
UFAL	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Mestrado	2003

Não faria sentido, contudo, realizar um balanço sobre o campo da pesquisa antropológica no Nordeste compreendendo todas as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos e privados, até mesmo porque, além de ambicioso pela dimensão, não dispomos de dados quantitativos e sobretudo qualitativos que permitam por ora realizar empreendimento de tal envergadura. Nesses últimos anos, parece vir ocorrendo uma espécie de transbordamento do campo disciplinar, cuja demanda tem se expandido não só em direção a outras áreas de conhecimentos – saúde pública, administração de empresas, direito, psicologia, comunicação, desenvolvimento urbano etc. –, como também extra-muro das graduações e pós-graduações das universidades federais. Desde então, percebe-se uma significativa oferta de disciplinas na área de antropologia nas universidades privadas. Essa presença também tem aumentado em institutos de pesquisas, públicos ou privados, em organizações não governamentais, entre outros tantos espaços que não cabe aqui contemplar. Por isso, nos limites deste trabalho, buscou-se refletir, de modo muito pontual, sobre a criação dos programas de pós-graduação e o estado atual da pesquisa antropológica, com base em um conjunto de dados que revelam a existência de algumas linhas e grupos atuantes para além do PPGA da UFPE, os quais compreendem os chamados programas interdisciplinares (com mestrado e/ou doutorado), assim como alguns programas de sociologia que, por via direta ou indireta, têm abrigado a pesquisa antropológica. Com isso, procurou-se, em primeiro lugar, localizar e identificar quais os programas em que o ensino e a pesquisa têm adquirido relevo, para, em seguida, desta-

car as principais temáticas emergentes e as que vêm perdendo força ou interesse, buscando-se, na medida do possível, cotejar essas constatações com alguns dados de referência nacionais. Tivemos igualmente o cuidado de cruzar e comparar esses indicadores com outros dados sugeridos pela participação desses programas nas reuniões de antropólogos do Norte e do Nordeste nos últimos dez anos, o que reforça a hipótese de que neles não há somente indicativos de vitalidade na produção de conhecimentos e de pesquisas: é por meio dessa participação nos encontros regionais que se delineia uma boa amostra das linhas e grupos de pesquisa que vêm adquirindo maior interesse e visibilidade nos programas da região, embora nem todos os grupos estejam oficialmente cadastrados nos dois principais órgãos de fomento nacional. Para minimizar alguns hiatos, utilizamo-nos de diferentes tipos de recursos subsidiários, calcados em depoimentos orais de alguns professores e coordenadores de pós-graduações, como também informações e documentos diversos fornecidos pelos referidos programas[2].

Olhando o passado

No Brasil, conforme chamou a atenção Mariza Corrêa, "tivemos antropólogos bem antes que a antropologia se institucionalizasse como disciplina nas Universidades" (Corrêa 1991: 59-60). Desde o último quartel do século XIX, a aplicação do conhecimento antropológico disponível na época se tornou prática comum em quadros de diferentes instituições: sociedades científicas, museus etnográficos, institutos históricos e geográficos e, notadamente, nas faculdades de Direito do Recife e de Medicina da Bahia.

Com efeito, vários foram os profissionais, de áreas diversas, que contribuíram de forma direta e indireta para a disseminação da antropologia como prática e reprodução de conhecimentos, em uma época em que a disciplina ainda não havia alcançado sua legitimidade nos quadros universitários do país. Como sugere o lugar-comum, alguns nomes, atualmente promovidos ao patamar de "totêmicos", encontram-se imediatamente associados às dinâmicas de emergência desse campo disciplinar, como é o caso de Sílvio Romero: *doublé* de bacharel em direito e de crítico literário militante, é considerado juntamente com o médico Nina Rodrigues um dos pais fundadores da antropologia no Brasil.

Deve-se notar, porém, que esses proto-antropólogos, ao definir seus objetos de investigação valendo-se de segmentos concretos da sociedade nacional (seja o índio, seja o negro ou o branco), de certo modo instauravam uma afinidade eletiva que mais tarde, conforme sugere Roberto Cardoso de Oliveira, marcaria significativamente o fazer antropológico no Brasil, isto é, a "preponderância do objeto real sobre objetos teoricamente construídos", resultando daí, como se sabe, duas grandes vertentes: a etnologia indígena e a antropologia da sociedade nacional (Cardoso de Oliveira 1988).

A etnologia indígena, ao menos até a primeira metade do século XX, não logrou o êxito obtido pela antropologia da sociedade nacional, notadamente o apogeu que esta conheceu no decênio de 1930, quando alguns intelectuais, ao romper com o etnopessimismo que caracterizou a geração de Romero e de Rodrigues, fizeram convergir seus interesses em direção à cultura afro-brasileira, por meio do elogio à mestiçagem, tendo sido Gilberto Freyre um de seus principais artífices[3]. Povos e cultura afro-brasileiros seriam também considerados sob aspectos mais peculiarmente etnográficos, seja pela pesquisa sobre práticas e ritos religiosos, seja pela perspectiva das relações raciais. Essas duas últimas linhas de pesquisa contaram com os nomes precursores de Arthur Ramos, Édison Carneiro, Diegues Júnior, Luís Viana, Gonçalves Fernandes, Waldemar Valente, René Ribeiro e Thales de Azevedo, entre outros.

No início da década de 1950, a antropologia de fato começou a ser requisitada como instrumento de conhecimento sistemático e de análise sociocultural. A reconfiguração desse novo quadro naturalmente contou com a participação de alguns nomes que emergiram na década de 1940, especialmente profissionais da área de saúde, legatários da velha tradição humanística. Alguns deles seriam recrutados para ministrar a cadeira de antropologia, incluída no currículo das primeiras Faculdades de Filosofia ou para desenvolver atividades de pesquisa em institutos congêneres fundados em algumas capitais. Em Salvador sobressai a figura do médico e antropólogo Thales de Azevedo, enquanto no Recife se destaca a contribuição de outro médico e também antropólogo, René Ribeiro. Ao contrário das grandes sínteses interpretativas da sociedade nacional que marcaram a produção intelectual nos anos 1930, ambos começaram a privilegiar pequenas configurações particulares, seja pesquisando um campo bastante específico, seja concentrando seus interesses em determinadas questões teóricas.

[2] Agradeço a disponibilidade e generosidade que alguns tiveram, seja abrindo seus arquivos pessoais, seja prestando diversos tipos de informação, na espera de que todos se reconheçam de forma direta ou indireta neste texto: Maria Rosário Carvalho (UFBA), Russell Parry Scott (UFPE), Elizabeth Bezerra Coelho (UFMA), Maristela Andrade (UFPB), Luís C. Assunção (UFRN), Ismael Pordeus (UFC), Sérgio Ricardo Castilho (UFAL), Celina Ribeiro Hutzler (UFPE), Maria Azevedo Brandão (UFBA), Nássaro Antonio de Souza Nasser (UFRN), Sérgio Ferreti (UFMA), Rodrigo Grünewald (UFCG), Pedro Agostinho (UFBA), Julie Cavignac (UFRN), Roberto M. C. Motta (UFPE), Anita Queiroz Monteiro (UFRN), Josefa Salete Cavalcanti (UFPE), Álvaro Pires (UFMA), Cristina Rubim (UNESP) e Sílvia Martins (UFAL).

[3] Sobre o assunto consultar Motta (1998) *L'autre chez soi. Émergence et construction de l'objet en anthropologie: le cas brésilien (1888-1930).*

À primeira vista, o panorama institucional em que a produção antropológica atual vem se desenvolvendo nada mais tem a ver com seu passado: nem "heróico", nem "carismático". Evidentemente, já se foi o tempo em que a pesquisa se associava freqüentemente a um nome isolado, a motivações diletantes, a filiações extra-acadêmicas ou mesmo à velha e conhecida toponímia regional, toda vez que se buscava circunscrever a produção de conhecimento a um determinado local, fosse Salvador ou o Recife, por muito tempo considerados os centros de referência da pesquisa antropológica na região Nordeste, ou a um campo empírico de pesquisa que houvesse adquirido notoriedade nacional e internacional, como as populações afro-brasileiras. Não é de se espantar, portanto, que o caráter aurático de alguns pesquisadores isolados, até então tidos como referências nacionais e regionais, começasse a ser minimizado em favor do aparelhamento técnico especializado e do trabalho intelectual conjunto, o qual, com o advento dos primeiros cursos de pós-graduação no fim da década de 1970, tornou-se requisito indispensável para a reprodução do conhecimento antropológico na referida região. Esse novo cenário institucional, pensado e organizado em termos de programas, marca uma nova fase na pesquisa antropológica. A absorção de professores por meio de concursos públicos, e de preferência com titulação na área de antropologia, também constitui um diferencial importante na formação dos quadros docentes que começaram a integrar os programas de pós-graduação que asseguram a essa disciplina lugar para o ensino e a pesquisa.

Os programas de pós-graduação em antropologia

As primeiras tentativas de aglutinar institucionalmente a pesquisa, por meio da criação de pós-graduações, na modalidade de mestrados em antropologia, ocorreram na segunda metade da década de 1970, no contexto de apenas duas universidades: a de Pernambuco e a do Rio Grande do Norte. A primeira iniciou seu mestrado em antropologia em 1977, com desdobramentos posteriores que redundariam na criação de um doutorado em 2000; a segunda, cujo mestrado em antropologia foi criado dois anos depois, em 1979, conseguiu formar apenas uma única turma durante o seu breve período de existência, aproximadamente até o fim de 1981, para se transformar logo no ano seguinte em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com áreas de concentração em antropologia e sociologia.

Não se pode dizer, efetivamente, que não tenha havido, de ambas as partes, uma mobilização prévia para consolidar os referidos projetos. Os dois casos, tanto o mestrado da UFPE quanto o da URFN, não dispondo de financiamentos nacionais nem internacionais, decorreram de iniciativas locais de alguns pesquisadores que se permitiram, na época, pensar estrategicamente formas de

autonomia em relação aos programas de sociologia, uma vez que estes dominavam a cena acadêmica de algumas federais do Nordeste[4].

O mestrado em Antropologia Cultural da UFPE foi antecedido por um curso de aperfeiçoamento em antropologia criado em 1973 e transformado, em 1975, em um curso de especialização. É também verdade que a UFPE, ao contrário de experiências circunvizinhas como a da UFPB e a da UFRN, não contou nessa época com a contratação em larga escala de professores, e por isso teve de recorrer inicialmente a um quadro composto por dez mestres, dos quais cinco provinham da sociologia, quatro da antropologia e um da área de educação com interface com a antropologia. Além destes, dois apenas com graduação e um único doutor com titulação em história. Somente a partir da década de 1980, alguns docentes fundadores obtiveram a titulação de doutor, tendo esse quadro se renovado e ampliado com a contratação de novos professores. O que ocorreu na UFRN parecia apontar para uma direção privilegiada, pois em 1978 o curso de especialização em antropologia contava, em termos proporcionais, com um número razoável de professores doutores convidados e mestres em antropologia. Esse primeiro curso teve como objetivo a formação de pessoal capacitado para o desenvolvimento de atividades docentes e de pesquisa no campo específico da antropologia social, tendo como foco o estudo de problemas rurais e urbanos e, em menor escala, os povos indígenas do Nordeste, sem que isso significasse perder de vista a ênfase nas particularidades socioculturais locais e regionais.

Em 1979, o mestrado em Antropologia Social da UFRN teve a colaboração de ao menos três professores visitantes com doutorado em antropologia e um mestre[5]. Além disso, um número regular de mestres participavam como professores efetivos, alguns com titulação em antropologia e outros com o doutorado em curso. As disciplinas oferecidas eram bastante diversificadas, com ênfase sobretudo nas populações rurais e urbanas, incluindo, na condição de disciplinas eletivas, alguns tópicos de etnologia indígena, ministrados por especialistas, os quais não tinham a mesma ressonância no mestrado da UFPE, cuja área de maior interesse estava voltada para investigações sobre religiões populares, populações afro-brasileiras, relações raciais e eventuais correlatos. O projeto inicial do mestrado em antropologia da UFRN previa também convênios de cooperação com o PPGA do Museu Nacional, com a UNICAMP e mesmo um

[4] Sobre a institucionalização do ensino e da pesquisa antropológica em Pernambuco existe uma vasta e rica bibliografia, destacando-se as seguintes referências: Motta (1997), Hutzler (1991, 1997), e Scott (1997).

[5] Todos os dados se encontram no Projeto de Curso de Mestrado em Antropologia Social da UFRN, enviado a CAPES em agosto de 1978, e no Regimento Interno do Mestrado em Antropologia Social da UFRN, de maio de 1980.

intercâmbio cultural que seria firmado com a École des Hautes Études em Sciences Sociales, de Paris, a qual se propunha a assegurar pequenos estágios discentes e a possibilitar a inserção futura de alguns candidatos ao doutorado. Como se pode comprovar no projeto original, tratava-se de uma iniciativa arrojada para uma época em que o ensino e a pesquisa antropológicos apenas começavam a se delinear timidamente em alguns departamentos de ciências sociais no Nordeste. Antes de seu encerramento, no fim de 1981, foram titulados alguns professores, que hoje desempenham suas funções em programas de pós-graduação em outros estados do Nordeste. Na época, contudo, a explicação formal para sua conversão em programa interdisciplinar se baseou no princípio da adequação à nova realidade estrutural que o Departamento de Ciências Sociais da UFRN exigia, considerando-se que a maioria de seu corpo docente estava, como era de se esperar, assentada na sociologia. Além desse fato, é interessante observar que a presença dos professores visitantes estrangeiros, engajados para o sucesso do projeto, nesse caso, ao que tudo indica, acabou sendo estrategicamente capitalizada de forma negativa na condução de um possível diálogo com os sociólogos locais do quadro permanente que desejavam impor sua supremacia. Grande parte deles, aliás, visivelmente influenciada pelos estudos sobre campesinato ou populações rurais, que na época adquiriam seu prestígio máximo nos programas de sociologia da UFC e da UFPB. Investidos apenas na categoria de membros transitórios do colegiado, os visitantes da UFRN não possuíam a legitimidade necessária para barganhar e reverter a situação criada pelos sociólogos.

Esse dado é revelador porque ilustra de forma exemplar alguns dos muitos percursos e percalços que o ensino e a pesquisa antropológicos enfrentaram no passado, com os quais vêm ainda, com bastante freqüência, confrontando-se no interior burocrático de alguns departamentos e centros de ciências sociais, o que nos faz indagar se cada passo a frente da antropologia aqui referida não se acompanha de um passo para trás. Não estamos, porém, diante de um quadro irreversível, no que diz respeito à relação entre essa disciplina e os programas de ciências sociais ou os de sociologia nos quais ela costuma se alojar. Pretendemos realçar aqui uma espécie de descontinuidade, ou mesmo "idas e vindas", que muito freqüentemente têm marcado sua dinâmica, tanto em relação a seu passado extra-universitário, como indicamos, quanto em relação ao quadro contemporâneo dos programas de pós-graduação.

Em contrapartida, é do próprio conjunto atual dos docentes antropólogos da UFRN que surgem algumas reações positivas no que tange ao ensino e à pesquisa, por exemplo, a criação em 1999 de um departamento de antropologia[6]. Nes-

[6] Ver os depoimentos de Luís Carvalho Assunção (UFRN) e de Julie Cavignac (UFRN) em Motta e Brandão (2003: 35-41).

ses últimos anos, esse departamento tem apresentado indicadores numéricos positivos não só em relação à produção acadêmica, como também em termos da ampliação de seu quadro docente, contando atualmente com onze professores, dos quais seis doutores em antropologia, dois em fase de doutoramento e três mestres em antropologia, além de três bases de pesquisa cadastradas no CNPq nas áreas de formação de seu corpo docente: a) Cultura, Identidade e Representações Sociais (CIRS); b) Grupo de Estudos de Cultura Popular (GECP); e c) Núcleo de Antropologia Visual (NAVIS). Ademais, nos dois últimos anos, o departamento de antropologia da UFRN realizou dois cursos de especialização, com a participação de professores de seus quadros e de convidados nacionais e estrangeiros. Tendo em vista sua considerável expansão, o ensino e a pesquisa antropológicos têm, ao que tudo indica, chance de se desvincularem em breve do lugar que ocupam no PPGCS, ainda sob a hegemonia dos sociólogos, para finalmente reabilitar seu antigo status, com a proposta de criação de um novo PPGA, como, aliás, alguns professores já têm se mobilizado nessa direção.

A antropologia nos programas de pós-graduação em sociologia

Pode-se também corroborar esse argumento, que indica a condição ambígua de uma antropologia sitiada pela sociologia, por meio de algumas dinâmicas em que vêm se tecendo o ensino e a pesquisa nos quadros da Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente no que se convencionou denominar, até recentemente, como Campus I (João Pessoa) e Campus II (Campina Grande).

Neste, desde a década de 1970, a sociologia rural predominou de forma significativa, embora tenha dialogado com os antropólogos. Semelhante proposta de interlocução se repetiu no mestrado em ciências sociais de João Pessoa (MCS), criado em 1979 e transformado em Programa de Pós-graduação em Sociologia/Mestrado em 1996. Entretanto, com a fusão ocorrida em 1999, tanto o mestrado de sociologia rural de Campina Grande quanto o PPGS de João Pessoa passaram a compor um único Programa de Pós-Graduação em Sociologia, com doutorado e tendo estas principais linhas de pesquisa: a) Sociologia Rural e do Desenvolvimento; b) Sociologia Urbana, Política e do Trabalho; c) Sociologia da Cultura. Esta, por ser mais abrangente e, por isso, flexível, tem alojado propostas variadas e conseguido reunir alguns poucos antropólogos do programa, provavelmente por permitir converter a noção de cultura, que lhe é conferida na perspectiva dos sociólogos, em interesses mais próximos do campo da investigação antropológica.

É interessante observar que, durante a primeira metade da década de 1970, foi grande o fluxo de professores doutores para João Pessoa e Campina Grande,

inclusive um razoável número de antropólogos. A maior parte, contudo, preferiu migrar para o curso de ciências sociais de Campina Grande, que, em razão de circunstâncias favoráveis, criou em 1977 seu mestrado na área de sociologia rural, durante muito tempo referência no campo de investigações sobre campesinato no Nordeste, linha de pesquisa que, na época, atingiu seu ápice de prestígio em âmbito nacional. Nesse período, o programa se tornou um atrativo pólo receptor de pesquisadores especializados em populações rurais, mantendo acordos de cooperação internacional que resultaram em pesquisas financiadas por diferentes organismos, como a conhecida fase da Inter-American Foundation, instituição de fomento agenciada pela ANPOCS que, na década de 1980, reuniu vários estudantes e professores nacionais e internacionais em torno de investigações sobre aspectos diversificados das sociedades agrárias e campesinas do Nordeste.

A transitoriedade de alguns professores antropólogos, que não chegaram a se fixar depois de concursados, tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande, parece, ao que tudo indica, ter contribuído sensivelmente para que a antropologia não conseguisse até o momento transformar-se em uma área eqüitativamente mais equilibrada em relação às demandas disciplinares na pós-graduação. Com efeito, a sociologia parece muito freqüentemente servir como uma "espécie de metonímia para o curso de ciências sociais", em face da hegemonia deste tanto no número de professores quanto em sua predominância nas grades curriculares da graduação e da pós-graduação, o que deixa estreita margem para a atuação dos antropólogos[7].

Convém assinalar que, na década de 1980, de certo modo como compensação, alguns professores do quadro permanente do mestrado de sociologia da atual UFCG direcionaram especial atenção à graduação, com o intuito de demarcar o campo da antropologia em relação às disciplinas sociológicas, que eram maioria no curso de ciências sociais. Para isso, foi criado em 1988 o Programa Especial de Treinamento em Antropologia (PET/A), com patrocínio da CAPES. Dos egressos desse programa, boa parte se tornou mestre em antropologia por diferentes instituições nacionais, alguns doutores, muitos deles exercendo atualmente a docência na UFPB, na UFCG e em outros estados circunvizinhos. Ainda que tenha sido efetivamente positivo em relação à mobilização de jovens pesquisadores na graduação, não se pode assinalar que esse quadro tenha se repetido na mesma proporção no âmbito da pesquisa em pós-graduação, que de resto continuou a prevalecer com focos de maior concentração em sociologia. Isso, todavia, não impede que a antropologia venha sendo freqüentemente requisitada pelos alunos, como, aliás, não desmentem alguns dados do

[7] Sobre o assunto, ver os comentários de Rodrigo Grünewald em Motta e Brandão (2003: 45-8).

PPGS da UFPB/UFCG, notadamente o número das dissertações de mestrado já defendidas e, mais recentemente, a produção de pesquisa no doutorado.

Guardadas as devidas proporções, essa parece ser também a vocação da antropologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Das seis linhas de pesquisa oferecidas, três se destacam por apresentar algumas afinidades próximas aos interesses dos antropólogos: a) Pensamento social, imaginário e cultura; b) Religião, cultura e política; e c) Sociologia da família e das relações de gênero.

A antropologia na UFC também está sob a égide de um Programa de Pós-graduação em Sociologia consolidado no âmbito nacional. Talvez, por essa razão, em vez de reivindicar a ampliação de seu espaço, tenha preferido estender e sedimentar o diálogo com seus pares da sociologia, a maioria no quadro de professores, de forma a criar condições favoráveis para que seus docentes antropólogos adquiram a representatividade necessária *vis-à-vis* o corpo departamental e, com isso, assegurem estrategicamente para a antropologia um lugar para a pesquisa, no âmbito das demandas tanto do mestrado quanto do doutorado[8].

Já o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (mestrado), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que também acolhe a pesquisa antropológica, apresenta uma situação distinta da que acabamos de mencionar. É bem verdade que, no caso da UFAL, essa não chegou ainda a ultrapassar os limites da graduação, pois o mestrado data apenas de 2003. Tratando-se de algo novo, em que a sociologia e a antropologia não se encontram sedimentadas em linhas e grupos de pesquisa ou no quadro de formação e reprodução de conhecimento, o programa da UFAL, não estando fincado em uma identidade sociológica como nos dois PPGS abordados, tende a favorecer o seu quadro de antropólogos e, portanto, o aumento de uma futura demanda de docentes e discentes nessa área, uma vez que contabiliza um número de cinco professores antropólogos, dos quais três possuem doutorado e dois outros estão em vias de concluí-lo. Por isso, provavelmente não tardarão a se equiparar a seus consortes, os sociólogos, que totalizam seis docentes doutores. Em todo caso, o peso da grade curricular desse PPGS, composto por quinze disciplinas, pende para a sociologia. Com exceção de duas disciplinas obrigatórias, dez eletivas estão voltadas para os interesses dos sociólogos, enquanto apenas três contemplam a antropologia. O mesmo se repete em relação às duas únicas linhas de pesquisa do programa: a) Políticas públicas e movimentos sociais e b) Sociedade, identidade e pensamento social. Entrementes, a falta de opção não tem impedido que os cincos docen-

[8] Sobre o assunto, é interessante observar o depoimento do professor Ismael Pordeus (UFC) em Motta e Brandão (2003: 44).

tes antropólogos se mobilizem para legitimar seus próprios campos de pesquisa, os quais têm convergido de forma coerente para temas relacionados com uma antropologia do mundo contemporâneo, inspirada por fenômenos urbanos: mídia, cultura e política; eventos festivos de massa; identidade e consumo; antropologia do corpo; antropologia visual; gênero e sexualidade; práticas médicas etc. Caso não se deixem suplantar pela maioria departamental, os antropólogos da UFAL poderão futuramente, por meio da escolha temática de suas linhas de pesquisa, demarcar uma identidade própria que parece não ter encontrado, nessa exata proporção, equivalência em outros programas.

A antropologia nos programas de ciências sociais

Se tudo isso corresponde à realidade de alguns fatos, não deixa de ser no mínimo surpreendente o caso do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Distanciando-se do modelo até aqui predominante, os antropólogos são maioria no quadro de docentes.

Apesar de ser um programa que começou a funcionar em 2003, por enquanto apenas no nível de mestrado, a antropologia na UFMA possui raízes que chegam ao fim dos anos 1970, quando lá chegaram alguns antropólogos oriundos de outros estados[9]. Só em 1987, no entanto, foi criada a graduação de Ciências Sociais e, no ano seguinte, implantado o Programa Especial de Treinamento em Ciências Sociais, o PET/CS. Como em outros casos aqui analisados, este serviu como uma espécie de carro-chefe da formação dos estudantes, assegurando a produção regular da pesquisa antropológica antes que começasse a apresentar os primeiros sinais na pós-graduação[10]. Alguns dados confirmam a importância desse programa especial de treinamento na formação de jovens pesquisadores. O foco de interesse pela antropologia prevalece até hoje na demanda por tutorias e linhas de pesquisa. Dos egressos bolsistas, sete são mestres, quatro cursam o mestrado e sete, o doutorado. Oito entre eles são docentes na UFMA, na condição de substitutos, e alguns na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Na UFMA, há um efetivado por concurso. Neste caso, como se vê, a graduação desempenhou papel crucial na disseminação da pesquisa antropológica, assegurando inclusive a participação em massa desses bolsistas nos encontros regionais da ABA, como no último sediado em São Luís. À

[9] Ver os depoimentos de Sérgio Ferretti (UFMA) e de Álvaro Pires (UFMA) em Motta e Brandão (2003: 30-5).

[10] Sobre a história da institucionalização do ensino e da pesquisa antropológicos no Maranhão, consultar os seguintes trabalhos: Coelho (1989) e Ferretti (1989).

diferença de outros casos aqui mencionados, o PET da UFMA serviu, entre outras coisas, para fortalecer a pós-graduação, haja vista a freqüente busca de estudantes ex-bolsistas em dar continuidade às suas formações no plano avançado da pesquisa.

Por fim, com a implantação do PPGCS, a pesquisa antropológica na UFMA parece não se deparar com alguns dos problemas recorrentes aqui assinalados, como a pouca representatividade de antropólogos na composição do quadro docente. Ao contrário, de um total de doze doutores permanentes ao menos nove possuem titulação em antropologia. Isso não quer dizer que os demais, com titulação em sociologia, não venham efetivamente desenvolvendo pesquisas cuja perspectiva e sensibilidade estejam mais próximas dos interesses antropológicos. Isso, aliás, evidencia-se nas linhas e grupos de pesquisa cadastrados na CAPES e no CNPq, cujas escolhas temáticas sugerem maior afinidade com o campo da antropologia: a) Minorias nacionais, étnicas, raciais e de gênero; b) Espaço, patrimônio e cotidiano urbano; c) Questões agrárias e meio ambiente; d) Religião e cultura popular.

Vale a pena salientar que essa última linha é um desdobramento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), criado no início da década de 1980 e, portanto, uma das linhas fundadoras da pesquisa antropológica na UFMA, a qual, nos últimos anos, tem ampliado seu campo de investigação para outros fenômenos da cultura afro-maranhense contemporânea, associados a mecanismos geradores de identidades. Trata-se, na verdade, de uma linha de pesquisa cuja tradição remonta ao passado extra-universitário da antropologia no Nordeste e está na origem das primeiras pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, por intermédio da fundação do Grupo de Estudos sobre Religiões, em 1977, ano da criação do mestrado, com grande ênfase nas populações afro-brasileiras e, posteriormente, estendendo seus interesses para diferentes fenômenos de expansão do campo religioso contemporâneo, até se tornar responsável por um significativo percentual de dissertações defendidas nesse mestrado. O mesmo se pode dizer em relação à Bahia, que teve igualmente como linha de grande prestígio o estudo do campo religioso afro-baiano, para, a partir da década de 1970, abrir espaço para a etnologia indígena, mais especificamente, para os povos indígenas da Bahia[11]. Mesmo assim, a tradição de estudos das populações afro-brasileiras nesses últimos anos parece atravessar um novo período de efervescência, especialmente com o empenho do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado em 1959 e congregando pesquisadores na área dos estudos étnico-raciais. Ao que tudo indica, em breve o CEAO

[11] Sobre o assunto, ver a entrevista de Maria Rosário Gonçalves de Carvalho ao site *Coqui* (http://www.coqui.tsx.org).

implantará um programa de pós-graduação voltado para o estudo das populações afro-brasileiras e africanas, e suas relações com o mundo contemporâneo (imigração, etnicidade, reivindicações territoriais etc.), com base em uma perspectiva multidisciplinar que deverá reunir docentes e pesquisadores da UFBA nas áreas de antropologia, história, sociologia, literatura e artes.

Além do que já foi assinalado a respeito da importância da Bahia como referência histórica no campo da pesquisa antropológica, resta lembrar que idas e vindas marcaram também as primeiras tentativas da criação de uma pós-graduação em ciências sociais na UFBA[12]. Importa ressaltar aqui que, ao longo de quase quatro décadas, a pesquisa e o ensino da antropologia na UFBA atravessaram sucessivas mutações quanto às suas áreas de concentração e ao formato do curso. Suas origens remontam ao ano de 1967, com a criação do Mestrado de Ciências Humanas, o qual sediou algumas disciplinas de antropologia. Em 1976, passados quase dez anos, esse Mestrado se transmutou em Mestrado de Ciências Sociais, englobando sociologia, antropologia e história. A situação persistiria até 1990, quando o Mestrado em Ciências Sociais se transformou em Mestrado de Sociologia, permanecendo assim por quase um decênio, para, finalmente, com a implementação do doutorado em 1999, recobrar sua identidade de PPGCS e suas áreas de concentração em sociologia e antropologia. Em 2002, a área de antropologia, que vinha mantendo diálogo amistoso com a arqueologia, resolveu incluí-la em seu programa. Em sua versão atual, o programa se define como PPGCS, com áreas de concentração em sociologia e antropologia/arqueologia[13].

De todo modo, a principal ênfase desse PPGCS vem se pautando pelo princípio de eqüidade entre sociólogos e antropólogos, de modo que, ao longo das últimas décadas, tem conseguido manter uma produção regular de pesquisa, distribuída de acordo com sua grade curricular, devidamente balanceada entre as prioridades disciplinares que o programa abriga e suas seis linhas de pesquisa. Destacamos aqui apenas as três que importam de perto, por serem temáticas mais voltadas para os interesses dos antropólogos; a) Etnologia, etnicidade e relações raciais; b) Família, gênero e reprodução social; c) Saúde, cultura e sociedade. Para elas tem convergido a maioria dos docentes antropólogos do PPGCS da UFBA, assim como a maior parte das demandas dos estudantes, o que, do ponto de vista prático, tem impulsionado a produção de dissertações e teses na área de antropologia. Atrelados a essas linhas estão alguns grupos de

[12] Sobre a história da institucionalização do ensino e da pesquisa antropológicos na Bahia, ver Azevedo (1964). *As Ciências Sociais na Bahia. Notas para sua história.*

[13] Sobre o ensino e a pesquisa antropológicos na UFBA, ver os depoimentos de Maria Rosário Gonçalves de Carvalho e Pedro Agostinho em Motta e Brandão (2003: 17-24).

pesquisas cadastrados no CNPq, entre os quais destaca-se o Programa de Pesquisa dos Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), referência importante na área por se tratar da primeira iniciativa, surgida no início da década de 1970, de localizar, identificar e registrar, de forma sistemática, alguns desses povos e a situação em que se encontravam. As primeiras investigações tiveram início com um trabalho de campo realizado com os índios Pataxó de Barra Velha, no Extremo-Sul da Bahia, do qual resultou um conjunto de trabalhos preliminares que, a partir daí, redundaram no assim chamado processo de "desocultamento" dos povos indígenas do Nordeste, que então começaram não só a se reconhecerem por meio de seu pertencimento étnico, como também a reivindicarem algumas concessões de direitos em face do Estado[14]. É oportuno lembrar que, nas últimas duas décadas, a etnologia indígena e, notadamente, o tema da etnicidade conheceram um avassalador surto de interesse por parte dos pesquisadores, com a criação de diferentes grupos de pesquisa que atualmente proliferam em alguns programas de pós-graduação, como ocorre na UFPE, na UFMA, na UFRN, na UFC e na UFCG, tornando-se presença das mais expressivas nos encontros de antropólogos nacionais ou regionais, como veremos a seguir.

Limites fronteiriços

A mesma lógica de convergência, estruturada em torno de linhas e grupos de pesquisa, aplica-se às dinâmicas do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE. Tratando-se de um PPGA, não há, como nos outros casos aqui mencionados, risco de a divisão e distribuição de prioridades ser desigual, já que não há a concorrência de outras áreas. Paradoxalmente, contudo, o programa está subordinado à estrutura de um departamento de Ciências Sociais, cuja maioria dos professores é composta por sociólogos e, em menor proporção, cientistas políticos. Esse fato gera efetivamente menor autonomia não só quanto à reivindicação de cotas para a provisão de docentes antropólogos, como também em relação aos cargos de destaque no Conselho Universitário e Departamental.

Atualmente, com a implementação do doutorado, o PPGA da UFPE possui seis linhas e sete grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. As linhas, por ordem cronológica, são estas: a) Religiões; b) Simbolismo e imaginário; c) Família, gênero e sexualidade; d) Etnicidade; e) Antropologia da saúde; e f) Cultu-

[14] Sobre o assunto, ver a entrevista de Maria Rosário Gonçalves de Carvalho ao site *Coqui* e também Agostinho (s/d).

ra e contemporaneidade. Entre os grupos, o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), criado em 1982 a partir do grupo de estudo "A Família no Nordeste", vem alargando seu campo de interesses temáticos, e encampou a área de estudos sobre sexualidade, saúde reprodutiva, eqüidade e desenvolvimento. Destaca-se sobretudo em função do montante de pesquisas financiadas por instituições nacionais e internacionais, e proporcionalmente pelo número de estudantes do programa envolvidos em projetos e investigações relacionados a essas temáticas[15]. O Núcleo de Estudos das Religiões também tem reunido, ao longo dos anos, expressivo número de pesquisas e dissertações de mestrado. O mesmo pode ser afirmado em relação ao Núcleo de Estudos sobre o Imaginário. Quanto aos demais, abrigam linhas emergentes que, nos últimos anos, têm atraído considerável percentual de candidatos à pesquisa, com destaque para o Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea, o qual, como o próprio nome indica, propõe-se a refletir sobre diferentes problemas das sociedades urbanas e tecnologizadas, e para o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade, cuja proposta é subsidiar conhecimentos nas áreas de pesquisa sobre povos indígenas, populações afro-brasileiras e minorias étnicas.

As regionais como lugar de visibilidade da pesquisa

Os resultados da produção de pesquisa antropológica são bastante fragmentados. A interlocução e as redes de informação e de cooperação entre pesquisadores e programas interestaduais são praticamente inexistentes. Com o intuito de diminuir essa lacuna, as regionais de antropologia do Norte e Nordeste vêm, ao longo de mais de uma década, cumprindo o papel crucial de mobilizar e aglutinar pesquisadores de diferentes programas, assim como de propiciar um maior contato entre eles.

Como é sabido, as regionais da Associação Brasileira de Antropologia, sejam as do Norte/Nordeste, sejam as do Mercosul, têm apresentado números cada vez mais elevados de participação, o que indica, de maneira inquestionável, a expansão e complexidade do campo antropológico não só no plano nacional, como também nessas respectivas regiões, haja vista a dimensão tomada pela última regional em São Luís, em 2003. No que diz respeito aos programas mencionados, tem-se como pressuposto que, nessas regionais do Norte/Nordeste, pode-se medir e constatar, ainda que em termos aproximativos, o grau de

[15] Para uma melhor compreensão da área temática sobre família relações de gênero no Nordeste e no Brasil em geral, ver o balanço feito em Scott (2003).

envolvimento de seus docentes e discentes em linhas e grupos de pesquisa. Até o momento, não dispomos de outros mecanismos satisfatórios que consigam aferir e cotejar a produção desses programas nos últimos dez anos.

Considerado o tamanho alcançado por tais reuniões, não há dúvida de que seu público participante não é única e exclusivamente das regiões Norte e Nordeste. Nos últimos anos, há sinais de uma crescente adesão de pesquisadores vinculados a instituições de todo o país. Pode-se afirmar o mesmo da presença de pesquisadores do Norte e Nordeste nos encontros do Mercosul. Além do público universitário, tem-se observado, sobretudo nos últimos anos, percentual considerável de pesquisadores oriundos de faculdades privadas, institutos de pesquisas e organizações não governamentais.

Com efeito, a primeira tentativa de fixar um calendário periódico para as regionais da Associação Brasileira de Antropologia Norte e Nordeste ocorreu em novembro de 1985, no Recife. Essa primeira reunião contou com um reduzido e seleto número de participantes, a maioria composta por professores de programas em que a antropologia despontava como uma opção de pesquisa e por conhecidos membros da Associação Brasileira de Antropologia. Seus desdobramentos motivaram outro encontro regionalizado, sediado também no Recife, em dezembro de 1988, promovido e organizado pela ABA, e cujo tema proposto para discussão girou em torno do ensino, da pesquisa e do mercado de trabalho[16].

Somente a partir do decênio de 1990 é que as regionais do Norte e Nordeste passaram a ocorrer em intervalos regulares, a cada dois anos. Por serem os únicos programas em antropologia nas respectivas regiões, coube ao PPGA da UFPE e ao PPGA da UFPA a iniciativa de hospedar a maioria das reuniões, assim como mobilizar os recursos financeiros necessários para viabilizar o empreendimento. A II Reunião, em 1991, considerando a primeira uma espécie de ato de fundação e de institucionalização, esteve sob a responsabilidade do PPGA da UFPE e contou com o apoio da Fundação Joaquim Nabuco. A III Reunião, em 1993, teve como anfitriões o Departamento de Antropologia da UFPA e o Museu Paraense Emílio Goeldi. A IV Reunião, realizada em João Pessoa e apoiada pelo Mestrado em Ciências Sociais da UFPB, ocorreu concomitantente ao VII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, em 1995. A V Reunião, em 1997, foi organizada mais uma vez pelo PPGA da UFPE. A VI Reunião, em 1999, coube novamente ao PPGA da UFPA e ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Dois anos depois, o PPGA da UFPE acolheria a VII Reunião Regional. Por fim, a VIII Reunião, em 2003, aconteceu em São

[16] Ver (Scott 1991).

Luís do Maranhão, com patrocínio do PPGCS da UFMA, o que indica o descentramento positivo das reuniões[17].

Como se pode ver no Gráfico 2 em anexo, o maior percentual de trabalhos apresentados nessas reuniões continuou vinculado aos dois programas de pós-graduação em antropologia. Em tese, a própria condição de PPGA, com suas linhas e grupos de pesquisas estruturados, permite a inserção de um maior número de docentes, discentes e egressos e, portanto, maior visibilidade em seu conjunto. Além disso, os dois programas, ao menos até o momento, foram os principais promotores dessas reuniões. Tendo a maior parte delas ocorrido nas capitais em que esses programas estão sediados, é natural que seus docentes e estudantes tenham representatividade maior que aqueles de outros estados, cujo deslocamento físico depende de financiamentos cada vez mais escassos. Isso pode ser confirmado pelo número de trabalhos inscritos que deixaram de ser apresentados em razão de seus autores não terem conseguido custeio.

Entretanto, como já afirmamos, o que importa verdadeiramente não é reiterar o já conhecido argumento de centralidade dos PPGA, algo que, por si só, em nada ajuda a explicar o fenômeno aqui analisado. Bem mais interessante é constatar que, independentemente de todas as limitações e dificuldades financeiras para o deslocamento de docentes e discentes, há uma participação cada vez mais ativa de programas em que a antropologia não é a única prioridade. Essa constatação corrobora a hipótese inicialmente aventada de que existem, nas pós-graduações aqui referidas, com variação em termos quantitativos, indícios de expansão e vitalidade na reprodução de conhecimentos e da pesquisa antropológica na região Nordeste.

É importante ressaltar também que as apresentações de trabalhos nessas reuniões têm sido guiadas pela lógica de estruturação das linhas e grupos de pesquisa de cada um dos programas. Parece-nos que é nessa perspectiva que melhor se compreende o nível de articulação entre as temáticas propostas nos grupos de trabalho ou fóruns de pesquisa e as linhas e grupos de pesquisa oferecidos pelos programas, permitindo assim avaliar o nível de participação e de apresentação

[17] Para a análise dos registros dessas reuniões, utilizamo-nos dos programas e resumos e/ou Anais. Em relação às reuniões ocorridas em Pernambuco, buscamos cotejar o material impresso com outros tipos de registro, como o número de inscritos nas três últimas reuniões e as relações daqueles que de fato apresentaram trabalhos nas diferentes modalidades, permitindo-nos chegar a uma média geral dos trabalhos apresentados em cada uma das reuniões. O mesmo princípio não pôde ser aplicado em relação aos demais casos, pois o único material disponível foi o registro impresso dos resumos e/ou anais, inferindo-se uma média geral aproximada dos trabalhos apresentados. Convém ressaltar que a produção de pesquisa da região Norte não foi contemplada nas bases de dados que apresentamos nos gráficos anexos porque são objeto de análise de outro capítulo deste livro.

de trabalhos em consonância com a produção de cada linha e cada grupo de pesquisa no interior desses programas.

A análise dos registros desses encontros possibilita também esboçar um quadro panorâmico das principais tendências temáticas que atualmente orientam as linhas de pesquisa e, com isso, identificá-las no plano das prioridades de cada um desses programas. Grosso modo, as áreas temáticas propostas para os grupos de trabalhos ou fóruns de pesquisa, como indicado, quase sempre se orientam pelas linhas e grupos de pesquisas dos programas, não parecendo diferir das tendências gerais presentes nas reuniões nacionais da ABA e das prioridades dos PPGA, salvo algumas exceções que naturalmente refletem variantes regionais, isto é, particularidades temáticas de cada campo local.

Nesse sentido, o estudo da sociedade nacional, orientado em sua grande maioria pela escolha de grupos empíricos locais ou regionais, permanece ainda hoje uma das principais referências no campo da pesquisa realizada na maioria desses programas de pós-graduação, seja investigando diferentes segmentos das populações urbanas, seja contemplando aspectos da sociedade agrária e camponesina. Tanto em um quanto em outro caso, o raio de observação etnográfica tem sido sensivelmente ampliado por meio das seguintes linhas de pesquisa:

- *Religião e religiosidade*. Linha tradicional nos programas da UFPE, UFMA e UFC que vem mantendo estável sua participação nas reuniões. Incluiu no eixo de suas preocupações outras dimensões contemporâneas de inspiração sociológica, o que tem motivado a ampliação de sua esfera temática e congregado pesquisadores de diferentes programas, especialmente da UFPB, da UFBA e da UFRN;
- *Família e gênero*. Trata-se de linha em expansão nesses últimos dez anos. Tem contado com a ativa participação dos grupos de pesquisa da UFPE e da UFBA, e adquirido cada vez mais visibilidade nas últimas reuniões, com participação de pesquisadores da da UFRN, da UFPB e da UFMA.
- *Populações rurais e campesinato*. Conheceu o verdadeiro apogeu nos anos 1970 e declínio relativo nos últimos dez anos. Por seu caráter difuso, integra diversificados canais de interlocução com as temáticas da etnicidade, da antropologia econômica, da antropologia do desenvolvimento, da antropologia política (movimentos sociais rurais) e, com isso, diversifica sua esfera de atuação e congrega pesquisadores da UFCG, da UFPB, da UFPE, da UFRN e da UFMA.
- *Antropologia urbana, antropologia política, antropologia da saúde*. Linhas de pesquisa bastante difusas com interfaces diversas, fazendo-se representar em algumas reuniões pelos programas da UFPB, da UFCG, da UFC, da UFM, da UFBA e da UFPE.
- *Memória, identidade, narrativa oral e cultura popular*. Linhas de pesquisa que têm assegurado presença regular e significativa nesses encontros, destacando-se sobremaneira a linha de pesquisa sobre cultura popular, que, nos dez

últimos anos, ao se distanciar do legado deixado pelos folcloristas, tem integrado em seu repertório temático questões mais próximas do campo simbólico e da cultura imaterial, algumas delas ligadas a religiosidade popular, festas e rituais sagrados e profanos, etnomusicologia, discussão sobre as reinvenções de tradições e do sentimento de pertencimento a um passado comum etc. Recentemente, vem estabelecendo vínculos também com a temática da etnicidade. Além dos grupos da UFMA e da UFRN, tem reunido estudantes da UFPE, da UFAL e do PPGS da UFPB.

Em relação a algumas linhas reputadas como "emergentes", nota-se a preocupação de centrar o foco da observação em diversos elementos do mundo contemporâneo urbano, com nítida preferência pelo objeto teoricamente construído em detrimento do empiricamente observado. Com maior recorrência das propostas, têm alcançado destaque nas últimas reuniões as seguintes linhas: antropologia visual, antropologia das empresas, antropologia do turismo, antropologia do consumo, antropologia do patrimônio, antropologia da emoção, antropologia do imaginário e antropologia do corpo, as quais aglutinam em torno de cada uma delas alunos e pesquisadores da UFPB, da UFMA, da UFPE, da UFRN, da UFC, da UFAL e da UFBA.

Convém notar que a etnologia indígena no Nordeste esteve praticamente invisível até a década de 1970, como de resto seu principal objeto: os povos indígenas do Nordeste, considerados relativamente extintos pela literatura etnológica da época. Nos últimos trinta anos, tal ressurgimento concorreu para uma verdadeira avalanche de trabalhos nesse campo de pesquisa, ao qual veio se juntar a temática da etnicidade. O conceito de etnicidade tem renovado diferentes tipos de enfoque no interior dos mais variados grupos de pesquisa, os quais incluem temáticas voltadas para o campesinato, a cultura popular, raça e relações raciais, identidade e minorias étnicas. É interessante observar que o estudo das populações afro-brasileiras ou afro-descendentes, considerado até a primeira década do século XX um dos mais importantes objetos de pesquisa da antropologia no Nordeste, tem atualmente sido renovado pela inclusão e abordagem de outras perspectivas temáticas como a etnicidade – sociedades quilombolas, relações interétnicas, direitos étnicos, etnicidade e gênero etc –, o que pode ser inferido do montante de grupos de trabalhos das últimas reuniões regionais, entre os quais destacam-se os da UFBA, da UFMA, da UFPE e da UFRN.

O entrelugar da antropologia?

Após essa ordem geral de considerações, podemos delinear os principais quadros institucionais em que o ensino da antropologia vem ganhando força e visibilidade, assim como as principais tendências que orientam as áreas temáticas de pesquisa. Se, de um lado, essa produção ocupa um lugar definido, como na maioria dos programas interdisciplinares, de outro, como foi identificado, nos programas de pós-graduação em sociologia, nem sempre está claramente demarcada. Isso significa dizer que, nos programas em que a formação antropológica não é prioridade, torna-se difícil localizar demarcadores que exprimam com precisão, tanto nas dissertações quanto nas teses, aquilo que permite agrupá-los na área do conhecimento antropológico, uma vez que, em sua maioria, tais indicativos se encontram situados em margens muito tênues que ora os separam, ora os aproximam, ora os justapõem a outras fronteiras disciplinares. Grosso modo, poderíamos destacar aqueles indicativos cuja recorrência metodológica sugere uma visível sensibilidade etnográfica, como nas dissertações e teses defendidas no PPGS da UFPB/UFCG e no PPGS da UFC.

Em contrapartida, o intricado grau de interdisciplinaridade atualmente em jogo em algumas pesquisas de dissertações e de teses torna difícil localizar demarcadores objetivos que as circunscrevam em uma área específica de conhecimento, sobretudo nos casos descritos. Convém chamar a atenção para o fato de que, mesmo nos programas em que a produção de pesquisa antropológica vem sendo mais visivelmente delimitada, como no PPGA da UFPE e em programas interdisciplinares, já não se pode definir sua especificidade apenas em função do trabalho de campo ou por meio de uma maior ou menor proeminência etnográfica no plano discursivo e textual em que o objeto de investigação é configurado. A exigüidade do tempo, condicionada à política de concessão de bolsas e ao controle dos órgãos de fomentos, tem despontado como um dos principais fatores responsáveis para que outros tipos de escolha teórico-metodológica também se sobressaiam nesses programas, na maioria das vezes com ênfase na construção teórica do objeto como forma experimental e sucedânea do campo.

Por fim, resta-nos voltar a indagação inicial que motivou este trabalho. "O que é isso que chamamos de antropologia" no Nordeste ou, mais especificamente, "de antropologia no contexto dos programas de pós-graduação aqui referidos"? Uma série de questões converge para o argumento principal de que a antropologia, tal como realizada nessa região, encontra-se disseminada ou difusa em diferentes programas. Está claro que essa produção de conhecimento adquire maior realce ou visibilidade quando cotejada em seu conjunto ou na participação dos programas nas reuniões regionais de antropologia. Isso se deve ao fato de que, em alguns casos, essa antropologia a que nos referimos, pelos

motivos expostos, encontra o reconhecimento parcial ou pleno apenas nos próprios nichos institucionais em que está instalada, e isso tanto nos programas de sociologia quanto nos programas interdisciplinares.

Uma última questão subjacente a essa discussão é o grau de pertencimento à disciplina, isto é, quem são os profissionais que se reconhecem como antropólogos, sejam eles docentes, discentes ou egressos. Muito provavelmente, a questão da identidade profissional é uma das principais responsáveis pela definição e pela legitimidade da produção antropológica. A quem ela interessa? Aos docentes antropólogos que se encontram em programas de sociologia, nos quais sua produção intelectual enfrenta problemas de legitimidade quanto ao reconhecimento acadêmico? Nesse caso, o que fariam esses docentes antropólogos? A vinculação a uma área de pesquisa identificada com uma maior sensibilidade antropológica, a pesquisa de campo como escolha metodológica, a vinculação a um grupo de pesquisa cuja afinidade está próxima de uma temática antropológica? Uma participação maior nas reuniões de antropologia? A própria démarche acadêmica, o título de reconhecimento doutoral em antropologia? Caso a titulação seja, de fato, um atributo de distinção e, portanto, de identidade profissional, torna-se possível reavaliar o peso e a importância que os PPGA assumem como espaços de formação e de reprodução do conhecimento antropológico.

Nos programas interdisciplinares, a titulação, ao que tudo indica, é um atributo fundamental para a construção da identidade profissional e para a legitimidade da atuação intelectual. Além disso, é freqüentemente condição para a admissão por concurso do docente em um campo disciplinar específico, seja este a sociologia ou a antropologia. Nos PPGCS, contudo, a questão da legitimidade da atuação, em geral, surge de forma atenuada, mesmo porque os docentes antropólogos ocupam uma área mais definida do campo de desempenho disciplinar, algo que favorece estratégias de cumplicidade e corporativismo.

Além disso, o princípio da interdisciplinaridade se tornou um elemento reivindicado pelos programas de pós-graduação não somente em ciências sociais, como também em antropologia, provavelmente em decorrência da ampliação do universo relacional que tem impulsionado esta disciplina a buscar cada vez mais o diálogo com outros ramos do conhecimento. Tratando-se de um PPGCS, a construção da identidade profissional do docente antropólogo pode, em algumas situações, tornar-se mais flexível. Por exemplo, quando lança mão de sua identidade segundo a conveniência do contexto institucional ou reserva de mercado, em geral respaldado pelo discurso legitimador da interdisciplinaridade como mecanismo positivo gerador de formação e de reprodução de um conhecimento mais abrangente. O que pensar então da identidade profissional dos pós-graduados? Se levamos em conta que via de regra o perfil do alunato dos PPGA e dos PPGCS é essencialmente heterogêneo, prevaleceria, nesse caso, o jogo de múltiplas identidades profissionais?

Provavelmente, é a combinação de todos esses elementos que caracteriza a pluralidade do campo da antropologia na região Nordeste, ou seja, a plasticidade, a capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se às dinâmicas institucionais de cada contexto. Em outras palavras, o ritual do ensino e da pesquisa antropológicos no Nordeste se realiza entre imprecisas e porosas fronteiras, nesse lugar aparentemente ambíguo do qual emergem algumas questões que talvez cheguem a conformar um quadro panorâmico apenas delineado neste trabalho *in progress*.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Pedro
(s/d) "Identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia". Em: *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Junta de Investigações do Ultramar, p. 379-400.

AZEVEDO, Thales
(1964) As ciências sociais na Bahia. Notas para sua história. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, 1964.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto
(1988) "O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?". Em: *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 109-28.

COELHO, Elizabeth M. Bezerra
(1989) "A antropologia na Universidade Federal do Maranhão: ensino, pesquisa e extensão", *Cadernos de Pesquisa*, vol. 5, n. 2, julho/dezembro, p. 87-100.

CORRÊA, Mariza
(1991) "L'anthropologie brésilienne". Em: BONTE, Pierre; IZARD, Michel (ed.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: Puf, p. 59-60.

DUMONT, Louis
(1983) "La communauté anthropologique et l'idéologie". Em: *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil, p. 187-221.

FERRETTI, Sérgio
(1989) "Ensino e pesquisa de antropologia no Maranhão", *Cadernos de Pesquisa*, vol. 5, n. 2, julho/dezembro, p. 161-80.

HUTZLER, Celina Ribeiro
(1997) "A antropologia em Pernambuco: tradição e atualização". Em: MOTTA, Antonio e BRANDÃO, Maria do C. (org.). *Revista Anthropológicas*, série Especial sobre 20 anos de Pós-Graduação. Ob. cit., p. 41-55.
(1991) "Ensaio de etnografia doméstica: a antropologia cultural na Universidade Federal de Pernambuco". Em: SCOTT, Russell Parry. *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Recife: UFPE/CNPq/ABA, p. 15-28.

MOTTA, Antonio
(1998) "L'autre chez soi. Émergence et construction de l'objet en anthropologie: le cas brésilien (1888-1933)". Tese de doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

MOTTA, Antonio e BRANDÃO, Maria do C. (org.)
(2003) *Aproximações: antropologia no Norte e Nordeste.* Recife: Edições Bagaço.

MOTTA, Antonio e BRANDÃO, Maria do C. (org.)
(2003) *Bagagem Imaginária. Estudos antropológicos, históricos e sociológicos sobre imigração cultural e inclusão social.* Recife: Companhia Editora de Pernambuco.

MOTTA, Roberto Mauro Cortez da
(1997) "Um mestrado de antropologia em Pernambuco: reminiscências e perspectivas". Em: MOTTA, Antonio e BRANDÃO, Maria do C. (org.). *Revista Anthropológicas,* série Especial sobre 20 anos de Pós-Graduação. Recife: PPGA da UFPE, p. 15-39.

PEIRANO, Mariza, G. S.
(1981) "The anthropology of anthropology: the brazilian case". Tese de Phd, Cambridge, Mass., Havard University.
(1992) *Uma antropologia no plural*: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB.

SCOTT, Russell Parry
(1991) "Apresentação", *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste.* Op. cit.

(1997) "A antropologia nas franjas da periferia: vinte anos de pós-graduação em Pernambuco". Em: MOTTA, Antonio & BRANDÃO, Maria do C. (org.). *Revista Anthropológicas,* série Especial sobre 20 anos de Pós-Graduação. Ob. cit., p. 57-76;
(2003) "Family gender and power in twentieth century Brasil". Em: MOTTA, Antonio e BRANDÃO, Maria do C. (org.). *Bagagem imaginária: estudos antropológicos, históricos e sociológicos sobre imigração cultural e inclusão social.* Ob. cit, p. 144-62.

STOCKING, George W.
(1984) "Qu'est-ce qui est en jeu dans un nom? La 'Société d'ethnographie et l'historiographie de l'anthropologie' en France". Em: RUPP-EISENRECH, B. (éd.). *Histoires de l'anthropologie.* Paris: Klincksieck, p. 424-31.

JANE FELIPE BELTRÃO

Amazônia[1] e antropologia:
gradações de um *enredamento* secular

Hoje, associa-se pesquisa a pós-graduação e vice-versa, não se concebe a formação de antropólogos desvinculada de cursos de mestrado e doutorado na área. A relação é verdadeira, mas nem sempre foi assim, especialmente na Amazônia, onde o enredamento secular apresenta diferentes gradações. Nossas gentes, diversas e plurais, foram vistas pelos impertinentes olhares de viajantes e naturalistas. Depois, ao considerar que a maioria das sociedades indígenas têm por *habitat* a floresta amazônica, o território se transformou no "paraíso dos etnólogos"[2], embora a produção antropológica sobre a Amazônia não esteja circunscrita ao tema. Mas os números nos "perseguem", a antropologia brasileira ainda é marcada pela etnologia indígena, apesar do imenso leque temático com o qual trabalha.[3] Essa constatação fez à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) requerer estudo sobre o assunto, na tentativa de verificar quão variada é a antropologia na Amazônia. Quais as temáticas privilegiadas ao longo dos anos e qual a dinâmica das temáticas trabalhadas?

[1] A referência é à Amazônia brasileira, restrita ao território compreendido pelos limites políticos da região Norte.

[2] Expressão cunhada por Raymundo Heraldo Maués, a partir da expressão original de Emílio Goeldi, que se referiu à Amazônia como o "paraíso dos naturalistas" (Maués 1999).

[3] Segundo informações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1979, havia 215 linhas de pesquisa em antropologia no Brasil. Deste total, 34 eram dedicadas às sociedades tribais e 19 às relações interétnicas envolvendo grupos indígenas. Somadas, as duas linhas de pesquisa representavam a temática majoritária da antropologia brasileira, seguida pelos estudos de campesinato, com 41 linhas de pesquisa. Na época, a etnologia indígena era a imagem da antropologia brasileira.

Na trilha, diferentes trajetórias

A tarefa não é fácil porque só na antropologia, como diz Castro Faria, "[...] cada pesquisador é um grupo diferente. Fora isso, existem as áreas e os departamentos" (citado por Faulhaber e Toledo 2001: 382). O desafio de discutir a produção antropológica sobre a Amazônia, portanto, implica não só examinar a prática dos profissionais ligados às instituições da Amazônia, como também fazer a leitura com base nos antropólogos que trabalham na Amazônia, mas não estão filiados às instituições presentes na região. A situação é complexa dadas as diferenças regionais, pois, como informa Laraia:

> [e]u participei do Programa Norte de coordenação da CAPES. Você vai lá nessas áreas e você descobre o seguinte: 3% da ciência produzida no país é produzida na região Norte, 75% desses 3% [...] estão em Belém do Pará. A região Norte no fundo acaba sendo resumida a Belém do Pará. E o que chamam de região norte é Tocantins, é Pará, é Amazonas, é Acre, é Rondônia, é Roraima, é Amapá (citado por Faulhaber e Toledo, 2001: 506).

Tento trabalhar com as informações referentes ao primeiro grupo de profissionais, os antropólogos filiados a instituições sediadas na Amazônia, e examinar o enredamento expresso pela vinculação ou não da pesquisa à pós-graduação.

Na trilha da diferença, o único mestrado em antropologia na região Norte, criado em 1994, pertence à Universidade Federal do Pará e congrega profissionais de duas instituições, da própria Universidade e do Museu Paraense Emílio Goeldi, a primeira com 47 anos de existência e a segunda com 138 anos de tradição. Na Amazônia, portanto, como em tantos outros lugares, a pesquisa precede a pós-graduação: durante anos, os antropólogos se formaram em campo, aproveitando os ensinamentos de dois mestres: Eduardo Galvão, no Goeldi (Arnaud 1981, Bertho 1994, Galvão 1967, Oliveira e Furtado 1995, Sá 2001 e Schwarcz 1993), e Napoleão Figueiredo, na UFPA (Alves 1984, Alves e Beltrão 1990, Álvaro 1990 e Maués 1999).

A demanda da ABA, dentro do projeto "Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em antropologia", prevê a realização das tarefas valendo-se das informações recolhidas com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no caso da formação de novos antropólogos, e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no caso da pesquisa com a base de dados da Plataforma Lattes. Na tentativa de produzir um panorama mais amplo da realidade vivida na Amazônia, busquei dados nas instituições de ensino superior federais existentes no Acre (Universidade Federal do Acre, UFAC), no Amapá (Universidade Federal do Amapá, UNIFAP), no Amazonas (Universidade Federal do Amazonas, UFAM), no Pará (Universidade Federal do Pará, UFPA, e Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA), em Rondônia (Universidade Federal de Rondônia, UNIR), em Roraima (Universidade Federal de Roraima, UFRR) e no Tocantins (Universidade Federal do Tocantins, UNITINS). Considerei também um instituto de pesquisa existente na região, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), pela tradição dentro da Antropologia e pela associação com a UFPA no Mestrado em antropologia.

Essa escolha considerou a prática docente, a formação de quadros e o desenvolvimento de pesquisas antropológicas. Há, na Amazônia, grande número de instituições de ensino superior que congregam antropólogos dedicados à docência, mas estes não atuam sistematicamente em pesquisas. Há também dois outros institutos na Amazônia, ambos sediados no Amazonas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que não estão voltados para a docência e a pesquisa antropológica. Embora o Mamirauá tenha quatro antropólogas em seus quadros, duas são mestres e duas graduadas, todas egressas da UFPA, o que garante algum diálogo entre as instituições pelas "linhagens" constituídas.

Na coleta de dados, usei a estratégia de escrever e mesmo conversar com os dirigentes das instituições de ensino superior (IES), solicitando informações sobre cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências sociais e outras com antropólogos entre seus docentes. O trabalho começou em janeiro de 2003[4], o processo foi lento, mas o resultado, animador. Recebi informações de seis instituições, algumas extremamente detalhadas, outras nem tanto. Na tabela 1, apresento a distribuição e a titulação dos 57 antropólogos que atuam nas oito IES e no Instituto que compõem a amostra.

Não foi possível coletar informações sobre a atuação de antropólogos em movimentos sociais, sociedades indígenas e organizações não governamentais em razão das restrições de tempo e sobretudo porque não incorporam, em sua prática de trabalho, ensino e pesquisa em antropologia, atuando na prestação de serviços, o que, na academia, denominamos extensão. É importante asseverar que muitos colegas, de dentro e de fora da região, colaboram estreitamente com instituições sediadas na Amazônia, colaboração prestada por meio de consultorias ou de integração temporária em projetos de pesquisa por força de convênios nacionais e internacionais. Na UFPA, vez por outra acolhemos estrangeiros em formação que interagem com docentes e discentes do Departamento de Antro-

[4] Na oportunidade, tentava escrever um artigo para ser apresentado na VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, ocorrida em São Luís, em 2003, como complemento ao depoimento dado durante a VII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, ocorrida em Recife, em 1999. Sobre o assunto, consultar Brandão e Motta (2003).

Tabela 1 | Antropólogos filiados a instituições sediadas na Amazônia

Estado	Instituição	Número de Antropólogos[1]	Formação[2]	
			Mestres	Doutores
Acre	UFAC	1 [3]	1	-
Amapá	UNIFAP	1 [4]	1	-
Amazonas	UFAM	9	5	4
Pará	UFPA	26 [5]	14 [7]	12 [6]
	UFRA	1	1 [8]	-
	MPEG	15 [9]	3	8
Rondônia	UNIR	1	-	1
Roraima	UFRR	6	4	2
Tocantins	UNITINS[10]	1	0	1

[1] Trabalho com os antropólogos em atividade em janeiro de 2003 e que mantêm algum vínculo institucional;

[2] Considero os títulos de mestrado e doutorado. Daí a diferença entre as colunas;

[3] Anotação feita a partir do depoimento de Clodomir Monteiro durante a VII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. As informações institucionais da UFAC nas agências de fomento são escassas. Sobre o assunto, conferir: Brandão e Motta, 2003: p. 67-71.

[4] As informações institucionais da UNIFAP junto às agências de fomento são escassas; utilizei dados referentes aos egressos do mestrado em antropologia da UFPA;

[5] Na instituição, há, pelo menos, cinco lingüistas que trabalham com línguas indígenas e dialogam com os antropólogos;

[6] Um atuando no *Campus* da UFPA em Santarém;

[7] Dois atuando no *Campus* da UFPA em Marabá e um em Altamira;

[8] Especialista pela UFPA e mestre pela Universidade Federal Fluminense, atua como professor substituto;

[9] Na instituição, atuam arqueólogos (pelo menos dois doutores e um mestre) e lingüistas (quatro doutores);

[10] Há, pelo menos, um antropólogo doutor que se dedica à docência e à pesquisa. As informações sobre a UNITINS são escassas.

pologia, enquanto preparam seus trabalhos acadêmicos. Mas não chega a ser uma colaboração de mão dupla, pois o viés colonial[5] dificulta as relações.

Como as informações não eram satisfatórias para delinear o panorama das relações de trabalho no "paraíso dos etnólogos", fui às páginas das agências de fomento. Na CAPES, consegui as informações sobre os cursos de pós-graduação existentes, anotei-as e fui às páginas das instituições que mantêm os referidos cursos. No CNPq, abri os CV Lattes, extraí os endereços eletrônicos dos colegas e lhes enviei mensagem explicando o que fazia e pedindo um depoimento, cuja chave era: o que é fazer antropologia na Amazônia? Recebi promessas de respostas, mas apenas quatro colegas enviaram seus depoimentos.[6]

Pelo exposto, a leitura do fazer antropológico na Amazônia pode oferecer ao leitor uma imagem esfumaçada do que se faz aqui. Sou antropóloga e trabalho na Amazônia, ligada à instituição que mantém o único mestrado em Antropologia (UFPA). Coordeno-o no momento, mas ele tem os dias contados, posto que, em maio de 2003, começou a funcionar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), que formará mestres e doutores em ciências sociais com duas áreas de concentração: antropologia e sociologia. Os desafios, na Amazônia, às vezes demandam articulações que fazem desaparecer a especificidade e a tradição que gostaríamos, em tese, de conservar.

Para discutir a inserção dos antropólogos e suas articulações, apanhei programas, livros de resumos e anais das principais reuniões científicas às quais comparecemos. Tomei como referência as reuniões nacionais da ABA, regionais de antropólogos e de cientistas sociais, e nacionais e regionais da Associação Nacional de História (ANPUH) para obter uma visão de conjunto da área.

A trama da rede

A marca "Amazônia" é demasiadamente usada. Na página do CNPq, ao solicitar quais grupos de pesquisa a registram, a listagem em resposta atinge 250 equipes, das quais apenas 161 estão abrigadas em instituições sediadas na região. O espectro de estudo vai das ciências exatas e da terra às ciências sociais.

[5] Tomado como olhares e atitudes marcadas pela herança colonial, estruturada via relações hierarquizadas que "perseguem", ainda hoje, os profissionais que trabalham na região, "nativos" e/ou "forasteiros", pois os atores tomam o passado como presente e "usam" a região e as instituições aqui estabelecidas como lastro para a consecução de seus objetivos, desprezando laços de cooperação e formas simétricas de relacionamento, inclusive a legislação brasileira que normaliza a pesquisa científica.

[6] Agradeço aos colaboradores e não os nomeio para resguardá-los. Não solicitei as informações aos meus colegas do mestrado em antropologia pois, como coordenadora, já os "molesto" demasiadamente com minhas solicitações para atender às demandas institucionais.

Utilizando como critério "antropologia e áreas afins", o resultado é este: 12 grupos em antropologia, oito em letras e lingüística, dois em arqueologia, nove em história e nove em sociologia, totalizando quarenta equipes, mais de 15% do total registrado inicialmente.

Ao agregar "Amazônia" e "antropologia", surgem oito grupos; "antropologia" e "arqueologia", dez equipes. Se a associação for entre "antropologia" e "lingüística", os grupos são quatro. "Antropologia" associada a "etnologia" faz subir o índice para 16 equipes de trabalho. Se a chave for apenas "Antropologia", os grupos são 16 (tabela 2); inserindo "etnologia indígena", verificam-se 19. Em 25 anos, a situação não apresenta grandes alterações. Observo que a Plataforma Lattes é fonte imprescindível para o trabalho, mas nem sempre o resultado convence, especialmente quando se conhece a região pois nem todos os dados referentes aos pesquisadores constam da base. Esta, aliás, trabalha apenas com grupos de pesquisa credenciados pela instituição de origem do líder.[7]

Se o caminho de busca se fizer na página da CAPES, na área de trabalho ciências sociais[8], são 12 os cursos de pós-graduação em que os antropólogos podem atuar. Seis são sediados em Belém, oferecidos pela UFPA, dois deles fora de sede. Três são oferecidos pela UFAM e um pela UNITINS. Um dos cursos da UFAM, o Programa de Pós-Graduação em Educação, é coordenado por uma antropóloga. No Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, oferecido pela UFAM, também há antropólogos em ação. Outro antropólogo atua no curso de Ciências do Ambiente, oferecido pela UNITINS.

Constatei a disposição dos antropólogos ou a imposição que lhes é feita de trabalhar em áreas de fronteira disciplinares como história, educação, ciências ambientais, agriculturas familiares e medicina, entre outras. A demanda está presente em todas as instituições públicas. Encontrei também uma razoável oferta de cursos de especialização em todas as áreas, afinal esta parece ser a região do planeta que conta com o maior número de instituições não governamentais por metro quadrado. A informação foi recolhida nas páginas das instituições. Foi possível observar que há inúmeros cursos voltados para formação e qualificação de professores de ensino fundamental e médio em história, geografia e ciências, pois se tornou imperativo contemplar as especificidades culturais de grupos sociais etnicamente diferenciados. São demandas induzidas pelos referenciais curriculares nacionais.

Outro filão do mercado de trabalho para antropólogos são os cursos de graduação em ciências sociais, letras, história, educação artística, serviço social, psicologia, geografia, direito, economia, turismo, medicina e enfermagem mantidos pelas instituições de ensino superior. Neles trabalham a grande maioria dos egressos titulados pelo mestrado em antropologia: dos 52 titulados em dez anos, 44 trabalham como docentes. Nas grades curriculares dos cursos de graduação, há invariavelmente disciplinas com conteúdo antropológico; nos cursos de ciências sociais, aparecem em contraponto à ciência política e à sociologia. Não raro há disciplinas que associam aspectos biológicos aos sociais, especialmente na área da saúde – medicina, enfermagem e nutrição –, em que a forma-

Tabela 2 | Grupos de pesquisa com área predominante em antropologia

Instituição	Número de grupos	Número de linhas	Número de pesquisadores
MPEG	3	12	23
UFAC	Nenhum grupo cadastrado	Nenhum grupo cadastrado	Nenhum grupo cadastrado
UFAM	5	5	7
UFPA	5	16	26
UFRR	1	5	9
UNIFAP	Nenhum grupo cadastrado	Nenhum grupo cadastrado	Nenhum grupo cadastrado
UNIR	2	4	9
UNITINS	1	2	5

[7] Por exemplo, não há registro da rede "Memória e identidade na Amazônia", liderada por Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro (UFAM) e Rosa Elizabeth Acevedo-Marin (UFPA) e integrada por pesquisadores da UFAC, da UFMA, da UFMT e da UFPA. Na rede, contamos com antropólogos, lingüistas, historiadores, sociólogos e educadores, e todos trabalham com populações etnicamente diferenciadas. A consulta foi feita em 21 de novembro de 2003. Em outros momentos, tentei confirmar os dados, mas a cada nova tentativa os dados vinham diferentes. Testei a base de dados a partir do grupo que lidero, e concluí que os descritores não são muito confiáveis ou não soube utilizá-los adequadamente.

[8] Não considero os cursos das áreas de ciências sociais aplicadas, letras e artes, e ciências agrárias, campos em que os antropólogos interagem intensamente, porque os dados não permitem vislumbrar adequadamente a participação dos antropólogos.

ção "humanística" volta a se impor.[9] Com o curso de direito, a aproximação se dá por meio da área de direitos humanos e movimentos sociais. Trata-se de uma nova frente contemplada inclusive nos últimos editais divulgados, favorecendo articulações interdisciplinares na pós-graduação. Mais um campo induzido!

Ao examinar a produção acadêmica anotada nos documentos individuais inscritos na Plataforma Lattes[10] agregados aos registros nos anais das reuniões científicas, constatei que são muitos os campos de interesse dos antropólogos. Selecionei apenas os grupos de pesquisa das duas últimas reuniões regionais do Norte e Nordeste de antropólogos e de cientistas sociais, pois desde as primeiras reuniões os temas discutidos nos grupos permanecem quase inalterados, mesmo que ganhem nova roupagem com o passar do tempo.

As reuniões não "favorecem" muito a Amazônia, especialmente os contatos intra-regionais, pois os encontros chegam, no máximo, a Belém. Não houve reuniões em Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho e Rio Branco. O argumento é sempre o mesmo: não há "densidade" crítica nem facilidades logísticas. Digo: não há quem banque os custos, as distâncias demarcam os limites. Como analisa Laraia,

> [v]ocê não pode pensar em desenvolver a ciência nessas áreas se nessas áreas não tiverem massa crítica para fazer pesquisa. Pelo menos na nossa área, a produção é muito fraca, por todo lugar que você vai é isso, agora, porque não tem... não tem pessoal, com exceção de Belém, porque Belém não é isolamento. [...] É difícil atenuar essa diferença na região Norte. A CAPES está comemorando cinqüenta anos [2001] e convocou especialistas para falar sobre a cooperação regional. *Essa região tem que ser privilegiada com salário*, uma compensação, de tal forma que bons profissionais possam ir para lá e as pessoas boas que estão lá não saiam (citado por Falhauber e Toledo 2001: 506, grifo meu).

As condições apontadas por Laraia vêm sendo intensamente trabalhadas pelos dirigentes das instituições amazônicas por meio de articulações em rede, a saber: Planos Norte de Pesquisa e Pós-Graduação, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal (PIUAL) e União das Universidades Amazônicas (UNAMAZ).[11] Muito foi conseguido, mas o desafio é imenso (cf. Mello 2002)! Uma das antropólogas que trabalha no Pará analisa o esforço:

> [...] as limitações quanto ao acesso de recursos para pesquisa são graves – porque estão concentrados no Centro-Sul do país –, isso quando não a inviabilizam. E os custos de pesquisa são altíssimos, em especial no que diz respeito a transporte e aquisição de material importado.[12]

Nesse cenário em que os antropólogos trabalham dificilmente os ventos são favoráveis aos profissionais que precisam estar por longos períodos em campo.

No último ano, os antropólogos se fizeram presentes na VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), realizada em julho de 2003, em São Luís, no Maranhão. Dos vinte grupos de trabalho (anexo 1) 17 tinham a Amazônia entre suas preocupações. Foram apresentados 483 trabalhos, dos quais 79 discutiam Amazônia (PPGCS/UFMA 2003). Dos quarenta coordenadores, cinco trabalham com as instituições sediadas na Amazônia.

Um mês depois, no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO), realizado em agosto de 2003, em Aracaju, Sergipe, foram apresentados 376 trabalhos dentro dos vinte grupos de trabalho (UFS 2003, anexo 2). Sobre a Amazônia foram apresentados 22 trabalhos, em 12 grupos, considerados os registros. Dos quarenta coordenadores, dois atuam com instituições amazônicas.

Os números sinalizam um panorama alvissareiro! Mas não é bem assim. A imagem da antropologia feita na Amazônia traz consigo a marca da alteridade, que institui a prática antropológica, com todas as nuanças apontadas por Peirano (1999). Na ABANNE e no CISO, sete grupos de pesquisa discutem sociedades indígenas entre os quarenta títulos arrolados. Dos 119 trabalhos apresentados nos grupos, 23 foram apresentados por antropólogos vinculados a instituições amazônicas. Em seguida, o estudo de sociedades rurais com quatro grupos, contemplando 130 títulos, dos quais vinte foram trazidos pelos antropólogos sediados na região Norte. Estuda-se a alteridade radical, mas há a incorporação de temas diversos: memória, patrimônio e identidade, com cinco grupos e 119 trabalhos apresentados, dos quais 19 de antropólogos; religião e sociedade, com quatro grupos, acolheu 66 trabalhos, dos quais oito discutiam fatos religiosos na Amazônia. Há ainda temas que, em uma reunião, são da antropologia e, na

[9] É importante sublinhar que o enfoque das disciplinas é marcadamente social. Não há antropólogos com formação em antropologia biológica na região, ao menos associados a instituições públicas. Outra tendência verificada inicialmente na UFPA é a transformação da antiga cadeira de antropologia física em uma disciplina associada à genética. De quatro anos para cá, a interação de antropólogos e geneticistas vem se tornando mais próxima, sobretudo pela necessidade de atuar em áreas de fronteira como perícias e laudos criminais. Sobre este assunto, consultar Alves (1984).

[10] Ao privilegiar os *curricula* na Plataforma Lattes, é interessante ressaltar que, em novembro de 2003, poucos eram os pesquisadores com os dados atualizados. Na virada do ano, contudo, por força de editais universais ou específicos, ou em razão da Coleta CAPES, a situação se modifica. Esse fato indica que os pesquisadores "prestam atenção" no calendário de eventos, talvez por força do exercício do fazer antropológico.

[11] A atuação política das organizações anteriormente citadas ultrapassa as fronteiras da região Norte, chegando à Pan-Amazônia.

[12] Depoimento concedido em dezembro de 2003.

próxima, transferem-se para a sociologia, como é o caso do estudo da emoção. Os estudos sobre negros aparecem em dois grupos e percorrem a trilha dos estudos de raça até comunidades negras rurais e urbanas. Esses grupos encontram expressão na ABANNE, que acolheu 32 trabalhos, dos quais dez vinham da Amazônia. Às vezes, sob o rótulo "saúde, corpo e imaginário", aparecem recortes da religião, da mesma forma que a cura marca presença nos grupos que discutem religião e sociedade. No CISO, há discussões na área da ciência política, mas a participação preponderante é de sociólogos e antropólogos.

Se a avaliação levar em conta a supremacia dos estudos sobre sociedades indígenas, talvez para os antropólogos na Amazônia estudar ou não estudar sociedades indígenas transforme-se em "cobrança" e, algumas vezes, converta-se em culpa, assumida por alguns. O que, de fato, parece ocorrer é isto: quando, à primeira vista, não se fazem interligações com sociedades indígenas, estas se impõem como campo e recebem referências. Também só a nós que estamos sediados na porção Norte do Brasil "recomenda-se fazer etnologia indígena". Por quê? Será que se entende fazer antropologia no "paraíso dos etnólogos" como:

> [...] poder gozar a vantagem de estar presente no centro ativo dos processos de transformações sociais, de viver no cenário privilegiado das relações interétnicas, de partilhar desafios, expectativas, anseios e impasses socioambientais [...] é ter a possibilidade de se posicionar como aliado imediato das populações indígenas e tradicionais, testemunhando suas conquistas, seus avanços e aprendendo com os reveses das suas lutas pela (re)construção de seus espaços de viver, é poder agir como crítico local das ambigüidades das políticas públicas, é poder estar próximo do "objeto", fazendo da familiarização metodológica um compromisso antropológico e político.[13]

Será que o fato de viver em um ambiente politizado, como a Amazônia, produz contaminação?. Voltar à tradição afastaria o perigo? Não estou convencida disso. Ao analisar as linhas de trabalho inscritas nos grupos de pesquisas do CNPq referendados institucionalmente, a maioria dos antropólogos trabalha ou trabalhou com índios, fato inscrito em dez das 44 linhas arroladas.[14] Será que estamos sendo lidos de forma adequada ou será que a contaminação transforma nossos trabalhos em abominações? Serão vieses de uma "situação colonial" interna? Creio que há expressões dessas hipóteses, mas há outros indícios a serem estudados.

Existe certa sintonia entre os trabalhos apresentados nas reuniões, os cursos oferecidos e os grupos aos quais os pesquisadores na Amazônia se filiam. Em

[13] Depoimento concedido em 21 de janeiro de 2004 por um antropólogo que trabalha no Amazonas.

[14] Sobre o campo da antropologia, consultar o texto de Paula Montero neste volume (p. 117).

geral, os antropólogos que estão discutindo a Amazônia se filiam aos grupos nos quais fizeram sua formação acadêmica; embora o movimento seja pouco perceptível, os que trabalham a região, estando em outros lugares acadêmicos, vêm se aproximando. Seria esse o diálogo ideal? Outra observação que salta aos olhos é que os temas estudados pelos antropólogos na Amazônia estão na ordem do dia, são manchetes de jornal e possuem espaço no noticiário (Beltrão 1994, 1997). Além dos temas permitirem e realizarem "[...] um diálogo entre vários campos, poderíamos dizer territórios da Antropologia – urbanos, rurais e indígenas", como indicam Niemeyer e Godoi (1998: 7).

Uma observação se impõe: os antropólogos que estudam sociedades indígenas são os mais abertos às discussões e a "desconsiderações" de limites disciplinares, mas os povos etnicamente diferenciados ainda são pensados como um mundo à parte. Nos departamentos, disciplinas como Etnologia indígena e Organização social e parentesco, a julgar pelo exame dos *curricula*, vêm sendo oferecidas pelos mesmos pesquisadores há mais de cinco anos. Na bibliografia dos cursos que se dedicam a outros campos, raramente encontrei referências que contemplem o universo indígena, nem mesmo em antropologia da saúde ou da doença, salvo raras exceções e considerando que nos últimos anos o volume de trabalho que apresenta dados empíricos colhidos nas aldeias cresceu. É uma falha? Uma crise? Deixamos de nos preocupar com a alteridade radical ou não mais sabemos lidar com ela? Na condição de formadores, não nos desencumbimos do recado? Hoje, os alunos, mesmo os que querem estudar sociedades indígenas e reivindicam fazer Etnologia indígena, não possuem familiaridade com os trabalhos de Baldus, Nimuendajú e Florestan Fernandes, entre outros. Parece que os Tupinambá, os Apinayé e os Tapirapé não contribuem mais para formação de novos antropólogos.

Depoimentos *versus* números

Menos de um ano depois das reuniões regionais (ABANNE e CISO), os antropólogos se reunirão em Olinda (Pernambuco), em junho de 2004, durante a XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, para apresentar velhos e novos campos da disciplina. Em nível nacional, os números são adversos. Um de nossos colegas fez uma análise preliminar da programação da ABA, naquele momento, em dezembro de 2003, provisória:

> de 12 Simpósios programados, dos 58 Coordenadores, nenhum é de instituição localizada na Amazônia; nos quarenta Fóruns de Pesquisa, dos 85 coordenadores, apenas quatro trabalham "na" Amazônia, mais especificamente, no Pará. Se considerarmos todas as atividades programadas para esta nossa Reunião, dos 153 Coordenadores nominados na "Programação Provisória" apenas quatro trabalham "na" Ama-

zônia, o que, convenhamos, é muito pouco, é pouquíssimo, mesmo considerando as fragilidades operacionais de nossas instituições. Fazer antropologia na Amazônia é, neste cenário, um enorme desafio, é quase uma "missão". Assim é que muitos colegas que por aqui trabalharam se transferiram para instituições de outros centros que lhes oferecem melhores condições de trabalho e de vida. Assim é, também, que se perguntarmos quantos de nossos colegas aceitariam deixar suas instituições em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou outras regiões para vir fazer Antropologia "na" Amazônia, sabemos que a resposta, muito provavelmente, será nenhum. A programação da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia claramente reforça a valorização dos chamados "centros de referência", em detrimento das instituições estabelecidas na Amazônia. *Não se trata, de forma alguma, de levantar questionamentos sobre a qualidade dos trabalhos produzidos pelos colegas de instituições situadas em outras regiões, pelo contrário, trata-se de reivindicar para as instituições amazônicas, em primeiro lugar, as mesmas condições de trabalho que dispõem os nossos colegas dos "centros de referência" e, em segundo lugar, os mesmos espaços de diálogo e interlocução.*[15]

Na verdade, a articulação e a apresentação de propostas ficaram a critério dos associados, mas as limitações podem ter contribuído para a não existência de demanda. Há mecanismos que tentam evitar os desequilíbrios. Por exemplo, as propostas devem ser subscritas por pelo menos dois sócios filiados a instituições diferentes, mas nem sempre se consegue, afinal quantos antropólogos na Amazônia são sócios? O "ponto de vista do nativo" corrobora o que a experiência de Laraia, anotada no início do texto, indica. Afinal, algumas situações são alarmantes: estamos próximos das sociedades indígenas e ao mesmo tempo distantes, pois não há verbas disponíveis para pesquisa, cujo desenvolvimento requer tempo de treinamento. Das 52 dissertações do mestrado em antropologia da UFPA, apenas seis trabalham com sociedades indígenas presentes e históricas. Nas universidades, as exigências de ensino tolhem a pesquisa e, conseqüentemente, a formação de novos pesquisadores. Em uma universidade com trinta mil estudantes de graduação, como a UFPA, temos 310 bolsas de iniciação científica.[16] Na mesma universidade, apenas dois antropólogos têm bolsa de produtividade do CNPq e uma antropóloga, do MPEG.[17] Falta de demanda?

[15] Depoimento concedido em 20 de janeiro de 2004. Grifos meu.

[16] Das quais 206 são oferecidas pelo CNPq e 104 pela UFPA, do total de bolsas seis do CNPq e três da UFPA ficam na antropologia, todas orientadas por docentes do mestrado. Dois antropólogos orientam três bolsas obtidas diretamente junto ao CNPq. Em relação ao MPEG que possui 64 bolsas oferecidas pelo CNPq, a relação é desigual.

[17] Além dos antropólogos, apenas um dos professores que atua junto ao Departamento de Filosofia e integra a equipe do mestrado, uma lingüista e uma arqueóloga do MPEG possuem bolsa de produtividade na área de conhecimento e ou próxima da Antropologia.

Não creio! Na discussão sobre a vinculação do PIBIC à pós-graduação, assunto da ordem do dia, tendo um único Mestrado em Antropologia na região, é fácil adivinhar o futuro e o cenário de exclusão (cf. SBPC 2003: 10). O mesmo curso, embora único e situado na Amazônia, portanto dentro das prioridades, não possui nenhuma bolsa no nível de mestrado oferecida pelo CNPq. Da mesma forma, nenhuma das bolsas de recém-doutor solicitadas à CAPES na última demanda veio para o Pará, e isso sem falar nas indefinições que a agência está vivendo.

Apesar das dificuldades, os que aqui se estabeleceram e se "converteram" à região demonstram muito entusiasmo pelo que fazem. Como diz um dos antropólogos em depoimento:

> [n]o curso de História minha experiência têm sido fazer da disciplina antropologia uma ferramenta para quebra de preconceitos e etnocentrismo, principalmente referentes aos povos indígenas, além de possibilitar uma visão relativizadora da realidade e do próprio trabalho do historiador. No curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, procuro trabalhar para levar os alunos a relativizar a noção de natureza e a compreensão de que os ambientes são diversamente apropriados em função das diversas concepções cosmológicas.[18]

Há muito a fazer, mas o tempo é escasso e falta pessoal qualificado, falta uma política voltada para formação e permanência de antropólogos na Amazônia, como explicitou uma das profissionais sediadas em Belém:

> Temos publicações, algumas como o Boletim do Goeldi, série Antropologia, centenária. Alimentamos tanto as editoras universitárias como os circuitos de museus com artigos, ensaios e resenhas, mas padecemos com a falta de circulação.[19]

O depoimento retorna a Castro Faria, que informa:

> [...] desde os primeiros volumes dos arquivos do Museu Nacional e do Museu Goeldi e olhar lá no fundo, você vai encontrar uma relação de instituições com as quais os museus estabeleciam permuta. Os museus criaram circuitos praticamente privados de comunicação. [...] Vale a pena estudar esses circuitos, que eram fechados e funcionavam de maneira absolutamente regular. É impressionante o número de instituições do mundo inteiro com as quais os museus, o Museu Nacional por exemplo, se comunicavam, através desse sistema de permuta (Falhauber e Toledo 2001: 371-2).

[18] Depoimento concedido em 19 de janeiro de 2004.

[19] Depoimento concedido em 3 de março de 2004.

No Departamento de Antropologia, na UFPA, ao registrar o acervo bibliográfico doado por Napoleão Figueiredo, tive a oportunidade de compreender um pouco os circuitos. Napoleão recebia publicações de vários lugares e lembro-me ainda, ao trabalhar na iniciação científica, do cuidado com que mantinha a correspondência atualizada. Ao publicar um trabalho, mandava a todos os endereços do catálogo de permutas, mantinha uma caixa postal na agência central dos correios e religiosamente apanhava a correspondência. Hoje, esse cuidado se perdeu, mas o circuito ainda funciona, pois semana passada vi chegar material em nome de Napoleão.

Vejo que a tradição da permuta se perdeu. Mesmo no circuito das editoras universitárias, a circulação é restrita. Pouco são os trabalhos editados aqui que podem ser encontrados na UNICAMP ou na UnB e vice-versa. Quantas vezes não aproveitamos viagens de trabalho para adquirir títulos de editoras universitárias e viajamos para reuniões científicas carregando nossas próprias publicações. Na área, falta apoio às publicações e também maior agilidade editorial. A regularidade e a distribuição dos periódicos depende de suporte financeiro. De que adianta publicar e não circular?

As publicações na UFPA e no MPEG são anteriores à existência do Mestrado em Antropologia. O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* é centenário e a revista *Humanitas* foi criada na década de 1980, sob o título de *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Além disso, as duas instituições mantêm séries de publicações que privilegiam a antropologia; no caso do Goeldi, a *Coleção Eduardo Galvão*, e no caso da UFPA, as séries *Igarapé* e *Poronga*. Há também uma parceria MPEG/UFPA iniciada em 2002, com dois títulos publicados: *Vocês, brancos, não têm alma: histórias de fronteiras* (Pozzobon 2002) e o recém-saído *Cólera, o flagelo do Grão-Pará* (Beltrão 2004). As demais instituições também possuem editoras próprias e publicam sobretudo trabalhos de docentes-pesquisadores, como é o caso da EDUA e da EDUFRO. A iniciativa de manter as editoras possibilitou, ao longo dos anos, a publicação de dissertações e teses de docentes e discentes. Para ter uma idéia da importância de "nossas" editoras universitárias, por exemplo: sete dos trabalhos de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB, cinco são títulos do Goeldi (Baines 1991, Barata 1993, Faulhauber 1987, Montagner 1996, Oliveira 1995) e dois da UFPA (Maués 1993, Motta-Maués 1993). Afora, alguns outros títulos publicados nas demais editoras universitárias (cf. Ramos e Ribeiro 2002).

Publica-se ainda em outras editoras e/ou instituições não relacionadas às "nossas" instituições de filiação, como ABA, Autores Associados, Bagaço, C/ arte, CEJUP, CNPq, Cortez, Dos Autores, E-motion, Fapesp, FGV, Fiocruz, FUNAI, Funarte, ISA, Letras à Margem, Mercado das Letras, Paralelo 15, Paka-Tatu, PUC-SP, Relume-Dumará, SENAC, Terceira Margem, UFG, UFMG, UNICAMP e Universidad de Antioquia. Entre os muitos depoimentos de colegas sobre as dificuldades de publicar, lembro-me de Pozzobon: "Jane, você lê meu último livro? Aqui [Porto Alegre], não acharam um bom tema [risos], é sobre índios, disse-me o editor, é melhor ver pra lá [Amazônia]". E Jorge era gaúcho "convertido" à Amazônia, imaginem se não fosse. O incidente resultou no título que foi selecionado, em 2003, para concorrer ao Prêmio Jabuti.

A situação se repete no caso dos periódicos. Publicamos nas "nossas" revistas, mas também freqüentamos outras páginas, muitas vezes insuspeitas dadas as trilhas percorridas pelas pesquisas e os produtos resultantes. Entre os periódicos, estão: *Anpocs Bib*, *Antropolítica*, *Arquivos do Museu Nacional*, *Atelier de Caravelle*, *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, *Critique of Anthropology*, *Datagramzero* revista virtual, *Hypernietzsche* revista virtual, *Horizontes Antropológicos*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, *Licere*, *Pulsional*, *Revista Brasiliense de Ciências Sociais*, *Revista Colombiana de Antropologia* e *Revista de Antropologia*, nos quais houve publicações nos últimos três anos. É importante lembrar que as revistas estão levando tempo demasiado longo para responder às submissões, além de saírem com atraso. A demora às vezes impede o autor de publicar mais rapidamente em outro periódico, pois via de regra exige-se exclusividade.

À guisa de comunicação

Onde publicar ou como comunicar resultados de pesquisa é fruto que combina: apresentação de trabalho em reuniões científicas dentro de grupo temático associado à linha de pesquisa desenvolvida pelo interessado e periódico que traga dossiê sobre o assunto. Nem sempre a combinação é perfeita. Ao examinar os CV Lattes, observa-se que, na antropologia, privilegiam-se os encontros promovidos pela ABA, seguidos pelos encontros da ANPUH, talvez porque grande parte dos profissionais que atua na Amazônia combine antropologia e história como áreas de formação.[20]

A produção pode não ser quantitativamente expressiva, entretanto não difere muito dos índices nacionais e indica coerência entre projetos, grupos de pesquisa, reuniões científicas e orientações. Por exemplo, antropólogos ligados à linha de pesquisa Simbolismo, religião e saúde buscam os grupos que, na ABA, recebem como denominação: Catolicismo vigoroso: velhas e novas formas de

[20] Sobre a importância das reuniões científicas da área, consultar o texto de Giralda Seyferth neste volume.

religiosidade, Religiões populares permanências e transformações, Religião e percursos de saúde no Brasil de hoje: as curas espirituais, Comida e simbolismo ou Saúde, corpo e imaginário; no momento de publicar, vão de revistas editadas em suas instituições a *Religião e sociedade*. Freqüentam as jornadas de estudos de religião locais, nacionais e latino-americanas, estabelecendo diálogo com o que se faz nacional e internacionalmente. Nos últimos quatro anos, talvez por indução da CAPES, aumentou o número de publicações que associam orientadores e orientandos, especialmente durante o processo de elaboração de seus trabalhos acadêmicos. É possível, todavia, vê-los em outros campos, como nos livros didáticos e para-didáticos em que a linguagem acadêmica deve adequar-se ao público escolar.

É interessante verificar que a prática da instituição que forma antropólogos termina multiplicada na instituição em que os egressos realizam sua prática profissional. Muitos são os seminários que discutem religião, etnicidade e gênero no Pará. As possíveis induções à multiplicação de eventos acadêmicos e mesmo o surgimento de revistas se associam aos vínculos da antropologia: ao trabalho de campo, à possibilidade de desdobrar os trabalhos iniciados no mestrado, à existência de graduação em ciências sociais e cursos de especialização nos *campi* de diversas instituições, à contratação de mestres e doutores para atuar nos *campi*, à rede de ensino e pesquisa que se enraíza para além das capitais, à discussão de políticas afirmativas para populações etnicamente diferenciadas, entre outras hipóteses que merecem aprofundamento. Ao examinar a documentação dos eventos e mesmo as publicações, podemos identificar redes de relações, pois em discussões acadêmicas nos diversos eventos e também nos prefácios e orelhas das publicações é possível ver parceiros que outrora foram orientador e orientando.

Observa-se também que os antropólogos freqüentemente publicam em coletâneas didáticas e paradidáticas, o que se constitui em um novo desafio e mesmo no reconhecimento de um saber específico sobre populações tradicionais. Nos últimos cinco anos, foram produzidos vídeos, exposições, CD-ROMs e livros de narrativas e mitos indígenas requeridos pelas populações com as quais se trabalha. Os novos desafios demandam tempo, especialmente porque não temos treinamento adequado e nem equipamentos que facilitem as tarefas. Aqui, não temos núcleos de antropologia visual, e nosso treinamento é marcado pelo cotidiano nas reservas técnicas dos museus e pelo convívio com os produtores indígenas. A reserva técnica mais conhecida é a do MPEG, que, aliás, é a única tombada.

Há formas de comunicação de resultados que nem sempre se transformam em publicações. Falo de laudos, vistorias e pareceres que demandam tempo ao pesquisador. Algumas vezes, parte dos trabalhos é publicada pelo Instituto Socioambiental, outras são transformadas em comunicações e artigos. O volume de trabalhos talvez esteja a exigir uma página da ABA para que todos possam aproveitar da antropologia em ação. Nesse terreno, antropólogos vinculados a instituições na Amazônia e fora da Amazônia têm muita experiência.

Os resultados de uma década

E o Mestrado em Antropologia, o que tem feito? Fundado em 1994, sob a liderança de Raymundo Heraldo Maués, quando as exigências à pós-graduação eram diferentes, contou com o concurso dos profissionais qualificados do Departamento de Antropologia da UFPA e do MPEG. O nascimento da pós-graduação chegou com a experiência da especialização: alguns discentes fizeram, antes de ingressar no mestrado, o Curso de Especialização em Teoria Antropológica, que teve sete versões. Os últimos profissionais saíram em 1999. Os docentes ministraram aulas e orientaram na especialização, antes de se afiliarem ao mestrado.

A existência do mestrado permitiu a formação de antropólogos na Amazônia, não obrigando à busca de preparo profissional no Centro-Sul do país, algo que, além de onerar substancialmente a formação de recursos humanos, compromete a formação de profissionais em âmbito regional e dificulta a constituição de uma comunidade acadêmica voltada para os problemas amazônicos e comprometida com os destinos da região. As condições peculiares da região constituem argumento que reforça e pede uma solução regional singular, haja vista a urgência de qualificar recursos humanos capazes de estudar a realidade local e gerar conhecimentos que se adaptem às peculiaridades e dimensões das questões regionais.[21] O mesmo argumento, aliás, foi usado na constituição do recém-iniciado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

A demanda para o curso de pós-gradução, agora incorporando o doutorado[22], jamais foi atendida adequadamente, pois a oferta de vagas não corresponde a um terço da demanda, como se pode ver na tabela 5.

Na verdade, o não-oferecimento do Curso de Especialização em Teoria Antropológica a partir de 1997 fez aumentar a demanda pelo Mestrado. Nenhum dos cursos oferecidos pela UFPA para clientela semelhante à nossa ombreia a demanda pela antropologia. O fato é lamentável em razão da impossibilidade de

[21] Sobre a importância das reuniões científicas da área, consultar o texto de Giralda Seyferth neste volume.

[22] Na primeira seleção para o doutorado, em maio de 2003, inscreveram-se 17 candidatos e na segunda em janeiro de 2004, 16. Tanto na primeira quando na segunda seleção, foram aprovados quatro candidatos.

Tabela 3 | Demanda ao mestrado em antropologia/UFPA

Ano da seleção[1]	Demanda de candidatos	Candidatos aprovados	Profissionais titulados
1994	62	7	7
1996	71	9	9
1998	83 [2]	9	9
2000	157	17	15
2002	98	12	12
2004 [3]	160	10 vagas (processo em andamento)	10 (previsão de saída até fev. de 2006)

[1] As seleções de 2004 foram realizadas de dois em dois anos.

[2] Infelizmente, não foi possível recuperar o número exato de inscrições ao mestrado de 1994, 1996 e 1998; as anotações foram feitas conferindo informações junto aos membros das bancas examinadoras à época.

[3] A seleção a partir de 2004 é feita para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com área de concentração em antropologia e sociologia; os números correspondem, apenas, à demanda para a antropologia.

atendimento. Como disse uma das candidatas que não logrou êxito: "Professora, tanta gente precisando estudar, não tem jeito de ter mais vagas?"

Os 54 alunos que ingressaram no programa até 2002, à exceção de dois que se evadiram, defenderam suas dissertações nas linhas de pesquisa: 25 em Antropologia das populações amazônicas, orientadas por onze docentes; em Raça, etnicidade e gênero: diferenciações e multiplicidades, foram 14 trabalhos supervisionados por quatro docentes; e em Simbolismo, religião e saúde, 13 trabalhos acompanhados por quatro profissionais. Em geral, os antropólogos afiliados ao mestrado trabalham em mais de uma linha de pesquisa, posto que não somos muitos e os temas ultrapassam os campos descritos pelas linhas. Até fevereiro de 2004, titularam-se 52 profissionais: dois em 1997; três em 1998; quatro em 1999; 16 em 2000; 15 em 2002; um em 2003 e 11 em 2004, conforme a tabela 6.

Até 2000, o tempo médio de titulação ultrapassava os 36 meses, posto que regimentalmente o curso admitia defesas em até 48 meses. As novas exigências, contudo, conduziram a um tempo médio de titulação em até 24 meses, mantido desde 2000.

Tabela 4 | Ingressos e defesas no mestrado em antropologia/UFPA

Ingresso	Defesa						
	1997	1998	1999	2000	2002	2003	2004
1994	2	2	2	1			
1996		1	2	6			
1998				9			
2000					15		
2002						1	11

Sobre o que escrevem os mestres formados na UFPA? O trabalho empírico foi realizado em 48 casos no estado do Pará, dos quais 14 foram executados em área rural, cinco em sociedades indígenas e nove entre camponeses e pescadores. A cidade de Belém e seus múltiplos espaços, da igreja ao circo, foram alvo dos olhares de 31 dos novos antropólogos. Quatro dos profissionais titulados aliaram história e antropologia, e "etnografaram papéis", ao percorrer a literatura de viagem, diários, romances, fontes impressas e documentos. Ao associar antropologia e comunicação, um dos trabalhos se voltou para as revistas femininas. Quatro trabalhos foram realizados no Maranhão, sendo três na área rural e um na área urbana.

Os trabalhos em área urbana constituem mais de 30% das dissertações produzidas e tratam temas variados. Dos trabalhos realizados na linha Simbolismo, religião e saúde, todos, exceto dois, foram realizados no espaço urbano de Belém. Versam sobre religião e registram cultos afro-brasileiros, católicos populares, carismáticos, pentencostais e adventistas. Os novos antropólogos transitam com desenvoltura entre igrejas (instituição e espaço), festas e folguedos de boi, sem descuidar do imaginário fantástico que oferece lastro à construção de identidades estigmatizadas e práticas de pajelança ainda hoje presentes no cotidiano amazônico.

Plasticidade semelhante é encontrada na linha Raça, etnicidade e gênero: diferenciações e multiplicidades, pois os então aprendizes, hoje antropólogos, foram às comunidades negras rurais em que há remanescentes de quilombos; estudaram namoro, casamento e amor entre jovens, em camadas médias urbanas e em bairros periféricos; foram às escolas analisar construções de gênero, infância e socialização, e sem perder de vista os professores, discutiram trajetó-

rias profissionais. Leram páginas das revistas e freqüentaram espaços de academias e salões de beleza para desvendar discursos e representações. Trabalharam linguagem, raça e mestiçagem na obra do general que voltou seu olhar aos "tapuios", mais as galeras, as rosas tatuadas e as *drag queens* que povoam a noite de Belém e desfilam em páginas de dissertação.

A Antropologia das populações amazônicas estuda os Aikewára, os Kuruaia, os Tembé, os Xikrín e os Xipaya, percorrendo o caminho da aldeia para a cidade, selecionando identidades, mitos, artefatos, rituais e interseções de saberes no terreno da aldeia, no céu ou em reservas técnicas, mas sem esquecer da escola tão reivindicada pelos povos indígenas. A etnologia indígena, embora seja característica dos estudos das populações amazônicas, constitui pouco mais de 10% dos trabalhos realizados.

Os novos antropólogos não descuraram dos diversos segmentos da população urbana em Belém; das formas de sociabilidade e lazer vistas entre moradores de rua, freqüentadores de instituições filantrópicas, associações de moradores, alunos da escola-circo, jovens na igreja e prostitutas na casa e no bordel, no centro histórico (Cidade Velha, Comércio, Campina e Reduto), no Guamá, na Cremação, no Benguí, no Jurunas e na Terra Firme. Os jovens antropólogos andarilharam, palmilharam ruas, becos e vielas para esquadrinhar a cidade de Belém. Envolveram-se de tal forma durante a elaboração de seus trabalhos que, ainda hoje, estão às voltas com discussões sobre o espaço urbano em reuniões científicas, publicações de resultados não contemplados pelas dissertações e na constituição de núcleos de pesquisa na capital e no interior.

Os estudos rurais devotados às populações haliêuticas também marcam presença. O olhar vai das políticas públicas dirigidas aos pescadores aos estudos de aviamento e comercialização, isso sem deixar de observar a reciprocidade, tema caro à antropologia. Discutem gênero, ao trabalhar com as "catadoras de caranguejo"; analisam mémória, mercado, herança e tradição, ao discorrer sobre famílias e produtores camponeses no interior do Pará.

As populações amazônicas foram examinadas em romances que trouxeram aos antropólogos a possibilidade de discutir formas de sociabilidade e cotidiano na Amazônia do século XIX, apropriando-se da biografia dos escrivinhadores de outrora para melhor compreender o cenário. Discutiu-se a imagem da Amazônia com base em documentos que retratam sua grandeza e oferecem pretexto para tantos equívocos. Aqui, buscaram os cronistas e os políticos, pois não se pode compreender esse espaço sem as contradições e as ambigüidades por intermédio das quais suas gentes são observadas.

Lida fora das linhas, a produção contempla discussões sobre saúde, doença e cura, e compreende a identificação de profissionais de saúde populares marcados pelo dom divino percebido a partir do catolicismo e da pajelança. Dadas as características de alguns trabalhos, muito se tem discutido sobre corpo e imaginário, e aí os corpos desfilam modelados pelo trabalho circense, pelas demandas de namoro e casamento, pelo trabalho nos bordéis, pela vida na rua, pela construção da pessoa entre grupos indígenas, pela rigidez dos cânones religiosos e pelo exercício do dom xamanístico, entre tantas outras possibilidades.

É interessante observar que o debate, embora seja preponderantemente devotado à Amazônia, ocorre em sintonia com temas e alinhamentos teóricos presentes na antropologia brasileira, mas vistos em outros espaços. Os temas passam em revista as preocupações clássicas, acompanhando transformações e aproximando o Brasil da Amazônia, e vice-versa, ao apresentar a especificidade da região.

A pós-graduação – ontem apenas mestrado em antropologia, hoje Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com opção de doutorado com área de concentração em antropologia –, renovou os quadros do Departamento de Antropologia da UFPA com novas contratações e a qualificação de seus profissionais. Em dez anos, qualificamos oito profissionais, cinco dentro do programa. Temos cinco antropólogos em treinamento que realizam o doutorado, um deles no curso recém-iniciado. E institucionalizamos oito grupos de pesquisa em conjunto com o MPEG.

Quanto ao destino dos egressos, 44 jovens antropólogos trabalham como docentes em IES na região. Três se deslocaram para o Nordeste. Oito prosseguem a formação no doutorado, tendo a antropologia como campo. Dois realizam o curso em Belém, no novo programa. Um dos egressos concluiu o doutorado e se filiou ao programa. Três trabalham em instituições voltadas para pesquisa e serviços na área rural, sendo dois no Pará e um no Amazonas. Quatro titulados trabalham como técnicos de nível superior em secretarias, hospital e agência tutelar. Cerca de dez trabalham como professores substitutos e ou eventuais nos diversos departamentos na UFPA. Três foram incorporados, via concurso público, para trabalhar como docentes no *campus* da UFPA, localizado no Sudeste do Estado. Doze integram os diversos grupos de pesquisa liderados por antropólogos filiados à UFPA e ao MPEG.

Parece excessivo falar do Mestrado em Antropologia mas, como único curso que forma antropólogos na Amazônia, é significativa a colocação de 52 profissionais no mercado de trabalho em dez anos. Agregando dados, somos pouco mais de cem antropólogos. Em nossos grupos de pesquisa, trabalhamos com pelo menos mais 22 profissionais. Ainda é pouco para *enredar* a Amazônia, muito nos escapa!

Encerrando o *norte* da prosa

Muito foi feito, muito está sendo construído, muito há por fazer! Entre os desafios, a ampliação das redes de pesquisa e formação em antropologia, afora uma sólida articulação regional que inclua o rompimento de barreiras imperti-

nentes que se mantêm levantadas. Deve-se buscar sobretudo uma maior comunicação da antropologia com a lingüística, com a arqueologia e com a História. Ao analisar os *curricula* dos 131 antropólogos em questão, percebe-se que a comunicação está passando por co-orientações e bancas examinadoras de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação da região. Talvez, ao induzir a comunicação, seja possível estruturar a Amazônia em rede, sem perder de vista as articulações para fora, tanto nacionais quanto internacionais, as quais podem estruturar-se a partir de convênios, dentro e fora da Amazônia, que esgarcem distâncias espaciais e políticas.

Para modificar a situação retratada, é preciso compreender as diferenças regionais como especificidades a serem consideradas; oferecer suporte às mudanças que produzam equilíbrio; criar mecanismos diferenciados de fomento e de fixação de pessoal na região; e apoiar as IES e institutos dedicados à pesquisa antropológica. No *enredamento*, nosso *norte* é apreender a Amazônia em sistema de cooperação, no qual a exclusão não se faça atuante.

Se não houver mudança de norte, nossos jovens antropólogos serão consumidos pelas atividades docentes em instituições em que o lastro de pesquisa inexiste.[23] Em dois ou três anos, deixarão de comunicar resultados de pesquisa em reuniões científicas, o que significará "deixar" de ser antropólogo para transformar-se em professor de antropologia. Antropologia sem trabalho de campo, sem debate, não "anima" auditório, não atrai os discentes, perde o viço! Ao formar, o mais importante é poder exercer o ofício de etnólogo como "os mestres que tivemos [e] não foram apenas repassadores de conteúdo, foram referências, exemplos de comportamento ético, humano e solidário".[24]

É preciso "ser" da rede e não emprestar "prestígio" à rede do "principal", como nos tempos coloniais, que não nos dizem respeito e quando não é possível deitar após o trabalho; muito menos, embalar utopias que modifiquem a realidade e contribuam para a elaboração de políticas participativas. No caso da antropologia feita na Amazônia, portanto, o peso da tradição empresta seriedade ao que realizamos, mas é preciso atender às demandas: devemos replicar as práticas, pois não temos número nem qualificação capaz de *enredar* o território no qual as diferenças se expressam.

[23] Sobre antropologia e mercado de trabalho, consultar o texto de Cláudia Fonseca neste volume (:69).

[24] Depoimento de profissional egresso do mestrado da UFPA, a propósito da avaliação qualitativa da CAPES, em março de 2004. Texto enviado à coordenação do curso; por não poder estar presente na reunião com os "antropólogos visitantes", quis registrar a importância da formação recebida.

Referências bibliográficas

ÁLVARO, Maria Angela Gemaque
(1990) "Aventura e desventuras: o estudante que quer ser antropólogo", *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, n. 19, p. 1-11.

ALVES, Ana Rita Pereira
(1984) "O ensino de antropologia biológica na Amazônia: uma questão a ser repensada". Em: *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

ALVES, Ana Rita Pereira & BELTRÃO, Jane Felipe
(1990) "Como formar profissionais em Antropologia na Amazônia: um relato de experiência na UFPA", *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, n. 22, p. 1-17.

ARNAUD, Expedito
(1981) "Os estudos de Antropologia no Museu Goeldi". Em: *Acta Amazônica*. 11 (1), Suplemento, p. 137-148.

BAINES, Stephen Grant
(1991) *"É a funai que sabe": a frente de atração Waimiri-Atroari*. Belém: MPEG.

BARATA, Maria Helena
(1993) *A Antropologia entre facções políticas indígenas: um drama do contato interétnico*. Belém: MPEG.

BELTRÃO, Jane Felipe
(2004) *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: MPEG/UFPA.

BELTRÃO, Jimena Felipe
(1994) "Opinion leaders'perceptions on sustainable development and the news media role in the Brazilian Amazônia". Dissertação de mestrado, University of Missouri, Columbia.
(1997) "Sustainable development Issues in the Brazilian Amazon Press: a regional perspective – 1990/1994". Tese de doutorado, University of Leicester.

BELTRÃO, Jane Felipe & SÁ, Samuel Maria de Amorim
(2002) "Universidade Federal do Pará: programa de mestrado em Antropologia Social". Em: GODOI, Emília Pietrafesa; DEBERT, Guita Grin; PONTES, Heloísa André (orgs.). *Antropologia na pós-graduação*. Campinas: ABA/UNICAMP.

BERTHO, Angela Maria de Moraes
(1994) "O Museu Paraense Emílio Goeldi no contexto cultural da Amazônia". Em: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, p. 185-93.

BRANDÃO, Maria do Carmo & MOTTA, Antonio
(2003) *Aproximações em antropologia no Norte e Nordeste*. Recife: Bagaço.

CAMPOS, Ana Paula e outros
(1990) "Fazer fazendo: uma etnografia da pesquisa documental". Em: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*. Belém, n. 19, p. 13-27.

FAULHAUBER, Priscila
(1987) *O navio encantado. Etnia e alianças em Tefé*. Belém: MPEG.

FAULHABER, Priscila & TOLEDO, Peter Mann (orgs.)
(2001) *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: MPEG.

GALVÃO, Eduardo
(1967) "Estudos de Antropologia na Amazônia". Em: *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Vol. 2, Antropologia, p. 13-28.

MAUÉS, Raymundo Heraldo
(1993) *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: NAEA/UFPA.
(1999) "Memória da Antropologia da Amazônia ou como fazer ciência no 'paraíso dos etnólogos'". Em: *Uma outra invenção da Amazônia: religiões, histórias e identidades*. Belém: Cejup, p. 27-54.

MELLO, Alex Fiúza de (org.)
(2002) *O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI*. Belém: UFPA.

MONTAGNER, Delvair
(1996) *A morada das almas: representação das doenças e das terapêuticas entre os Marubo*. Belém: MPEG.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica
(1993) *"Trabalhadeiras" e "Camarados": relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA.

NIEMEYER, Ana Maria de & GODOI, Emíla Pietrafesa de
(1998) *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras.

OLIVEIRA, Adélia & FURTADO, Lourdes Gonçalves
(1995) "As ciências humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi. 128 anos em busca do conhecimento antropológico na Amazônia". Em: *BIB – Anpocs*. Rio de Janeiro, n. 39, p. 103-10.

OLIVEIRA, Ana Gita
(1995) *O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro*. Belém: MPEG.

POZZOBON, Jorge
(2002) *Vocês, brancos, não têm alma: histórias de fronteiras*. Belém: UFPA/MPEG.

PPGCS/UFMA
(2003) *VIII Reunião de antropólogos do Norte e Nordeste: programa e resumos*. São Luís: UFMA.

RAMOS, Alcida Rita & RIBEIRO, Gustavo Lins
(2002) "Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social". Em: GODOI, Emília Pietrafesa; DEBERT, Guita Grin; PONTES, Heloisa Andre (orgs.). *Antropologia na pós-graduação*. Campinas: ABA/Unicamp.

SÁ, Samuel Maria de Amorin
(2001) "1968-1973: um lustro de seminários de estágio no Museu Goeldi. Seis fragmentos para um estudo". Em: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: MPEG, p. 705-14.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
(2003) "Mais pesquisadores defendem PIBIC". Em: *Jornal da Ciência*. Ano XVIII, n. 523, 27.01, p. 10.

SCHWARCZ, Lilia Moritz
(1993) *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste: Programa e Resumos. Aracaju: UFS.

Anexo

Grupos de Trabalho da VIII ABANNE

Acesso à terra no Norte e Nordeste
Antropologia da emoção
Antropologia do desenvolvimento
Antropologia e comunicação
Antropologia visual
Artes e produção cultural indígena e popular
Catolicismo vigoroso: velhas e novas formas de religiosidade
Cultura popular, memória e identidade
Estado e povos indígenas
Etnologia e etno-história da Amazônia e do Nordeste
Ganhando terreno: autonomias indígenas na virada do milênio
Leituras contemporâneas da memória; música ritual e política
Noções sobre racialização e suas conseqüências para a população negra
Novos olhares antropológicos
Patrimônio, memória e diversidade bio-cultural
Performance, drama e sociedade
Políticas públicas para o meio rural
Religiões populares, permanências e transformações
Representações coletivas, imaginário da multiculturalidade, pureza e perigo
Sociedades quilombolas e sociedades negras rurais no Norte e Nordeste: perspectivas de estudo
Territórios e movimentos indígenas

Grupos de Trabalho do XI CISO

A nova elite política nordestina
Cidades e territórios; cosmologia do contato
Cultura da violência na contemporaneidade
Democracia e cidadania participativa
Estudos rurais; gênero, gerações e família
Gêneros da cultura na sociedade contemporânea
Indigenismo e movimento indígena
Itinerários intelectuais, imagem e sociedade
Memória, narrativa e história oral
Mídia, cultura e política
Novas cartografias da Antropologia
Políticas públicas e governo
Religião e percursos de saúde no Brasil de hoje: as curas espirituais
Saúde, corpo e imaginário
Semi-árido brasileiro: desenvolvimento e sustentabilidade
Sociologia da emoção
Trabalho, desenvolvimento e direitos sociais

RUBEN GEORGE OLIVEN

A reprodução da antropologia no Brasil

No Brasil, a maior parte das profissões é regulamentada e, para exercê-las, exige-se um curso universitário de graduação. Para ser economista, por exemplo, é preciso ser bacharel em ciências econômicas. Vários de nossos mais conhecidos economistas, como Celso Furtado, não poderiam se inscrever em concursos públicos para o cargo de economista por não terem realizado cursos de graduação em ciências econômicas. Ter o título de mestre ou doutor em economia não substitui o curso de graduação como pré-requisito para ser economista.

A antropologia é uma das poucas profissões não regulamentadas no Brasil. A exemplo de *filósofo* e *psicanalista*, qualquer pessoa pode se intitular *antropólogo*. Na criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1955, não era necessário ter títulos de pós-graduação para ser sócio, o que, aliás, poucos dos antropólogos de então possuíam. Era preciso ser pesquisador e/ou professor de antropologia. A partir de um certo momento, a ABA passou a optar pelos títulos de pós-graduação. Atualmente, para ser sócio efetivo da ABA, é preciso ser no mínimo mestre em antropologia. Pode-se pedir admissão argumentando praticar pesquisa ou docência antropológica, mas cabe ao Conselho Científico da ABA aceitar ou não o pedido. Cursar um programa de pós-graduação acabou se tornando o caminho "natural" para ser reconhecido como antropólogo pelos pares. Existem prós e contras no fato de a antropologia não ser uma profissão regulamentada.

Uma das vantagens da profissão de antropólogo não ser regulamentada é permitir que os antropólogos brasileiros sejam oriundos dos mais variados cursos de graduação, optando pela antropologia apenas na pós-graduação, quando já são um pouco mais experientes e têm mais vivência acadêmica. No mundo todo, existe um certo número de antropólogos, alguns muito importantes, que se formaram originalmente em outras profissões. Malinowski, por exemplo, tinha doutorado em física e matemática e Leach, graduação em matemática e ciências mecânicas. Antes de se tornar um antropólogo, Boas tinha estudado matemática e física, e se interessado por geografia.

A desvantagem mais óbvia da não-regulamentação da profissão de antropólogo no Brasil é a de nossos mestres e doutores em antropologia não gozarem da proteção legal que outras profissões têm. Existem pessoas com diferentes cursos de graduação que ocupam o cargo de antropólogo em instituições públicas. A possibilidade de pessoas sem formação ou conhecimento antropológico se intitularem antropólogos e elaborarem laudos sobre terras indígenas ou de remanescentes de comunidades de quilombos é outra desvantagem. Na prática, isso é cada vez mais difícil, pois a Associação Brasileira de Antropologia mantém um convênio com a Procuradoria Geral da República com o objetivo de colaborar na realização de laudos antropológicos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente o trabalho do Ministério Público Federal em questões que envolvam direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos e minorias. Sempre que solicitada, a ABA indica um de seus sócios especialista no grupo em questão. Juízes também costumam solicitar à ABA a indicação de sócios para a elaboração de laudos, o que prova que operadores do Direito consideram os membros da Associação antropólogos credenciados.

Atualmente, quando se pensa a formação do antropólogo no Brasil é comum começar mencionando os programas de pós-graduação. A história da antropologia no Brasil, entretanto, é mais antiga, e remonta a uma época em que não existiam programas de pós-graduação, ao menos não nos moldes atuais. Ao considerar precursores como Curt Nimuendaju ou os médicos Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Thales de Azevedo, este ex-presidente da ABA, damo-nos conta de que a formação de antropólogo em outras épocas era muito diferente da atual. Em sua maioria, esses antropólogos eram auto-didatas e aprendiam no trabalho de campo.

É a *missão francesa*, trazida para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo na década de 1930, e da qual participou Claude Lévi-Strauss, que marca a formação dos antropólogos em moldes universitários mais modernos. Nessa época, contudo, não havia um sistema de pós-graduação como o atual.

O Brasil conta atualmente com dez programas de pós-graduação em antropologia. Seis oferecem cursos de mestrado e doutorado e quatro apenas cursos de mestrado. A UFRJ, na realidade, têm dois programas de pós-graduação: um em antropologia social, oferecido no Museu Nacional, e outro, mais recente, em antropologia cultural, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Sobre este programa, infelizmente não temos dados disponíveis, pois não é avaliado pelo Comitê de Antropologia da CAPES. Em 2002, a Universidade Católica de Goiás criou o Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, com áreas de concentração em antropologia e arqueologia. Como se trata de um curso recente, também não dispomos de dados sobre ele. Todos os programas de pós-graduação em antropologia estão em universidades públicas: oito em federais e dois em estaduais paulistas.

O programa mais antigo é do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1968, depois da experiência prévia de um curso de especialização. A Universidade de São Paulo, cuja pós-graduação em antropologia data de 1972, oferecia o o título de doutor muito antes disso, porém nos moldes antigos, em que o candidato defendia uma tese sem a necessidade de realizar cursos.

Vários dos atuais programas tiveram origem em cursos de especialização, considerados atualmente cursos de pós-graduação *lato sensu*. É o caso do Museu Nacional, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Federal de Santa Cataria (UFSC) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esses cursos significaram os primeiros ensaios do ensino da antropologia sob forma mais aprofundada e com treinamento em pesquisa etnográfica.

Até o fim da década de 1970 os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) estavam concentrados no eixo Rio, São Paulo e Brasília. A partir de então, foram criados programas em outras regiões do Brasil, dando início a um processo de descentralização. Existem atualmente cursos de pós-graduação em todas as regiões do Brasil, como pode ser visto na seguinte tabela:

Tabela 1 | Ano de início dos programas pós-graduação em antropologia no país

Instituição	Nível	Início
UFF	mestrado	1994
UFPA	mestrado	1994
UFPE	mestrado	1977
	doutorado	2001
UFPR*	mestrado	1991
UFRGS	mestrado	1979
	doutorado	1991
UFRJ	mestrado	1968
	doutorado	1977
UFSC	mestrado	1985
	doutorado	1999
UnB	mestrado	1972
	doutorado	1981
UNICAMP	mestrado	1971
USP	mestrado	1972
	doutorado	1972

* O PPGAS da UFPR foi implementado em 1991 e interrompido em 1992 devido à aposentadoria de vários professores. Em 1999 o PPGAS foi credenciado pela CAPES e retomou suas atividades.

O passo seguinte aos cursos de especialização foi a criação de mestrados. No começo, estes cursos tinham uma duração muito mais longa que a atual, com número elevado de créditos e dissertações extensas, às vezes com a mesma envergadura das atuais teses de doutorado. Muitas dessas dissertações foram publicadas sob a forma de livros e contribuíram decisivamente para o conhecimento da sociedade e da cultura brasileiras, em um momento em que a antropologia começou a se firmar como uma ciência social que se ocupava não somente de sociedades indígenas, mas também de outros grupos humanos do Brasil, principalmente dos que se encontram no meio urbano.

A criação dos programas de doutorado levou a uma gradativa reformulação dos cursos de mestrado. Em razão da pressão das agências financiadoras, tiveram seu tempo ideal de realização reduzido para dois anos. Isso significou a diminuição do número de créditos e uma delimitação mais precisa da dissertação, que abandonou o caráter de tese e passou a significar algo mais próximo de um primeiro trabalho de pesquisa. O mestrado, todavia, não desapareceu, ao contrário do que ocorreu nas universidades norte-americanas, em que não existe o título de mestre ou ele não é suficiente para ingressar no mercado acadêmico. Até pouco tempo atrás, no Brasil, o título de mestre em antropologia era importante para a obtenção de um emprego em uma universidade. Hoje, o diferencial se torna cada vez mais o título de doutor.

Atualmente, no Brasil, o aluno de pós-graduação em antropologia segue cursos, realiza uma pesquisa para sua dissertação, e, obtido o título de mestre, retorna para o doutorado, no qual deve novamente freqüentar cursos, seguidos de uma pesquisa mais longa para a tese. Curiosamente, no doutorado, o aluno não tem a pressão do tempo exíguo do mestrado, já que em geral computa os créditos obtidos neste, conseguindo assim freqüentemente terminar o conjunto de disciplinas restantes em um ou dois semestres, e ter três ou três anos e meio para realizar a pesquisa e redigir a tese. Pode-se imaginar que, em razão da desvalorização do título de mestre no mercado profissional ocasionada pela criação de doutorados, haja no futuro uma fusão entre mestrado e doutorado. Isso significaria uma única fase de obtenção de créditos e um único trabalho de pesquisa para a redação da tese. Nesse caso, o título de mestre poderia ser concedido, por exemplo, na aprovação do exame de qualificação.

A tabela 2 dá idéia da evolução recente das matrículas de pós-graduação em antropologia no país.

De 1996 a 2001, houve crescimento substancial do número de novos alunos de mestrado (38,46%), e crescimento exponencial do número de novos alunos de doutorado (247%). Este título tem importância crescente para quem quer entrar no mercado de trabalho acadêmico. As agências financiadoras, por sua

Tabela 2 | Evolução da pós-graduação em antropologia no país

	Nível	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alunos Novos	M	65	98	90	102	111	90
	D	17	33	25	45	50	59
Alunos no Início do Ano Base	M	271	265	274	284	280	265
	D	139	139	149	149	163	181
Alunos Titulados	M	82	67	70	86	107	92
	D	14	25	31	21	23	27

Fonte: Relatórios CAPES

vez, têm concentrado suas bolsas de estudo nesse nível, em detrimento do mestrado, visto como uma fase inicial da pós-graduação.

O exame da formação do corpo docente dos programas de pós-graduação revela grau bastante alto de *endogenia*, como se pode ver na tabela 3:

Tabela 3 | Corpo docente (professores em tempo integral em 2001): instituição em que se doutoraram, por programa de atuação (%)

		IES em que atuam										TOTAL
		UFF	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ	UFSC	UnB	UNICAMP	USP	
UFRJ		54,5	12,5	7,1	22,2	16,7	62,5			5,9	7,7	19,2
UnB			12,5		11,1				28,6			4,8
UNICAMP			25,0		11,1		6,2			5,9		4,0
USP		27,3	12,5	7,1	33,3		18,7	45,4	21,4	47,0	84,6	30,4
Outras/BR			12,5	7,1	11,1	8,3		9,1				4,0
EUA		18,2	12,5	21,4	11,1	16,7		9,1	35,7	17,6	7,7	15,2
França				28,6		41,7	6,2	27,3		11,8		12,0
Grã-Betanha				14,3		16,7	6,2	9,1	14,3	11,8		8,0
Outras/Ext.			12,5	14,3								2,4
TOTAL	(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	(n)	11	8	14	9	12	16	11	14	17	13	125

Fonte: Relatórios CAPES

Boa parte dos professores obteve seu doutorado no programa em que lecionam. Passada uma fase em que os futuros antropólogos estudavam no exterior, começou a se estabelecer a prática de recrutar professores entre os ex-alunos. O mais alto grau de *inbreeding* ocorre na USP, onde 84,6% dos professores estudaram na própria instituição. A endogenia também é forte no Museu Nacional, no qual 62,5% dos professores são formados na UFRJ. Há também uma endogenia secundária, a dos professores que se doutoraram em um programa que se encontra no mesmo estado ou na mesma área metropolitana. É o caso, por exemplo, do corpo docente do programa da UNICAMP, do qual 47% são titulados pela USP, e do corpo docente do programa da UFF, do qual 54,5% são titulados pelo Museu Nacional. O mesmo deve ocorrer com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no qual muitos docentes realizaram o doutorado no Museu Nacional, que funciona na mesma instituição universitária.

As universidades em que se formou a maior parte dos professores que atuam em programas de pós-graduação em antropologia são brasileiras; entre elas, a USP (30,4%) e o Museu Nacional (19,2%) são as mais representativas. Estudaram no exterior 37,6% dos professores, sendo Estados Unidos (15,2%), França (11,8%) e Grã-Bretanha (7,2%) os lugares mais procurados. Os programas em que o maior número de professores estudou no exterior são UFPE (78,6%), UFRGS (75,1), UnB (50%) e UFSC (45,5%). Esses programas estão geograficamente distantes do eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Um problema que acompanha a endogenia é o das bibliotecas. Via de regra as bibliotecas de universidades e demais instituições brasileiras são precárias. Alguns programas de pós-graduação em antropologia conseguiram, com verbas de convênios nacionais e internacionais, adquirir um número razoável de livros e assinaturas de periódicos internacionais. Comparados com a média dos acervos de antropologia de outras bibliotecas de universidades brasileiras, esses acervos se destacam. Comparados internacionalmente, deixam a desejar.

A comunidade antropológica, assim como as demais comunidades das ciências sociais e humanas, não tem sido capaz de conseguir mais recursos para compra de livros, instrumentos de trabalho relativamente baratos quando comparados com equipamentos utilizados em laboratórios de ciências exatas. É mais fácil conseguir o equivalente a cinco mil dólares para adquirir novos computadores que a mesma quantia para aquisição de livros.

Nesse contexto, é comum os professores adquirirem livros por conta própria e terem suas bibliotecas particulares, o que favorece a "cultura do xerox" que prolifera em nossas universidades, aí incluídos os programas de pós-graduação.

Como conseqüência desse processo, os estudantes permanecem limitados ao que existe nas bibliotecas de suas universidades ou de seus professores, sem ter acesso a outro tipo de material. Isso reforça a endogenia, uma vez que os alunos acabam lendo principalmente o que está disponível nos acervos locais. A recente criação do Portal de Periódicos da CAPES é uma tentativa importante de minimizar esse problema no que diz respeito às revistas. Mesmo assim, o hiato entre as bibliotecas brasileiras e as de centros mais ricos é dramático.

Em geral, a antropologia feita por brasileiros é considerada muito criativa e avançada em relação a outros centros. Em países de tradição antropológica mais antiga, os antropólogos relutam muito em estudar sua própria sociedade. Isso não é feito de todo, sendo considerado atividade da sociologia e do folclore, ou é feito de forma tímida, como na França e na Inglaterra. Em outros países, cria-se uma divisão rígida entre estudar os outros (antropologia, *Völkerkunde*) e estudar seu próprio país (folclore, etnologia, *Volkskunde*), divisão que, em alguns casos, como na Suécia e na Noruega, significa departamentos acadêmicos separados.

Embora a antropologia no Brasil tenha surgido com a etnologia indígena, o percentual de antropólogos brasileiros que se dedica atualmente ao estudo de sociedades indígenas é de aproximadamente apenas 15%. A maior parte dos antropólogos estuda o que pode ser chamado *sociedade nacional*. Isso pode ser explicado pelo fato de que o Brasil passou por transformações dramáticas nos últimos cinqüenta anos, com um acentuado processo de urbanização e grandes mudanças nas esferas social e cultural. É natural, portanto, que os antropólogos brasileiros se sintam desafiados a estudar sua própria sociedade. Nas últimas décadas, eles deram notáveis contribuições não somente ao estudo de grupos urbanos, como também à dinâmica cultural e social do Brasil como nação. A antropologia deixou de ser uma ciência social marginal, como foi até a década de 1960, para ter o mesmo *status* das demais ciências sociais.

O desejo de entender sua própria sociedade faz com que os antropólogos brasileiros raramente pesquisem fora das fronteiras nacionais. Recentemente, têm sido feitos estudos no exterior, em geral em países vizinhos, que examinam fenômenos originados no Brasil e que migraram para lá, como a expansão da umbanda e do pentecostalismo para o Uruguai e para a Argentina, ou em países distantes, estudando brasileiros que migraram para lá, como os que vivem nos Estados Unidos ou no Japão.

Apesar do arrojo e da complexidade da antropologia no Brasil, os currículos dos programas de pós-graduação são muito semelhantes e correspondem a uma visão bastante tradicional. Em geral, existem disciplinas obrigatórias de *Teoria*

antropológica e de *Métodos e técnicas de pesquisa.* A disciplina *Organização social e parentesco* é obrigatória em alguns programas. Entre as opcionais, encontram-se disciplinas como *Rituais, Mitos, Família, Sociedade e cultura* e *Antropologia urbana.* Há disciplinas relativamente novas como *Antropologia visual* e *Antropologia do corpo e da saúde*, que correspondem a novos interesses dos antropólogos. Apesar do crescente envolvimento de antropólogos brasileiros com a elaboração de laudos periciais relativos a terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, praticamente não existem disciplinas sobre esse tema.

O Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em sua "Tabela de áreas de conhecimento", adota, tradicionalmente, as seguintes sub-áreas na área de antropologia: 1) Teoria antropológica; 2) Etnologia indígena; 3) Antropologia urbana; 4) Antropologia rural; 5) Antropologia das populações afro-brasileiras.

Com o tempo, essa classificação tem se mostrado insuficiente e ultrapassada para dar conta do que nossos antropólogos pesquisam. Uma consulta feita em 1997 a membros do Conselho Científico da ABA para sugerir ao CNPq uma nova classificação resultou na proposta, que não foi posta em prática, de acrescer à lista as seguintes sub-áreas: 6) Relações inter-étnicas; 7) Antropologia política; 8) Antropologia jurídica; 9) Antropologia da religião; 10) Antropologia econômica; 11) Família, parentesco e gênero; 12) Ritual e performance; 13) Identidades regionais, nacionais e transnacionais; 14) Indivíduo, cultura e sociedade; 15) História da antropologia; 16) Antropologia visual e da imagem; 17) Antropologia do corpo e da saúde; 18) Antropologia da música; 19) Antropologia e meio ambiente; 20) Antropologia das organizações; 21) Antropologia biológica.

Embora essa proposta não dê conta de toda a gama de atividades dos sócios da ABA, reflete a ampliação da área de atuação e pesquisa dos antropólogos brasileiros, conforme nos mostra a tabela 4.

Quase um terço da produção docente é publicada em periódicos, seguida de capítulos em livros (21,1%). A distribuição por professor revela a situação ilustrada pela tabela 5.

Tabela 4 | Produção intelectual do corpo docente: evolução das proporções em todos os programas (%)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Média no período
Artigos em Periódicos:							
Trabalhos completos	31,4	35,5	31,8	33,7	32,5	29,4	32,3
Trabalhos em Anais:							
Trabalhos completos	5,5	4,4	5,5	1,9	4,3	2,2	3,9
Resumos	8,3	7,0	12,0	18,1	12,9	13,1	12,4
Livros:							
Textos integrais	5,8	5,7	6,7	6,0	4,8	3,3	5,3
Capítulos	23,0	17,2	26,0	18,7	18,5	23,6	21,1
Coletâneas	3,9	2,3	1,1	2,5	2,2	2,8	2,4
Outras*	21,9	27,7	16,9	18,9	24,6	25,5	22,6
TOTAL de Publicações	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	360	383	450	513	621	541	2868

Fonte: Relatórios CAPES

* A entrada "Outras" abrange: traduções de livros e artigos; artigos em jornais e revistas etc.

Tabela 5 | Indicadores da produção intelectual do corpo docente: evolução das médias em todos os programas (%)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Média no período
Publicações internacionais por docente	0,6	0,4	0,2	0,1	0,6	0,5	0,4
Livros editados no país	0,7	0,6	0,9	0,8	0,9	0,9	0,8
Livros editados no exterior	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

Fonte: Relatórios CAPES

Se examinarmos o período de 1996 a 2001, observaremos que um professor de um programa de pós-graduação em antropologia, no Brasil, publica por ano em média 0,4 artigos em periódicos internacionais, 0,8 livros no Brasil e 0,2 no exterior. A distribuição dessa publicação por programas é a seguinte:

Tabela 6 | Indicadores da produção intelectual do corpo docente: médias no período 1996-2001, por programa

	UFF	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ	UFSC	UnB	UNICAMP	USP	Média global
Publicações internacionais por docente	0,1	0,2	0,2	0,3	0,8	0,7	0,6	0,5	0,3	0,1	0,4
Livros editados no país	0,8	0,6	0,5	0,4	1,1	1,1	0,8	0,7	1,0	0,7	0,8
Livros editados no exterior	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2

Fonte: Relatórios CAPES

É interessante olhar para o corpo discente dos programas de pós-graduação. As tabelas 7 e 8 mostram o que faziam os mestres e doutores antes de se inscreverem nos programas de pós-graduação.

Pode-se constatar que, após a obtenção do título, houve um crescimento do número de antropólogos que começaram a trabalhar como docentes de ensino superior, passando de 35,3% para 56,7% no que diz respeito aos mestres, e de 67,96 para 83,74% no que diz respeito aos doutores.

Comparando-se os mestres e doutores na época da inscrição para o doutorado e após a obtenção do título, no que diz respeito à permanência na docência, obtêm-se as tabelas 9 e 10:

Dos atuais mestres que não eram professores na época da inscrição, 59,1% continuam não sendo professores e 40,9% passaram a sê-lo. Dos atuais mestres que eram professores na época da inscrição, 14,9% deixaram de sê-lo (por aposentadoria, abandono do magistério etc.) e 85,1% continuam lecionando. Dos atuais doutores que não eram professores na época da inscrição, 29,0% continuam não sendo professores e 71,0% passaram a sê-lo. Dos atuais doutores que eram professores na época da inscrição, 14,9% deixaram de sê-lo e 85,1% continuam a lecionar.

Tabela 7 | Mestres em antropologia: tipo de trabalho na época da inscrição e tipo de trabalho atual para o mestrado

Tipo de trabalho	Na época da inscrição	%	Trabalho Atual	%
Admin. públ.	52	30,1	39	18,0
Empresa	10	5,8	7	3,2
IES	61	35,3	123	56,7
Outra instituição de ensino	10	5,8	9	4,1
Instituição de pesquisa	8	4,6	7	3,2
Inst. assess./ONG	13	7,5	12	5,5
Organ. pol., sind. etc.	2	1,2	1	0,5
Organ. internacional			2	0,9
Outra	17	9,8	17	7,8
Total	173	100,0	217	100,0
Sem trabalho	148		104	
Total	321		321	

Tabela 8 | Doutores em antropologia: tipo de trabalho na época da inscrição e tipo de trabalho atual para o doutorado

Tipo de trabalho	Na época da inscrição	%	Trabalho Atual	%
Admin. públ.	13	12,62	8	6,50
Empresa	2	1,94	4	3,25
IES	70	67,96	103	83,74
Outra instituição de ensino	2	1,94	4	3,25
Instituição de pesquisa	11	10,68	1	0,81
Inst. assess./ONG	3	2,91	-	-
Organ. internacional	1	0,97	1	0,81
Outra	1	0,97	2	1,63
Total	103	100,00	123	100,00
Sem trabalho	35		15	
Total	138		138	

Tabela 9 | Mestres em antropologia: comparação da atividade principal na época da inscrição e a atual quanto à docência no ensino superior

Professor de IES na época da inscrição	Professor de IES na atividade atual		
	Não	Sim	Total
Não	59,1	40,9	100,0
Sim	14,9	85,1	100,0
Total	43,7	56,3	100,0

Tabela 10 | Doutores em antropologia: comparação da atividade principal na época da inscrição e a atual quanto à docência no ensino superior a (%)

Professor de IES na época da inscrição	Professor de IES na atividade atual		
	Não	Sim	Total
Não	29,0	71,0	100,0
Sim	7,9	92,1	100,0
Total	14,9	85,1	100,0

Esses dados mostram que, apesar de ter aumentado o número de antropólogos que trabalham fora da academia, esta é a grande empregadora de antropólogos no Brasil. Continuamos basicamente formando mestres e doutores que já são ou virão a ser professores e pesquisadores em instituições de ensino superior.

As tabelas 11 e 12 mostram onde trabalham nossos mestres e doutores que atuam na docência.

Quando olhamos o tipo de instituição de ensino que contrata os pós-graduados, verificamos que 45,7% dos mestres e 16,5% dos doutores que trabalham no ensino superior estão em instituições privadas. Os docentes que trabalham em instituições públicas estão mais concentrados em federais: do total geral, 39,97% dos mestres e 64,1% dos doutores. Esses números mostram que a rede particular tem absorvido mais os mestres, ao passo que a rede pública seleciona mais os doutores.

Tabela 11| Mestres em antropologia: instituição de titulação e dependência administrativa da IES onde é docente

Dependência administrativa da IES	Instituição de titulação										Total
	UFPA	UFPE	UFF	UFRJ	UNICAMP	USP	UFPR	UFSC	UFRGS	UnB	
Federal	83,3	55,2	37,5	33,3	26,7			15,4	33,3	57,1	39,7
Estadual	8,3	10,3		11,1		42,9	50,0	15,4		14,3	11,2
Municipal								15,4			1,7
Particular	8,3	34,5	62,5	55,6	66,7	57,1	50,0	46,2	66,7	28,6	45,7
Comunitária					6,7			7,7			1,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 12 | Doutores em antropologia: instituição de titulação e dependência administrativa da IES onde é docente

Dependência administrativa da IES	Instituição de titulação				
	UFRJ	USP	UFRGS	UnB	Total
Federal	75,0	58,1	42,9	61,5	64,1
Estadual	15,0	23,3			15,5
Municipal		2,3		7,7	1,9
Particular	10,0	16,3	28,6	30,8	16,5
Comunitária			28,6		1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Considerando que as vagas nas universidades federais estão atualmente congeladas, que os concursos são raros e que a legislação pressiona as universidades para terem um determinado percentual de doutores, é fácil imaginar que as universidades particulares e comunitárias tenderão, de agora em diante, a absorver os titulados. As universidades públicas, principalmente as federais, estão se valendo de formas paliativas de absorção temporária de pós-graduandos,

como as bolsas de recém-doutor, o PRODOC e o PROFIX, programas, respectivamente, da CAPES e do CNPq, para fixar novos doutores em universidades.

Atualmente, a reprodução da antropologia no Brasil se dá principalmente pela e para a universidade. O país titula aproximadamente seis mil doutores por ano em todas as áreas do conhecimento, começando a existir desemprego ou subemprego desses titulados. Essa situação é agravada pelo fato de a mobilidade geográfica no Brasil ser menor que, por exemplo, nos Estados Unidos. Os profissionais tendem a não querer sair de suas cidades de origem. Quando o fazem, procuram viver em grandes centros urbanos. Em concursos públicos, comumente são poucos os candidatos de fora.

O desemprego e subemprego de doutores também começa a ocorrer na antropologia. Quase não tem havido concursos em universidades federais e nem todos os doutores em antropologia estão dispostos a lecionar e pesquisar em universidades privadas do interior.

Apesar de a maior parte dos antropólogos pós-graduados trabalhar em instituições de ensino superior, há um certo número de profissionais que atua fora dos muros da academia. Há antropólogos trabalhando em museus, em instituições de pesquisa, em órgãos governamentais, em organizações não governamentais e na Procuradoria Geral da República. É possível inclusive que esse campo se amplie.

Embora a proporção de antropólogos que se dedicam à etnologia indígena seja pequena, as sociedades indígenas continuam sendo uma referência fundamental em termos tanto de compromisso ético e político da antropologia quanto de referência primeira de elaboração dos temas clássicos da disciplina: parentesco, religião, rituais etc. O campo da antropologia brasileira tem se ampliado, aprofundando a preocupação em captar a diversidade cultural do país. Por mais diferentes que sejam os temas de pesquisa dos antropólogos brasileiros, existe uma questão central da antropologia que é a importância de compreender as diferentes formas culturais que existem em um país com a complexidade do Brasil.

PETER FRY

Internacionalização da disciplina

O que significa falar de "internacionalização da disciplina"?[1]

No termo de referência que estimulou essa reflexão, Wilson Trajano Filho comenta inicialmente que a produção da antropologia brasileira se caracteriza por uma elevada dominância dos temas nacionais:

> Das sociedades indígenas, passando pelos grupos camponeses, às 'tribos urbanas' (deixando de lado a variedade referente às fontes de inspiração teórica, aos instrumentos analíticos e às estratégias metodológicas), a antropologia brasileira tem quase sempre o Brasil como ponto de chegada. Até recentemente, poucos eram os antropólogos que se aventuraram fora das fronteiras nacionais para realizar pesquisa.

Em seguida, observa que o quadro começa a mudar a partir dos anos 1980. Desde então, aproximadamente quarenta antropólogos brasileiros fizeram ou estão fazendo pesquisa fora do Brasil. Ao mesmo tempo, inicia-se outro movimento. Desta vez, um "crescente número de estudantes estrangeiros nos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil que, fazendo pesquisa em seus países de origem, também contribuem para o alargamento do campo onde as vozes (ou os textos) da antropologia brasileira são ouvidas". Mas, continua Trajano Filho:

> assim como sabemos que não é o objeto de pesquisa que define uma disciplina como a antropologia, também devemos nos precaver contra a idéia de que o mero deslocamento rumo ao além-mar significa uma internacionalização da antropologia brasileira. Este movimento certamente tem importantes significações, mas não parece ser razoável dele retirar uma conclusão direta sobre a maior capacidade da antropologia brasileira se fazer ouvir fora da comunidade nacional de antropólogos.

[1] Gostaria de agradecer as sugestões de Yvonne Maggie e sobretudo de Wilson Trajano Filho, que pacientemente comentou o desenvolvimento deste trabalho.

Trajano Filho se refere à "comunidade nacional de antropólogos", que é uma boa definição da "antropologia brasileira", ou da "antropologia que se faz e ensina no Brasil". Infelizmente, porém, este ensaio não falará sobre essa "comunidade" em sua totalidade, pois os dados que possuo são de um seleto grupo de programas de pós-graduação que se definem como sendo de "antropologia" ou "antropologia social".

Os antropólogos a que se referem os dados são, portanto, fundamentalmente *docentes de pós-graduação de um grupo específico de programas*. Estão excluídos da análise estes antropólogos: a) docentes de graduação e de programas de pós-graduação que não se definem exclusivamente como de antropologia, por exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ); b) docentes de graduação em universidades sem programas de pós-graduação em antropologia, como a Universidade Candido Mendes e a Universidade Federal do Piauí; c) pesquisadores de instituições de pesquisa não governamentais, como o Instituto para o Estudo da Religião (ISER), o Instituto Socioambiental, a Fundação Carlos Chagas e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Candido Mendes; d) funcionários de instituições governamentais, como a Fundação Nacional do Índio, o Ministério da Cultura e o Museu do Folclore.

Ao longo deste ensaio, portanto, "antropólogos brasileiros" e "antropologia brasileira" querem dizer "antropólogos brasileiros presentes na amostra" e "antropologia brasileira evidenciada na amostra".

Os dados que tenho para reflexão são os seguintes: a) número de bolsas de doutorado no exterior concedidas pelas agências financiadoras nacionais a antropólogos brasileiros (CAPES e CNPq, 1993-2002); b) número de dissertações e teses feitas por antropólogos brasileiros, bolsistas da CAPES e do CNPq, com base em pesquisas feitas no exterior sobre temas "não nacionais": locais e temáticas (Resumos CAPES e CNPq, 1993-2002); c) número de bolsas sanduíches oferecidas pelas agências financiadoras: países (CAPES e CNPq, 1993-2002); d) número de professores visitantes estrangeiros nos programas de pós-graduação em antropologia: origem e programas de acolhimento; e) número de alunos estrangeiros nos programas de pós-graduação: nacionalidade e programas; f) número de bolsas PEC/PG oferecidas pela CAPES: nacionalidade dos estudantes e programas (CAPES, 1993-2002); g) convênios e intercâmbios institucionais com programas do exterior: países e temáticas (Relatório CAPES 1996-2001); h) auxílios dados para missões de estudo e participação em congressos e encontros no exterior: países (CAPES e CNPq, 1993-2002); i) participações de docentes antropólogos em congressos, encontros acadêmicos (que não receberam auxílio das agências nacionais de fomento à pesquisa), comitês editoriais, associações científicas, organismos internacionais e consultorias *ad hoc* (relatório CAPES 1996-2001); h) publicações de livros, artigos e capítulos de livros no exterior feitas por antropólogos brasileiros: países (Relatório CAPES 1996-2001).

Em seu termo de referência, Trajano Filho pretendia avaliar o grau de internacionalização da antropologia brasileira por sua capacidade de ser *ouvida* "fora da comunidade nacional de antropólogos". "A idéia de internacionalização da antropologia brasileira passa pela questão do alcance de nossa produção antropológica [tanto a que se origina de pesquisas feitas dentro das fronteiras nacionais quanto aquela feita fora do país]. Para quem escrevemos, com quem dialogamos, em que língua o fazemos, quais os canais que veiculam nossa produção e que impacto ela tem fora do país?" Concordando com o exposto no termo de referência, não se avalia a internacionalização apenas computando os deslocamentos geográficos de alunos, docentes e pesquisadores e suas respectivas publicações, mas entendendo a capacidade da antropologia brasileira de ser ouvida (e levada em consideração, suponho!), fico, neste ensaio, devendo! Como vimos, os dados que possuo dizem muito sobre as redes sociais dos antropólogos brasileiros e o conteúdo e lugar de publicação de seus trabalhos, porém muito pouco ou nada sobre o efeito deles na antropologia como um todo. Os dados que possuo dizem respeito basicamente à produção da nossa antropologia, ao fluxo dos brasileiros para o exterior, dos estrangeiros para o Brasil, e às publicações brasileiras fora do país. Posso ver para quem escrevemos e com quem dialogamos, em que canais veiculamos nossa produção e em que línguas escrevemos, mas não posso avaliar o efeito dessa produção sobre os ouvidos alheios. Para isso, seria necessário um estudo da recepção de nossas falas e de nossos textos, o que seria outro ensaio.[2]

O desafio enfrentado pelo antropólogo sempre é tentar construir um sentido com base em uma quantidade finita de informações. Isso ele faz de acordo com uma perspectiva teórica qualquer e levando em consideração sua relação com o seu "objeto". No caso em questão, é importante frisar que conheço o campo da antropologia brasileira apenas como nativo em quatro instituições, em quatro

[2] Desde já, é possível imaginar como os alunos estrangeiros transmitem os conhecimentos adquiridos no Brasil. De meu conhecimento, por exemplo, entre 1990 e 1999 vinte jovens moçambicanos se graduaram no IFCS/UFRJ. Destes, seis seguiram para o mestrado (três no IFCS, um no Museu Nacional/UFRJ, um na UFF e um no IUPERJ). Dois deles hoje são doutores (pelo IFCS e pelo IUPERJ). Não há dúvida de que reproduzem grande parte do formato dos cursos que eles próprios experimentaram no Brasil, e posso bem imaginar um estudo deste e de outros exemplos semelhantes – veremos adiante o crescimento de alunos estrangeiros do Mercosul, por exemplo – para averiguar não apenas o grau de influência dos autores brasileiros, como a maneira de abordar a disciplina. Outro exercício interessante, e que já foi feito para as ciências sociais como um todo, é verificar o número de citações de trabalhos feitos por brasileiros no exterior.

momentos históricos: UNICAMP, de 1970 a 1983, Museu Nacional, de 1983 a 1985, Fundação Ford, de 1985 a 1993, e IFCS/UFRJ, de 1993 até a presente data. Não posso ignorar, portanto, meus conhecimentos e vieses quando examino o material que me foi mandado. Mas fiz desse exercício uma tentativa de enterrar meus preconceitos e *parti pris*, olhando os dados para ver o que poderiam me dizer ou o que eu poderia enxergar neles. Esperava que me obrigassem a pensar sobre o campo e, de fato, isso aconteceu.

Vi que os dados continham dois conjuntos de informações que podem ser separadas heuristicamente: de um lado, informações sobre a sociabilidade profissional dos antropólogos (com quem estudaram, quem visitam, de quem recebem visitas, quem orientam, para onde mandam seus alunos, onde publicam etc.); do outro, sua produção intelectual propriamente dita. Bem ao gosto da Escola Britânica de Antropologia Social, tinha em minhas mãos dados sobre as relações sociais dos antropólogos, sobre sua "economia" (no caso, a produção de textos) e algo sobre suas representações (o conteúdo dos textos). Resolvi, então, organizar os dois conjuntos de informações fornecidas pela coordenação do projeto. No fim deste ensaio, lanço mão do meu conhecimento nativo, algo sobre as instituições, sobre a "mitologia" da disciplina no Brasil, sobre sua base financeira, sobre as representações que se tem sobre um programa ou outro e, por que não, sobre as linhas de aliança e tensão, com o intuito de abrir a discussão sobre o lugar da antropologia brasileira no cenário da antropologia no mundo.[3]

As relações sociais

A formação dos docentes

O lugar da formação dos profissionais diz muito sobre a futura sociabilidade deles, pois, além de demarcar afinidades intelectuais, resulta muitas vezes em laços duradouros de cooperação. Comecemos, então, com os dados sobre a formação dos antropólogos de nossa amostra.

A tabela 1 mostra que aproximadamente dois terços (62,4%) dos docentes se formaram no Brasil e um terço (37,6%), no exterior. Nota-se pequena predominância dos Estados Unidos (15,2%) sobre a França (12%) e a Grã-Bretanha (8%). Possivelmente, os que se formaram no exterior (bem como muitos formados na USP) são da geração que se doutorou antes da abertura de programas de doutoramento no Brasil fora da USP, a partir de 1977. Essa suposição é corroborada pelos dados apresentados na tabela 2.

[3] Gostaria de pedir a compreensão dos especialistas em história e eventual especificidade da antropologia brasileira, em cuja seara entrei um tanto de gaiato.

Tabela 1 | Corpo docente (NRD6 em 2001): instituições em que se doutoraram, por programa de atuação (%)

IES em que doutoraram		IES em que atuam										TOTAL
		UFF	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ / MN[1]	UFSC	UnB	UNICAMP	USP	(todas IES[2])
UFRJ		54,5	12,5	7,1	22,2	16,7	62,5			5,9	7,7	19,2
UnB			12,5		11,1				28,6			4,8
UNICAMP			25,0		11,1		6,2			5,9		4,0
USP		27,3	12,5	7,1	33,3		18,7	45,4	21,4	47,0	84,6	30,4
Outras/BR			12,5	7,1	11,1	8,3		9,1				4,0
EUA		18,2	12,5	37,5	11,1	16,7		9,1	35,7	17,6	7,7	15,2
França				28,6		41,7	6,2	27,3		11,8		12,0
Grã-Bret.				14,3		16,7	6,2	9,1	14,3	11,8		8,0
Outras/Ext.			12,5	14,3								2,4
TOTAL	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(n)	11	8	14	9	12	16	11	14	17	13	125

Fonte: Relatórios CAPES

Tabela 2 | Corpo docente (NRD6 em 2001) de todos os programas: instituições em que se doutoraram, por ano de titulação (%)

IES em que doutoraram	Ano de titulação dos docentes							TOTAL
	1966 / 1970	1971 / 1975	1976 / 1980	1981 / 1985	1986 / 1990	1991 / 1995	1996 / 2001	
UFRJ / MN[1]				11,1	25,9	36,0	15,8	19,2
UnB					7,4		10,5	4,8
UNICAMP						8,0	7,9	4,0
USP		33,3	36,4	27,8	33,3	24,0	31,6	30,4
Outras / BR						4,0	10,5	4,0
EUA		33,3	36,4	27,8	22,2	4,0	2,6	15,2
França		16,7	18,2	11,1	3,7	16,0	13,1	12,0
Grã - Bret.		16,7	9,1	22,2	3,7	4,0	5,3	8,0
Outras / Ext.					3,7	4,0	2,6	2,4
TOTAL (%)		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(n)		6	11	18	27	25	38	125

Fonte: Relatórios CAPES

[1] Museu Nacional.

A porcentagem de docentes formados no exterior de 1981 a 1985 é de 61,1%, caindo para 23,6% no período que vai de 1996 a 2001. Essa queda percentual tão acentuada, contudo, não representa em números absolutos uma queda de mesma magnitude dos decentes que se formaram no exterior após a expansão dos doutorados no Brasil. No período 1981-1985, os 61,1% dos docentes formados no exterior representavam 11 antropólogos. Quinze anos mais tarde, os docentes titulados no exterior foram oito. O Brasil se afasta ou se aproxima do exterior com a redução da proporção de doutorados fora do país? Esse declínio proporcional é compensado pelas bolsas sanduíche?

Infelizmente, os dados sobre essa questão são bastante precários. Aparentemente, a média de bolsas tipo sanduíche é de cinco por ano – muito pouco? O número de brasileiros cursando o doutorado no exterior chegou a 15 em 1997, e caiu para nove em 2001. Os pós-doutorados oscilam entre 0 e 7, mas a média anual é de aproximadamente cinco.

Vejamos agora os dados que dizem respeito à sociabilidade internacional profissional dos antropólogos de nossa amostra.

As visitas para o exterior e os visitantes estrangeiros

Em primeiro lugar, vale ressaltar que viajamos muito. De 1996 a 2001, os docentes dos programas fizeram 689 viagens para o exterior, o que representa uma média de 138 por ano ou um pouco mais de uma viagem por ano para cada docente. Mas, como indicaremos a respeito das publicações, as médias enganam, já que poucos docentes são responsáveis pelas publicações no exterior. Podemos perguntar se a média de pouco mais de uma viagem por ano por cada docente é pouco representativa como média, já que alguns viajam muito e outros nunca viajam.

A Tabela 3 mostra os países visitados por programa. Em primeiro lugar, nota-se que os Estados Unidos perderam a dianteira no quesito "visitas", a maioria seguindo para a França (21,2%). Ainda assim, nossa hipótese sobre a relação entre a formação e a manutenção de relações se sustenta parcialmente. O programa com o maior número de docentes formados nos Estados Unidos (UnB) interage predominantemente com esse pais (47,1% das visitas para os EUA). A exceção aqui é o Museu Nacional/UFRJ, que, tendo poucos docentes formados na França, é responsável por 46,9% das visitas para este país. Esse fenômeno, todavia pode se dever à existência de um convênio CAPES/COFECUB que financia o intercâmbio regular de docentes entre o Museu Nacional e a École des Hautes Études em Paris.

Podem ser feitas algumas observações a mais sobre a tabela 3. É notável a crescente importância de Portugal e dos países da América Latina no padrão de visitações. Nos últimos anos, tem havido um crescente intercâmbio entre Portugal e Brasil, em razão do interesse de alguns pesquisadores tanto lá quanto aqui.

Tabela 3 | Apresentação de trabalhos de docentes no exterior: porcentagem em cada programa no período 1996 - 2001, por país (%)

País de apresentação		UFF	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ	UFSC	UnB	UNICAMP	USP	Total global
Espanha		3,0				7,9	0,5	7,6	3,4	5,9	4,1	3,5
França		30,3	6,9	26,5		13,2	46,9	6,3		8,3	8,2	21,2
Grã-Bretanha			6,9	2,9			10,0	2,5	4,6	8,3	2,0	5,5
Portugal		12,1	27,6	2,9		6,6	8,5	8,9	3,4	14,3	20,4	9,9
Europa/Outros		6,1	10,3	17,6	57,1	3,9	10,0	19,0	4,6	4,8	16,3	10,1
Argentina		9,1	3,4	5,9	42,9	21,1	5,7	13,9	8,0	8,3	2,0	9,1
México		3,0	3,4	5,9			0,5	1,3	9,2	9,5	6,1	3,6
Am.Latina/Outros		15,1	20,7	8,8		21,0	6,2	11,4	18,4	9,5	6,1	11,5
Canadá		18,2	3,4	5,9		5,3	3,3	17,7	1,1	2,4		5,4
EUA			6,9	14,7		15,8	6,6	8,9	47,1	27,4	16,3	16,2
Outros		3,0	10,3	8,8		5,3	1,9	2,5		1,2	18,4	3,9
TOTAL	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(n)	33	29	34	7	76	211	79	87	84	49	689

Fonte: Relatórios CAPES

Há renovada curiosidade pela significação da "cultura portuguesa" na configuração cultural do Brasil. Além disso, o antigo país colonizador é o único país europeu de língua portuguesa, o que facilita o acesso lingüístico à União Européia. O crescimento dos laços com a América Latina se deve ao surgimento do Mercosul – em 2003, a reunião dos antropólogos do Mercosul reuniu não menos que 1.000 participantes em Florianópolis –, mas também pode assinalar solidariedades e afinidades continentais, bem como facilidades lingüísticas e proximidade geográfica com custos de deslocamentos menores.

Tratamos das viagens dos brasileiros ao exterior. Vejamos agora na tabela 4 os estrangeiros que nos visitam.

Como nas visitações brasileiras, as visitações francesas são majoritárias (33,7%). Os Estados Unidos ficam num segundo lugar distante (14,7%), e muito abaixo dos países europeus como um todo (68%). De novo, percebe-se a crescente importância de Portugal nas relações internacionais da antropologia brasileira. Essas informações, reunidas aos dados a respeito das viagens dos antropólogos brasileiro ao exterior, indicam um forte viés europeu na composição das redes de sociabilidade dos antropólogos do Brasil.

Tabela 4 | Visitantes estrangeiros, 1996-2001

	UFF*	UFPA	UFPE	UFPR	UFRGS	UFRJ / MN[1]	UFSC	UnB	UNICAMP*	USP	TOTAL
Alemanha		1	1			1					3
EUA		1				5	5	1		2	14
França			1		1	21	9				32
Holanda			1			3					4
Peru				1							1
Suécia					1	1					2
Portugal						6	3			2	11
Grã-Betanha						4	1	1		1	7
Colômbia						3					3
Espanha						1	2				3
Bélgica						1	1				2
Canadá							1				1
Argentina							3				3
México							3	3			6
Itália							1			1	2
Venezuela								1			1
TOTAL	0	2	3	1	2	46	29	6	0	6	95

Fonte: Relatórios CAPES

[1] Museu Nacional.

* Programas que não mandaram dados

Passemos agora para a nacionalidade dos alunos estrangeiros que estudam nos programas brasileiros.

Alunos estrangeiros estudando no Brasil

Como a tabela 5 mostra, o Brasil atraiu, no período 1996-2001, um total de 85 alunos estrangeiros.

A primeira coisa que chama a atenção é a heterogeneidade dos países dos alunos de mestrado e doutorado em antropologia no Brasil. Onde há pequena participação, é difícil estabelecer um "fato social" – duvido, por exemplo, que haja um movimento suíço em favor dos programas brasileiros de antropologia – mas onde há percentuais maiores, é possível indagar as razões. Nesse sentido, chama a atenção o número significativo de alunos da Argentina (37 ou 31,1%) e de outros países da América Latina (24 ou 20,4%). Juntos, os alunos da América Latina são mais da metade de todos os alunos estrangeiros, o que sugere que os programas de pós-graduação brasileiros exercem forte liderança na antropologia do Mercosul e se apresentam como alternativa importante aos programas norte-americanos e europeus.

Tabela 5 | Alunos estrangeiros estudando no Brasil no período 1996 - 2001: países de origem, por programa

	UFPE		UFPR		UFRGS		UFRJ / MN[1]		UFSC		UnB		UNICAMP		USP		TOTAL global	
	M	M	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	M	D	M	D
Argentina	3						12	15		1	2	4				17	20
Benin							1	1								1	1
Chile								1			4	2				4	3
Colômbia	2												2			4	
Costa Rica											1					1	
Cuba											1					1	
Egito														1		1	
Espanha	1						1	1	2							4	1
EUA							1	1			1					2	1
França								1				1			1		3
Guatemala											1					1	
Honduras												1					1
Hungria													1			1	
Índia		1														1	
Itália							2	2								2	2
México													1			1	
Moçambique															1		1
Peru													1			1	
Suécia							1									1	
Suíça														1			1
Suriname												1					1
Uruguai					2	2										3	2
Venezuela												2				2	
TOTAL	6	1	2	2	18	22	2	1	13	9	5	1	3	48	37		

Fonte: Dados enviados pelos próprios programas

[1] Museu Nacional; a Universidade Federal Fluminense não enviou os dados solicitados; a Universidade Federal do Pará não recebeu alunos estrangeiros neste período; estamos considerando aqui os títulos obtidos, portanto, um mesmo aluno pode aparecer no mestrado e doutorado.

Seria interessante indagar se a relação entre formação e manutenção das relações afetivas e profissionais não pode ser aplicada à formação de alunos estrangeiros no Brasil e à manutenção de relações depois que eles vão embora – quando vão –, e supor que, ao formar alunos sul-americanos, nossos docentes viajariam mais para os países de seus ex-alunos. Parece que há uma tendência nesse sentido começando a se revelar. Os dados recolhidos, porém, não ajudam a hipótese, pois as viagens para a Argentina e o restante da América Latina são

majoritárias na UFPR, na UFRGS e na UFSC, ao passo que a maioria dos alunos dessa região estudam no Museu Nacional e na UnB (tabela 5).

Os brasileiros que pesquisam fora do Brasil

As informações que conseguimos sobre esse assunto são esparsas demais para uma reflexão mais aprofundada. Consistem de listas parciais de teses defendidas no Brasil, com base em pesquisas realizadas além das fronteiras nacionais, e de teses de brasileiros defendidas no exterior entre 1996 e 2001 (ver anexos). Dado que a maioria dessas teses foram defendidas em programas com grande número de alunos estrangeiros (Museu Nacional e UnB), é razoável supor que não sejam de estudantes brasileiros.

Entre as teses dos brasileiros que estudaram fora do Brasil, há duas sobre brasileiros fora do Brasil: uma tese de doutorado sobre capoeira nos Estados Unidos e outra sobre empregadas domésticas brasileiras em Boston, Massachussets. Há também duas teses sobre a África: uma sobre a África do Sul e outra sobre Guiné-Bissau. Essas talvez representem certa tendência com focos na USP, na UnB e na UNICAMP.

Ao alargar o período de referência, nota-se que cresce um pouco o número de teses de brasileiros defendidas no exterior e baseadas em pesquisa feita fora do Brasil, sem que isso descaracterize a constatação de que os antropólogos brasileiros se aventuram pouco além das fronteiras nacionais. Na realidade, o exame desses trabalhos sugere uma espécie de aderência ao lar. Explico. Entre os antropólogos que fizeram pesquisa no exterior, é muito comum que o local da pesquisa esteja no mesmo país da instituição em que se titularam. Encontramos uma tese defendida na França sobre a vida em bairros da periferia parisiense, uma outra sobre o sistema jurídico americano, defendida nos Estados Unidos, e outra sobre a amizade em Londres, defendida na Inglaterra. Esse quadro sugere a manutenção da idéia de fazer pesquisa em casa, uma segunda casa, é verdade. E há ainda aqueles que escrevem sobre os *brasileiros* situados em lugares próximos às universidades onde estudam. Casas dentro de casas!

Onde os antropólogos brasileiros publicam no exterior

No período 1996-2001 os docentes brasileiros publicaram um total de 203 artigos, 169 capítulos de livro e 25 livros no exterior. Isso representa cerca de 20% do total de seus trabalhos. Cada docente publica em média 0,4 trabalhos por ano no exterior. As tabelas 6, 7 e 8 mostram os principais lugares destas publicações.

"Outros" e "não identificados" são muitos em cada categoria (37,9%, 36,1% e 28%), mas trata-se de uma categoria pulverizada internamente. As médias, porém, enganam! Como afirmado, nem todos os docentes publicam regularmente no exterior. De fato, um número relativamente pequeno de docentes é

Tabela 6 | Artigos publicados no exterior, 1996 - 2001 (%)

Países	%
Argentina	8,4
EUA	22,2
França	18,7
Grã-Bretanha	12,8
Outros	27,1
Não identificados	10,8
Total	100,0

Fonte: Relatórios CAPES, n=203

Tabela 7 | Capítulos de livros publicados no exterior, 1996-2001 (%)

Países	%
Argentina	11,2
EUA	18,3
França	13,6
Grã-Bretanha	10,6
Portugal	10,0
Outros	36,1
Total	100,0

Fonte: Relatórios CAPES, n=169

Tabela 8 | Livros publicados no exterior, 1996-2001 (%)

Países	%
EUA	32,0
Argentina	28,0
Espanha	12,0
Outros	28,0
Total	100,0

Fonte: Relatórios CAPES, n=25

responsável por cerca de metade das publicações no exterior. Examinei os relatórios CAPES de cada programa durante o período de 1996 a 2001 e anotei cada publicação no exterior. Contei um total de 243 publicações, das quais metade foi produzida por apenas 24 docentes, uma média de duas publicações no exterior por ano.

Esses dados são importantes, pois significam que um quinto dos docentes (em 2001, havia 125 de, acordo com tabela 2) responde por grande parte de nossas publicações no exterior. Pode ser que sejam os mesmos que os que mais publicam no Brasil. Contudo é preciso enfatizar que são poucos os que publicam freqüentemente fora do Brasil.

Ao olhar para a produção de cada programa em termos de publicações no exterior, notei certa correlação entre o número de publicações no exterior e o número de visitações para o estrangeiro, o que sugere uma relação entre contatos pessoais no exterior e publicação fora do Brasil. Para testar essa idéia, juntei, na tabela 9, o número de publicações no exterior, o número de visitações para apresentar trabalhos no exterior e a razão entre publicações e visitações em cada programa.

Tabela 9 | Apresentação de trabalhos e publicações no exterior, 1996 - 2001

	Total de visitas	Visitas por ano	Publicações no exterior	Razão visitas/publicações
UFF	33	5,5	7	0,3
UFPA	29	4,8	13	0,4
UFPE	34	5,7	14	0,3
UFPR	7	1,2	5	0,4
UFRGS	76	12,7	40	0,5
Museu Nacional	211	35,2	60	0,3
UFSC	79	13,2	35	0,4
UNB	87	14,5	34	0,2
UNICAMP	84	14,0	23	0,4
USP	49	8,2	14	0,7

Fonte: Relatórios CAPES

Vê-se que, *mutatis mutandis*, as duas hierarquias, uma ordenada pelo número de publicações e a outra pelo número de visitações, são as mesmas. A tabela sugere que de fato há mesmo forte relação entre relações pessoais e publicações no exterior. Para aprofundar essa idéia, produzi mais uma coluna, que mostra a razão entre visitas e publicações. O valor 1 significa uma publicação para cada visita, o valor 0,5, uma para cada duas visitas, e assim por diante. Se houvesse uma correlação total entre publicações e visitações, as razões seriam sempre iguais. De fato, elas oscilam entre 0,2 e 0,7, mas nos programas com maior número de visitas e publicações a oscilação é pequena, entre 0,3 e 0,5.

Olhando, então, para as relações sociais entre os antropólogos do Brasil e seus congêneres no exterior e para a publicação dos primeiros no estrangeiro, sou tentado a crer que a produção se dá em função das relações inter-pessoais estabelecidas nos primeiros contatos ou durante o doutoramento no exterior e em contatos posteriores, que se mantêm ativas por meio de visitações regulares em ambas as direções. Também sou tentado a crer que as redes e a produção internacionais são obra de relativamente poucos docentes que, por uma razão ou outra, formam redes de cooperação fora do Brasil.

Além disso, fatores geopolíticos exteriores ao campo da antropologia permitem e encorajam novas áreas de cooperação. Penso, em particular, na incorporação do Mercosul e de Portugal como parceiros importantes. Para avançar essas idéias, todavia, convém olhar agora para o segundo conjunto de dados, que diz respeito não ao número de publicações no exterior, mas sim ao seu conteúdo.

Sobre o que escrevem os antropólogos do Brasil que publicam no exterior

A tabela 10 apresenta uma classificação dos trabalhos publicados no exterior. Como se pode ver, pouco mais de 25% dos trabalhos de antropólogos brasileiros publicados no exterior são sobre sociedades indígenas.[4] Se acrescentarmos a esses artigos aqueles que versam sobre a Amazônia, a lingüística e a música, que também lidam basicamente com sociedades indígenas, chegamos a um percentual de 38,1%, ou seja, mais de um terço dos trabalhos.

Em seguida, estão publicações sobre teoria (9,5%), cultura nacional ou regional (8,2%), religião (8,2%), família (7,8%) e raça (5,3%).

Esses dados são instigantes. Significam que os antropólogos das sociedades indígenas têm laços mais fortes com a antropologia fora do Brasil? Expressam que, no exterior, há uma demanda maior por trabalhos de etnologia indígena? Mostram que as florestas brasileiras, suas línguas e culturas indígenas, são o

[4] Esses "temas" poderiam ser outros! Contei com a ajuda inestimável de Diana Nogueira Lima na classificação dos trabalhos.

Tabela 10 | Número de trabalhos publicados no exterior por tema, 1996-2001

	Número	%
Sociedades Indígenas	61	25,1
Teoria	23	9,5
Cultura		
Regional/Nacional	20	8,2
Religião	20	8,2
Família, gênero, sexo	19	7,8
Amazônia	16	6,6
Música	14	5,8
Raça	13	5,3
Globalização	12	4,9
Estudos Rurais	11	4,5
Esporte	8	3,3
Política	6	2,5
História	5	2,1
Lingüística	3	1,2
Estudos Urbanos	3	1,2
Justiça	3	1,2
Desenvolvimento	2	0,8
África	2	0,8
Trabalho	1	0,4
Educação	1	0,4
Total	243	100,0

Fonte: Relatórios CAPES

mais interessa ao mundo fora do Brasil? Permitem entender o estudo do Brasil urbano contemporâneo, considerado a grande contribuição brasileira à antropologia como um todo; não tem "mercado" fora do país? Pesquisas futuras o dirão!

Conclusões e indagações

Como indaguei no início deste texto, o exercício de olhar para os dados ignorando a perspectiva de quem olha é quase impossível, e nem mesmo desejável. Introduzo agora algumas indagações derivadas de meu papel de nativo no campo que procuro entender.

Em primeiro lugar, é essencial lembrar que a antropologia moderna no Brasil nasceu internacionalizada. Gilberto Freyre atribuiu a seu contato com Franz Boas, na Universidade de Columbia, sua abordagem antropológica da história do Brasil. Com a fundação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, vieram os franceses Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide. Na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, estiveram o inglês A. R. Radcliffe-Brown e o americano Donald Pierson. Em um segundo momento, a Universidade de Columbia em Nova Iorque, sob a liderança de Charles Wagley e Marvin Harris, desenvolveu pesquisas em comunidades rurais no Norte e do Nordeste. Esse projeto se mesclou ao projeto da UNESCO sobre relações raciais no Brasil na década de 1950, que, concebido durante a gestão de Artur Ramos, representou importante marco na produção de dados etnográficos e na iniciação de jovens brasileiros na arte do trabalho antropológico. Em outro momento, surgiu o Programa de Antropologia Social do Museu Nacional em um clima de intensa cooperação internacional com o projeto Harvard Brasil Central, o qual gerou cooperação em pesquisa e o doutoramento de toda uma nova geração de etnólogos brasileiros, ora no Brasil (Roque Laraia e Julio Cezar Melatti), ora no exterior (Roberto DaMatta). Nos anos de 1967 e 1968, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis se associaram em um segundo projeto que comparava o Nordeste e o Centro-Oeste, com financiamento da Fundação Ford para compra de livros, pesquisa e pagamento de professores, tornando possível a criação do curso de mestrado no Museu Nacional. Deste projeto resultaram pesquisas de antropólogos como Lígia Sigaud, Otávio Velho, Claudia Meneses (no sul de Goiás), Francisca Keller e outros. Mais tarde, a fundação da UNICAMP trouxe Verena Stolcke, que acabara de se formar na Universidade de Oxford, e eu próprio, que concluíra um ano antes meu doutorado na Universidade de Londres.

Essas experiências internacionais criaram e/ou fortaleceram uma série de redes sociais que se desenvolveram ao longo do tempo. Umas são mais extensas, outras menos. Umas mais densas, outras mais frouxas. Algumas locais, por assim dizer, e outras envolvendo indivíduos e instituições de vários continentes. Entre elas, há as que são perceptíveis quando buscamos os convênios que aparecem nos relatórios da CAPES. Os convênios CAPES/COFECUB mantidos pelo Museu Nacional e a UFF, por exemplo, ajudam a entender a primazia da França nas estatísticas que tenho. Pergunto-me se o quadro mudaria, se existissem fundos semelhantes para a Grã-Bretanha, a Índia, os Estados Unidos e a África. Por falar em Índia, o que chama muita atenção nos dados e no meu conhecimento do campo é que as redes internacionais da antropologia brasileira incorporam os departamentos no exterior que poderíamos chamar de "establishment" do assim chamado "primeiro mundo". O contraste com os chamados estudos subalternos é mais que evidente. É como se a antropologia bra-

sileira fosse um contraponto à antropologia crítica ao *establishment*, como a de Gananeth Obeyesekere e outros proponentes de estudos subalternos, situados em lugares do mundo que não os centros tradicionais. Enquanto um antropólogo de Sri-Lanka procura demolir o paradigma dominante da antropologia representada por Marshall Sahlins, os antropólogos brasileiros fazem o contrário. Devemos lembrar, aliás, que Obeyesekere se deslocou do Sri-Lanka até a Polinésia para brigar com Sahlins. Hoje em dia, está na Universidade de Princeton, uma das mais prestigiosas universidades *ivy-league* dos Estados Unidos. Dessa forma, ele segue o caminho da maioria dos "subalternos", sempre com os pés nas universidades dos EUA e da Grã-Bretanha, as quais demandam uma parcela de antigos nativos das colônias para criar distinção ou expiar suas culpas. Além disso, como vêm do mundo colonial britânico, são nativos que falam um inglês bastante castiço.

De todo modo, parece que os brasileiros e seus vizinhos não são os melhores candidatos a "étnicos chiques". Quando ensinam no estrangeiro, os brasileiros o fazem como antropólogos *tout court*, com conhecimento empírico do Brasil. Penso em Roberto DaMatta, em Notre Dame, Maria Manuela Carneiro da Cunha, em Chicago, Eduardo Viveiros de Castro e Ruben Oliven, em Cambridge, e Mariza Peirano, em Columbia, para nomear alguns poucos.

Aqui em casa, cultuam-se os heróis fundadores da disciplina. Duvido que os cursos de graduação em antropologia em outros lugares do mundo façam tanta questão de familiarizar seus alunos com vultos como Boas, Mauss, Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard e Lévi-Strauss, estudados em edições nas línguas originais. Como observa Trajano Filho, os antropólogos brasileiros compartilham as idéias dos "luminares da antropologia cosmopolita", com quem dialogam constantemente, mesmo em português! Mas aqui há um problema que até agora não abordei diretamente: a questão lingüística. O Brasil é um país continental e basicamente monolingüe. A grande maioria de nossos alunos prefere ler os clássicos em traduções e, apesar dos programas de pós-graduação insistirem nas competências lingüísticas de seus alunos, são poucos de fato os que lêem em inglês e francês.

Mesmo assim, é na antropologia do "centro" que localizamos nossos heróis fundadores. Como sugeriu Yvonne Maggie[5], é como se a antropologia brasileira – tão geopoliticamente periférica quanto a do Sri Lanka do ponto de vista do "centro" – *legitimasse* a antropologia do *establishment* tão duramente criticada em outros lugares periféricos. A relação da antropologia brasileira com as antropologias americana, inglesa e francesa é de aliança. Em outras palavras, a antropologia brasileira referenda a adequação aos paradigmas da "antropologia central" fora do lugar de sua produção inicial.

[5] Comunicação pessoal.

O surgimento de uma nova região antropológica, o Mercosul, e o crescente fluxo de cidadãos dessa zona e da América Latina como um todo para alguns programas de pós-graduação em antropologia têm fortalecer essa análise. Aparentemente, a antropologia do Brasil têm se tornado uma espécie de "transmissor" do "establishment" antropológico europeu e americano para periferias mais distantes ou historicamente alijadas da boa nova antropológica. E, nesse caso, o problema da distância lingüística quase desaparece. Não é, todavia, um "transmissor" automático, e também o *establishment* não é tão monolítico assim! Longe disso, pois como todos sabemos, a antropologia no Brasil elege certos autores e certas abordagens teóricas em vez de outras, e engendra uma concatenação de vozes antropológicas que lhe é própria. E, no fim das contas, é essa leitura brasileira da antropologia como um todo que é transmitida para quem estuda no Brasil.

Trajano Filho mostra dois perigos de um apego acrítico à internacionalização:

> Por um lado, um acentuado desequilíbrio entre consumo e produção científica [...] que faz dos pesquisadores das periferias serem meros produtores de matéria-prima intelectual (a produção de dados etnográficos) e, por ouro, um bizarro diálogo de surdos em que os antropólogos atuando em pontos distantes dos centros de produção intelectual, mas compartilhando com os ideais de uma antropologia cosmopolita, vivem a ilusão do alcance de sua produção. Escrevem (freqüentemente em sua línguas vernaculares) na fantasia de estar dialogando com os luminares das antropologias centrais e, na verdade, são lidos pelos seus pares locais (Termo de referência enviado aos autores).

Os dados que apresentei aqui não confirmam nem desmentem esse cenário triste e engraçado para o caso brasileiro. Sugerem que a antropologia no Brasil, como a antropologia em qualquer lugar do mundo, é povoada por todo tipo de profissional: aqueles (poucos, penso eu) que produzem dados etnográficos ou se põem como informantes nativos da sua nacionalidade ou etnicidade para o "mercado no exterior"; aqueles outros (também poucos) que discutem com os grandes teóricos do mundo no seu vernáculo; aqueles que nutrem redes internacionais, viajam muito e publicam com regularidade no exterior, em diálogo estreito com seus pares; aquelas que cultivam redes mais estreitas, mais regionais que nacionais, publicam pouco e, de preferência, em revistas mais próximas; e aqueles outros, talvez a maioria, que buscam uma inserção razoável nas redes nacionais e internacionais.

Quando se olha para a totalidade dessas relações expressas pelos dados da CAPES e do CNPq, o quadro que emerge é de um campo de produção e ensino antropológicos bastante entrosado com a antropologia de outros países, sobre-

tudo os vizinhos mais próximos (Argentina, Uruguai, Chile), o antigo poder colonial (Portugal) e os países de onde se disseminou a antropologia moderna (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos). Quem entra nesse campo, portanto, primeiro como aluno e em seguida como professor ou pesquisador, ganha acesso a uma rede de relações profissionais bastante ampla e diversificada.

O leitor pode ter aduzido um tom ligeiramente crítico quando falo dessas redes, como se eu quisesse, ou imaginasse possível, que a produção antropológica obedecesse a critérios abstratos e impessoais de qualidade. Nada disso! A antropologia, como qualquer instituição social, consiste em relações sociais formais e informais. No caso da antropologia, essas relações são engendradas no processo de ensino, nas agremiações acadêmicas, nos comitês consultores das agências de financiamento e nos departamentos universitários. Para fortalecer a internacionalização da disciplina, portanto, urge fortalecer os laços existentes e promover outros por meio de períodos de estudo no exterior e um número maior de convênios. Sem querer desmerecer a forte e tradicional relação da antropologia brasileira com os antigos centros de difusão da disciplina, penso que a antropologia no Brasil teria muito a ganhar (e a oferecer) fortalecendo laços que já existem, sobretudo aqueles com os falantes de português na África e Ásia, e criando outros. Dessa forma, aumentar-se-ia ainda mais a escuta de outras mais "comunidades antropológicas", bem como a possibilidade de a antropologia brasileira ser ouvida com proveito alhures.

Anexo

Teses defendidas no Brasil que têm como foco situações sociais fora do Brasil

"Entre modernidade e 'tradição': a comunidade islâmica e Maputo".
Mestrado, UFF, 1998.

"A etno-educação: uma dimensão pedagógica para a construção da identidade étnica no litoral do pacifico colombiano (1993-1999)".
Mestrado, UFPE, 2000.

"Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas e definição da identidade nacional".
Doutorado, UFRGS, 1998.

"A nação laica: religião civil e mito-práxis no Uruguai".
Mestrado, UFRGS, 2000.

"A fragmentação do cosmos: um estudo sobre as sensibilidades religiosas de fiéis pentecostais e católicos num bairro da grande Buenos Aires".
Doutorado, UFRGS, 2000.

"Escola de patriotismo, a invenção da Argentina e os argentinos através das performances patrióticas escolares".
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1998.

"Uma análise etnográfica do espaço das escolas de jornalismo em Buenos Aires".
Mestrado, Museu Nacional/ UFRJ, 1999.

"Despolitizando a política: mulheres e política social na província de Buenos Aires".
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1999.

"Pacificar: relações interétnicas e territorização dos Rikbaktsa".
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1999.

"'Os Trabalhos pela Memória': um esboço do campo dos Direitos Humanos na Argentina através da construção social da categoría vítima do terrorismo de Estado".
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 2000.

"O estilo gráfico Shipibo: arte e estética na Amazônia peruana".
Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, 2000.

O fim da religião: controvérsias acerca das "seitas" e da "liberdade religiosa" no Brasil e na França.
Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, 2000.

Capoeira: difusão e metamorfose culturais entre Brasil e EUA.
Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, 2000.

Domingo Bravo e a invenção da cultura 'Quíchua' em Santiago Del Estero.
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 2001.

Cura e mediação social. Um estudo de caso no interior da Argentina.
Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 2001.

Shumpall, Mankián y Chochón: un estudio de la mito poética Mapuche.
Mestrado, UnB, 1999.

Las llamadas de tambores: comunidad e identidad de los afro-uruguayos.
Mestrado, UnB 1999.

Indios muertos, negros invisibles: la identidad "santiagueña" en Argentina.
Doutorado, UnB, 1999.

Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde.
Mestrado, UnB 2000.

Passando a América a limpo: o trabalho de *housecleaners* brasileiras em Boston, Massachussets.
Mestrado, UnB, 2000.

La nación vivida: modernidad y identidades en Costa Rica.
Mestrado, UnB, 2000.

Drogadicción y cura: los proyectos restitutivos de las comunidades terapéuticas.
Mestrado, UnB, 2000.

Mercosul ritual: políticos e diplomatas na política de integração do Cone Sul. A condição da transnacionalidade.
Doutorado, UnB, 2000.

Pertenecemos a un grupo étnico que es el Mixteco. El significado de ser indio a fines del segundo milénio.
Doutorado, UnB, 2000.

Seca, chuva e luta: reconstruindo a paisagem em Cabo Verde.
Mestrado, UnB, 2001.

Seketi: poetic and music eloquence among the Saramaka Maroons from Suriname. Estudos etnomusicológicos.
Doutorado, UnB, 2001.

Trocas fundamentais e redes sociais nos Andes do Peru. Etnologia.
Mestrado, UNICAMP, 2000.

A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do "Portugal democrático" (1956-1975).
Mestrado, UNICAMP 2000.

Yoruba: tradição oral e história.
Mestrado, USP, 1998.

Entre 2 mundos: o espiritismo da França e no Brasil.
Doutorado, USP, 1999.

Os regressados na cidade de Luanda: um estudo sobre a identidade étnica e nacional em Angola.
Mestrado, USP, 2000.

Perati. Ideologia funerária numa necrópole micênica.
Doutorado, USP, 2000.

Os instrumentos musicais na vida diária da Atenas tardo-arcaica e clássica (550-400 a.C.): o testemunho de vasos áticos e de textos antigos.
Doutorado, USP, 2001.

O banquete funerário no Egito antigo. Tebas e Saqqura: tumbas provadas do novo Império.
Doutorado, USP, 1999.

Teses de brasileiros defendidas fora do Brasil, 1996-2001

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson
"Photo-ethnographie à la Bibliothèque Nationale de France". Université de Paris VII, Doutorado, 2002.

BLOOMFIELD-RAMAGEM, Sonia Maria
"The moral economy of a kibbutz in a time of crisis". Catholic University of America. School of Arts and Sciences. Department of Anthropology, 1993.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal
"Sweet tears and bitter pills". University of California, Berkeley, Doutorado, 1996.

LIMA, Claudia J. de Lima
"Off-center: on the limits of theory and lived experience". University of Illinois at Urbana-Champaign, PhD, 1998.

REGO, Marcia Souza
"Re-inventing Cape Verde". University of California, San Diego. Department of Anthropology, 2001.

RIBEIRO, Luiz Fernando Ferreira da Rosa
"South Africa and Brazil in contrast". Universiteit Utrecht, Doutorado, 1996.

TRAJANO FILHO, Wilson
"Polymorphic creoledom: the "Creole" society of Guinea-Bissau". University of Pennsylvania, PhD, 1998.

JOÃO DE PINA CABRAL

Uma história de sucesso:
a antropologia brasileira vista de longe[1]

Para quem, como eu, começa a se interessar pela antropologia brasileira, olhando para ela de longe, há uma primeira constatação que se impõe: trata-se de uma história de sucesso. Como Mariza Corrêa mostrou, a tradição antropológica brasileira data do mesmo período em que, nos países então centrais, lançavam-se os alicerces do que viria a ser uma tradição acadêmica (1998). Mais tarde, nos anos 1930, ela entra de rompante na modernidade, assumindo com Gilberto Freyre um impacto teórico e ideológico de alcance global. Ao mesmo tempo, algumas das figuras fundadoras do pensamento antropológico modernista – Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss – deixam no Brasil uma semente intelectual, cuja vivacidade está hoje ainda longe de se esgotar. Na segunda metade do século XX, a antropologia brasileira esteve sempre em constante intercâmbio com os filões centrais do pensamento antropológico: sumariando, desde os discípulos de Ruth Benedict, tal como Charles Wagley e Ruth Landes, no período pós-Guerras, passando pela escola sociológica de Roger Bastide, por Maybury-Lewis e seus brilhantes discípulos, durante a grande viragem teórica dos anos 1960, pelo impacto da Escola de Manchester na época da ditadura militar, até ao efeito precoce que o próprio Michel Foucault teve, nunca os cientistas sociais brasileiros deixaram de estar expostos aos grandes lances científicos de seu tempo.

Não compete a mim, um neófito perante uma audiência de eruditos, expor aqui as provas de como esses impactos não foram desperdiçados, listando a evidência publicada da atual riqueza teórica, empírica e humana do *corpus antropologicus brasiliensis*. Todos sabeis que existe, porque o tendes à vista, lá nas vossas estantes em casa.

[1] Agradeço a Susana Matos Viegas a leitura crítica que fez deste ensaio.

O papel cívico da antropologia

Há, ainda, um primeiro aspecto singular que devo sublinhar. Recentemente, em uma entrevista divulgada na internet, Maria do Rosário Carvalho afirma "Sempre procuro fazer da antropologia, realmente, um instrumento voltado para a autonomia dos povos que eu estudo" (citado por Andrade e Estrela s/d). Quem lê o relato que faz da sua vida sente que, para ela, não faria qualquer sentido esconder o sentimento de dever cumprido.

Mas esse sentimento não lhe é individual. Longe disso. Desde que João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima, então dirigentes da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), convidaram-me pela primeira vez a visitar o Brasil, tenho-me deparado repetidamente com o fato de que a relevância cívica da prática antropológica está silenciosamente inscrita como uma certeza inabalável no discurso e na prática de nossos colegas locais. Nas palavras de Mariza Peirano:

> no contexto brasileiro, a vocação relativista e renunciadora da antropologia confronta-se com o compromisso que o cientista tem com o grupo que escolhe estudar – geralmente um grupo diferente, um 'outro', para utilizar o jargão, mas que faz parte da sociedade nacional – e com o envolvimento social que caracteriza e define o intelectual no Brasil (1995: 34).

E, na verdade, quem olhe para o Brasil verá muitos sinais desse envolvimento, mesmo muitos: não só na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas ainda em uma gama variada de organizações não governamentais que, desde o período da abertura democrática, atuam em prol dos direitos cívicos. De fato, há evidência desse papel um pouco por toda a parte no Brasil: nas artes, na literatura, na relação que o Estado tem com os relativamente excluídos, na luta pelo patrimônio artístico, cultural e ambiental, na saúde e... no próprio texto constitucional!

Haverá muitas comunidades nacionais de antropólogos e, mais largamente, de cientistas sociais que podem reivindicar uma tal relevância cívica? Estarão os antropólogos brasileiros plenamente conscientes da crise cívica que perpassa a antropologia no nível global? Já vão longe os tempos em que Gluckman e seus discípulos afixavam orgulhosamente na porta do Rhodes-Livingstone Institute a famosa placa em que se anunciava que criavam conhecimento sobre a sociedade africana para que esta pudesse ser governada de forma mais justa! Por que, na Europa e na América, os discursos antropológicos continuam tão agarrados ao autoflagelo passadista do carpir neocolonial? Nos Estados Unidos, em particular, a disciplina nas últimas décadas tem levado a cabo uma espécie de suicídio, escondendo o seu medo de irrelevância por trás de toda uma série de subterfúgios mais ou menos autodestrutivos: *gender studies*, *cultural studies*, *regional studies*, *environment studies*, *development studies*, *museology* etc. etc. (cf. Ramos 2002).

Longe de mim propalar uma visão intervencionista da prática antropológica. Ao contrário, sempre fui pessoalmente um advogado do autocontrole político e da isenção analítica. Há, porém, que reconhecer que um dos principais desafios à antropologia no seio do mercado das profissões, por assim dizer, é o seu *handicap* técnico. Em face das outras disciplinas das ciências sociais, a antropologia se confronta, de um lado, com uma maior generalidade ou universalidade e, do outro, com uma rigorosa dedicação à especificação particularista. Esse aparente paradoxo prende-se ao próprio processo etnográfico de produção de conhecimento, que favorece a especificidade e, portanto, é comparativamente forçado a abranger uma gama maior de variação.

O olhar antropológico é, assim, um desafio às hegemonias mais abrangentes porque tem de ser produzido em compromisso com uma pluralidade quase infinita de hegemonias locais – aliás, em vários níveis. Isso significa que a relevância técnica da antropologia – da melhor antropologia, de um ponto de vista analítico – é de mais difícil enquadramento. Para quem ache que é possível mudar o mundo a curto prazo, a antropologia é pouco útil porque levanta mais problemas que respostas, porque pactua demais com os particularismos e de menos com as abstrações generalizantes.

Dito isto, não quero de forma alguma negar que toda a prática científica também tem de ser medida pela bitola, vaga mas nem por isso menos real, da relevância humana (Foot 2001). A crise que tanto aflige atualmente a antropologia euroamericana, e que impede os líderes da disciplina de se afirmarem perante os poderes políticos que distribuem as verbas para a ciência, não parece ter atacado a antropologia brasileira. Excessos, poderá ter havido; poderá ter ocorrido até um certo desincentivar do discurso teórico, todavia a riqueza que constitui o forte sentimento de inserção social e relevância cívica que hoje possui a antropologia brasileira é um bem indiscutível em face do estado da disciplina, tal como ela é praticada em quase todas as outras áreas do globo.[2]

Como verão, permitir-me-ei até a sugestão de que o sábio equilíbrio entre isenção científica e relevância cívica que a antropologia brasileira tem sabido cultivar, e que é tão difícil de atingir, constitui um bem com forte valor de exportação.

[2] Aliás, Mariza Peirano havia constatado esse fato, quando declarou que "no Brasil, os antropólogos não partilham do atual sentimento de crise que se verifica em outros contextos" (1998: 117).

A pós-graduação

Entremos, então, no assunto que mais nos ocupa hoje: a consolidação do ensino de pós-gradução da antropologia no Brasil a partir de 1968. Não tentarei sumariar aqui os dados que vos serão apresentados pelos colegas que analisaram o inquérito da ABA. Bastará assinalar que, nos dias que passam, o Brasil conta com dez programas de pós-graduação em antropologia (entre os quais, só quatro têm apenas o mestrado), todos eles sediados em universidades públicas, algumas das quais com renome internacional indiscutível, tanto na América do Sul quanto no universo da lusofonia.

Entre 1992 e 2002, os dados recolhidos por Miriam Pillar Grossi sugerem que cerca de mil graus pós-graduados foram aprovados – entre os quais, cerca de um quarto são teses de doutoramento. Se é verdade que a idade média de doutoramento continua a ser ligeiramente alta – cerca de quarenta anos –, também é verdade que tal se deve menos à duração média do tempo de elaboração da tese e mais aos atrasos na inscrição escolar.

O sistema de bolsas existente pode ser deficitário em muitos aspectos – estou certo que esta é a perspectiva da maioria dos colegas brasileiros. Contudo ele demonstra alguma eficiência, tanto no número e sucesso médio dos estudantes quanto no fato de constituir visivelmente um fator de democratização, permitindo acesso ao aparelho escolar a muitos alunos cujos pais tinham sido excluídos do sistema educativo superior. Mais ainda, o sistema de bolsas sanduíche é um poderoso instrumento de internacionalização – como tenho podido constatar, agora que os estudantes brasileiros começam outra vez a visitar a "velha terrinha" (Peirano 1998: 118).

Os doutores estão praticamente todos empregados e uma larga percentagem destes, no ensino superior público, enquanto os mestres, se bem que com menos sucesso, estão largamente empregados, com maior incidência no setor de ensino privado. Mais ainda, a antropologia está amplamente representada fora do mundo acadêmico e há setores profissionais onde detém monopólio. Existe importante contingente de mestres e doutores a operar no setor administrativo público e em numerosas organizações não governamentais de interesse público.

Finalmente, e este é um dado que não há que descorar, a esmagadora maioria dos inquiridos afirma que não cessou sua atividade de investigação com a obtenção do grau, e que participa regularmente nos encontros profissionais promovidos pela ABA tanto nacional quanto regionalmente.

Hoje, em termos globais, o Brasil possui de longe o maior e mais ativo corpo profissional de antropólogos fora do mundo de expressão anglófona. Não quero parecer excessivo, nem fazer figura tonta de neófito deslumbrado, mas se isso não é uma história de sucesso, então que será?

Consolidação disciplinar

Pessoalmente, estas observações vêm confirmar duas posições que tenho repetidamente sustentado em face de meus colegas europeus, nem sempre com o maior sucesso. De um lado, a opção de deixar a definição disciplinar para a pós-graduação, promovendo um ensino de graduação relativamente curto e generalista. Essa opção não só facilita uma base sólida para o discurso interdisciplinar, como permite que o ensino disciplinar especializado seja realizado na pós-graduação, o que favorece sua associação com as preocupações da investigação atual dos docentes, tornando-o, portanto, mais produtivo cientificamente. Do outro, a opção por formar internamente os antropólogos brasileiros revelou-se central para permitir a reprodução autonomizada e a constituição de um corpo disciplinar consolidado e organicamente dinâmico. Não quer isto dizer que não haja no Brasil um significativo número de doutores formados no estrangeiro e que não seja encorajada a prática da internacionalização do conhecimento por meio de bolsas sanduíche. Contudo a necessidade de defender localmente sua tese significa que todo profissional da disciplina é forçado a dialogar com seus colegas, não podendo arvorar-se facilmente em luminária fundadora, como é tão característico das comunidades científicas subalternas, em que cada doutorado em Paris, Princeton ou Londres acha que será o fundador da escola definitiva – só para descobrir mais tarde que seus sucessores não serão seus discípulos, pelo que também quererão arvorar-se em pais fundadores. Como resultado, o diálogo disciplinar entre colegas, todos eles convencidos de que seu mentor lá longe na América é quem tem a resposta final, acaba por ser quase nulo.

Em tal contexto, contrariamente ao que se tem verificado no Brasil, a constituição de corpos associativos de natureza profissional e a consolidação de revistas profissionais qualificadas é quase impossível, perdendo a disciplina a capacidade de intervenção cívica. Mais ainda, não se consolidando um corpus de conhecimento localizado, cada praticante se vê obrigado a agir a título plenamente individual, assentando seu prestígio profissional não em um julgamento entre pares, mas em prestações generalistas mediadas pelos meios de comunicação.

Em Portugal, começam a surgir as primeiras indicações de que, na antropologia, fomos já capazes de ultrapassar esse estágio. O debate, contudo, não está ainda resolvido em todas as áreas científicas. Por exemplo, na economia, os setores politicamente mais influentes continuam completamente dependentes de doutoramentos no estrangeiro – quer dizer, essencialmente na América. Para esses colegas, é tão óbvio que falta uma qualquer qualidade essencial a quem não tenha ido para o estrangeiro, que não sentem sequer necessidade de fundamentar tão absurda crença. Assim se reproduz uma comunidade científica totalmente subalterna – na qual se vive a ficção neopositivista de que o conhecimento

científico é absoluto e universal e não histórica e contextualmente situado, e que, portanto, não é parte constituinte da sociedade envolvente.

O efeito de subalternização que essa prática tem no âmbito nacional está hoje a ser amplamente evidenciado em Portugal pelos dislates científicos propalados pelos membros do atual governo. Aliás, também no Brasil, a fuga precoce da economia da comunidade das ciências sociais, quando se afastou da antropologia, da sociologia e da ciência política – é um fator que considero profundamente negativo. O impacto da ciência econômica em nossas vidas nacionais é enorme, pelo que o isolamento teórico e a subalternização globalista que hoje se vive nessa disciplina constituem, sem dúvida, fatores profundamente deletérios na tentativa de negociação de alguma autonomia em face das hegemonias globais que visivelmente são um fator constituinte do mundo atual.

Por exemplo, vivemos neste momento em Portugal um grave conflito, em que a Ministra da Ciência e do Ensino Superior, uma especialista em termodinâmica aplicada, pretende impor como principal bitola de avaliação do desempenho profissional, e subseqüente validação para a atribuição de verbas para a investigação, a publicação nas revistas que fazem parte de uma lista publicada por uma empresa multinacional chamada Thomson. Nessa lista encontram-se majoritariamente revistas anglo-americanas, não estando presentes revistas publicadas em português, espanhol ou italiano, por exemplo. Nas ciências sociais, essa opção foi universalmente rejeitada com a exceção de colegas da área da economia, que uma vez mais consideram a publicação nos Estados Unidos a única base para a demonstração da qualidade científica. Esse argumento poderia parecer de um infantilismo quase risível, não fosse a gravidade do impacto que a assunção de tal opção pode vir a ter sobre a prática científica portuguesa (e européia) e sobre a capacidade de negociação de uma autonomia científica e intelectual relativa perante a crescente globalização.

Em suma, a opção da antropologia brasileira por constituir internamente os meios de sua própria reprodução – se bem que facilitada, é certo, pelo tamanho do país e por suas características históricas próprias – é profundamente meritória. Se, tal como fui informado, a constituição dos primeiros programas de pós-graduação se deve em grande medida à liderança de Roberto Cardoso de Oliveira, não posso deixar passar esta ocasião sem registrar um voto incondicional de louvor.

A divisão interna

Atendendo agora a um aspecto mais substantivo, um dos lados mais surpreendentes da antropologia brasileira vista de uma perspectiva européia é a divisão subdisciplinar entre "etnologia brasileira" e "antropologia da sociedade nacional". Ao entrar em contato com a antropologia brasileira no início dos anos

1990, uma das coisas que mais me surpreendeu foi descobrir o que se entendia por "etnologia". É que, na Europa Ocidental, para a minha geração, esse termo subdisciplinar constituiu um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da disciplina.

Jamais me esquecerei de uma cena passada em 1974, quando ainda era aluno de antropologia em Joanesburgo, na África do Sul. Finalmente convencido de que a antropologia era a minha vocação, decidi passar três meses em Paris porque aí estava o grande gênio inspirador, Lévi-Strauss. Na Sorbonne e nos seminários do Collège de France, assisti às aulas do mestre e a sessões de seminário apresentadas por jovens discípulos seus, que muito mais tarde vim a conhecer pessoalmente. Por fim, convicto do que queria estudar, fui perguntar na secretaria da Sorbonne como poderia me inscrever em uma pós-graduação em antropologia. Deparei-me com uma francesa feroz de meia-idade que me respondeu: "Não senhor, aqui não se estuda antropologia. Se o senhor quer estudar antropologia que vá para a Inglaterra ou para outro lugar qualquer, que para mim tanto faz. Se o senhor quer estudar etnologia, isso pode ser feito aqui. Antropologia, nunca". Não posso esquecer-me do tom agastado e da força de desilusão que movia sua exaltação. Acabei por concluir que ali, no meio daquela guerra perdida, não iria me meter.

De fato, contrariamente ao Brasil, na Europa continental de meados dos anos 1970, a tradição etnológica associada ao folclore e descendente das velhas escolas românticas de inspiração alemã continuava viva um pouco por toda a parte. Na França, o conflito estava ao rubro, mas na Alemanha, Áustria, Grécia, Espanha e Portugal, tal como ainda hoje nos países do leste europeu recentemente integrados à União Européia, a etnologia nacional era a força dominante. Nas universidades suecas, os departamentos ainda são separados e guerreiam-se.

Enquanto projetos intelectuais, as etnologias nacionais européias assentavam sobre reivindicações identitárias de fundamento nacionalista. Como relembrava com alguma nostalgia Ernesto Veiga de Oliveira, a questão central que os movia era "quem somos nós". Ora este "nós", não lhe era preciso sequer explicitar, é nacional (citado por Pina Cabral 1991: 16).

Estas disciplinas concebiam-se como discursos de autoconhecimento nacional – mas note-se que a partícula "auto" tem de ser lida com especial atenção. É que, para os intelectuais que praticavam a etnologia e o folclore, essa autoreferencialidade nacional era altamente mediada. Também na Europa existia um processo de mediação simbólica em curso no jogo identitário nacionalista subjacente à etnologia. Esse "auto" se referia a um "povo" do qual o etnólogo fazia parte sim, mas só de forma altamente diferenciada. O povo era fonte última de autenticidade, sem a qual a nação jamais poderia encontrar a sua diferença, a sua "identidade", mas o intelectual burguês que desenvolvia essa etnologia – alemão, húngaro, grego, espanhol ou português – não fazia parte do

povo ignaro e boçal: o etnólogo tocava piano e falava francês, como o famoso Gato de Botas. Assim, no seio da comunidade das nações, o controle do aparelho de Estado por uma elite burguesa essencialmente moderna e, portanto, internacionalista, dependia da essencialização da identidade popular, tarefa largamente realizada pela disciplina que, na Europa da época, apelidava-se etnologia (cf. Pina Cabral 1991).

Mais ainda. No caso português, ao menos, esse povo não só era analfabeto e miserável, como se pretendia que continuasse a sê-lo por muito tempo – para seu próprio bem, como sempre insistia o ditador. Para isso servia o aparelho repressivo policial que era o outro lado da medalha do idílio bucólico dos "campos" estudado pela etnologia e que tentava impedir que o povo fugisse para melhores terras, policiando as fronteiras. Por isso até, na metáfora brilhante de Joaquim Pais de Brito, depois da Revolução de 25 de abril, o arado voou (Pais de Brito e outros 1996).

Para a minha geração de antropólogos do Ocidente europeu, a escolha "etnológica" surgia-nos como altamente ideológica, especialmente em países como Portugal, Grécia e Espanha, que vinham de sair de ditaduras de cariz fascista. Nunca me esqueço da surpresa que senti ao observar em Zagreb, em 1988, a espantosa pujança do folclore a invadir as ruas do centro da cidade todas as noites. Parecia que, naquela cidade, todas as raparigas saíam para dançar vestidas de camponesas e os rapazes todos cantavam e tocavam para elas pela noite afora. Logo no ano seguinte, percebi como isso tinha constituído um elemento indispensável ao agenciamento de emoções que preparou a luta militar pela independência da Croácia.

Na Europa continental, portanto, a antropologia sociocultural (de raiz britânica ou americana) foi abraçada por minha geração como uma fonte de liberdade intelectual. Tratava-se de uma forma de sair do beco bafiento da ideologia nacionalista. Para gregos, espanhóis e portugueses, em razão do fim das ditaduras; para alemães e austríacos, porque os membros da velha escola etnológica conseguiram sobreviver à Guerra e controlar os departamentos até a década de 1990. Para pessoas como José Cutileiro (1971) ou Carmelo Lisón-Tolosana (1966), nos anos 1960 e 1970, e para mim próprio (Pina Cabral 1986) ou Joan Bestard Camps (1986) nos anos 1980, o projeto científico da antropologia social era uma maneira de "re-conhecer" Portugal e Espanha, por referência não a um povo autêntico-mas-distante, e sim a um povo do qual nos sentíamos parte integrante em nosso esforço de libertação democrática.

Para os etnólogos nacionalistas, a europeidade do "povo português" (ou alemão, grego e austríaco) era um dado incontornável, um ponto de partida referencial – nada de confusões com a antropologia dos povos exóticos (ver Herzfeld 1986). Para os novos antropólogos sociais, a ênfase era outra, a relevância comparativa era procurada precisamente na continuidade com o exótico.

Nossa inspiração imediata foram os "mediterranistas" ingleses do pós-Guerra e os "peasant studies" de inspiração marxista americana. Ambos, porém, tinham criado suas obras sobre o legado de uma antropologia do exótico.

Creio que, ainda hoje, esse processo foi mal compreendido. John Campbell, quando foi estudar pastores transumantes nas montanhas da Grécia nos anos 1950, levava debaixo do braço *Os Nuer*, de Evans-Pritchard, não porque achasse que os gregos eram "primitivos", mas sim porque Evans-Pritchard, ao estudar os Nuer, tinha sabido formular algo de essencialmente humano que se revelava muito útil em qualquer parte do globo (ver Pina-Cabral e Campbell 1992). Nesse sentido, quando eu próprio cheguei tardiamente à cena mediterranista (Pina-Cabral 1989), ninguém se surpreendeu com o perfil comparativo que subjazia à minha análise do Alto Minho e que era solidamente construída sobre o africanismo que me tinha sido ensinado em Joanesburgo.

Em suma, para um europeu como eu, que teve de lutar casa a casa, rua a rua, com a tradição etnológica – nas universidades, nas agências de financiamento, na Associação Portuguesa de Antropologia e até na Associação Européia de Antropólogos Sociais –, essa divisão brasileira entre uma etnologia do culturalmente distante e uma antropologia do culturalmente próximo parecia, à primeira vista, contranatural.

Com a continuidade das leituras e o aprofundamento do meu conhecimento, acabei por perder esse sentimento de estranheza. Nunca deixei de acreditar, porém, que há algo de preocupante com essa subdivisão disciplinar e, por maioria de razão, com a divisão entre os que enfatizam o contato étnico e os chamados clássicos (ver Viveiros de Castro 1999). Como afirma Maria do Rosário Carvalho na entrevista referida, "já chegou o momento de retomarmos a boa e velha tradição mais etnológica, ou seja, é possível hoje apelar para a antropologia de corte clássico, trabalhando o parentesco, trabalhando o xamanismo e outros temas que têm sido menos tratados por força da ênfase – justa ênfase, é necessário que se diga – conferida à etnologia do contacto" (citado por Andrade e Estrela s/d).

Claro que se os etnólogos portugueses, espanhóis e alemães que me foi dado conhecer eram figuras anacrônicas ou de menor brilho intelectual, já o mesmo não se passa com a etnologia brasileira, em que alguns dos etnólogos vivos são personalidades científicas a todos os títulos notáveis. No entanto, quando fazem etnologia, os etnólogos brasileiros não deixam de se posicionar em um contexto referencial em que a questão da identidade nacional se levanta fortemente por relação à questão da modernidade. O fato de os índios que os etnólogos brasileiros estudam serem brasileiros, e não indianos, não é despiciendo. Ao contrário. Aliás, o extraordinário empenho e sucesso cívico da etnologia brasileira é sinal disso. Citando a frase de Alcida Rita Ramos de que "os índios brasileiros são os *nossos* outros", Viveiros de Castro pergunta: "se os índios são realmente

'nossos outros', só pode ser porque somos os outros (entre outros) deles; pois não?" (1999: 183)

Sim, precisamente. Aqui a questão da modernidade como ocidentalidade volta a surgir. É que, como constata Mariza Peirano, "os antropólogos brasileiros se sentem parte integrante do Ocidente – mesmo se em alguns aspectos importantes não o são" (1998: 116). Apesar de terem sido historicamente os principais agentes no esforço de fazer que os índios brasileiros sejam cidadãos brasileiros, os etnólogos brasileiros, tal como em outros tempos os etnólogos portugueses, alemães e gregos, tocam piano e falam francês. Escusado será dizer que eu não tenho nada contra o francês ou o piano – nem sequer contra o Gato de Botas –, e muito menos contra a brilhante escola etnológica brasileira, cujas obras tenho vindo a ler com imenso proveito.

O que me parece ser constatável é que essa divisão subdisciplinar assenta, por um lado, sobre um jogo com a fronteira da modernidade (o Ocidente) e, por outro, sobre um jogo com as fronteiras nacionais (o Brasil). Ora, se a fronteira da modernidade é cada vez mais tênue, a fronteira nacional também está em vias de se alterar radicalmente.

Conforme os índios brasileiros vão descobrindo os meios de exercer a sua cidadania, tanto no interior da sociedade brasileira quanto na sociedade global[3]; conforme as fronteiras internas do Brasil se vão esvanecendo e as fronteiras externas se alteram (agora que o Brasil, de importador de gente, passou a exportador); conforme a própria antropologia enterra o "indígena/primitivo" e o nativo se vai tornando crescentemente "relativo", na feliz expressão de Viveiros de Castro (2002), torna-se necessário repensar as categorias antropológicas de análise e suas implicações ideológicas.

Ora, a situação teórica herdada pela antropologia brasileira é tal que, para analisar índios, fala-se de etnias; para negros, de raça; para italianos, alemães e polacos de migração; para japoneses, nacionalidade; e, finalmente, quanto ao legado cultural português, quando emerge, é rapidamente reescondido à custa de piadas como se de um esqueleto se tratasse no fundo do armário brasileiro. Parece ocorrer aqui uma espécie de perspectivismo – se me é permitido a metonímia abusiva – em que cada unidade identitária requer uma distinta perspectiva.

Essa disposição analítica tem duas implicações eventualmente perturbantes. De um lado, esse "perspectivismo" esconde o fato de essas entidades interagirem em um campo de forças nacional essencialmente integrado, apesar de se terem

[3] Mais uma vez, nas palavras de Peirano, "quanto mais a civilização moderna se expande através do mundo, mais é ela própria modificada pela incorporação de produtos híbridos, tornando-a mais poderosa e, ao mesmo tempo, modificando-a através da constante mistura com valores distintos." (1998: 123)

inserido nele formas historicamente diferenciadas. De outro, sublinha a especificidade nacional em um momento em que o jogo de identidades étnicas ocorre principalmente em escala global. Em relação aos negros, por exemplo, o domínio americano dos meios de comunicação e das agências internacionais de desenvolvimento e cooperação promove um estilo de identificação racializado que se diferencia crescentemente das formas anteriormente características da diferenciação étnica brasileira. Em relação aos japoneses, se julgarmos pela monografia que Tsuda acaba de publicar (2003), a experiência de retorno ao Japão teve efeito profundo no relacionamento dessa comunidade com a sua identidade nacional brasileira. Finalmente, até porque os exemplos se multiplicariam, a emigração para a Europa tem características especiais (ver Feldman-Bianco e outros 2002; Machado 2003). Aí, os imigrantes brasileiros sofrem da despromoção e insegurança próprias de todos os migrantes, mas ao mesmo tempo descobrem que têm privilégios sobre as outras comunidades de imigração recente que os destacam – em Portugal, por serem brasileiros, mas também em toda a Europa, por muitos terem podido reivindicar direitos de nacionalidade anteriores à migração para o Brasil.

Alargamento da abrangência temática

No interessante texto que escreveu para esta ocasião, Paula Montero faz um apanhado das principais áreas temáticas de incidência das teses de pós-graduação dos membros da ABA. E conclui: "o que interessa à antropologia brasileira é, desde sempre e cada vez mais amplamente, 'nós mesmos'". Este comentário é um desafio, particularmente porque podemos bem perguntar-nos se essa não é, afinal, a condição de toda antropologia: um discurso científico sobre 'nós mesmos' humanos em nossa maior amplidão?

Ora, o argumento que acabei de desenvolver sobre a antropologia européia é que, na Europa dos anos 1970 e 1980, o 'nós mesmos' formulado pela etnologia nacionalista se tinha tornado crescentemente irrelevante e desafiava mesmo os novos ideais democráticos. Nada disso é surpreendente, tendo em vista o processo de constituição europeu que ocorreu contemporaneamente com essa evolução teórica. Mas, ao mesmo tempo, estava em causa também um sentimento de identificação bem mais abrangente e global, o sentimento de que as grandes polarizações nas condições de vida dos humanos se estruturavam crescentemente em nível global. Creio ser isso que Maurice Bloch queria dizer há quinze anos, ao se insurgir tonitruantemente contra a tendência dos antropólogos do continente europeu em estudar os seus próprios países.

O que Maurice não ponderou foi que a escolha de temática de investigação é uma forma de ação humana como as outras, isto é, uma área em que o poder

simbólico também se exerce. Nossas escolhas refletem não só nossos interesses ativos, mas também nossa docilidade, isto é, refletem o que os outros acham que estamos legitimados para fazer. Em um contexto em que a hegemonia cultural se exerce no interior da vida acadêmica, o antropólogo oriundo de uma comunidade marginal encontra maior proveito em estudar seu país de origem, em relação ao qual pode afirmar sua legitimidade sem contestação, em vez de se dedicar a um terreno exótico, em que seus créditos não seriam facilmente reconhecidos. A afirmação global de *expertise* sobre um país terceiro pode ser facilmente tomada como um índice da centralidade relativa de uma determinada comunidade antropológica.

Acontece que as hegemonias globais, tal como todas as hegemonias, não são absolutas. Mais ainda, existem espaços de afirmação sub-hegemônica em que os termos de contestação são outros. Quero chegar, portanto, à simples constatação de que a posição da comunidade antropológica brasileira é de considerável centralidade por relação a determinados contextos sociogeográficos, nomeadamente esses que, histórica ou culturalmente, são adjacentes ao Brasil. No seio da América do Sul, no interior da lusofonia e, em especial, em relação à costa oeste africana, assim como em sua relação especial com o Japão e com partes consideráveis da Europa, o Brasil tem cada vez mais força, verificando-se crescentemente conjugações de interesses.

No caso da relação com Portugal e Moçambique, penso que há sinais claros dos frutos da intensificação do contato e da cooperação que se verificaram a partir de meados década de 1990. Em breve, algo de semelhante se passará com Angola. Nesse aspecto, os congressos Luso-Afro-Brasileiros foram de grande importância para abrir portas. Será, todavia, a circulação regular e continuada de cientistas – para ensinar, para investigar, para avaliar – que, a longo prazo, deixará frutos duradouros. O intercâmbio tem de ultrapassar as relações pessoais e tem de ser instituído sobre formas partilhadas de fazer ciência, mais até que o simples interconhecimento. Veja-se, por exemplo, que os esforços realizados pelo Estado Novo português nos anos 1950 para absorver como ideologia colonial o lusotropicalismo freyreano, e a simpatia que Freyre tinha para com esse projeto, não deixaram qualquer legado científico duradouro (ver Thomaz 2002).

Na verdade, um olhar atento à comunidade antropológica brasileira pode já constatar que têm vindo a ocorrer importantes avanços no sentido de alargar seu campo temático de ação, para incluir uma exploração de 'nós' mais abrangente. Tenho noção que algo muito semelhante ao que se passa no interior da lusofonia está a ocorrer na relação com os países circunvizinhos do Brasil. Acontece que, em muitos desses contextos, o importe constituído pelo legado antropológico brasileiro poderá ser um fator de desenvolvimento intelectual de considerável importância. Chegou a altura de pensarmos cuidadosamente sobre a forma de destruir as barreiras culturais, alfandegárias e monetárias que impedem a circulação de material bibliográfico no interior da lusofonia e entre as línguas ibéricas. Apelo a todos para que se esforcem nesse sentido – os ganhos, em termos do alargamento da relevância global de nossas prestações científicas, poderão ser consideráveis.

A quinta tradição

Há dois anos, a Fundação Max Planck abriu um Instituto de Antropologia Social em Halle am Saale, uma cidade anteriormente pertencente à Alemanha Oriental. Trata-se de um gesto de grande visão futura, cuja finalidade é alargar o campo de relacionamento entre os antropólogos dessa enorme área sociocultural que, mais uma vez, volta a ser Europa Central.

Como forma de celebrar essa ocasião, o Instituto convidou vários colegas para apresentarem uma série de conferências sobre as fontes da antropologia. O encontro chamou-se "Quatro tradições": escusado será dizer, francesa, inglesa, alemã e americana. Convidado para estar presente como debatedor, conforme as palestras se desenvolviam, ia-me surgindo a vaga sensação de que algo de importante estava ali a ser silenciado. A divisão da antropologia em quatro escolas parecia-me perturbantemente anacrônica.

Será que a antropologia que me ensinaram na África do Sul nos anos 1970 ainda era mesmo antropologia britânica? Será que a antropologia indiana de que fala Mariza Peirano, e que está em crescimento e consolidação desde os anos 1950, continua a ser antropologia britânica? Viveiros de Castro diz que muito da etnologia brasileira de hoje é "pós-estruturalista"; será que isso significa ser parte da tradição francesa? Será que nunca mais haverá novas tradições na história da humanidade? Será que já foi tudo inventado, pelo que estamos sujeitos a prolongar as boas, velhas tradições imperiais? Mais ainda, porque a pergunta às vezes é levantada: será que agora, então, tal como ocorre com a democracia, só há uma tradição antropológica, a americana?

Em 1991, tive ocasião de conhecer os antropólogos mais jovens do departamento criado por Fei Xiao Tung, discípulo de Malinowski, na Universidade de Pequim. Quando lhes perguntei se tinham lido os sinólogos americanos, franceses e britânicos, cujas obras tanto me ensinaram sobre a China, verifiquei que não só os desconheciam por completo, como declaravam convictamente que não iriam perder tempo a ler a obra de pessoas que jamais poderiam compreender a China. Contudo, quando souberam que eu tinha conhecido pessoalmente Sir Edmund Leach, ficaram impressionados e passamos a tarde toda a discutir Leach. Uns anos depois, chegado ao Rio de Janeiro, fui jantar com Lygia Sigaud e, para meu grande gáudio, descobri que ela talvez seja a maior especialista em Leach que eu jamais conheci. E os indianos, levantar-se-á a hipótese de não

terem lido Leach? E isso significa que somos todos parte da tal tradição britânica? Só que também lemos Lévi-Strauss, nenhum de nós deixou de ler Weber e todos fomos muitíssimo influenciados por Mauss, Simmel, Goffman, Dumont, Barth etc. etc. etc.

Em um dos últimos dias dessa reunião em Halle, fiz uma observação que deu azo a uma forte reação pelos presentes. Sugeri a existência, hoje, de uma quinta tradição: a tradição de todos esses que, tal como eu e a maioria dos colegas brasileiros, indianos, chineses, japoneses, mexicanos etc., lemos muitas coisas, vindas de muitos sítios, e queremos fazer antropologia da melhor forma que encontrarmos, sem dar muita atenção à sua origem.

Curiosamente, na reunião da American Anthropological Association que se seguiu, o diretor da coleção de antropologia de uma das mais prestigiadas editoras acadêmicas americanas, a quem tinham falado de minha sugestão, insistiu em informar-me enfaticamente de quão errado eu estava. Achei a sua reação à idéia particularmente interessante, porque se só há umas quantas poucas origens para o pensamento antropológico atual, então será que faz mesmo sentido incluir os americanos na lista? Honestamente, parece-me que a tradição americana é tão derivada da alemã e da britânica, que faz pouco sentido identificá-la como uma origem histórica especial.

A sugestão que queria aqui deixar é que chegou decididamente o momento de abandonarmos essa identificação entre modernidade e ocidentalidade. Lá vai o tempo em que a estrutura imperial do mundo constituía como incontornável esse tipo de "Outro". Hoje, todos os nativos são relativos e por isso todos podem também reivindicar-se das técnicas, das ciências, das artes da modernidade. A noiva chinesa que, a certa altura da cerimônia de casamento, abandona as roupagens tradicionais vermelhas e veste um elaborado vestido de noiva branco para tirar fotografias, e logo em seguida voltar a mudar de roupa, não está especialmente a dar sinais de se ter ocidentalizado. Nem seu futuro marido, vestido de terno cinzento e gravata francesa, quer negar assim sua identidade chinesa.

Em Macau, tendo assistido a várias cerimônias de casamento, tive ocasião de perceber bem que nenhuma implicação desse gênero deveria ser tirada. Todas as noivas que conheci, assim como os homens de negócios chineses vestidos com os seus impecáveis ternos, estavam enfaticamente seguros da superioridade da sua civilização oriental sobre a ocidental. Aprendi, até muito cedo, que era conveniente sequer puxar a conversa para esse lado, porque podiam tornar-se francamente ofensivos com muita facilidade. Se as noivas iam de branco e os homens de negócios de cinza ou azul é porque se tinham apropriado de um símbolo de modernidade, de riqueza, de bem-estar, e não de um símbolo de ocidentalidade.

Da mesma forma, em que medida continua a fazer sentido falar de medicina ocidental, engenharia ocidental, religião ocidental etc.? A noção que fez moda entre muitos de nossos colegas no início dos anos 1990, a de que a ciência moderna é essencialmente uma ciência ocidental, é pura e simplesmente um disparate. Esquece, por um lado, que a ciência moderna é um cadinho das mais distintas influências históricas e que, se ela nos aparece hoje tão claramente vestida de ocidental, tal se deve a processos de silenciamento do mesmo gênero que o que estava a ser realizado na reivindicação de quatro tradições; por outro, olvida que, no século XXI, não ser ocidental não é razão suficiente para não ser operado de um câncer de mama, não andar de automóvel, não ver filmes de Hollywood, não apreciar Mozart etc. A modernidade, tal como a ciência, é um legado universal, queiram ou não aqueles entre os nossos colegas que se sentem centrais. Por muito que as grandes multinacionais do conhecimento, para obter maiores benefícios financeiros da mercantilização do conhecimento científico, tenham conseguido fechar alguns dos caminhos à distribuição das obras científicas e tenham conseguido até convencer a participar nessa tarefa de silenciamento algumas pessoas relativamente marginais, tais como a atual Ministra da Ciência portuguesa, nunca conseguirão calar o normal movimento da história e a imparável força de crescimento da ciência.

Não pretendo acabar este texto com um sermão empolado contra a globalização. Ao contrário, minha idéia é exprimir o fato de que se a globalização é um exercício de hegemonias, não pode, então, ser absoluto nem unívoco. Por isso, certamente encontraremos caminhos para a constituição de espaços sub-hegemônicos de criatividade.

Ora, a antropologia brasileira de nossos dias, pela qualidade da obra teórica e empírica acumulada, pela alta qualificação do seu pessoal científico, pela consolidação de suas instituições associativas e de docência, está em condições únicas para intervir ativamente no sentido de contribuir para essa tal quinta tradição, a qual, reivindicando-se dos frutos da modernidade científica, não se sente identificada com qualquer dos projetos imperiais que, historicamente, moveram o desenvolvimento científico.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Ugo Maia & ESTRELA, Ely Souza
(2003) "Entrevista com Maria do Rosário de Carvalho Gonçalves". Disponível em http://www.coqui.tsx.org

BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de & FELDMAN-BIANCO, Bela (org.)
(2003) *Trânsitos coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BESTARD CAMPS, Joan
(1986) *What's in a relative? Household and family in Formentera*. Oxford / New York: Berg, 1991.

CORRÊA, Mariza
(1998) *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001

CUTILEIRO, José
(1971) *A portuguese rural society*. Oxford: Clarendon Press.

FELDMAN-BIANCO, Bela
(2002) "Entre a 'fortaleza' da Europa e os laços afectivos da 'irmandade' luso-brasileira: um drama familiar em um só ato". Em: BASTOS, ALMEIDA & FELDMAN-BIANCO (org.). *Trânsitos coloniais*. Ob. cit., p. 385-416.

FOOT, Philippa
(2001) *Natural goodness*. Oxford/New York: Oxford University Press.

HERZFELD, Michael
(1986) *Ours once more*. New York: Pella Publishing Comp.

LISÓN-TOLOSANA, Carmelo
(1966) *Belmonte de los Caballeros*. Princeton University Press, Princeton N.J., 1988.

MACHADO, Igor José de Reno
(2003) "Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal". Tese de Doutoramento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

PAIS DE BRITO, Joaquim; OLIVEIRA BAPTISTA, Francisco de & PEREIRA, Benjamim Enes (org.)
(1996) *O vôo do arado*. Catálogo de Exposição. Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.

PEIRANO, Mariza G. S.
(1995) "Um ponto de vista sobre o ensino da Antropologia". Em: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *O ensino da antropologia no Brasil: temas para uma discussão*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.
(1998) "When anthropology is at home: the different contexts of a single discipline", *Annual Review of Anthropology* 27, p. 105-28.

PINA CABRAL, João de
(1986) *Sons of Adam, daughters of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Clarendon Press.

(1989) "The mediterranean as a category of regional comparison: a critical approach", *Current Anthropology*, 30 (3).
(1991) *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel.

PINA CABRAL, João de & CAMPBELL, John K. (ed.)
(1992) *Europe observed*. Oxford: Macmillan/St.Antony's College.

RAMOS, Alcida Rita
(2002) "Conferência". Apresentada na Conferência Bienal da Associação Européia de Antropólogos Sociais, Dinamarca.

THOMAZ, Omar Ribeiro
(2002) "Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa". Em: Em: BASTOS, ALMEIDA & FELDMAN-BIANCO (org.). *Trânsitos coloniais*. Ob. cit., p. 39-64.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo
(1999) "Etnologia brasileira". Em: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré.
(2002) "O nativo relativo", *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol. 8, n. 1, p. 113-48.

Sobre os autores

Antonio Carlos de Souza Lima
Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é professor de Etnologia. Autor de Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil (Petrópolis: Vozes, 1995) e organizador, entre outras, da coletânea Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil (Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2003). Vice-Presidente da Associação Brasileira de Antropologia para o biênio 2002-2004.

Antonio Motta
Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Paris IV – Sorbonne e Doutor em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Programa de Doutorado em Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca, Espanha. É autor, entre outras publicações nacionais e internacionais, de L'autre chez soi. Émergence et construction de l'objet en anthropologie: le cas brésilien (1998). Atualmente, desenvolve estudo no campo da antropologia comparada Espanha e Brasil, apoiado pela CAPES, e realiza pesquisa sobre cemitérios e enterramentos no Brasil, financiada pelo CNPq.

Carlos Benedito Martins
Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Foi pesquisador-visitante do Centro de Sociologia Européia, vinculado à École des Hautes Études en Sciences Sociales. Diretor da Anpocs e atual diretor-científico do Núcelo de Estudos sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília (NESUB). Suas publicações versam sobre as transformações contemporâneas do sistema de ensino superior brasileiro.

Claudia Fonseca
Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autora dos livros Família, fofoca e honra:e uma etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000) e Caminhos da adoção (São Paulo: Cortez, 2002).

Giralda Seyferth
Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do PPGAS/ Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outros, publicou os livros A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim (Porto Alegre: Editora Movimento, 1999), Nacionalismo e identidade étnica (Florianópolis: Ed. da Fundação Catarinense de Cultura, 1982) e Imigração e cultura no Brasil (Brasília: EdUnb, 1990).

Guita Grin Debert

Professora livre docente do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Autora dos livros Ideologia e populismo, Quando a vítima é mulher e A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento, além de vários artigos sobre temas relacionados a gênero, violência contra a mulher e velhice. Pesquisadora do CNPq no projeto "Idoso, violência doméstica e direitos da cidadania" e membro do Conselho Científico do PAGU–Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP.

Gustavo Lins Ribeiro

PhD em Antropologia pela City University of New York. Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Seus últimos livros são Cultura e política no mundo contemporâneo (Brasília: EdUnB, 2002) e Postimperialismo (Barcelona/Buenos Aires: Gedisa). Presidente da Associação Brasileira de Antropologia para o biênio 2002-2004.

Jane Felipe Beltrão

Doutora em História pala UNICAMP. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Publicou os livros Educação ambiental na pan-Amazônia, em co-autoria com Jimena Felipe Beltrão (UNAMAZ/UFPA) e Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará (MPEG/UFPA).

João de Pina Cabral

Investigador, coordenador e presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Presidente da Associação Européia de Antropólogos Sociais para o biênio 2002-2004.

Maria do Carmo Brandão

Doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Autora de vários artigos sobre religião afro-brasileira, publicados em livros e revistas no Brasil e no estrangeiro. Organizou com Antonio Motta os seguintes livros: Aproximações: antropologia no Norte e Nordeste (2003) e Bagagem imaginária: estudos antropológicos, históricos e sociológicos sobre imigração cultural e inclusão social (2003).

Miriam Pillar Grossi

Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Paris V – René Descartes. Professora Adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Atual representante de área Antropologia/Arqueologia na Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Paula Montero

Doutora em Antrologia pela Universidade de São Paulo. Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CEBRAP.

Peter Fry

Doutor pela Universidade de Londres. Professor Titular de Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor, entre outros, de Spirits of Protest: Spirit-Mediums and the Articulation of Consensus Among the Zezuru of Southern Rhodesia, Zimbabwe (Cambridge: Cambridge University Press, 1976), Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira (Rio de Janeiro: Zahar Editores,1982) e Moçambique, ensaios (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001).

Ruben George Oliven

Doutor pela Universidade de Londres. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia no biênio 2000-2002. Entre suas publicações está A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação, agraciada com o Prêmio Melhor Obra Científica do Ano, concedido pela ANPOCS, e traduzido para o inglês e o espanhol. Recebeu o Prêmio Érico Vannucci Mendes por sua contribuição ao estudo da Cultura Brasileira

Wilson Trajano Filho

PhD em antropologia pela Universidade da Pennsylvania Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Suas publicações versam sobre as sociedades crioulas da costa ocidental da África e sobre colonialismo português.